

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**HISTÓRIA DEMOGRÁFICA DE ANGELINA**

**1860 - 1950**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

JOAQUIM FRANCISCO PERARDT

FLORIANÓPOLIS

1990

HISTÓRIA DEMOGRÁFICA DE ANGELINA

1860-1950

JOAQUIM FRANCISCO PERARDT

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para a obtenção do Título de

MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA:

---

*Marly A.F.B. Mira*  
Profa.Dra. Marly Anna F.B.Mira  
Orientadora

---

*Paulo Fernando de A. Lago*  
Prof.Dr. Paulo Fernando de A. Lago

---

*Aníbal Abadie-Aicardi*  
Prof.Dr. Aníbal Abadie-Aicardi

À minha esposa

MARIA LÚCIA,

pela sua compreensão e

estímulo...

## AGRADECIMENTOS

Em especial, ã Professora Marly Anna Fortes Bustamante Mira, pela orientação e acompanhamento da pesquisa, sugestões, palavras de alento e confiança por ocasião dos momentos de incerteza.

As entidades de pesquisa expressa-se o reconhecimento especial aos funcionários: do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, do Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Central da UFSC, Prefeitura e a Casa Paroquial de Angelina, pelo apoio nas pesquisas para a realização deste trabalho.

O presente estudo não poderia ter êxito sem a colaboração de várias pessoas e entidades que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização.

Fica registrado um agradecimento especial, a João Francisco Sepetiba, pela correção do português e a João Incio, que efetuou a datilografia final do trabalho.

Finalmente quero expressar o mais profundo agradecimento a todos que me auxiliaram: familiares, amigos, entidades e outros. Minha sincera gratidão.

## RESUMO

Pretendeu-se fazer a História Demográfica da Colônia Nacional Angelina, desde a sua criação em 1860, até 1950, sendo que em alguns aspectos se conseguiu avançar até 1961, ano do seu desmembramento de São José, quando passou a constituir o Município de Angelina.

A Colônia Nacional Angelina foi criada por Francisco Carlos de Araújo Brusque, por ato de 10 de dezembro de 1860, em terras devolutas, com a finalidade de receber o excedente da população luso-brasileira das áreas litorâneas, fruto da má distribuição das "sesmarias" aos açorianos e seus descendentes. Mais tarde a Colônia passou a receber populações de origem germânica, primeiro da Colônia Santa Isabel e, depois, da Colônia São Pedro de Alcântara, que devido à infertilidade das terras, o isolamento da área e a proximidade entre as Colônias foram se fixar na Colônia Nacional Angelina.

Ao ser criada, a Colônia teve como limites o Rio Garcia, o Ribeirão de Mundéus, o Rio Tijucas e fundos para São Pedro de Alcântara, ficando distante 50 km de São José (SC), com 9.000.000 de braças quadradas (43.560.000 m<sup>2</sup>), ampliado ao dobro, por ato de 27 de janeiro de 1866. Ao ser criado o Município, em 1961, Angelina passou a fazer limites com os Municípios de Biguaçu, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado, Bom Retiro e Major Gercino.

Pretendeu-se relacionar a área geográfica da Colônia Nacional Angelina, com o seu desenvolvimento econômico, que aliado às dificuldades de comunicação e transporte, resultou no pequeno progresso da Colônia. Por outro lado, a atitude governamental foi a de

uma política de completo abandono, pois sempre preferiu a colonização estrangeira à nacional. O trabalho, que é baseado nos métodos e técnicas da História Demográfica, identifica as etapas na ocupação populacional da área: Os luso-brasileiros, os alemães vindos das Colônias vizinhas (Santa Isabel e São Pedro de Alcântara); a estagnação no desenvolvimento demográfico, bem como o comportamento do quadro mais atual e as suas implicações no Município de Angelina.

O estudo partiu do pressuposto de que o comportamento demográfico era o de populações "tradicionais", com famílias numerosas, trabalhos em atividades ligados à agricultura, casamentos precoces e mortalidade infantil em geral elevada. Daí a grande contribuição da História Demográfica, que possibilitou determinar os níveis então vigentes de fecundidade, nupcialidade e mortalidade, nas suas grandes linhas de tendência. Os dados possibilitaram o estudo do movimento sazonal, com o objetivo de verificar a influência da Igreja, do clima e da economia sobre os eventos vitais da população.

Para alcançar os objetivos propostos no trabalho a pesquisa baseou-se principalmente em fontes primárias, usando o Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, o Arquivo Público do Estado, dados do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Biblioteca Pública do Estado, além das fontes secundárias dispersas em livros, jornais e revistas relacionados com o tema.

Por fim, esta dissertação apresenta-se como uma contribuição aos estudos demográficos catarinenses porque revela dados extraídos de fontes inexploradas, como os registros paroquiais e as demais fontes primárias nas quais a pesquisa se baseou.

Isso, sem dúvida, ajudará a conhecer melhor a população ora estudada, como também poderá conduzir a novas pesquisas que, somadas as já existentes, servirão para ampliar a história regional.

ABSTRACT

The intention of this study was to elaborate the Demographic History of the Angelina National Colony, from its establishment in 1860, to 1950, considering that some aspects were examined up to 1961, when the Colony was separated from São José and became the City of Angelina.

The Angelina National Colony was established by Francisco Carlos de Araújo Brusque, through a law of December 10, 1860, on unoccupied territories, with the purpose of receiving the remainder of the Brazilian-Portuguese population of the coastal areas, which resulted from the inadequate distribution of the "sesmarias" (allotments of the colonial period) to the Azorians and their descendants. At a later time, the Colony came to receive people of German descent, first from the Santa Isabel Colony and, afterwards, from the São Pedro de Alcântara Colony who, due to unproductive lands, the isolation of the area and the proximity of the Colonies, settled in the Angelina National Colony.

At the time of its settlement, the Colony had as boundaries "Rio Garcia", "Ribeirão de Mundéus", "Rio Tijucas" and São Pedro de Alcântara, located 50 km from São José (SC), with an area of 43.560.000 m<sup>2</sup>, doubled through a law of January 27, 1866. In 1961, when Angelina achieved the status of City, it came to have its boundaries with the cities of Biguaçu, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado, Bom Retiro and Major Gercino.

Our purpose was to relate the geographical area of the Angelina National Colony to its economic development which,



associated with the communication and transport difficulties, resulted in the underdevelopment of the Colony. On the other hand, the attitude of the government was expressed through a policy of utter disregard, since it has always favored foreign colonization to the national one. This study, which is based on the methods and technics of Historical Demography, identifies the stages of demographic occupation of the area: the Brazilian-Portuguese, and the Germans who came from the neighboring Colonies (Santa Isabel and São Pedro de Alcântara); the stagnation in the demographic development, as well as the characteristics of the present day situation and its implications in the City of Angelina.

The study sprang from the assumption that the demographic behavior was that of the "traditional" populations, with large families, agricultural centered activities, early marriages and a generally high rate of infant mortality. Here one can appreciate the great contribution of Demographic History which made it possible to determine the levels of fecundity, marriages and mortality existing at the time, in their overall tendencies. The data made possible the study of the periodic movement, with the purpose of examining the influence of the Church, the climate and the economy on the vital events of the population.

In order to achieve the aims proposed in the study, the research made use chiefly of data from primary sources, such as the Historical-Ecclesiastic Resords of the Florianópolis Archdiocese, the State Office of Public Records, data from the Historic and Geographic Institute of Santa Catarina and the State Public Library, besides the secondary sources

scattered in books, newspapers and magazines related to the subject.

Finally, this dissertation represents a contribution to Santa Catarina's demographic studies since it discloses data obtained from unexplored sources, such as parish records and the other primary sources which provided the information for the research. These facts will certainly contribute to a better understanding of the population under survey, as well as lead to new investigations which, along with those already available, will enhance our regional history.

## SUMÁRIO

I -	RESUMO .....	v
II -	ABSTRACT .....	viii
III -	LISTA DE TABELAS E QUADROS .....	xiv
IV -	LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS .....	xvi
	INTRODUÇÃO .....	1
	CAPÍTULO I - FONTES E METODOLOGIA .....	11
	1.1. Fontes .....	11
	1.1.1. Registros Paroquiais .....	12
	1.1.2. Outros Dados Populacionais .....	17
	1.2. Metodologia .....	18
	CAPÍTULO II - HISTÓRIA DA COLÔNIA NACIONAL ANGELINA -	
	1850-1881 .....	23
	2.1. Colônia Nacional Angelina: Razões de sua Criação .	23
	2.2. Colônia Nacional Angelina: Criação e Instalação ..	33
	2.3. A Área Territorial e sua Localização Geográfica ..	36
	2.4. Primeiros Colonos e Distribuição dos Lotes .....	40
	2.5. Os Administradores da Colônia Nacional Angelina ..	53
	2.6. Fatores de Fracasso da Colônia Nacional Angelina .	62
	2.6.1. Situação Geográfica .....	62
	2.6.2. Ordem Econômica e Burocrática .....	64
	2.6.3. Vias de Comunicação e Isolamento .....	70
	2.6.3.1. Angelina-Florianópolis .....	71
	2.6.3.2. Angelina-Lages .....	76
	2.6.3.3. Angelina-Tijucas .....	79
	2.6.4. Problemas Médico-Sanitários .....	81

CAPÍTULO III - EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE ANGELINA - 1882-1950 .....	89
3.1. Emancipação Política .....	89
3.2. História da Paróquia de Angelina .....	91
3.2.1. Paróquia da Imaculada Conceição de Angelina	98
3.2.2. A Gruta .....	101
CAPÍTULO IV - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO .....	106
4.1. Evolução Populacional .....	106
4.1.1. Estrutura Social .....	119
4.1.2. Estrutura por Nacionalidade e Religião ....	122
4.2. Características Demográficas .....	125
4.2.1. Estrutura por Sexo .....	125
4.2.2. Estrutura Etária .....	133
4.2.3. Estrutura por Estado Civil .....	141
4.2.4. A Constituição da Família na Colônia Nacional Angelina - 1861-1864 .....	143
4.2.5. Estrutura por Atividade Produtiva .....	157
CAPÍTULO V - DINÂMICA POPULACIONAL .....	164
5.1. As Grandes Linhas de Tendência .....	164
5.2. Os Movimentos Sazonais de Batismo, Casamentos e Óbitos .....	170
5.2.1. Movimentos Sazonais de Batismo .....	172
5.2.2. Movimentos Sazonais de Casamentos .....	178
5.2.3. Movimentos Sazonais de Óbitos .....	184
5.3. Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade .....	189
5.3.1. Natalidade .....	190
5.3.2. Nupcialidade .....	195

5.3.3. Mortalidade .....	198
5.4. Taxa de Crescimento Natural .....	201
CONCLUSÕES .....	205
FONTES .....	218
BIBLIOGRAFIA .....	231
ANEXOS .....	236

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabelas

01. População Total de Angelina 1861-1950 .....	108
02. Naturalidade dos Primeiros Colonos - 1864 .....	116
03. Estrutura Social da População de Angelina 1861-1877..	120
04. Colônia Nacional de Angelina: Brasileiros e Estran- geiros 1866-1877 .....	122
05. Colônia Nacional de Angelina: Católicos e Não-Católi- cos 1877-1878 .....	125
06. Angelina: População por Sexo 1861-1950 .....	126
07. Angelina: Razão de Masculinidade por Idade - 1864 ...	131
08. Estrutura da População da Colônia Nacional Angelina, por Idade e Sexo - 1864 .....	133
09. Estrutura por Idade (em percentagem) da População de Angelina 1863-1920 .....	139
10. Estrutura por Estado Civil (em percentagem) da Popu- lação de Angelina 1863-1877 .....	141
11. Estrutura das Famílias e Domicílios na Colônia Nacio- nal Angelina 1861-1864 .....	145
12. Número Médio de Habitantes de Angelina por fogo e por Casa 1861-1873 .....	155
13. Repartição da População de Angelina por Atividade Pro- dutiva 1863-1877 .....	159
14. Repartição da População de Angelina por Setor de Pro- dução - 1866 .....	161
15. Média Anual de Batismos, Casamentos e Óbitos por pe- ríodo de 10 anos .....	166

16. Movimento Sazonal de Batismos de Angelina, Século XIX 1863-1899 .....	172
17. Movimento Sazonal de Batismos de Angelina, Século XX 1900-1950 .....	172
18. Movimento Sazonal de Casamentos de Angelina, Século XIX, 1890-1899 .....	178
19. Movimento Sazonal de Casamentos de Angelina, Século XX, 1900-1950 .....	179
20. Movimento Sazonal de Óbitos de Angelina, Século XIX, 1863-1899 .....	185
21. Movimento Sazonal de Óbitos de Angelina, Século XX, 1900-1944 .....	185
22. Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalida- de por período de 10 anos .....	191
23. Taxa de Crescimento Natural da População de Angelina.	202

#### Quadros

1. Despesas Realizadas com as Colônias .....	65
2. Estruturas das Famílias e Domicílios: Categoria e Clas- se .....	144

## LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

Gráficos

01. Crescimento da População de Angelina - 1861-1950.....	109
02. Razão de Masculinidade da População de Angelina - 1861-1950 .....	127
03. Razão de Masculinidade da População Nacional Angeli- na - 1864 .....	132
04. Pirâmide Etária da População da Colônia Angelina - 1864 .....	135
05. Produção da Colônia Nacional Angelina - 1866 .....	162
06. Movimento Decenal dos Eventos Vitais Século XIX e XX	167
07. Movimento Sazonal de Batismos Séc. XIX .....	173
08. Movimento Sazonal de Batismos Séc. XX .....	174
09. Movimento Sazonal de Casamentos Séc. XIX .....	180
10. Movimento Sazonal de Casamentos Séc. XX .....	181
11. Movimento Sazonal de Óbitos Séc. XIX .....	186
12. Movimento Sazonal de Óbitos Séc. XX .....	187
13. Crescimento Bruto dos Eventos Vitais e Crescimento Natural - Séc. XIX e XX .....	192

Mapas

1. Mapa da Colonização Açoriana em Santa Catarina .....	32
2. Colônia Nacional Angelina e Territórios Adjacentes - 1872 .....	38
3. Localidades do Município de Angelina .....	256
4. Municípios do Estado de Santa Catarina .....	257



## INTRODUÇÃO

A História Demográfica, surgida como disciplina na década de 50 desse século, preocupou-se, sempre, em conhecer e calcular as tendências históricas da reprodução humana. Inicialmente, tais estudos centraram-se na França, difundindo-se para os países europeus nas décadas seguintes e para as demais áreas nos períodos posteriores <sup>(1)</sup>.

Os estudos de natureza social, política, econômica e cultural embasaram-se nos dados obtidos pela História Demográfica e nas análises feitas, compreendendo que as mudanças populacionais não podem ser entendidas ou explicadas isoladamente, mas sim de um todo orgânico e multidisciplinar.

---

(1) A publicação do primeiro manual de Demografia Histórica, em 1954, por Louis Henry e Michel Fleury, e da obra clássica sobre Crulai, ensejaram o aparecimento de inúmeros estudos em diversos países, principalmente França e Inglaterra, dedicados à demografia respectiva das populações rurais, baseados nos registros paroquiais. Ao lado destes estudos básicos, inúmeros outros de natureza econômica, social e cultural são a partir de então realizados, com as fichas padronizadas de famílias reconstruídas. Com o sucesso obtido com as primeiras publicações, a Demografia Histórica transpõe rapidamente as fronteiras do país onde nasceu.

No Brasil, a partir de estudos de LISANTI<sup>(2)</sup> e de MARCÍLIO<sup>(3)</sup> desenvolveram-se pesquisas demográficas sobre a população de paróquias. Em Santa Catarina, destacam-se os trabalhos de Edy BARROS<sup>(4)</sup> sobre Santo Antônio, de Maria Teresinha S. BARRETO<sup>(5)</sup>, sobre os poloneses do alto Vale do rio Tijucas, de Maria Bernadete R. FLORES<sup>(6)</sup>, sobre Itajaí, de Vilson F. de FARIAS<sup>(7)</sup>, sobre Enseada de Brito.

Todos estes trabalhos utilizaram primordialmente os registros paroquiais, adotando-se a metodologia proposta por HENRY e FLEURY adaptada ao caso brasileiro por NIELSEN<sup>(8)</sup>.

A História ao ganhar novas dimensões e incorporar metodologias e técnicas mais elaboradas e eficientes, propiciou que a História Demográfica as utilize para analisar uma massa ponderável de documentos com resultados apreciáveis. Possibilita novos enfoques de abordagem e de compreensão da História e da atuação do homem.

Buscando compreender o passado e o presente do homem catarinense e, particularmente, da população de Angelina, em toda sua complexidade e completa riqueza, é que nos propomos a fazer este trabalho. Entende-se que essa pesquisa se justifica

---

(2) LISANTI, Luiz. O Brasil e a Europa no fim do século XVIII e início do XIX. São Paulo: USP, 1960.

(3) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População 1750-1850. São Paulo: EDUSP - Pioneira, 1973.

(4) BARROS, Edy Alvares Cabral. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio: 1841 a 1910: Sua Transição Demográfica. Florianópolis, 1979.

(5) BARRETO, Maria Teresinha S. Os Poloneses do Alto Vale do Rio Tijucas. Florianópolis, 1979.

(6) FLORES, Maria Bernadete Ramos. História Demográfica de Itajaí: uma População em Transição - 1866-1930. Florianópolis: UFSC, 1979.

(7) FARIAS, Vilson Francisco de. Evolução Histórica Demográfica de Enseada de Brito - 1778-1907. Florianópolis: UFSC, 1980.

(8) NIELSEN, Laurence James. Uma Metodologia de Pesquisa para a História Demográfica: Trabalho apresentado no IX Simpósio da ANPUH. Florianópolis, 1977. (Mimeografado)

pela necessidade que há de se fazer a História catarinense, também, a partir do estudo de casos particulares. A história de cada comunidade ajudará a compreender e entender a História de Santa Catarina e do Brasil na sua totalidade.

A análise embasada nas metodologias propostas pela História Demográfica e pela ciência histórica contemporânea, não se guiará pela narrativa política ou militar para explicar a realidade. Desta forma, deixa-se de lado as narrativas tradicionais, da história dos grandes personagens e de fatos que pouco explicam.

De um modo geral, com pequenas variações, os autores caracterizam as populações humanas, de acordo com os seus padrões de casamento, de natalidade e mortalidade, como pertencentes ao: a) Antigo Regime Demográfico Europeu (ou sociedades "tradicionais", ou "agrícolas"); b) sociedades "modernas" ou industriais; c) sociedade em transição do tradicional para o moderno (baseado na teoria "neomalthusiana", mais conhecida como "Teoria da transição demográfica" (9).

No Antigo Regime Demográfico europeu demonstrou-se, através das pesquisas que a História Demográfica propiciou, que o casamento era bem tardio. Nesse período, que vai do século XVI ao XVIII, os rapazes casavam-se em média por volta dos 28 anos, e as moças em torno dos 26 a 27 anos. Tanto na Inglaterra, como na França, nos Países Baixos ou na Itália do Norte e Alemanha, esse modelo de nupcialidade é único, solidamente estruturado, resultante de um complexo econômico-social especí-

---

(9) MARCÍLIO, Maria Luiza. Demografia Histórica. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973. p.2.

fico<sup>(10)</sup>.

As sociedades "tradicionais, ou agrícolas" apresentam um máximo de fecundidade com tamanho médio de família em torno de cinco filhos. Sendo que o alto índice de mortalidade de crianças e jovens reduz dramaticamente a duração média da vida. A expectativa de vida ao nascer nas sociedades agrícolas era em média 20 a 35 anos, e dos que alcançavam 5 anos poucos tinham a probabilidade de alcanças os 50 anos. Além disso, 40% a 60% dos que nasciam, nessas sociedades agrícolas, morriam antes de atingir a idade média de casar ali observada<sup>(11)</sup>.

Além disso, a "sociedade tradicional" obedece, rigidamente, aos preceitos religiosos em termos do casamento e sua finalidade. O padrão do casamento tardio é acompanhado, numa cristandade austera, por taxas quase nulas de ilegitimidade<sup>(12)</sup>. A influência da Igreja Católica atinge não só os costumes sociais, como também as atitudes individuais e as decisões dos casais. Como, por exemplo, observa-se um menor número de casamentos religiosos e concepções nas épocas que a igreja considerava de "trevas" ou de penitência (Quaresma e Advento). Em consequência desse costume, verifica-se uma baixa nos nascimentos ocorridos nos meses de dezembro e setembro. Por fim, há que se considerar que o casamento é um ato público, o que faz verificar uma maior observância às normas religiosas.

---

(10) MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: Terra e População: estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas, 1986. p.120.

(11) BARROS. Op.cit., p.3.

(12) Por exemplo, numa França rural, as taxas de ilegitimidade são insignificantes, entre 0,5 e 2% de todos os nascimentos. Nas cidades, os ilegítimos já são em maior número, pois nelas refugiavam-se as mães solteiras, longe das reprovações sociais que a comunidade de habitantes impunha.

No estudo do movimento sazonal da população de Angelina levou-se em consideração três fatores: a influência climática, os fatores de ordem econômica e a influência da Igreja Católica, sobre as concepções e os casamentos, no período da Quaresma e do Advento. Com relação a este último fator, a variável "doutrina católica", se deve considerar a influência direta que a Igreja tem sobre os fiéis, a ponto de afetar o comportamento reprodutivo da população católica. Essa doutrina pregou durante muito tempo como tipo ideal a família numerosa, onde certos meios anticoncepcionais e abortivos são ilegais.

O ideal de família numerosa, comum às populações do tipo agrário, foi transmitido do judaísmo para a Igreja Primitiva e a interpretação das Escrituras originou uma teologia moral pró-natalista e formalmente contrária aos meios contraceptivos. A doutrina de Santo Agostinho, que prevaleceu desde o século V até o século XX, acentua a finalidade essencialmente reprodutiva do sexo<sup>(13)</sup>.

Nas sociedades "modernas", por alguns denominada "industrial", a idade ao casar é geralmente tardia, por volta dos 24 aos 28 anos para as mulheres. A influência da Igreja Católica, sobre os costumes da população, praticamente desaparece; o casal decide sobre o número de filhos que pode ter, sobre a época mais conveniente para concebê-los, de acordo com suas condições e necessidades particulares. Deixa-se de observar, portanto, uma diminuição no número de casamentos nos meses de março (Quaresma) e dezembro (Advento), bem como no número de nascimentos em dezembro e setembro.

Por sua vez, a taxa de fecundidade é mais baixa, seguin-

---

(13) BARROS. Op.cit., p.28.

do-se à da mortalidade fruto da industrialização, do progresso científico e da urbanização<sup>(14)</sup>. A expectativa de vida ao nascer sobe para 50 a 70 anos. A mortalidade geral e infantil, é baixa, devido às melhores condições de vida e saúde, advindas com o desenvolvimento social-econômico resultante do progresso científico. Nas sociedades modernas já há um controle da natalidade, observado pelo menor número de filhos por família e pelo maior intervalo entre eles. As práticas conceptivas são empregadas nas sociedades modernas<sup>(15)</sup>.

Nas sociedades em "transição", baseadas na "teoria neomalthusiana", nelas as populações humanas apresentam inicialmente "taxas agrícolas" de crescimento demográfico, expressas por elevadas taxas de fecundidade, e igualmente elevadas taxas de mortalidade, o que se traduz em um crescimento médio a nível baixos e equilibrados. Mas, com o desenvolvimento industrial, ou imediatamente posterior a ele, as taxas demográficas demonstram tendências a mudanças, iniciando-se pela queda gradual da mortalidade, seguindo-se a queda da fecundidade, frutos do progresso científico e da urbanização. No espaço de tempo entre a "queda da mortalidade e da fecundidade, estava um período de rápido crescimento relativo das populações, ou seja, a fase de transição demográfica" (grifo nosso)<sup>(16)</sup>. Esse período duraria até atingir as "taxas industriais", que estabeleceria automaticamente o equilíbrio, onde a mortalidade e a fecundidade resultavam no reencontro de um crescimento populacional normal e lento.

---

(14) MARCÍLIO, Maria Luiza. Demografia Histórica. São Paulo: Novos Umbrais, 1977. p.2.

(15) BARROS. Op.cit., p.5.

(16) MARCÍLIO. Op.cit., p.2.

Por outro lado, na sociedade em transição, a taxa de mortalidade infantil está caindo e a idade média da população, ao morrer, é de 40 a 50 anos. A natalidade apresenta níveis mais baixos, verificando-se, automaticamente, que as famílias diminuem o seu número médio de filhos, os quais já se apresentam mais espaçados entre si. A idade para o casamento pode aumentar porque há possibilidades de empregos fora do campo tradicionais (agrícola), com perspectivas de trabalho na indústria, no comércio ou em outro tipo de atividade mais especializada. Ao mesmo tempo, observa-se uma nítida diminuição na influência da Igreja sobre os casamentos e concepções<sup>(17)</sup>. O fenômeno da transição demográfica ocorre em diferentes épocas e locais, onde intervêm inúmeras variáveis.

ALBORNOZ-SANCHEZ, em seu trabalho sobre a população da América Latina, já alertava: "O modelo europeu, que serviu por muito tempo de marco de referência para a história da população mundial, não se aplica, pois, à América Latina"<sup>(18)</sup>. Desta forma, o modelo absolutamente teórico, descrito anteriormente, serve apenas como ponto de apoio para identificação da problemática. Um modelo tão simples não poderia abranger nem explicar todo o problema, nem tampouco se aplicar totalmente ao estudo demográfico da população de Angelina. Isso porque uma série de variáveis se interligam para deflagrar as modificações, ou a transição, nas diversas regiões, nas quais a queda da mortalidade e da natalidade advêm de causas diversas, que ocorrem em épocas e dentro de situações econômico-sociais distintas. Assim, como em todo estudo científico da sociedade humana, foi necessário modificar o modelo da experiência de outras socieda

(17) BARROS. Op.cit., p.5.

(18) SANCHES-ALBONAZ, Nicolas. La Poblacion de America Latina. p.22.

des, para adequá-lo à realidade catarinense, e mais especificamente da comunidade de Angelina.

Existe uma grande quantidade de documentos sobre a população em estudo, que até hoje pouco foi explorada, com exceção de um trabalho do professor PIAZZA, que questiona a realidade da colonização "nacional", sendo que, em geral, os autores tratam mais da colonização estrangeira (19).

A pesquisa teve como objetivo principal levantar a História Demográfica da Colônia Nacional Angelina, a partir da sua criação em 1860, por Francisco Carlos de Araújo Brusque, até a metade desse século, em 1950. Foram utilizados os registros paroquiais no que se refere a batizados, casamentos e óbitos, coletados conforme a metodologia adotada. Documentos existentes em arquivos públicos e particulares também foram manuseados.

A pesquisa partiu do pressuposto de que o comportamento demográfico da população de Angelina era do tipo "agrário", ou "tradicional" (20). Teve como problema central determinar os níveis, então vigentes, de fecundidade, nupcialidade e mortalidade, nas suas grandes linhas e tendências. Fez-se, também, o estudo do movimento sazonal, dos batizados, casamentos e óbitos, com o objetivo de verificar a influência da religião e da Igreja nas concepções e casamentos, nas épocas do Advento e da Quaresma, como também as influências de ordem climática e econômica sobre os eventos vitais da população.

---

(19) PIAZZA, Valter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis: UFSC, 1973.

(20) As populações do tipo "agrário" ou "tradicional" são aquelas em que as famílias são numerosas, com casamentos em idades precoces e mortalidade infantil em geral elevada, trabalhando em atividades ligadas à agricultura. Os autores, em geral, classificam essas famílias como pertencentes ao "Antigo Regime Europeu".



Os objetivos do presente trabalho são:

- a) identificar as etapas na ocupação da área: luso-brasileiros; os alemães vindo das colônias vizinhas; a estagnação no desenvolvimento demográfico, com a emigração da população jovem e as suas implicações no desenvolvimento econômico do Município de Angelina.
- b) Relacionar a paisagem geográfica com o desenvolvimento econômico da Colônia e a política governamental de fixar o homem no interior da Província de Santa Catarina e sua preferência pelos colonos estrangeiros.
- c) Estudar a evolução populacional e analisar a estrutura demográfica: sexo, idade, estado civil, nacionalidade, religião e atividade produtiva.
- d) Conhecer a dinâmica populacional através dos seus eventos vitais (nascimentos e batizados, casamentos e óbitos), com a finalidade de indicar a sazonalidade dos mesmos, nas suas grandes linhas e tendências, bem como as taxas de: natalidade, nupcialidade e mortalidade.

A partir destes objetivos, estabeleceram-se hipóteses que nortearam o trabalho. A pesquisa baseou-se nas seguintes hipóteses:

- a) A Colônia Nacional Angelina foi criada pelo Presidente da Província, Francisco Carlos Araújo Brusque, com a finalidade de povoar o interior da faixa litorânea da Província de Santa Catarina, com elementos luso-brasileiros, em meio as colônias com elementos estrangeiros (da Colônia Santa Isabel e São Pedro de Alcântara), que mais tarde passou a receber também a população de origem germânica.

- b) O desenvolvimento econômico da Colônia foi pequeno devido a sua localização geográfica desfavorável - área de relevo acidentado, solo pouco fértil, isolamento da área - aliado à política governamental de pouco apoio e o conseqüente abandono da população, em decorrência das dificuldades de comunicação e transporte dos produtos agrícolas.
- c) O comportamento demográfico era o de uma população tradicional, dita "agrária", com uma estrutura familiar de numerosos filhos, casamentos em idades precoces, com alta taxa de mortalidade infantil e geral, vivendo da atividade primária, mas que com a moderna divisão do trabalho e a nova estruturação da sociedade, gradativamente, foi mudando a sua maneira de viver.

Com base nos objetivos e hipóteses propostos elaborou-se o presente trabalho, que compreende o estudo das fontes e da metodologia no que se refere à coleta de dados e sua análise.

Esboçou-se a História da Colônia Nacional Angelina com a discussão sobre a política governamental que orientou sua criação, bem como a sua evolução em termos administrativos. Procurou-se compreender os motivos que concorreram para o seu fracasso.

A evolução populacional, com base nos mapas e censos provinciais e nacionais, foi estudada bem como a estrutura demográfica em vários períodos.

Os registros paroquiais possibilitaram a compreensão da dinâmica populacional de Angelina, no que se refere às tendências e taxas dos eventos vitais, seu comportamento e as influências recebidas de várias origens.

Finalmente, se enumeraram as principais conclusões.

## CAPÍTULO I

### FONTES E METODOLOGIA

#### 1.1. Fontes

O levantamento dos eventos vitais - nascimentos, casamentos, óbitos - apóia-se na metodologia e técnicas desenvolvidas por franceses e ingleses, como HENRY & FLEURY e HOLLINGSWORTH adaptadas por NIELSEN ao Brasil. Considerou-se que o registro paroquial é fonte importante para o estudo retrospectivo das populações. A partir do século XVI, com o Concílio Tridentino estabeleceu-se a obrigatoriedade dos registros de batizados, casamentos e óbitos para a cristandade católica mundial, também adotada por outras religiões.

As fontes utilizadas para o estudo foram:

- a) Livros de batizados, casamentos e óbitos, localizados no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis, citado a partir deste momento como AHAF; bem como livros de Tombo da Paróquia.
- b) Falas e relatórios de Presidentes da Província de Santa Catarina guardados no Arquivo Público do Estado, APE, de ago-

ra em diante.

- c) Correspondências dos Diretores de Colônia e outros documentos relacionados à Colônia Nacional de Angelina, também localizados no Arquivo Público do Estado.
- d) Jornais, revistas e folhetos pesquisados na Biblioteca Pública do Estado, citado como BPE, na Biblioteca Universitária da UFSC, agora BU, e no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, agora IHGSC.
- e) Livros, folhetos e Relatórios localizados na Prefeitura Municipal de Angelina.
- f) Entrevistas orais com moradores mais antigas.
- g) Recenseamentos realizados em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950.

#### 1.1.1. Registros Paroquiais

Os livros dos registros paroquiais não se referem tão-somente à paróquia de Angelina, mas teve-se que utilizar os pertencentes à paróquia de São Pedro de Alcântara. Nos primórdios iniciais da Colônia Nacional Angelina, a assistência religiosa era prestada pelo vigário de São Pedro de Alcântara. Em 1891, foram os padres que paroquiavam Teresópolis (Queçaba atual) os responsáveis pelo atendimento religioso. A paróquia de Angelina só foi criada a 8 de abril de 1921, desmembrada da Paróquia de Santo Amaro, pelo decreto episcopal promulgado pelo Bispo de Santa Catarina, Dom Joaquim Domingos de Oliveira. Com a criação da Paróquia de Angelina todos os registros paroquiais são feitos na própria sede da Paróquia<sup>(1)</sup>.

(1) Maiores informações serão prestados quando se tratar da História da Paróquia de Angelina, no Capítulo III.

Não foram encontrados no AHAF, e nas paróquias de Angelina, São Pedro de Alcântara e Santo Amaro da Imperatriz, todos os livros de registros paroquiais exigidos pelo estudo. Tais documentos não mais existem, conforme correspondência recebida e transcrita:

Em atenção ao seu pedido de fontes de pesquisa nesta Paróquia de São Pedro de Alcântara, a respeito da História de ANGELINA, somente posso informar que os documentos anteriores ao ano de 1925 foram todos destruídos, ..." (grifo nosso)(2).

A impossibilidade de se contar com os registros paroquiais para todo o espaço de tempo estudado, foi compensada pela utilização dos dados populacionais das demais fontes. Ao mesmo tempo, foram coletados nos registros de paróquias vizinhas, sobretudo na de São Pedro de Alcântara, os dados sobre a população da Colônia de Angelina.

Os registros paroquiais dos livros da Paróquia de Angelina, existentes no AHAF, foram levantados para complementar os estudos.

Tanto os livros referentes à Angelina, como os das demais paróquias, separaram-se em três categorias: batizados, casamentos e óbitos. Não foram encontrados registros de escravos, uma minoria na população da Antiga Colônia Nacional Angelina.

Os livros que se referem primordialmente à população livre, estão bem conservados e se apresentam numerados, em sequência cronológica:

a) Batizados

Paróquia de São Pedro de Alcântara :

---

(2) Correspondência do Padre Huberto Waterkemper. Pároco de São Pedro de Alcântara, ao Autor, em 14 de abril de 1989.

1 - 1854-1867 livro nº 02/100 folhas

Paróquia de Angelina

1 - 1926-1937 livro nº 03/150 folhas

2 - 1937-1945 livro nº 04/100 folhas

3 - 1945-1950 livro nº 05/100 folhas

b) Casamentos

Paróquia de São Pedro de Alcântara

1 - 1850-1867 livro s/n/100 folhas

2 - 1867-1872 livro nº 01/100 folhas

Paróquia de Angelina

1 - 1936-1955 livro nº 03/100 folhas

c) Óbitos

Paróquia de São Pedro de Alcântara

1 - 1850-1888 livro nº 01/100 folhas

2 - 1888-1946 livro nº 02/150 folhas

De certa forma são grandes as lacunas na nossa documentação. Mas saberemos supri-las como se verificará no Capítulo que trata da Dinâmica Demográfica, aplicando o tipo de estudo que a documentação permite de forma a não influenciar os resultados finais. Ao todo, foram coletados para processamento e análise 8.281 registros, assim distribuídos: 7.056 registros de tismo, 1.085 registros de casamentos e 140 registros de óbitos.

Procedeu-se à coleta dos dados com assentamentos em fichas individuais para batizados, casamento e óbitos, (anexo 1). As informações levantadas nas fichas, de um modo geral, sofreram poucas variações, possibilitando ao

pesquisador servir-se de fichas uniformes, preparadas com antecedência.

De um modo geral, quanto ao conteúdo, os registros paroquiais de São Pedro de Alcântara e de Angelina apresentam os seguintes dados:

a) Batizados: São, geralmente, bem completos para o século XIX. Enquanto que os registros desse século muitas vezes omitem a origem dos pais e dificilmente trazem o nome dos avôs (anexo 2.1)

- local do evento
- data do batizado
- prenome da criança
- data do nascimento
- filho (legítimo, natural e exposto)
- nome completo dos pais (e sua origem quando consta)
- nome completo dos avôs (quando consta)
- nome completo dos padrinhos
- assinatura do Vigário.

Quando se trata do batizado de um filho natural, os registros trazem dados apenas sobre a mãe e quase nunca sobre o pai. No caso de ser um filho exposto os dados referem-se, apenas, às pessoas que os receberam e sobre os padrinhos. Os dados referentes aos padrinhos são de grande importância para o estudo das relações sociais.

b) Casamentos: De maneira geral, estes registros são mais extensos e bem completos (Anexo 2.2). As indicações que fornecem são as seguintes:

- local
- data

- nome e origem dos noivos
- profissão e idade dos noivos
- nome e origem dos pais dos noivos
- avôs dos noivos
- assinatura do vigário e das testemunhas.

Os assentamentos podem trazer informações sobre a idade e profissão dos noivos, bem como sobre a filiação. A circunstância do nubente ser filho legítimo, natural ou exposto, não era esquecida. Nos casos de casamento em segundas ou terceiras núpcias, o estado de viuvez, com os nomes completos do primeiro marido ou esposa era regularmente anotado à margem do livro de registro.

c) Óbitos: Estes registros além de serem menos completos, também foram encontrados em menor quantidade (Anexo 2.3). Fornecem as seguintes indicações:

- local e data do evento
- nome e idade do falecido
- local do sepultamento
- em se tratando de um solteiro, indicava-se a filiação; para os homens ou mulheres casadas dava-se os nomes completos dos esposos; e no caso de viúvo mencionava-se os nomes completos dos esposos mortos.

Nesses registros de óbito, por serem mais incompletos, dificilmente constam dados referentes à causa mortis. Em se tratando de pessoas casadas não aparece a filiação, o que dificulta a identificação. A profissão, ao contrário dos registros de casamento, nunca aparece.



### 1.1.2. Outros Dados Populacionais

A busca de informações demográficas para épocas remotas não se esgota com os registros paroquiais. Os censos antigos são importantes para obtenção de dados sobre as características populacionais em determinados momentos, especificando totais de população, a sua distribuição por idade, sexo, condição social, atividade ocupacional, rendas, permitindo um conhecimento mais amplo sobre certas variáveis.

Utilizaram-se também Relatórios e Falas dos Presidentes da Província de Santa Catarina, dirigidos à Assembléia Legislativa Provincial, com dados sobre a população da Colônia Nacional Angelina, referentes aos anos de 1860 até 1877, com dados completos para todos os anos. Esses dados encontram-se no Arquivo Público do Estado, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, na seção que se refere à História de Santa Catarina, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Os censos foram tirados das publicações da Diretoria Geral da Estatística, sendo que os principais foram:

- a) Recenseamento da População do Império do Brasil, referente ao dia 1º de agosto de 1872, por sexo, idade, estado civil, condição social, nacionalidade e religião e alfabetização das pessoas recenseadas. Este foi o primeiro recenseamento geral do Brasil, apesar das várias tentativas feitas desde a época colonial;
- b) recenseamento realizado em 31 de dezembro de 1900, o qual não contém muitos dados;
- c) recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920, por sexo, faixa etária e grau de instrução.

- d) recenseamento realizado em 1º de setembro de 1940, onde a população de Angelina foi dividida entre o Distrito de Garcia e Angelina, por sexo e área (urbana, rural e suburbana);
- e) recenseamento realizado em 1º de julho de 1950, onde a população também foi dividida entre os dois distritos: Garcia e Angelina, por sexo e área (urbana, rural e suburbana).

## 1.2. Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada apoiou-se nos métodos propostos por Louis Henry e Michel Fleury e seus colegas do grupo de pesquisadores do "Institut National d'Etudes Démographiques", na França, a partir de 1950<sup>(3)</sup>. Foram eles que criaram uma técnica de levantamento e processamento dos registros paroquiais de casamentos, batizados e óbitos, para os estudos históricos e demográficos, já adaptadas à nossa realidade, através do professor Lawrence James Nielsen<sup>(4)</sup>.

Desta forma, procedeu-se ao levantamento dos eventos vitais relativos a batizados, casamentos e óbitos da população de Angelina de 1860 a 1950, existentes no Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, utilizando-se fichas individuais para cada registro. Com base nestas fichas

(3) FLEURY, Michel e HENRY, Louis. *Nouveau Manuel de Depopulation et d'Exploitation de l'Etat Civil Ancien*. Paris, 1965. p.44, 46 e 48.

(4) Peter Laslett, E.A. Wrigley, T.H. Hollingsworth e outros pesquisadores ingleses do "Cambridge Group for the History of Population and Social Structure" adaptaram o método francês para a sua utilização na Inglaterra, a fim de permitir a análise demográfica retrospectiva daquele País. O método utilizado na pesquisa realizada na Colônia Nacional Angelina resultou de uma adaptação da técnica de indexação, crítica e reconstituição familiar, introduzida pelos pesquisadores franceses e ingleses, as condições locais de registros paroquiais, realizadas pelo professor Doutor Lawrence James Nielsen, junto à Universidade Federal de Santa Catarina. Confira NIELSEN, Lawrence James. *Uma Metodologia de Pesquisa para a História Demográfica: Trabalho apresentado no IX Simpósio da ANPUH, Florianópolis, 1977. (Mimeografado).*

individuais dos três eventos, fez-se a agregação numérica dos eventos por mês e ano para o século XIX e XX.

A preferência pelas fichas individuais, decorre da facilidade de seu manuseio em etapas posteriores da reconstituição familiar e de problemas nos registros paroquiais como: assentamento fora da ordem cronológica, seja do momento de transcrição, seja pela restauração. Concluídos os levantamentos, foram os registros separados por tipo - batismo, casamento, óbito<sup>(5)</sup>.

As fichas individuais e separadas por tipo de assentamento, foram agrupadas por ordem cronológica; no caso de batismos, a ordenação foi por ordem cronológica da imposição do sacramento e por ordem cronológica do nascimento, haja vista constar este dado.

Procedeu-se, a seguir, à agregação numérica dos assentamentos por mês e ano (Anexo 3). Essa operação possibilita verificar quais os meses do ano em que ocorre um maior número de concepções, batizados, casamentos e óbitos. Relaciona-se essa maior frequência dos meses encontrados com os costumes sociais, econômicos, religiosos e também com as influências climáticas da região. Os resultados dessas operações foram apresentados em forma de tabelas e gráficos, ficando, assim, bem definida a maior ou menor incidência de cada evento em determinados meses<sup>(6)</sup>.

Ao se estudar a evolução populacional, por sexo e total, entre 1860 e 1950, houve a necessidade de se fazer uma estima-

---

(5) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Editora Pioneira, 1973. p.68 e 69.

(6) BARROS, Edy Alves Cabral. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, 1841 a 1910: A Sua Transição Demográfica. Florianópolis, 1979. p.43-45.

tiva do número de habitantes. Este cálculo foi realizado com o uso do Método da Progressão Geométrica, utilizado pelo IBGE para as projeções da população brasileira, cujo modelo matemático é:

$$P_x = P_0(1 + r)^{t_x - t_0} \quad (7)$$

Onde:

$P_x$  = População no ano  $t_x$

$P_0$  = População no ano  $t_0$

$(1 + r)$  = razão anual do crescimento geométrico

$i$  = taxa anual do crescimento geométrico.

Conhecendo-se a população de Angelina, e com os dados dos eventos vitais - obtidos a partir dos registros paroquiais - estabeleceu-se taxas de natalidade, de nupcialidade, de mortalidade, e de masculinidade; a partir das fórmulas seguintes:

a) Taxa de natalidade

$$N = \frac{nv}{P} 1000$$

b) Taxa de nupcialidade

$$n = \frac{E_c}{P} 1000$$

c) Taxa de mortalidade

$$M = \frac{E_o}{P} 1000$$

d) Razão de Masculinidade

$$R_m = \frac{H}{M} 100$$

---

(7) LAURENTI, Rui. Estatísticas de Saúde. São Paulo, EPU, 1985. p.34.

Onde:

- N = Taxa bruta de natalidade
- nv = Nascidos vivos no respectivo ano
- P = População no respectivo ano
- n = Taxa bruta de nupcialidade
- Ec = Somatória total de matrimônios no respectivo ano
- M = Taxa bruta de mortalidade
- Eo = Somatória total de óbitos no respectivo ano
- $R_m$  = Taxa bruta de masculinidade
- H = Total de homens no respectivo ano
- M = Total de mulheres no respectivo ano.

O estudo da estrutura populacional foi feito por sexo, idade, estado civil, nacionalidade, religião e atividade econômica, a partir dos dados contidos nos mapas e censos populacionais.

Os métodos de análise dessa pesquisa são aqueles preconizados pela moderna História Demográfica, já especificadas nos objetivos e hipóteses desse trabalho. Além disso, à medida do possível, buscar-se-á traçar comparações com outros trabalhos já realizados na mesma área, principalmente confrontando aqueles indicadores que acusam o bem-estar sócio-cultural de uma população. Assim, definidas as fontes e a metodologia, iniciamos o trabalho de pesquisa trabaçando a História da Colônia Nacional Angelina.

Todavia, cabe observar que durante o levantamento e análise dos dados, encontraram-se algumas dificuldades operacionais, principalmente relacionadas com a escrita e conservação dos documentos e com a insuficiência e qualidade dos dados. Na fase de levantamento dos dados, um dos maiores problemas foi o manuseio e leitura dos registros mais antigos: o papel danifi-

cado pelo tempo e corroído pela tinta, a escrita com borrões, a ortografia não legível, etc. Todos os problemas encontrados, junto aos diversos arquivos utilizados neste trabalho, foram solucionados da melhor maneira possível, com paciência e critério, de forma a não interferir nos resultados da pesquisa.

Maria Luiza Marcílio também encontrou problemas semelhantes quando estudou a população da paróquia da Sé em São Paulo<sup>(8)</sup>. Os principais problemas dizem respeito aos nomes de família, à idade e ao estado de conservação dos documentos. O nome dos pais não era, necessariamente, o mesmo nome dos filhos e o nome da esposa quase nunca era o mesmo da família do seu marido. O registro de batismo quase sempre aparece com prenome simples. Também, há várias pessoas diferentes com o mesmo nome, principalmente quando se trata de nomes muito comuns, como Maria, João, José, Manoel, etc. Outro problema é a ausência dos nomes dos avôs nos registros de batizados, principalmente para esse século, o que dificulta a identificação, assim como a ausência de filiação, nas fichas de casamento, para as noivas e noivos viúvos.

---

(8) "Notamos que, em virtude de um costume português transferido para o Brasil Colônia, os nomes de família dos pais não eram, necessariamente, aqueles de seus filhos. Por outro lado, a mulher casada não adotava nunca o nome ou os nomes de famílias de seu marido. Finalmente os filhos de uma mesma família tinham, em regra geral, sobrenomes que variam enormemente. Como geralmente havia dois sobrenomes para cada pessoa, teríamos para cada casal quatro sobrenomes; dois para cada pessoa. Então, os sobrenomes de seus filhos, por sua vez, poderiam aparecer ora com os dois nomes do pai, ora com os da mãe ou ainda com diferentes combinações e diversa posição dos quatro sobrenomes. E não era tudo". MARCÍLIO. Op.cit., p.70.

## CAPÍTULO II

### HISTÓRIA DA COLÔNIA NACIONAL ANGELINA - 1860-1881

#### 2.1. Colônia Nacional Angelina: razões de sua criação

As razões da criação da Colônia Nacional Angelina devem ser buscadas não só na História Catarinense, mas também na História do Brasil enquanto colônia de Portugal. A forma como se deu a ocupação do solo catarinense faz parte da política expansionista adotada por Portugal. A ocupação brasileira, durante o regime colonial, se faz conforme a "Lei das Sesmarias", de 1375, firmada por D. Fernando I<sup>(1)</sup>. O sistema foi transplantado para o Brasil, quando foram criadas as Capitânicas Hereditárias, tendo sido assegurado aos Donatários, nas Cartas de Doação, capacidade para livremente doar terras de sesmarias, exceto para a própria mulher ou ao filho herdeiro.

A ocupação do solo catarinense, como em todo o Brasil, devido às dificuldades naturais da conquista, foi-se dando

---

(1) A origem desse nome se deve procurar em sesma, que era a sexta parte de qualquer coisa. Deixando de lado os significados diferentes que a palavra teve durante a História, aqui ela deve ser entendida como Sítio, Terreno, ou limite em que se acham as terras dadas de sesmarias. CAVALCANTI, Tratado de Direito Administrativo, v.3, p.481-483.

primeiro no litoral e depois no interior. Por isso, são comuns relatos como este de 1860, do Presidente da Província de Santa Catarina: "Não está cabalmente reconhecida a área que compreende o território desta província". E mais adiante acrescenta: "Afóra o Município da Capital, todos os outros tem em si grandes extensões desconhecidas, no todo ou em parte inabitadas e incultas"<sup>(2)</sup>. Não eram só as divisas intermunicipais e de freguesias as desconhecidas, como também, as da própria Província. Os traçados imaginários das cartas topográficas eram quase todos imperfeitos.

Em Santa Catarina, particularmente, este contraste, entre cidade e sertão, acentua-se ainda mais com o crescimento da população luso-brasileira vinda do arquipélago dos Açores. Para atender a problemática social, conjuntural e econômica do arquipélago dos Açores e das Ilhas da Madeira, face ao pedido que lhes fizeram suas populações, foi organizado, de 1747 a 1756, o transporte de mais de 6.000 açorianos e pouco mais de meia centena de madeirenses, a fim de serem localizados no vazio demográfico catarinense<sup>(3)</sup>. Os resultados se fizeram sentir com o aumento populacional do litoral catarinense, surgindo uma sociedade marcadamente lusitana, com características específicas: materiais, culturais e espirituais.

Os açorianos aqui chegaram com a promessa de receber um quarto de légua em terras, ou o equivalente a 1.500 braças quadrados. Alguns receberam 50 braças de frente com 200 de fundo, outros um pouco mais, e muitos receberam menos ainda. Desta

---

(2) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1860. p.4.

(3) PIAZZA, F. Walter. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983. p.139-157.



forma, a Provisão de 09 de agosto de 1747 não foi cumprida<sup>(4)</sup>.

As dificuldades de subsistência do luso-brasileiro no litoral catarinense, sobretudo na Ilha de Santa Catarina, eram motivo de preocupação. As terras da Ilha também eram desfavoráveis. Acostumados à produtividade do solo vulcânico das ilhas de onde provinham, tiveram que enfrentar a floresta tropical, quente e úmida, (ou o solo formado por areia e mangue), que após desnudada a mata exuberante, apresentava um terreno que se empobrecia devido ao uso de técnicas agrícolas inadequadas. Assim, tem-se uma ampliação da agricultura de subsistência<sup>(5)</sup>.

A política de imigração foi instituída por D. João VI, durante a sua permanência no Brasil. Após a Independência, D. Leopoldina e José Bonifácio foram seus estimuladores. A partir de 1828 até o início do reinado de D. Pedro II, em 1840, houve uma retração da política de imigração em virtude da exacerbação de idéias nacionalistas, por pessoas que não viam com bons olhos a ocupação de terras brasileiras por grupos estrangeiros.

A ocupação do Sul do Brasil, fez-se, principalmente, através de um grande número de Colônias com imigrantes estrangeiros. Como exemplo temos a "Colônia São Pedro de Alcântara", fundada em 1829, no vale do rio Maruí, com elementos germânicos.

No Segundo Reinado, a partir de 1840, o Governo de D. Pedro II, voltou a ocupar-se com a imigração. Mas acabou por considerar que a organização da imigração deveria ocorrer por conta das Províncias. Caracteriza-se, inicialmente, por ser um

---

(4) O Cruzeiro (Jornal Político, literário e noticioso) Ano I, nº 14, Desterro, 19 de abril, 1960. p.3.

(5) PIAZZA, Walter F. Formação Étnico Sociológica do Catarinense. Florianópolis, 1988. p.5. (Mimeografado)

período sem linhas pragmáticas definidas e durante o qual o território catarinense serviu de laboratório de experiências<sup>(6)</sup>. A análise do processo imigratório para o Brasil, ao iniciar a segunda metade do século XIX, tem que ter presente alguns problemas do contexto social, econômico, político e cultural da época.

Desta forma, em 1860, ano da fundação da Colônia Nacional de Angelina, o Brasil, predominantemente rural, enfrenta uma profunda crise de mão-de-obra na lavoura, provocada pela substituição do trabalho servil pelo assalariado. A política migratória do Governo Imperial, numa atitude discriminatória, dava prioridade à migração estrangeira, sobretudo a alemã. Mas como esta também estava ameaçada foi necessário voltar-se para o colono nacional.

As colônias de imigrantes alemães, nas fazendas de café em São Paulo, foram motivos de constantes reclamações, devido às condições dispensadas aos imigrantes. O sistema deu origem a tantas queixas que a 3 de novembro do ano anterior (1859), fora promulgado o Rescrito Von der Heydt, decreto ministerial da Prússia, também adotado por outros estados alemães, proibindo a emigração para o Brasil. O decreto assinado pelo ministro prussiano Augusto Von der Heydt, do Comércio, Indústria e Obras Públicas, representou um rude golpe para a colonização alemã no Sul do Brasil. Os empresários que tiveram suspensas as suas concessões para encaminhar emigrantes para o Brasil, eram designados nominalmente<sup>(7)</sup>.

O decreto só foi revogado para o Rio Grande do Sul, Santa

---

(6) PIAZZA, Op.cit., p.7.

(7) SMITH, Brasil, Povo e Instituição. p.448-449.

Catarina e Paraná no ano de 1869. Mesmo o decreto não tendo pa-  
ralisado totalmente a migração alemã, foi suficiente para que  
as discussões girassem em torno da colonização nacional. Por-  
tanto, Santa Catarina vai ter que encontrar outros contingen-  
tes e outras formas para ocupar o seu território ainda grande-  
mente vazio.

As razões que levaram a criação da Colônia Nacional Ange-  
lina se tornam mais compreensíveis quando lê-se os jornais da  
época e os discursos do Presidente da Província de Santa Cata-  
rina durante os anos de 1859 a 1860. Este é o período em que  
amadurecem as idéias a favor da colonização nacional. Nos jor-  
nais da época não faltam críticas à política migratória do Go-  
verno Imperial no que se refere à colonização alemã. "...A a-  
gricultura deveria atrair os primeiros e principais cuidados  
do governo, mas não tem sido assim"<sup>(8)</sup>. Os colonos alemães re-  
crutados nas praças e tabernas da Alemanha quando não eram  
proletários medíocres, já eram industriais, incompatíveis com  
a realidade brasileira. Portanto, não faltaram críticas no que  
se refere à aplicação dos recursos públicos e quanto à prefe-  
rência pelos estrangeiros.

A solução para a crise da lavoura não estava na Alemanha  
mas sim na figura do desprezado luso-brasileiro. "Os portu-  
gueses açorianos e madeirenses são incontestavelmente os mais  
próprios para a nossa lavoura..." O mesmo jornal reconhece que:  
"... enquanto não se explorar este ou semelhante alvitre a  
crise da lavoura continuará"<sup>(9)</sup>. Enquanto não vingava a idéia  
da colonização nacional centenas de açorianos superlotavam a  
Ilha, enchendo a Capital de Carroças, aumentando as tabernas

---

(8) O Cruzeiro (jornal, político, literário e noticioso), Ano I, nº. 3, Des-  
terro, 08 de maio de 1860. p.2.

(9) Ibid., p.2.

pelo medo natural de se espalhar pelo continente.

Todavia, a preferência quase exclusiva pelo europeu no que se refere à política migratória estava sendo questionado. Convinha, pois, dar um destino conveniente ao luso-brasileiro, o que reverteria em benefício para eles e para o País. O acúmulo crescente da população no litoral catarinense causava preocupação. "Esta população assim distribuída, é reconhecida-mente nociva..."<sup>(10)</sup>. Por outro lado, a colonização alemã também podia vir a tornar-se uma ameaça<sup>(11)</sup>.

A virtude estava em saber conjugar de forma equilibrada o contingente europeu e o nacional. "Que venha embora boa colonização allemã; mas que não seja exclusiva, e que aproveitemos o que já temos mal aproveitada..."<sup>(12)</sup>

As conseqüências desses erros na política migratória já se faziam sentir. A má distribuição das terras, não obedecendo à Provisão do rei, fazia com que a população fosse repartindo as mesmas em herança, sendo que alguns já possuíam menos de 20 braças de terra. Desta forma, fica difícil tirar o sustento e o vestuário da família. "D'aqui nasce a pobreza de crescido número de habitantes da ilha dados a lavoura"<sup>(13)</sup>.

O jovem nasce sem muita perspectiva de vida. Ao ver que terá que sustentar a sua família com um pequeno pedaço de terra logo pensa em se aventurar pelo mar. Quem lucra é a marinha mercante norte-americana, onde os jovens catarinenses são tidos como os melhores marinheiros. Por isso, são atraídos por promessas de grandes lucros. Assim, pois, a Ilha é ocupada por

---

(10) O Cruzeiro. Op.cit., p.2.

(11) Ibid., p.2.

(12) Ibid., p.2.

(13) O Cruzeiro (jornal político, literário e noticioso), Ano I, nº 14, Desterro, 19 de abril, 1860. p.3.

um grande número de crianças, mulheres e velhos. Essas são as causas da pobreza de grande parte dessa população<sup>(14)</sup>.

Já no início de 1860, o Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque,<sup>(15)</sup> pensando em fundar uma nova colônia, assim se expressa:

Sempre pensei, senhores que a deficiência dos braços no nosso país não reclamava somente a emigração estrangeira, mas também saber aproveitar melhor a que já temos. Compreendendo também no nosso systema de colonização a população nacional, podemos em meo conceito ir marchando para aquele fim.(16)

No entender do Presidente da Província a solução para o problema estava na venda de terras, a longos prazos, a essas famílias, em lugares desabitados no interior do Continente.

Portanto, diante da necessidade emergente, das famílias sem terra, o Presidente da Província recorre ao Governo Imperial:

Chegando a meu conhecimento que vagavam algumas famílias nesta província em busca de terras de lavoura, mas que não possuíam os recursos para obtê-las por meio de compras, solicitei do governo imperial a faculdade de vender a escolhidas pessoas nestas condições lotes de terra.(17)

A colônia seria destinada a pessoas "laboriosas", "escolhidas", com "vocaçãõ para o trabalho", que sempre foram obrigadas a distribuir com o seu senhorio a metade dos produtos que colhem<sup>(18)</sup>. Desde o início os preconceitos em relação ao nacio-

---

(14) O Cruzeiro. Op.cit., p.3.

(15) Francisco Carlos de Araújo Brusque, fundador da Colonia Nacional Angelina, confira a sua biografia no Anexo 4.

(16) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1860. p.18 e 19. O mesmo Relatório também foi publicado no jornal "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, 21 de abril, nº 576, 1860. p.3.

(17) Relatório. Op.cit., p.18 e 19.

(18) Ibid., p.18 e 19.

nal são visíveis.

O próprio Presidente da Província de Santa Catarina não via com bons olhos os hábitos da população litorânea. Onde, "... vivendo principalmente da pesca, não se sujeita ao diuturno serviço da lavoura, recusa a oferta do trabalho e reluta em deixar a rede de pescaria pelo arado"<sup>(19)</sup>. Vivendo em semelhante situação como poderia o luso-brasileiro, da Ilha de Santa Catarina, conhecer o amanho da terra? Pois o cultivo da terra que conheciam consistia em roçar e queimar. Os únicos instrumentos de lavoura que utilizavam era a velha enxada.

Os braços nacionais que vegetam na ociosidade, com os auxílios necessários, com a mudança de seus hábitos, podem vir a produzir e ser úteis ao País. Porém, algumas mudanças são indispensáveis. "... É preciso modificar hábitos arraigados, inspirando a constância do trabalho e a ambição de bem estar, e lutar de alguma forma contra a repugnancia natural à locomoção e separação do lugar do nascimento e das relações contraídas"<sup>(20)</sup>. Mesmo após, o Presidente da Provincia de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, ter sido autorizado a fundar a colônia, as reclamações contra os hábitos da população litorânea continuaram.

O texto que segue dará uma idéia bem clara do preconceito generalizado que havia:

... um dos maiores inconvenientes que se opõe ao progresso da colonia nacional é sem dúvida a pouca ou nenhuma vocação que tem uma boa parte dos indivíduos que habitam as localidades próximas ao mar a vida agrícola; criando eles desde tenra idade na vida do mar, acompanhando os pais à pescaria, embarcados em pequenas canoas, consideram outra qualquer ocupação penosíssima e por demais improdutiva; não

---

(19) Relatório. Op.cit., p.27.

(20) Pinto, Relatório, 1861, p.8.

se resolvem por maiores que sejam as vantagens prometidas a abandonar os hábitos já tão arraigados, para abraçar a vida laboriosa da lavoura. (21)

Desta forma, as autoridades provinciais mostram-se preocupadas com o futuro da colônia. Os resultados da colonização nacional eram incertos. Usando o elemento nacional podia significar pôr em risco o futuro da colônia.

Todavia, era chegado o momento de enfrentar a nova experiência. O elemento humano tinha com sobra. Uma multidão de indivíduos existia em todo o litoral desde o município da Laguna até o São Francisco, onerados de famílias, privadas de todas as comodidades da vida, sem o necessário alimento, faltas até de um terreno para fazer um rancho de palha para se abrigar do tempo<sup>(22)</sup>. Porém, os poderes provinciais estão convictos que, ao abrirem a possibilidade do luso-brasileiro vir a povoar o interior do sertão, lhes estão prestando grandes favores. Ao oferecerem terra para o cultivo, por insignificante quantia que fosse, mesmo pagas em pequenas porções, não levavam em consideração a vida do colono que constantemente estava em risco<sup>(23)</sup>. A verdade é uma só: a vida do colono nacional não era fácil nem no litoral nem no interior do sertão.

Diante das razões expostas foi possível a criação da Colônia Nacional Angelina. O Presidente da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque recebeu a autorização da sua Majestade o Imperador em Aviso de 30 de Novembro de 1859. Esta seria a primeira experiência colonizadora a utilizar a mão-de-obra nacional, luso-brasileira. Ao mesmo tempo, era uma forma de

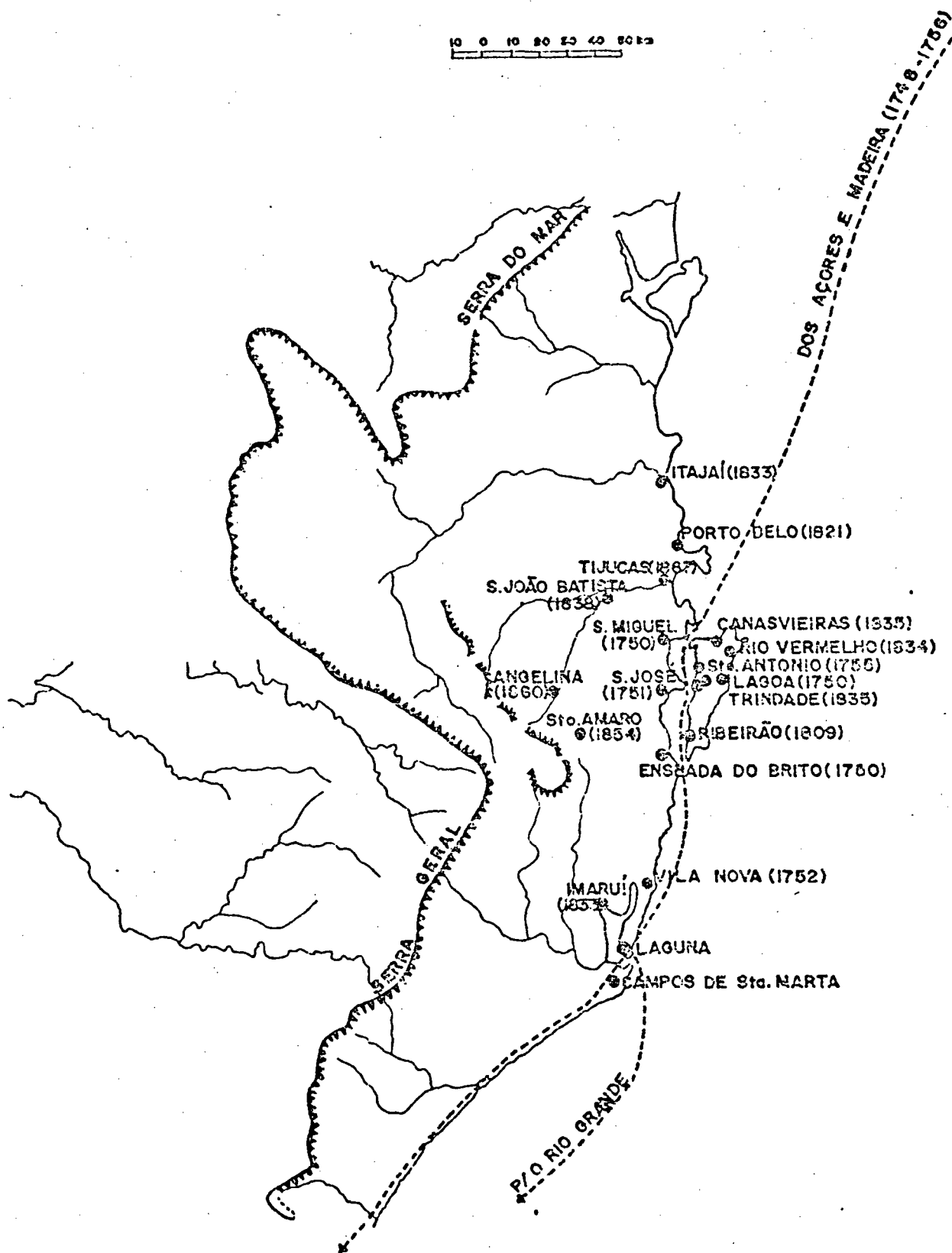
---

(21) Jornal: "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº 847, edição de 28 de abril de 1861. p.1.

(22) Jornal "O Argos da Província de Santa Catarina", Op.cit., p.1.

(23) Ibid., p.1.

## 1. MAPA DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA EM SANTA CATARINA



Fonte: PIAZZA, Walter F. e HÜBENER, Laura. Santa Catarina: história da gente. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1983. p.38.



aproveitar melhor o excesso populacional das áreas litorâneas, vítimas de um engodo colonizador que começou com a distribuição das "sesmarias" aos açorianos e seus descendentes<sup>(24)</sup>.

## 2.2. Colônia Nacional Angelina: Criação e Instalação

O Presidente da Província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, após receber a autorização do governo imperial, pelo Aviso de 30 de novembro de 1859, mandou fazer diversos levantamentos, a fim de encontrar um lugar favorável para a criação da Colônia<sup>(25)</sup>. Enquanto isso, aguardava "resultados de exames que mandou fazer em terras situadas nas localidades indicadas..."<sup>(26)</sup>. Porém, a sua preferência pessoal era por aquelas terras situadas na direção do Rio Engano até a estrada de Lages, um pouco acima da Colônia Leopoldina<sup>(27)</sup>. Esta paragem estava deserta e segundo as suas observações possuía boas terras.

A Colônia a ser criada teria de ser essencialmente agrícola. Por isso, o terreno a ser escolhido deveria reunir "a fertilidade do solo, a proximidade de um mercado regular, para estabelecer um núcleo de colonos nacionais..."<sup>(28)</sup>. Assim, pois, manifesta-se o interesse pelo desenvolvimento econômico da Colônia. Onde a "fertilidade do solo" e um "mercado regular" dariam garantia à produção e ao comércio dos produtos da Colônia.

---

(24) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1861. p.8 e 9.

(25) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1860. p.18 e 19.

(26) Relatório. Op.cit., p.18 e 19.

(27) Ibid., p.18 e 19.

(28) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1861. p.11 e 12. Confira Jornal "O Argos da Província de Santa Catharina, Desterro, nº 667, edição de 23 de março de 1861. p.1.

Após receber o resultado dos levantamentos que mandou fazer, para o estabelecimento da Colônia, o Presidente da Província assim se expressa: "Com efeito uma bela situação foi encontrada entre o ribeirão dos Mundeos, e o Rio Garcia próxima da antiga estrada de Lages, e pouco acima da Colônia de São Pedro de Alcântara"<sup>(29)</sup>. Ele está convicto de ter feito uma boa escolha. "O ponto onde está situado a colônia de que tratamos é o melhor que se podia escolher..."<sup>(30)</sup>. Isso porque ficava próximo à estrada de Lages e o Presidente já tinha em mente fazer uma comunicação com Itajaí<sup>(31)</sup>.

Para fazer frente aos trabalhos de medição e demarcação dos lotes, o Presidente da Província recorre ao governo imperial, a fim de obter os recursos necessários. Este trabalho não poderia ser feito pelos colonos, cuja pobreza e falta de instrumentos, não lhes habilitava para tal serviço<sup>(32)</sup>. Os lotes de terra seriam de 62.500 braças quadradas, "ao preço de meio real a braça, pagáveis em prestações iguais, a contar do fim do 2º ano do estabelecimento..."<sup>(33)</sup>. Já no início de 1861 muitos indivíduos procuravam a Presidência da Província pretendendo possuir terras nestas condições<sup>(34)</sup>. "Existem já algumas famílias a estabelecer e contam com outras, que procurão possuir alli terrenos"<sup>(35)</sup>.

---

(29) Relatório. Op.cit., p.11 e 12.

(30) Jornal "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº 847, edição de 28 de abril de 1861. p.1.

(31) Jornal. Op.cit., p.1.

(32) Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1860. p.18 e 19.

(33) Relatório. Op.cit., p.18 e 19.

(34) Ibid., p.18 e 19.

(35) Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1861. p.11 e 12.

A criação da Colônia foi possível através de autorização do Ministério do Império e com recursos expressos na Lei nº 482, da Província de Santa Catarina, de 5 de maio de 1860 combinado com o § 6º do artigo 2º Capítulo III da Lei nº 503, de 29 de junho do mesmo ano, (1860)<sup>(36)</sup>. Efetivamente, pode o Presidente da Província realizar o seu desejo de testar a Colonização Nacional.

Assim, deu-se a criação da Colônia Nacional Angelina, em homenagem ao então Presidente do Conselho de Ministros, Angelo Moniz da Silva Ferraz<sup>(37)</sup>. A Colônia foi localizada em terras devolutas, à margem do ribeirão dos Mundéus e próxima à antiga estrada de São José - Lages, compreendendo inicialmente ..... 9.000.000 de braças quadradas (43.560.000 m<sup>2</sup>), ampliadas ao dobro, por ato de 27 de janeiro de 1866<sup>(38)</sup>.

Desta forma, a instalação da colônia se deu aos poucos. Na data oficial da sua criação, 10 de dezembro de 1860, foram baixadas "Instruções"<sup>(39)</sup>, num total de 15 artigos, regulando as atividades do "Encarregado da Direção" da Colônia com a administração da Província de Santa Catarina, bem como o seu relacionamento com os colonos<sup>(40)</sup>. Ao agrimensor Carlos Otton

(36) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, 1863. p.27.

(37) PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983. p.354.

(38) BOITEUX, J. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina. 1.v. p.18 e 19.

(39) As "Instruções", num total de 15 artigos, regulamentavam a distribuição dos lotes de terra aos colonos da Colônia Nacional Angelina. Além disso, regulavam as atividades do Encarregado da Direção da Colônia com a Presidência da Província e o seu trabalho exercido junto aos colonos. Confira as instruções no Anexo 5.

(40) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis: Arquivo Público do Estado, 1973. p.37 a 41. Foi uma tese apresentada pelo professor, ao Curso de livre-docência em (História do Brasil), na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1973. O trabalho do autor enfoca a validade da colonização por "nacionais" (luso-brasilei-

Schlappal coube a tarefa da medição e demarcação dos prazos coloniais<sup>(41)</sup>. A sua obra e ação estão testemunhadas nos Relatórios e correspondências que manteve com a Presidência da Província.

O fundador da Colônia, Francisco Carlos de Araújo Brusque, não mediu esforços na escolha do pessoal que recebeu os lotes<sup>(42)</sup>. Ele mesmo reconhece que da colocação dos primeiros habitantes depende o feliz êxito da sua idéia. Desta forma, deu-se a criação da Colônia Nacional Angelina, que está pronta para receber os primeiros colonos.

### 2.3. A Área Territorial e sua Localização Geográfica

Já bem antes de legalmente ser fundada a Colônia Nacional Angelina, por ali passavam os tropeiros lageanos que desciam para o litoral, passando por Bom Retiro, Taquaras, Mundéus<sup>(43)</sup>, São Pedro de Alcântara até São José. Como nos Mundéus, hoje Angelina, havia uma baixada atraente e abundância de águas, era o lugar privilegiado para o pouso dos tropeiros, tanto na ida quanto na volta<sup>(44)</sup>. Dali para São José só havia uma picada, que durante muitos anos serviu de caminho para os tropeiros,

ros), sendo que, em geral, os autores tratam mais da colonização estrangeira. E também, dentro do contexto catarinense, até que ponto respondeu como atitude governamental, ao problema da ocupação do território, face às restrições de países europeus à emigração para o Brasil, a partir do Rescrito Von der Heydt, em 1859.

(41) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1861. p.9.

(42) Relatório. Op.cit., p.11 e 12.

(43) O nome de Mundéus, como vemos, sobrou até hoje, para o riacho que atravessa o estreito Vale e adiante deságua na represa da usina elétrica do Rio Garcia. As imediações do Rio dos Mundéus foi o lugar escolhido para ser fundada a Colônia Nacional Angelina, em 1860.

(44) SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina - 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.25.

os quais, serra abaixo, passavam com seus animais até alcançar o mar.

O Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, enquanto aguardava os resultados de exames que tinha mandado fazer, já mostrava a sua inclinação pelas terras que ficavam "na direção do Rio Engano até a estrada de Lages, pouco acima da Colônia Leopoldina" (45). Já de posse dos resultados, o mesmo Presidente, como já dissemos, localiza a Colônia "entre o ribeirão dos Mundéus, e o rio Garcia próxima da antiga estrada de Lages, e pouco acima da Colônia de São Pedro de Alcântara" (46). Definindo ainda melhor a localização pelos seus contornos, a Colônia ficava no triângulo formado pelo Rio Garcia com o ribeirão dos Mundéus, águas do rio Tijucas e fundos da Colônia de São Pedro de Alcântara (47). Situava-se dentro do Município de São José, distante da sua sede cerca de 50 quilômetros.

O mapa que segue retrata a Colônia Nacional Angelina e territórios adjacentes, no ano de 1872, no contexto da Província de Santa Catarina. Em destaque aparecem as colônias vizinhas de São Pedro de Alcântara, Santa Isabel, São José, a Ilha de Santa Catarina, além de outras localidades menores.

Angelina foi localizada em terras demarcadas, embora tendo a sua sede situada em um vale profundo, ainda está acima dos 400 metros sobre o nível do Mar. Ao seu redor, contudo, há picos com 600 a 800 metros de altura. O clima que varia de frio a temperado atinge a média de 16,3°C com a média máxima

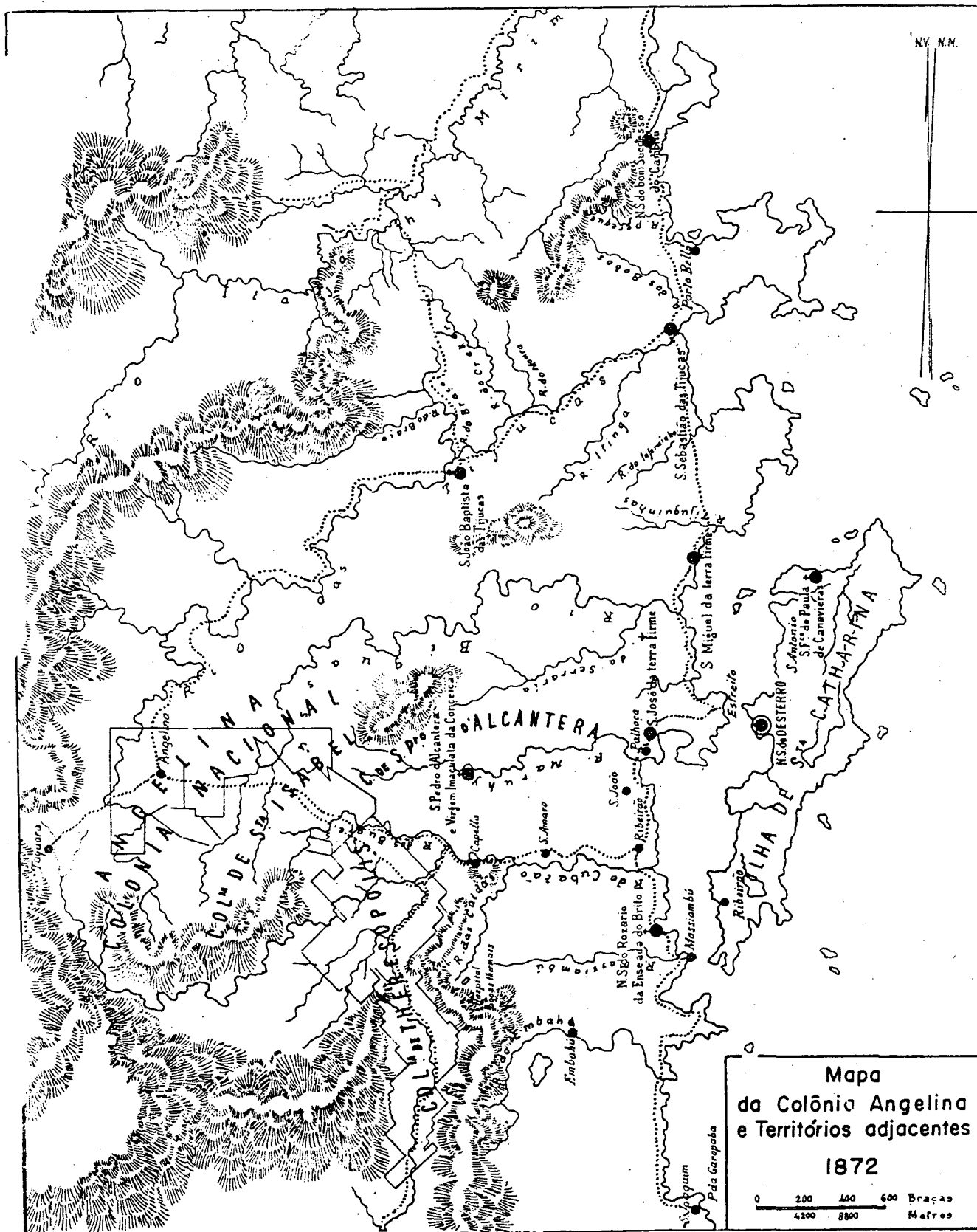
---

(45) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1860. p.18 e 19.

(46) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1861. p.11 (Conferir também "O Argos da Província de Santa Catarina", Desterro, nº 677, edição de 23 de março de 1861. p.1).

(47) MATOS, Jacinto A. de. Colonização do Estado de Santa Catarina, dados históricos e estatísticos. 1640-1916. Florianópolis:tip. "O Dia",1917.p.80.

## 2. COLÔNIA NACIONAL ANGELINA E TERRITÓRIOS ADJACENTES, 1872



Fonte: PIAZZA, op.cit., p.78.

de 20,7°C em fevereiro, podendo, com frequência, ocorrer geadas nos meses de junho e julho (quando a temperatura média mínima é de 12,6°C). A sua Latitude é de 27°35'00" e a Longitude de 48°59'30", com uma precipitação pluviométrica de 1.700 mm anuais. O seu relevo é bastante montanhoso, com serras cristalinas, apresenta solos dos tipos: Ilha, Orleans, Brusque, Rio do Sul, Ribeirão, etc. (48).

A localização da Colônia teve início nas terras varginosas do ribeirão dos Mundéus, porém, penetrando na formosura do verde escuro das matas, não tardou em atingir as encostas acliveis. Inicialmente, conforme as Instruções de 10 de dezembro de 1860, que regeram a Instalação da Colônia, foi marcada a área de nove milhões de braças quadradas, a demarcar em ambas as margens do ribeirão dos Mundéus, e de um e outro lado da antiga estrada para Lages, conforme o Artigo 3º das mesmas Instruções. E, mais adiante, no Artigo 6º das ditas Instruções, reza que a demarcação dos terrenos podia estender-se até a margem direita do Rio Garcia (49). Em 30 de dezembro de 1874, o Presidente da Província, em vista do grande número de famílias que procuravam a Colônia, autorizou também a distribuição de lotes de terra na margem esquerda do dito rio Garcia.

Todavia, a área inicial de 9.000.000 de braças quadradas (43.560.000 m<sup>2</sup>) ficou pequena, sendo que ainda havia colonos que ali pretendiam estabelecer-se. Assim, por ato de 27 de janeiro de 1866 foi elevada ao dobro a área da Colônia, sendo que os estabelecimentos dos colonos foram marcados nas duas margens da estrada Velha para Lages, bem como nas da estrada para o Município de Tijucas Grande, que beira o rio Tijucas

---

(48) Dados colhidos na Prefeitura Municipal de Angelina.

(49) Confira o Artigo 3º e 6º das Instruções no Anexo 5.

grande em sua margem direita<sup>(50)</sup>.

Os limites desta Colônia, ou de sua área total, nesta época, vinham a ser: desde o último morador de nome Pedro Waltrich, no Distrito de São Pedro de Alcântara, pela estrada velha de Lages, até encontrar os estabelecimentos dos colonos de Santa Isabel no lugar chamado as Taquaras que faziam os limites de Este e Oeste. Ao sul, pelo Ribeirão dos Mundéus, até encontrar os colonos de Santa Isabel. Ao Norte, passava nas margens do Rio Garcia - Tijucas Grande - até o lugar denominado Major<sup>(51)</sup>. Em 1867, quando o Diretor da Colônia, Carlos Othon Schlappal, viu a necessidade de se criar uma subdelegacia de Polícia na Colônia os limites ficaram praticamente os mesmos da área colonial<sup>(52)</sup>.

#### 2.4. Primeiros Colonos e Distribuição dos Lotes

De acordo com as Instruções de 10 de dezembro de 1860, que regulamentavam a medição e distribuição dos lotes aos colonos, em seu artigo primeiro, a colônia seria "composta de famílias nacionais", que fariam a sua morada nos lotes recebidos com o fim de efetivamente cultivá-los. E, no artigo segundo (d) as mesmas Instruções, é traçado o perfil moral e o tipo ideal de colono quando se exige que fossem: "... casados, viúvos com filhos, e de boa conduta civil e moral"<sup>(53)</sup>. Os lotes eram de

(50) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, 1866. p.30-33.

(51) Ofício nº 67, de 29 de janeiro de 1868, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

(52) Confira os limites do distrito da Subdelegacia de Polícia no Capítulo III deste estudo.

(53) Confira Instruções de 10 de dezembro de 1860 que encontram-se, na íntegra, no Anexo 5.



62,500 braças quadradas (o que equivale a 200 metros de frente por 1.430 m de fundos). Cada lote de terra, inicialmente, foi estipulado em 31\$250 réis, na razão de meio real a braça quadrada, pagáveis ao fim de 4 anos, a contar do segundo ano do estabelecimento do colono, em prestações iguais de 7\$800 réis.

O Agrimensor Carlos Othon Schlappal, encarregado da medição e demarcação dos lotes, não mediu esforços para realizar sua tarefa, pois, deixando de lado os velhos preconceitos, depois de algum esforço, já começaram a aparecer os primeiros indivíduos, que pretendiam se estabelecer na colônia<sup>(54)</sup>. Em ofício de 23 de março de 1861, o Encarregado da Direção da Colônia, comunicou à Presidência da Província a distribuição de lotes feita a 8 famílias, que começavam a estabelecer-se e dependiam, apenas, do consentimento do Presidente da Província para a obtenção do título provisório de ocupação. Dando o seu consentimento o próprio Presidente remeteu os referidos títulos ao agrimensor, a fim de serem entregues aos colonos na medida que iam se estabelecendo<sup>(55)</sup>. Já em abril, do mesmo ano de 1861, o centro destinado à povoação contava com 225 braças quadradas medidas e demarcadas, em terreno plano e seco<sup>(56)</sup>. Assim, foi o seu modesto princípio.

Os colonos, logo que chegavam, ficavam em um barracão especialmente construído para recebê-los, até que construíssem sua humilde casa, auxiliados pelos poucos recursos do Governo

---

(54) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1861. p.9.

(55) Relatório. Op.cit., p.9.

(56) Jornal "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro nº 847, 28 de abril de 1861. p.1.

Provincial<sup>(57)</sup>. Também recebiam "ferramentas arratórias", que no máximo eram: uma enxada, machado e quando ia bem uma foice e enxadão, e, às vezes, auxílio em sua "primeira derrubada". Torna-se evidente, que foi, desde o seu início, fundamentalmente, uma colônia agrícola. Não se fez sentir nela nenhuma inovação, o tradicionalismo nos métodos de produção e de transformação dos produtos primários pouco ou nada vão se alterar<sup>(58)</sup>.

Enquanto isso novos colonos procuravam a Colônia para estabelecer-se. Contava já em seu primeiro ano com 24 famílias com princípio de lavoura<sup>(59)</sup>. Todas tinham esperanças de fazer boa colheita. O Agrimensor, Carlos Othon Schlappal, desde o início, com seu zelo e dedicação trabalhou pelo bem da Colônia. Pois, quando o novo Presidente da Província, Inácio da Cunha Galvão, incumbiu-o de demarcar também os lotes da Colônia Teresópolis, não aceitou essa tarefa para dedicar-se somente à Colônia Nacional Angelina<sup>(60)</sup>.

Pouco a pouco, os colonos foram aumentando e, assim, em março de 1862, poder-se-ia dizer: "com uma população de pouco mais de 100 pessoas, possui já 28 lotes de terras cultivadas na extensão de 100.000 braças quadradas"<sup>(61)</sup>. O terreno, que

(57) Jornal. Op.cit., p.1.

(58) PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis. Editora Lunardelli, 1983. p.357.

(59) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Inácio da Cunha Galvão, 1861. p.4.

(60) Registro de correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Inácio da Cunha Galvão, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 8 de junho de 1861. Após ter exposto os seus motivos, Carlos Othon Schlappal, foi autorizado a prosseguir os seus trabalhos somente na Colônia Nacional Angelina. Confirma também os Registros de Correspondência. Op.cit., de 25 de junho de 1861.

(61) Fala do Conselheiro Vicente Pires da Motta, 1862. p.26. Confirma "O Mercantil, Jornal da Província de Santa Catharina", Ano II, nº 121, Desterro, março de 1862. p.1.

parecia ser de superior qualidade, já neste ano, produziu algum milho, feijão e batatas. Alguns colonos trabalharam na fabricação da erva-mate, em cujas florestas abundavam tal tipo de planta nativa. Contava com 39 casas, totalizando 187 pessoas. Os colonos eram localizados à margem do rio dos Mundéus (o futuro perímetro urbano) e bem mais abaixo, no vale do rio Garcia (onde, mais tarde, se localizaria o distrito do mesmo nome). Contudo, apesar da escassez de recursos, inicialmente, a colonização com o elemento nacional apresentou os resultados esperados.

Em 1863, evidentemente, a situação da colônia já era mais promissora. A sua superfície ocupada elevou-se para, aproximadamente, 350.000 braças quadradas e, segundo informações, achavam-se demarcados 69 lotes coloniais, dos quais 51 já distribuídos<sup>(62)</sup>. A produção, que ainda era pequena, neste ano consistiu em batatas, milho, feijão, fumo e mandioca em pequena quantidade. A exploração da erva-mate também continuava<sup>(63)</sup>. Mas, passado o primeiro impacto, custa a crer, que o vale dos Mundéus, com seus ervais naturais e grande quantidade de madeira de toda espécie, passadas as primeiras colheitas, iria apresentar um solo pouco fértil e improdutivo, deixando os seus habitantes na indigência.

O Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, em outubro de 1863, em visita à Colônia, verificou de perto a realidade. Lá constatou que os lotes eram pequenos e como agravante os colonos possuíam muitos filhos, e, por isso, era pre-

---

(62) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, o Comendador Francisco José de D'Oliveira, 1864. p.22 e 23.

(63) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, 1863. p.28.

ciso aumentar o tamanho dos lotes, o que aconteceu em janeiro de 1864<sup>(64)</sup>. E, sobre o que viu em sua visita descreve: "... É tal o estado de penúria em que vivem os colonos, que tive, ao voltar a Capital, de enviar-lhes algumas peças de algodão com que enroupassem seus filhos"<sup>(65)</sup>. Foi esta a impressão que teve ao ver os habitantes dessa colônia percorrer, sem parar, os caminhos escabrosos das matas em busca da sua subsistência. Na Colônia tudo ainda faltava, sem Igreja, hospital, escola, botica e nem ao menos estrada que facilitasse a procura dos recursos necessários, o que sem dúvida, retardava o seu desenvolvimento. Por isso, era grande o número de colonos que deixava o lugar, indo viver em outra parte mais comodamente.

Referente ao ano de 1864, encontra-se uma Relação de habitantes da Colônia Nacional Angelina, que permite um estudo mais completo sobre os primeiros moradores, quantificando-os quanto ao sexo, grupos etários, religião, naturalidade, posse e designação dos lotes de terra<sup>(66)</sup>. A situação da Colônia apresentava-se com 86 lotes de terra demarcadas, dos quais 72 já distribuídos, sendo 50 com estabelecimento definitivo e 22

---

(64) Ofício nº 117, datado da cidade do Desterro, em 15 de janeiro de 1864, do Encarregado da Direção da Colônia ao 1º Vice-Presidente da Província, o Comendador Francisco José D'Oliveira.

(65) Relatório. Op.cit., p.28 e 29.

(66) Ofício de 10 de janeiro de 1865, do Encarregado da Direção Carlos Othon Schalppal ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. Contém um "Relatório dos colonos e mais habitantes da Colônia Nacional Angelina", é datado de 08 de janeiro de 1865, contendo dados como constituição da família, nome dos habitantes, idades, religião, naturalidade, data em que tomaram posse em seus lotes de terra, designação dos lotes, culturas, indústrias e artes exercidos na Colônia, auxílios recebidos do Governo Provincial, comportamento dos colonos e outras observações sobre a vida e comportamento de cada um. Faremos, mais adiante, um estudo quantitativo desses dados quando tratarmos da estrutura familiar, no capítulo IV. Os mesmos dados também podem ser encontrados, in PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.184-202..

em princípio. Dos colonos que iniciam seu primeiro estabelecimento diz-se que, "habitam em ranchos provisórios, cuidando de construir suas casas para então conduzir suas famílias<sup>(67)</sup>. Na oportunidade, 23 colonos estavam no prazo de entrar para os cofres públicos com alguma quantia em forma de pagamento das terras. Naquele ano todos os colonos que se estabeleceram receberam ferramentas aratórias. Também, auxiliou-se a 20 homens na sua primeira derrubada, 2 colonos na construção de suas casas, além de 7 outros no transporte de suas bagagens. Com um contínuo fluxo colonizador, paulatinamente, vai-se ocupando a área da Colônia.

Aos poucos, contrariando as instruções de 10 de dezembro de 1860, há interesse em aceitar colonos solteiros, como é o caso de João Francisco Bitancourt e de João Antônio da Silva, ambos de bom comportamento, com casamento marcado com filhas de colonos<sup>(68)</sup>. Daí em diante, é comum o colono solteiro pedir lote de terra na colônia, bastava fazer o pedido, o Diretor como era de praxe fazia a consulta e imediatamente, a Presidência da Província dava o parecer favorável. Só para comprovar a nossa afirmação, citamos também, como exemplo, o caso de Jacinto Duarte da Silva, que pretendendo casar-se solicita um lote de terra, o que lhe foi concedido<sup>(69)</sup>.

E, apesar de tudo, a Colônia prosperava e dela dizia-se em 1865: "Comparativamente nenhuma colônia tem progredido tanto como esta..."<sup>(70)</sup>. Achavam-se demarcados 130 lotes de ter-

(67) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.33-35.

(68) Ofício nº 205, de 28 de julho de 1865, do Diretor da Colônia ao 1º Vice-Presidente, o Comendador Francisco José de Oliveira.

(69) Ofício nº 216, de 26 de setembro de 1865, Idem, Idem.

(70) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, 1866. p.30-33.

ra, dos quais 114 já distribuídos, 88 com estabelecimento definitivo e, apenas, 26 em começo. Porém, poucas obras tinham sido feitas na Colônia; apenas foi melhorada a estrada que segue em direção à Capital, numa extensão de 9 léguas; melhorando-se a estrada em direção a Lages, no lugar denominado Taquaras e uma nova ligação com Santa Isabel. A única obra pública consistia, até 1865, em um rancho de palha construído para receber os colonos. A situação era assim descrita:

... privados no entanto dos mais indispensáveis edifícios, de que se faz mister em qualquer insignificante povoação, como seja a casa para a residência do Diretor, uma capella para a celebração dos santos mistérios, e uma escola para o ensino de primeiras letras. (71)

A superfície original de 9.000.000 de braças quadradas (43.560.000 m<sup>2</sup>) já estava totalmente ocupada e a afluência de pessoas que queriam terras continuava; desta forma, era necessário o aumento da área, o que o Diretor pleiteia junto à Presidência da Província e consegue uma outra área de igual tamanho (72). Assim, por ato de 27 de janeiro de 1866, foi elevado ao dobro a superfície quadrada da Colônia.

Até 1866, conforme pretendeu o seu idealizador, Francisco Carlos de Araújo Brusque, a colônia foi essencialmente nacional, ou seja, ocupada por elementos luso-brasileiros. Mas, neste ano, os colonos da colônia Santa Isabel, num grupo de mais de trinta famílias, procuram o Diretor da Colônia e pedem para estabelecer-se na estrada que vai em direção ao Tijucas Grande, nas mesmas condições que os colonos nacionais. O Diretor

---

(71) Relatório. Op.cit., p.33.

(72) Idem. Ibidem. Conferir também os Registros de Correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 27 de janeiro de 1866.

da Colônia, quando pede permissão ao Presidente da Província, aponta como causa do abandono da Colônia Santa Isabel o fato das "terras serem estéreis", o que não possibilita o sustento da família<sup>(73)</sup>. E, em seu despacho, o Presidente da Província só permite a mudança, se os colonos que a pretendessem, estivessem em dia com a Fazenda Provincial.

Mas, quais as razões que levaram o elemento estrangeiro, principalmente de origem Germânica, a procurar a Colônia Nacional Angelina, de elemento luso-brasileiro? Concordamos com Piazza, quando diz que tal fato se deve: "a proximidade da Colônia Santa Isabel, de elementos germânicos, que, devido às condições topográficas e à falta de comunicação, a abandonam e, logo após a instalação da Colônia Nacional Angelina a procuram"<sup>(74)</sup>. Todavia, o elemento estrangeiro, de origem Germânica, primeiro, da Colônia Santa Isabel e, depois, da Colônia São Pedro de Alcântara, foram penetrando, cada vez mais, em maior proporção. Citemos, como exemplo, só para se ter uma idéia, a relação percentual é de 1,5% em 1866 e chega a 9,8% em 1877, apenas dez anos depois.

Ao fim do ano de 1866 existiam na Colônia 105 casas, 19 casas e 17 fogos a mais do que em 1865. E o quadro se completa: "Dos 156 lotes de terra atualmente demarcados, 139 já se acham distribuídos sendo com estabelecimento definitivo 105 e em princípio 34"<sup>(75)</sup>. Confrontando esses algarismos com os do ano anterior vê-se que foram demarcados 26 lotes e distribuí-

(73) Ofício nº 290, de 7 de dezembro de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda.

(74) PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983. p.356.

(75) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1877. p.13.

dos 25. Mas, o problema de troca de lotes continua, bem como a saída de alguns colonos já instalados. Entretanto, o número dos que procuravam a colônia era crescente. Nessa época, dava-se a abertura do caminho para Tijucas Grande, até o lugar chamado "ribeirão Major". Essas terras, nas margens do caminho aberto, na opinião do Diretor da Colônia, eram de superior qualidade; servindo de estabelecimento para muitos colonos, bem como às margens dos dois rios Adolpho e dos Perdidos, o primeiro que vem do Oeste, e o segundo do Leste<sup>(76)</sup>.

Terminada a abertura da estrada do Alto Tijucas Grande, até o lugar chamado "Major", novos pedidos de instalação de colonos foram feitos, desta vez por mais de 50 famílias. Querendo ampliar a colônia o seu Diretor propõe a Presidência da Província o estabelecimento de colonos na margem esquerda do rio Tijucas Grande, até o ribeirão Boa Esperança, a fim de fazer ali os limites da Colônia; pois este ribeirão fica quase em frente ao ribeirão Major. Desta forma, são autorizados os estabelecimentos pelo curso da estrada até o lugar chamado Major<sup>(77)</sup>.

Relativamente ao ano de 1867 existiam na Colônia 142 casas, sendo 12 ainda em construção, num total de 159 fogos, tendo havido em relação ao ano anterior um aumento de 37 casas e 23 fogos. Havia, também, 178 lotes demarcados, dos quais 152 já distribuídos, com estabelecimento definitivo 40, e em princípio 12<sup>(78)</sup>. Dos colonos novos 22 famílias receberam auxílio

---

(76) Ofício nº 22, de 19 de maio de 1867, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

(77) Ofício nº 56, de 24 de dezembro de 1867. Idem, Idem.

(78) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1868. p.21.



em sua primeira derrubada e 12 na construção de suas casas, dispendendo-se com o mencionado a quantia de 502\$000 réis. Todos os colonos que se estabeleceram definitivamente receberam ferramentas aratórias, a saber: machado 1, enxada 1 e cavadeira 1.

O Diretor e instalador da Colônia, Carlos Othon Schlappal, a 3 de novembro de 1868, deixou o seu cargo e, em seu lugar, assumiu Manoel Antônio Marques de Faria, que por motivos de saúde, só ficou à frente da Colônia durante 7 meses e 3 dias<sup>(79)</sup>. Com essa mudança e por ficar com alguns trabalhos interrompidos a Colônia vai ter o seu desenvolvimento desacelerado, bem como os trabalhos de medição e demarcação dos prazos coloniais vão ser interrompidos.

Em setembro do ano de 1869, a Colônia contava com 142 famílias, perfazendo um total de 660 habitantes, mais ou menos. De julho a setembro entraram para a Colônia 22 famílias, contendo 95 pessoas, todas já estabelecidas<sup>(80)</sup>. E as consequências da saída do primeiro Agrimensor e Diretor logo se fizeram sentir: "Acha-se em completa confusão o estabelecimento de colonos nesta colônia, em virtude da falta de medição e demarcação dos prazos"<sup>(81)</sup>. Muitos colonos desconheciam suas extremas e deixavam de fazer as derrubadas e plantações com receio de ultrapassar os seus limites. Desta forma, a instalação de

(79) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Carlos de Ciqueira Pinto, 1869. p.9. Cabe, todavia, observar que com a saída do primeiro Diretor, Carlos Othon Schlappal, a Colônia, de certa forma, desorganiza-se. Isso explica o fato que, nas administrações que o sucederam, até mesmo o número de informações, sobre a colônia vão diminuir nos Relatórios da Presidência da Província; como, por exemplo, poucas informações temos sobre o estado da colônia nos anos de 1868-1869.

(80) Anexo do Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Manoel da Fonseca Galvão, 1870. p.17.

(81) Anexo do Relatório. Op.cit., p.18.

novos colonos, praticamente, tornou-se impossível, agravando-se com a falta de medição e demarcação de novos lotes, para o que a Direção da Colônia conseguiu a colaboração grátis dos colonos.

Ao finalizar o ano de 1872, o Diretor da Colônia constata que um número expressivo de colonos antigos, com posse de seus lotes entre 4 a 9 anos, achavam-se com o tempo vencido para o pagamento dos ditos terrenos, e, apesar do esforço do Diretor, o mesmo não obtendo o pagamento pede providências à Presidência da Província. "... rogo a V. Excia. se digne fornecer-me ordens que os obrigue satisfazer tais importes, marcando um prazo (...) sob pena de multa aos contraventores" (82). Como vemos, pois, não estava sendo cumprido o Artigo 9º e §§ 1º e 2º das Instruções de 10 de dezembro de 1860. Tal fato, talvez, deve-se mais à incompetência dos administradores que não fizeram a cobrança no prazo certo do que ao calote dos colonos.

Em fins de 1873 é tomada uma nova diretriz com relação à Colônia, contrariando, definitivamente, as Instruções iniciais, por aviso de 22 de agosto deste ano, é mandado preparar, à custa do Estado, "prazos para o estabelecimento de colonos Europeus" (83). Para este trabalho foi incumbido o Engenheiro Pinto Braga (Martinho Dumense). Assim, oficialmente, retirou-se da colônia a sua condição de "nacional", pois, como vimos, de fato, isso já vinha acontecendo há muito tempo. Enquanto isso, os novos colonos são remetidos para a colônia, só que desta vez são europeus, de uma vez, oito famílias com 48

---

(82) Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra pelo Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca, 1871, em 15 de fevereiro de 1872. p.5-6.

(83) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Guilherme da Silva, 1874. p.47.

peças. Essas famílias de alemães, vindas da Europa, foram localizadas na linha do Rio Engano a partir do dia 10 de agosto de 1873<sup>(84)</sup>.

Para a instalação desses colonos que, não eram mais 48 e sim 45, foi contratado, inicialmente, o agrimensor Arnaldo Stahely, que, por motivos de doença, foi substituído pelo agrimensor Frederico Von Schöler<sup>(85)</sup>. O Diretor da Colônia esperava introduzir novos colonos europeus, além daqueles alemães e franceses, estabelecidos no Rio Engano, pois, mandou o agrimensor Frederico Von Schöler para o baixo Rio Garcia, para ali medir lotes, em excelentes terras, para um número aproximado de 150 a 200 casais<sup>(86)</sup>. Enquanto isso, os colonos nacionais continuavam a fazer seus pedidos de lotes de terra ao Diretor da Colônia para serem admitidos como colonos nacionais. Mas, ao que parece, as preferências tanto do Diretor da Colônia quanto da presidência da Província já estavam totalmente voltadas à colonização estrangeira.

Os problemas com a instalação de novos colonos aumentam. Em fevereiro de 1876 a Presidência da Província comunicou à

---

(84) Gastou-se com essas famílias as seguintes quantias: transporte da Praia Comprida a Colônia 240\$000 réis, alimentação nos primeiros dias de chegada 240\$000 réis, auxílio gratuito a 27 colonos adultos, mantimentos para 10 dias a 48 pessoas 288\$000 réis, abonos provisórios, derrubadas e sementes para 8 famílias 400\$000 réis, ferramentas agrárias para cada família 120\$000 réis, mais transporte para os lotes 160\$000 réis, e construção de caminhos para os lotes 800\$000 réis, totalizando ..... 2:788\$000 réis. Queremos, apenas, salientar que, certamente, a colonização nacional saía bem mais em conta. Mas, todavia, a política migratória do Governo Imperial dava prioridade à migração estrangeira. E, desta forma, não se investiu mais na colonização nacional (luso-brasileira). Ofício s/nº, de 04 de agosto de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Ten. Cel. Luis Ferreira do Nascimento e Mello (orçamento de despesa anexo).

(85) Ofício s/nº, de 19 de setembro de 1875. Idem, Idem.

(86) Ofício s/nº, de 28 de outubro de 1875. Idem, Idem.

Direção da Colônia que estava para chegar à Capital "oitenta e seis famílias de imigrantes com 446 indivíduos"<sup>(87)</sup>, dos quais alguns deveriam ir para a colônia, onde tinham apenas 48 lotes medidos, podendo chegar 60 a 70, no fim daquele mês. Então, já havia na Colônia "nacionais", alemães e franceses. Para os trabalhos de topografia, levantamento e loteamento da área destinada à localização de colonos foi removido da Colônia Blumenau. Para Angelina, o agrimensor Júlio Cesar dos Reis Pereira Cardoso, o qual, apresentou-se ao Diretor em 30 de junho de 1877<sup>(88)</sup>. Porém, o referido agrimensor pouco tempo permaneceu na colônia, e, já a 15 de setembro, novamente, foi removido para a Colônia Blumenau, para substituí-lo foi nomeado, por Aviso do Ministério da Agricultura, de 31 de agosto daquele ano, o agrimensor Virgínio de Souza Conceição<sup>(89)</sup>.

Como o novo agrimensor, não foi atendido em alguns pedidos que fez, em março do ano seguinte, ainda não havia chegado na Colônia. Enquanto isso, no final daquela década, os problemas aumentam. A colônia recebeu mais imigrantes franceses, porém, o problema consistia, desta vez, na abertura de uma picada com uma légua de extensão, o que a Presidência da Província autorizou por 450\$000 réis<sup>(90)</sup>. Ainda, em 1879, têm-se notícias de dois outros imigrantes franceses, Napoleon Pititgenet e Jean Batiste Demas, como haviam manifestado o desejo de experimentar o cultivo da vinha, a Presidência da Província re-

(87) Correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, o Tenente Coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 27 de fevereiro de 1876.

(88) Ofício s/nº de 02 de julho de 1877, do Diretor da Colônia, José Cândido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araújo.

(89) Ofício s/nº, de 26 de setembro de 1877. Idem, Idem.

(90) Ofício s/nº, de 17 de novembro de 1879, do Diretor da Colônia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Antônio de Almeida Oliveira.

comenda que recebam lotes de terra apropriados para esse fim<sup>(91)</sup>. Em dezembro de 1879, face às dificuldades existentes e por continuar o afluxo de colonos, era necessário continuar com os serviços de medição que tinham sido interrompido, "em virtude da suspensão de todos os trabalhos"<sup>(92)</sup>.

Assim, pois, a colônia chega a sua emancipação em 1881. Já durante os dois últimos anos diversos trabalhos foram realizados na colônia no sentido de prepará-la para tal fato, cujos trabalhos foram aumentados com a medição e demarcação final da área e a distribuição definitiva dos últimos lotes aos colonos.

## 2.5. Os Administradores da Colônia Nacional Angelina

A direção da Colônia passou pelas mãos de vários administradores, desde a sua fundação, em 1860, até a sua emancipação em 1881.

O primeiro administrador da Colônia foi Carlos Othon Schlappal<sup>(93)</sup>, que junto com as instruções de 10 de dezembro de 1860, ficou responsável pelo serviço de medição e demarcação dos prazos coloniais<sup>(94)</sup>. Foi escolhido pelo Presidente da Província e ficou à frente da Colônia até 1869. O seu trabalho à

---

(91) Correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 5 de julho de 1879.

(92) Ofício nº 151, de 29 de dezembro de 1879, do Diretor da Colônia Nacional Angelina, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Antônio de Almeida Oliveira.

(93) Carlos Othon Schlappal foi o primeiro diretor da Colônia Nacional Angelina. A sua administração vai de 1860 a 1869. Confira a sua biografia que se encontra no anexo 4.2.

(94) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1861. p.11.

frente da Colônia, já no início, foi elogiado pelo Vice-Presidente da Província, João Francisco de Souza Coutinho, cuja marcha ia com regularidade apesar da escassez dos recursos disponíveis<sup>(95)</sup>.

A sua administração é retratada nos seus Relatórios, nas correspondências que manteve com a Presidência da Província, cujos dados são encontrados nos "Relatórios" e "Falas" da Presidência da Província de Santa Catarina. O Relatório que mais se destaca pela minúcia, quantidade e qualidade de dados, é o referente ao ano de 1864<sup>(96)</sup>. Nele se encontra uma relação dos habitantes da Colônia, os trabalhos nela desenvolvidos, o movimento da população, a entrega e distribuição dos lotes, dados sobre a agricultura, auxílios recebidos para o estabelecimento dos colonos; além de dados sobre a educação, saúde e atendimento espiritual. Também, nesta época, já pleiteava a construção de uma "Casa da Direção"<sup>(97)</sup>, a construção de uma capela e a criação de uma escola.

Em 11 de janeiro de 1865 é, Carlos Othon Schlappal, nomeado Diretor efetivo da Colônia Nacional Angelina<sup>(98)</sup>. Ele era a pessoa mais indicada, pois antes, ajudou a escolher o local para a colônia ser fundada, depois marcou os lotes, foi "Encarregado da Direção", e, finalmente, seu diretor efetivo. Percebia um salário anual de 1:200\$000 réis.

---

(95) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, João Francisco de Souza Coutinho, 1863. p.17.

(96) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre da Silva Chaves, 1865.

(97) "Casa da Direção": é uma casa que ficava na sede da Colônia, destinada ao Diretor da mesma, onde eram desenvolvidos os trabalhos de gabinete, confecção de mapas e relatório da colônia, sendo usada para receber autoridades de fora e impor o devido respeito aos colonos.

(98) Registro de correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 11 de janeiro de 1865.

Com uma administração bem sucedida, entretanto, continuava o Diretor da Colônia a ser merecedor de dignos elogios por parte da Presidência da Província, como este do ano de 1866.

É uma direção inteligente, zelosa e conscienciosamente dedicada, como é felizmente a que possui o estabelecimento, é justo atribuir em grande parte o bom êxito que vai alcançando esta primeira e creio que única tentativa bem sucedida de colonização nacional. (99)

Mas, aos poucos, aquele diretor, zeloso, pensa em deixar o seu trabalho diante do pequeno ordenado que recebia<sup>(100)</sup>. Sendo o único empregado da colônia desempenhava simultaneamente as funções próprias de diretor, as de engenheiro e agrimensor, além das de escriturário. Como não foi possível obter o aumento em seu salário, conforme pleiteava, pediu a exoneração do cargo de direção. Desta forma, Carlos Othon Schlappal, foi a 3 de novembro de 1868, exonerado da Direção da Colônia<sup>(101)</sup>.

O segundo diretor da Colônia Nacional Angelina foi o Doutor Manoel Antônio Marques de Faria<sup>(102)</sup>. Foi nomeado a 3 de novembro de 1868<sup>(103)</sup>. Por motivos de saúde pouco se empenhou no cargo e, durante a sua administração, a colônia quase não progrediu. Ele próprio pediu exoneração do cargo em documento

---

(99) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1867. p.15.

(100) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1868. p.24.

(101) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos de Ciqueira Pinto, 1869. p.9.

(102) Manoel Antônio Marques de Faria - médico das Colônias Santa Isabel e Teresópolis, com um ordenado anual de 3:600\$000 réis. Foi nomeado a 3 de novembro de 1868 Diretor da Colônia Nacional Angelina. Já a 9 de junho de 1869, era exonerado, a pedido, por motivos de saúde. Ficou residindo na Colônia Santa Isabel e fazia visitas a Colônia Angelina, apenas 6 a 7 horas em cada mês. Por isso, na sua administração a Colônia ficou quase em completo abandono. Confira PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional, Florianópolis, 1973. p.57.

(103) Relatório. Op.cit., p.9.

do seguinte teor: "Não podendo por alteração de má saúde continuar no exercício do meu cargo, rogo a V.Exa. se digne exonerar-me"<sup>(104)</sup>. A sua exoneração se deu a 9 de junho de 1869.

Joaquim José de Souza Corcoroca<sup>(105)</sup>, entrou no cargo para substituí-lo, por ato de 19 de junho de 1869, logo depois, em 21 de agosto já lhe foi concedida uma licença de um mês<sup>(106)</sup>. Depois, assumiu o cargo de direção, com muito esforço, procurou restabelecer a ordem na colônia. Mandou informações precisas ao Presidente da Província de Santa Catarina, que foram publicadas nos Relatórios anuais de 1871 e 1872<sup>(107)</sup>. Pelas informações que chegaram à Presidência da Província lê-se que a Colônia "vai prosperando gradualmente"<sup>(108)</sup>, sob a orientação deste diretor.

Porém, como a fazenda provincial alega não ter muito dinheiro disponível nos cofres públicos, resolveu mandar suspender as obras da Colônia. Assim, pois, foi comunicado pelo Presidente da Província em sua fala de 1871<sup>(109)</sup>. A partir de 19 de abril em diante, toda e qualquer obra, para ser feita, deveria ser em vista de plano e orçamento, após serem apresentadas as propostas em envelope fechado pelos próprios concorren-

---

(104) Ofício s/nº e s/d do Dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Presidente da Província de Santa Catarina, Carlos Augusto Ferraz de Abreu.

(105) Joaquim José de Souza Corcoroca nasceu em 17 de maio de 1827. Foi Capitão de Navio, 2º Tenente honorário da Armada. Por Aviso nº 17, de 30.06.1859, foi nomeado "medidor de terras" na Província de Santa Catarina. Em 1861 era Diretor da Colônia Santa Isabel. O seu apelido era "Corcoroca", o qual ele mesmo incorporou ao nome. Faleceu, aos 71 anos de idade, a 30 de maio de 1898. Confira PIAZZA. Op.cit., p.58.

(106) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Coronel Joaquim Xavier Neves, 1869. p.10.

(107) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Francisco Ferreira Corrêa, 1871. p.14. Confira também GOUVÊA, Relatório, 1871. p.15.

(108) Relatório. Op.cit., p.14.

(109) Ibid., p.14.



tes à Presidência. Esta foi uma maneira encontrada pela Presidência da Província para controlar de forma direta os gastos da colônia.

O Coronel Joaquim José de Souza Corcoroca, por impedimento físico, impossibilitado que estava para exercer o cargo, foi exonerado, em 22 de novembro de 1873<sup>(110)</sup>. Sabe-se, que por pouco tempo, interinamente, assumiu a direção da colônia o Capitão honorário do Exército, Firmino José Correa<sup>(111)</sup>. Este ficou apenas alguns dias à frente da Colônia<sup>(112)</sup>.

O Coronel Gaspar Xavier Neves<sup>(113)</sup>, nomeado a 13 de dezembro de 1873, assumiu a Direção aos 17 dias do mesmo mês. Em suas mãos a Colônia apresentou considerável desenvolvimento<sup>(114)</sup>. Todavia, no ano de 1874, passou a administração da Colônia a ser subordinada ao Governo Imperial.

(110) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Guilherme da Silva, 1874. p.49.

(111) Firmino José Corrêa, foi diretor interino da Colônia Nacional Angelina, em dezembro de 1873. Antes, já tinha sido Diretor da Colônia Provincial "Príncipe D. Pedro", de 12 de outubro de 1869, com a sua anexação, pelo aviso do Ministério da Agricultura, de 6 de dezembro de 1869, à Colônia Brusque, passou a Diretor desta, que exerceu até julho de 1870. Mais tarde, em 1871, foi ajudante de ordens do Presidente Bandeira de Gouvêa. Confira, PIAZZA. Op.cit., p.58.

(112) Registro de Correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, enviada pelo Secretário do Governo, Manoel Ferreira de Mello, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, Joaquim de Souza Corcoroca, em 22 de novembro de 1873.

(113) Gaspar Xavier Neves: Nasceu em São José, SC, a 08.09.1815, filho do Coronel Joaquim Xavier Neves e de D. Felicidade Firmina Neves. Exerceu vários cargos públicos, sua vida política tem início em 1838, por ocasião da Revolução Farroupilha. Foi eleitor de Paróquia em 1856, pelo partido judeu liberal, vereador à Câmara de São José, em vários períodos, Coletor de Rendas Gerais, Tenente Coronel, Comandante do 2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da Província. Por fim, foi nomeado a 10 de outubro de 1868 diretor da Colônia Santa Isabel e Teresópolis. E a 17 de dezembro de 1873 Diretor da Colônia Nacional Angelina, cargo que exerceu até a sua morte, a 17 de novembro de 1876. Foi casado com D. Maria Luiza das Dores. Confira: PIAZZA, Walter F. Op. cit., p.58-59.

(114) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Guilherme da Silva, 1875. p.101.

Em ofício, sem número, de 13 de fevereiro de 1875, o Diretor da Colônia pede ao Presidente da Província a nomeação de um agrimensor<sup>(115)</sup>. Segundo ele a medição e distribuição dos lotes estava muito confusa, sendo que o seu antecessor, Joaquim José de Souza Corcoroca, havia feito a distribuição dos lotes sem tê-los medido. E, reclama, que o único Diretor que havia feito a distribuição certa dos lotes tinha sido Carlos Othon Schlappal, em cujo trabalho é possível encontrar a numeração dos lotes, a exatidão de suas frentes e a direção. "...O que não se encontrou nos lotes distribuídos por aquelle ex-Diretor, que nem ao menos em sua escrituração no competente livro de registro se encontra o número do lote..."<sup>(116)</sup>.

Em 1875, novos elogios são emitidos, a favor da administração do Coronel Gaspar Xavier Neves, pelo Presidente da Província de Santa Catarina. Desta vez diz: "que muito solícito tem sido em promover os melhoramentos necessários à prosperidade e engrandecimento da Colônia". E acrescenta que apesar dos escassos recursos disponíveis, "vão se desenvolvendo com mais vigor a lavoura, as vias de comunicação e as obras públicas ..."<sup>(117)</sup>.

Em 25 de abril de 1874, pelo Decreto nº 5.604, foi instituído o registro civil e conforme o seu artigo 4º, este trabalho ficava sob a responsabilidade da Direção da Colônia. Entretanto, a Câmara Municipal de São José, responsável em arrumar os livros próprios para tal fim, não o fez em tempo há-

(115) Ofício s/nº, de 13 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, a Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Thome da Silva.

(116) Ofício. Op.cit.

(117) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 1876. p.91 a 92.

bil (118).

Nesse meio tempo, a Colônia foi visitada pelo Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, que fez questão de deixar algumas diretrizes à sua administração. Em janeiro de 1876, lamentavelmente, Gaspar Xavier Neves, mandou seu último relatório acerca da Colônia à Presidência da Província, que serviu de base à Fala proferida na Assembléia Legislativa provincial (119).

Por ato de 18 de setembro de 1876, foi nomeado o Tenente José Cândido Duarte Silva (120), Diretor Ajudante do Diretor Gaspar Xavier Neves. A 17 de novembro de 1876, o Ajudante do Diretor, José Cândido Duarte Silva, comunica à Presidência da Província a morte do Diretor da Colônia, o Coronel Gaspar Xavier Neves. De início respondeu interinamente pela Colônia e, depois, como Diretor efetivo, foi nomeado a 23 de novembro de 1876, e nela permaneceu até 1879 (121).

A Presidência da Província de Santa Catarina, lamentando a morte de Gaspar Xavier Neves, emite parecer favorável sobre

---

(118) Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1876, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

(119) Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

(120) José Cândido Duarte Silva, natural da cidade de Desterro, filho de Eduardo Duarte Silva e de D. Custódia Bernardina da Luz. Casou-se na mesma cidade, a 16 de junho de 1849, com D. Francisca Leopoldina Garcez, filha de Manoel Teixeira de Araújo Gonçalves e de D. Rita Luisa do Nascimento. Como Ajudante da Direção da Colônia Nacional Angelina, nomeado a 18 de setembro de 1876, só tomou posse a 18 de novembro daquele ano, por morte do Diretor da mesma, Gaspar Xavier Neves. Em 23 de novembro de 1876, foi nomeado Diretor da Colônia, fato que foi confirmado por Aviso do Ministério da Agricultura, de 1º de dezembro do mesmo ano. Faleceu em agosto de 1888. Confira obra Op.cit., PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional, 1873. p.59.

(121) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Hermínio Francisco do Espírito Santo, 1877. p.74 e 75.

a situação da Colônia. "A colocação da Colônia Angelina foi melhor". E justifica que: "O vale é muito mais largo, e apresenta certa extensão plana de terrenos férteis. (...) Teve várias phases de decadência e prosperidade" (122). E os gêneros de consumo ordinário produzidos na colônia não só abasteciam o mercado da capital, como Brusque e a sua vizinhança. Nesta época, também, ficou autorizada a construção de duas casas na sede da Colônia, para a botica, a fundação de duas escolas, no ponto denominado "Garcia", onde habitava um núcleo de aproximadamente 600 alunos (123).

Num balanço geral, vê-se que a colônia estava bem desenvolvida e que não tardaria a vir a sua emancipação. As linhas de colonos já se estendiam num desenvolvimento de mais de 3 léguas, encontrando terras de boa qualidade, sobretudo, no vale do rio das Perdidas (124).

Relativamente aos anos de 1877 e 1878, o Diretor da Colônia, José Cândido Duarte Silva, elaborou seus relatórios, fazendo um balanço da situação da colônia. Apresentou a Presidência da Província, em ambos os relatos, dados sobre: as vias de comunicação, as obras públicas, os edifícios públicos, a lavoura, a situação do comércio e a indústria, sobre os indígenas, instrução pública, médico, empregado da Direção, além de outros dados (125).

O engenheiro Alberto d'Aquino Fonseca assume a Direção da

---

(122) Relatório. Op.cit., p.74 e 75.

(123) Ibid., p.74 e 75.

(124) Ibid., p.74 e 75.

(125) Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colônia José Cândido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araújo. Confirma também ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878. Idem, Idem.

Colônia no ano 1879<sup>(126)</sup>. Em 1880, o Governo Imperial começou a traçar diretrizes com a finalidade de extinguir as colônias, incorporando-as ao sistema de legislação comum. Para tanto, foram estruturadas comissões responsáveis para analisar a sua situação e tomar as medidas necessárias à emancipação<sup>(127)</sup>. Finalmente, a emancipação da Colônia Nacional Angelina deu-se no dia 3 de dezembro de 1881, através do Decreto nº 8.333.

Assim, estava cumprida a determinação do Governo Imperial de emancipar a Colônia Nacional Angelina. Desta forma, Alberto d'Aquino Fonseca também terminou sua ação administrativa. O último documento referente a sua administração, que encontramos, é um ofício onde ele pede o pagamento a Manoel Duarte Silva, pela condução de 13 caixas e mais objetos avulsos, daquela colônia e esta Capital, tendo que, ainda, estas despesas concorrer por conta de crédito distribuído para a emancipação das colônias<sup>(128)</sup>. Para finalizar, cabe, todavia, dizer que as despesas com a colônia aumentaram muito durante o ano da sua emancipação<sup>(129)</sup>. Isso se explica, pelas despesas que tiveram que ser feitas com os trabalhos preliminares, que antecederam tal ato. Emancipada a Colônia, não se pode afirmar, se ela estava, ou não, preparada para sobreviver sozinha; mas teve que enfrentar a nova realidade.

---

(126) Alberto d'Aquino Fonseca era Engenheiro Civil. Foi ele quem elaborou, em 1874, os estudos e orçamentos para a ponte de desembarque junto ao Mercado Municipal, na antiga cidade de Desterro. Também é o responsável pelo orçamento dos melhoramentos das estradas das Colônias Teresopolis e Santa Isabel à Capital. Faleceu na cidade de Laguna, (SC), em Dezembro de 1899.

(127) PIAZZA, Op.cit., p.55.

(128) Ofício s/nº, datado do Desterro, em 24 de março de 1882, do ex-Diretor da Colônia Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Augusto do Livramento.

(129) Correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, Alberto d'Aquino Fonseca, em 31 de maio de 1881.

## 2.6. Fatores do Fracasso da Colônia Nacional Angelina

### 2.6.1. Situação Geográfica

O Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, em 1876, no início da sua administração na Presidência da Província de Santa Catarina, solicitou ao Engenheiro Antônio Florêncio Pereira do Lago que realizasse um estudo sobre o desenvolvimento das Colônias na Província de Santa Catarina. Em importante análise, entre outras causas, aponta-se, como razão para o fracasso das Colônias, a situação geográfica desfavorável <sup>(130)</sup>. A má escolha das localidades para a fundação das colônias, aliada à ignorância e desconhecimento das condições climáticas, sem nenhum preparo do terreno a ser distribuído, punha em risco qualquer empreendimento colonizador. A Colônia Nacional Angelina também vai sentir, ainda mais que as outras, os efeitos dessa má localização geográfica.

Em primeiro lugar, cabe dizer, que nenhum estudo foi feito para analisar a natureza do solo e as condições bioclimáticas para a fixação do elemento humano. E, no caso específico, em se tratando de uma Colônia "Nacional", como se comportaria, ali, o elemento luso-brasileiro? Na realidade, a primeira luta do elemento humano estabelecido nestas condições, foi contra os solos inférteis e a tropicalidade do ambiente. As encostas cobertas com uma vegetação exuberante, desde que despidas da sua cobertura florística, produz intensa erosão, face aos altos índices de precipitação, existentes na área da Colônia <sup>(131)</sup>.

---

(130) TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Hermínio Francisco do Espírito Santo, 1º Vice-Presidente passou a administração da Província de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 1877. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1877. p.95.

(131) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.239, 259 e 261.

Desta forma, após as primeiras colheitas, restam somente as pequenas várzeas que recompõe-se com as inundações.

Em segundo lugar, sabendo-se da sua situação topográfica difícil, situada em vale encaixado, sujeito ao desgaste das suas terras, não se tomou nenhuma medida a nível de administração política, nem a nível prático no sentido de usar técnicas conversacionistas e cultivos que favorecessem a proteção do ambiente. Adotando a derrubada e a queimada e a velha enxada no preparo do solo os resultados só podiam ser desastrosos para a Colônia. Por isso, a Colônia serviu como laboratório de experiência, onde foram testados diversos tipos de cultura, sem grandes resultados.

Em terceiro lugar, sua localização, próxima à "antiga estrada de Lages", seria para servir a uma necessidade da economia regional, ou seria tão-somente um problema de geopolítica, com a ocupação de espaços vazios intermediários entre o litoral e o planalto? Na verdade, é uma medida de altos interesses econômicos, pois no caso do litoral ter produtos que interessassem o planalto, e, vice-versa, com boas condições de trânsito, sem a menor dúvida, ambos lucrariam<sup>(132)</sup>. Por outro lado, conforme as Instruções de 10 de dezembro de 1860, que traçam as diretrizes da colonização nacional, localizam a Colônia, geopoliticamente, como uma cunha entre os imigrantes alemães e nórdicos, de língua saxônica, da região, como São Pedro de Alcântara, Leopoldina e Teresópolis. Essa visão Geopolítica teria como finalidade atrair para o interior da Província de Santa Catarina o excesso populacional da área litorânea, além de ocupar de forma estratégica e definitiva o lugar, o novo em

---

(132) PIAZZA. Op.cit., p.240 e 241.

preendimento estaria conforme os interesses políticos das autoridades migratórias.

A referida "antiga estrada de Lages", foi, nesse sentido, motivo de constante preocupação do Diretor da Colônia Nacional Angelina. Mas, no momento em que se vai usar mais a "estrada nova", percebe-se, que a instalação da Colônia ficou fora do eixo comercial. Este é, pois, um dos fatores impeditivos mais ponderáveis ao seu desenvolvimento<sup>(133)</sup>. Assim, pois, pela impropriedade de localização, situada às margens de uma estrada que caiu em desuso, a Colônia não chegou a ser, como se esperava, um centro de comercialização entre o litoral e o planalto.

O Governo Imperial, através dos seus elementos, ditou as leis, escolheu os lugares das colônias; porém, pouco fez para que houvesse um desenvolvimento econômico-social razoável<sup>(134)</sup>. Os reflexos decorrentes de tal política migratória acompanharam o futuro da Colônia. O pequeno desenvolvimento que houve, de maneira geral, é fruto do esforço individual dos seus administradores, ou quando não, de alguns líderes naturais existentes entre os seus habitantes.

#### 2.6.2. Ordem Econômica e Burocrática

Usando de elementos quantitativos, em nossa análise comparativa, verificamos que houve por parte da ação político-administrativa desigualdade no tratamento econômico dado à colonização "nacional", em benefício da colonização estrangei-

---

(133) PIAZZA. Op.cit., p.241.

(134) Ibid., p.234.



ra<sup>(135)</sup>. O que quer dizer, que não houve eqüidade no tratamento econômico com relação às demais colônias da Província de Santa Catarina. No quadro 1 verificar-se as despesas efetuadas pelo Governo, com a colonização, com as várias colônias existentes na Província, desde a sua fundação até 31 de dezembro de 1880<sup>(136)</sup>.

QUADRO 1 - Despesas realizadas com as colônias

Angelina .....	253:306\$938 réis
Itajaí (Brusque) e Príncipe D. Pedro ...	3.920:089\$843 réis
Blumenau .....	2.338:435\$557 réis
Azambuja .....	542:090\$252 réis
Luiz Alves .....	263:465\$760 réis
Santa Isabel .....	229:501\$730 réis
Teresópolis .....	242:501\$454 réis
<b>TOTAL</b>	<b>7.789:391\$625 réis</b>

Fonte: Cf. nota 136.

— Enquanto que as demais colônias foram instaladas, basicamente, com elementos étnicos estrangeiros, ao contrário, Angelina, recebeu elementos luso-brasileiros. Desta forma, os números mostram o tratamento prejudicial dado à Colônia Nacional Angelina, onde o dinheiro público foi empregado parcimoniosamente, de forma a prejudicar o seu desenvolvimento<sup>(137)</sup>. Cabe, pois, dizer que a Colônia Nacional Angelina é da mesma idade que a Colônia Itajaí, porém, gastou menos que ela e só é igualada no tratamento econômico-financeiro às Colônias Santa Isa-

(135) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.259.

(136) Fala com que o Exmo. Sr. Doutor João Rodrigues Chaves, proferiu na Assembléia Provincial de Santa Catarina, em 02 de fevereiro de 1881. p.39.

(137) PIAZZA, Walter F. Op.cit., p.237-239. Confirma também o mapa demonstrativo com as despesas realizadas com as colônias no Anexo 6.

bel e Teresópolis, aquela anterior e esta da mesma época de sua fundação<sup>(138)</sup>. O tratamento financeiro do Governo foi discriminatório.

A carência de recursos financeiros traz graves consequências para o empreendimento colonizador, sobretudo na vida cotidiana. A Província de Santa Catarina, segundo um depoimento de 1863, votava "anualmente 4:000\$000 réis para as despesas do estabelecimento, compreendendo-se nesta quantia 1:200\$000 réis de ordenado do Diretor"<sup>(139)</sup>. O dinheiro que sobrava com ele pouco se podia fazer. Para piorar ainda mais a situação, a população, na sua maioria, era muito pobre. A pobreza era tamanha, que neste mesmo ano, 1863, quando o Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, voltou de sua visita à colônia, imediatamente, mandou três peças de fazendas para serem distribuídas entre as famílias a fim de cobrir a sua nudez<sup>(140)</sup>. Este Presidente teve consciência que era necessário tomar medidas sábias, capazes de dar-lhes instituições, educação, enfim, tendo em vista "regenerá-los e erguê-los desse estado de indolência e miséria"<sup>(141)</sup>.

Ainda, durante o ano de 1863, dispendeu-se com a Colônia apenas a quantia de 1:997\$640 réis, dinheiro este gasto em: serviços na colônia, transporte de 9 famílias de colonos, duas pedras de moer, um pé de cabra e medicamentos<sup>(142)</sup>. Reconhe-

(138) PIAZZA, Op.cit., p.55.

(139) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, 1863. p.28.

(140) Registro de correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, ao Diretor da Colônia Nacional de Angelina, em 16 de outubro de 1863.

(141) Relatório. Op.cit., p.29.

(142) Relatório do Vice-Presidente de Santa Catarina, o Comendador Francisco José de Oliveira, 1864. p.23.

cendo-se o estado crítico das finanças da Província de Santa Catarina, apesar de tudo, muita coisa foi deixado de fazer pelo sucesso da colonização nacional. Nestas circunstâncias, há motivos para o fracasso completo desta tentativa. Num completo abandono, sem auxílio de espécie alguma, lutando com seus próprios recursos, "compreende-se que só mesmo a resistência e abnegação do nacional poderia arrastar e vencer tamanha dificuldade" (143).

Assim, pois, a carência de numerário esteve sempre presente na vida da Colônia. Ora, são as pedras de moer para a tafona que precisam ser pagas, ora são as despesas com trabalhadores; acrescenta-se a compra de ferramenta, o salário do Diretor, despesa com abertura de estradas, compra de medicamentos; auxílios nas derrubadas e construções de casas, capela e escola, além de outros encargos diversos (144). A lista é interminável. O Diretor da Colônia, na medida do possível, procurava resolver todos esses problemas junto ao Presidente da Província de Santa Catarina.

Mas, em 1866, a situação ficou mais crítica e o Diretor da Colônia foi obrigado a recorrer à Presidente da Província, para o bem dos interesses da colônia, não querendo parar os trabalhos em andamento, pediu que "... fosse entregue a verba consignada no exercício de 1866 e 1867 para esta Colônia, em prestações adiantadas" (145). Esta seria uma maneira de contratar os trabalhos da colônia com mais economia. Para tanto, o

---

(143) SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina - 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.28.

(144) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.77 a 82.

(145) Ofício nº 253, de 13 de maio de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

Presidente da Província autorizou a entrega desse dinheiro, em parcelas, adiantadamente.

Mesmo as obras de vital importância para a colônia deixavam de ser autorizadas pelo Governo Provincial. Até 1864 tudo ainda faltava; não tinha escola, Igreja, hospital, botica e nem casa para o Diretor da Colônia<sup>(146)</sup>. Muitas obras deixavam de ser autorizadas pela falta absoluta de verbas. A escolarização só vai ser lembrada em 1865. A Igreja, por sua vez, que inicialmente era um barracão coberto de palha, o mesmo que serviu de hospedagem aos colonos, a sua construção só foi autorizada em abril de 1868. E a farmácia (ou botica) funcionava em uma casa alugada.

A falta de recursos vindo dos poderes públicos refletia diretamente no nível de vida dos colonos, fato esse que pode ser comprovado pelas "dívidas coloniais". Observa-se, que a 13 de fevereiro de 1867, a dívida dos colonos pela compra de lotes era de 2:906\$250 réis<sup>(147)</sup>. Na época, havia 22 colonos que completaram o prazo de quatro anos, em que devia ser realizado o pagamento do valor das terras, mais 22 colonos que venceram o prazo de dois anos após o estabelecimento, e 49 colonos estabelecidos antes dos dois anos. Além destes, outros 44 colonos estavam principiando seus estabelecimentos, sem terem tomado posse efetiva, por não lhes ter sido passado o título provisório. E, de acordo com o mesmo documento, até esta data, os auxílios dados aos colonos eram num total de 2:553\$720 réis.

Deixando a colônia, o Dr. Manoel Antônio Marques de Fa-

---

(146) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, o Comendador Francisco José de Oliveira, 1864. p.23.

(147) Ofício nº 07, de 13 de fevereiro de 1867, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Calvanti de Albuquerque Lacerda.

ria, não foram pagar contas no valor de 241\$500 réis, e seu sucessor, Joaquim José de Souza Corcoroca, solicitou o respectivo pagamento <sup>(148)</sup>. A situação financeira da Colônia era tão ruim que o próprio Presidente da Província sobre ela se manifestou e reconheceu que a verba destinada à Colônia não permite a execução de obras de vital importância, "como são a abertura e conservação de caminhos vicinais e a medição de demarcação de lotes...". Os próprios colonos não sabendo bem os limites de seus lotes, segundo o Diretor da Colônia, deixavam de fazer derrubadas e plantações com receio de ultrapassar o limite. E o Presidente concluiu, dizendo: "julgo, pois, ser de conveniência a decretação de fundos para acudir-se momentosos reclamos" <sup>(149)</sup>.

Até 1873 as despesas com a colônia eram custeadas pela Província, mas a partir de 1874 o Governo Imperial passou a subvencionar as despesas da colônia, com uma verba de 300\$000 réis mensais, acrescida de outra 800\$000 réis anuais <sup>(150)</sup>. Na ocasião, o Governo Imperial exigiu a feitura de um orçamento de despesa, o que importou em 12:520\$000 réis, essa quantia se fazia necessária para acudir as maiores necessidades, as quais eram: "vias de comunicação, medidas de lotes, e edifícios como a Igreja e casas para residência do médico e capellão" <sup>(151)</sup>.

Portanto, conclui-se que os problemas financeiros vão se repetir continuada e indefinidamente no cotidiano da Colônia. Evidencia-se, pelos números que inicialmente apresentamos, sem

---

(148) Ofício s/nº, de 30 de junho de 1869, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos Ferraz de Abreu.

(149) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima, 1870. p.17.

(150) Fala, dirigida à Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina, pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr.Dr. João Tomé da Silva, 1874. p.47.

(151) Ofício s/nº de 24 de agosto de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

a menor dúvida, que houve uma parcimoniosa distribuição de recursos, no período compreendido entre a sua fundação e emancipação. Tal política financeira traz graves conseqüências internas para o seu desenvolvimento social e econômico. Desta forma, o seu pequeno desenvolvimento é antes fruto da iniciativa individual e da capacidade dos seus administradores, e não resultado de uma política governamental.

### 2.6.3. Vias de Comunicação e Isolamento

Um dos problemas cruciais para o desenvolvimento da Colônia Nacional Angelina foi o seu isolamento em face das precárias vias de comunicação. Não sendo possível escoar a produção, repercute no desenvolvimento econômico, bastante fraco<sup>(152)</sup>. A Colônia localizada longe de um centro consumidor, sem poder desenvolver uma economia de mercado, sem tecnologia e capital, não possibilita o desenvolvimento econômico, social e industrial da sua área. Desta forma, apenas meia dúzia de comerciantes, estabelecidos ao longo de suas precárias vias, conseguiam adquirir com facilidade a produção agrícola da região a preços baixos e desestimulantes. Esses poucos intermediários, com seus carroções, passavam o produto para outro centro como a Praia Comprida e a Capital, enquanto isso, muitos agricultores eram obrigados a vender seus produtos a preços abaixo do custo real. Muitos agricultores, oriundos de Angelina, abandonavam a Colônia, ou ali permaneciam até morrerem sem terem conhecido melhores estradas<sup>(153)</sup>.

Pretendeu-se mostrar que sem boas vias de comunicação, ligando os centros produtores aos consumidores, não havia estímulo à produtividade e valorização dos produtos agrícolas. Neste

---

(152) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.253 e 259.

(153) SCMITT, Elezeário. Nossa Senhora de Angelina 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.29.

aspecto, a Colônia Nacional Angelina, ainda, sofreu mais do que suas contemporâneas. Vejamos, pois, como foi o desenvolvimento de suas principais vias de comunicação, desde a criação da Colônia e que permaneceram até os dias atuais, quais sejam: a) Angelina - Florianópolis; b) Angelina - Lages, c) Angelina - Tijucas<sup>(154)</sup>.

#### 2.6.3.1. Angelina - Florianópolis

Como vimos, pelos Mundéus, já bem antes de legalmente ser fundada a Colônia, desciam os tropeiros lageanos vindos por Bom Retiro, em demanda do litoral catarinense, através de São Pedro de Alcântara e São José. Da sede da Colônia até São José, só havia uma estreita picada, que durante muitos anos, ser ra abaixo, os tropeiros atravessavam o imenso sertão em busca do comércio com as populações litorâneas<sup>(155)</sup>. Tendo-se em vista que o problema crucial do desenvolvimento das áreas colonizadoras sempre foi o escoamento da produção, ao se pensar em fundar a Colônia, desde o primeiro instante, a Colônia Nacional Angelina foi localizada à margem da "estrada velha de Lages". Mas, a ausência de satisfatórias vias de comunicação, onde, durante os primeiros anos, Angelina se comunicava com a Capital do Estado, ou com o seu Município, São José, através de um simples caminho de pedras, valetas, atoleiros, que es-

(154) Cabe, todavia, ressaltar que Angelina teve outros caminhos Vicinais, como por exemplo, a sua ligação com a Colônia Santa Isabel, mas que não tiveram grande influência no seu desenvolvimento. Por isso, a nossa análise contemplará, apenas, as vias que dão saída a outros centros maiores, que de forma esquemática podem ser reduzidas a três vias: as duas que, atingindo respectivamente Rio Bonito e Rancho Queimado, encontram a Florianópolis-Taquaras-Lages; a principal Angelina-Florianópolis, através da Vaagem dos Pinheiros, do Barro Branco, de Santa Filomena, São Pedro de Alcântara, Colônia Santa Tereza e Santa Ana, saindo em São José, onde toca a BR-101; e a terceira, que descendo o morro do Garcia, atravessa Major Gercino, São João Batista, dali em direção a opcional Tijucas (BR-101), ou a Nova Trento e Brusque, onde mais adiante liga o asfalto da Jorge Lacerda. Confira SCHMITT, Op.cit., p.29.

(155) SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina - 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.25-29.

condiam traiçoeiras armadilhas para os cascos dos animais, as carroças e carros de boi, o que vai comprometer o desenvolvimento da Colônia. Essa ruim estrada estava sempre necessitada de roçadores e de homens que continuamente trabalhavam na sua manutenção. O isolamento do lugar não lhe permitiu o progresso, e, em consequência, os colonos somente à custa de muitas dificuldades conseguiam descer até o mar os seus poucos produtos agrícolas.

O interesse em fazer expandir as suas vias de comunicação é uma aspiração presente já em 1861. Tinha-se em mente a abertura de uma estrada até o lugar denominado "Taquaras", onde a estrada velha de Lages encontra a nova; a abertura de caminhos vicinais com a Colônia Santa Isabel, e com Tijucas Grande<sup>(156)</sup>. Desta forma, pensavam as autoridades provinciais, em fazer da Colônia, no futuro, um importante centro de comércio. A comunicação com a Capital, pela estrada de São Pedro de Alcântara, seguia em quase toda a sua extensão o vale do rio Maruhy, onde a estrada à beira deste vale possuía os seus melhores trechos. Mas, para se chegar até a Colônia, subindo do litoral, o viajante tinha que passar por muitas dificuldades e perigos, onde se destaca a última descida que leva ao fundo do vale, chamado, o morro das quatorze voltas, conhecido por ser tortuoso e íngreme, formado de barrancos e atoleiros de horrendo aspecto<sup>(157)</sup>.

---

(156) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Vicente Pires da Mota, 1862. p.26.

(157) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, 1863. p.28. Cabe ainda dizer que o viajante, para chegar à vila no fundo do vale, descendo o "Caminho das 14 voltas", tinha a sua direita, o borbulhão contínuo das águas do arroio que, no futuro, vai ser conhecido como o arroio do Morro da Gruta. Nos primeiros anos abriu-se a estrada nova, atual estrada que leva a Angelina, abandonando-se as antigas "14 voltas", com aproximadamente 200 metros de altura. No entanto, coincidência ou não, no lugar das antigas "14 voltas", 45 anos depois da fundação da Colônia, foram feitas outras 14 voltas que levam os fiéis ao Morro da Gruta contemplando as estações da Via-Sacra. Confira SCHMITT, Op.cit., p.5-25.



A lista de contratação para a abertura, melhoramentos e conservação de estradas é interminável. Já em julho de 1862 foi contratado, Adriano Machado da Luz, para abrir um caminho na Colônia, desde o morador Pedro Waltrich, até o lugar denominado "Barro Branco"<sup>(158)</sup>. Pelas informações que temos, esse trabalho se estendeu até o final do ano de 1863. No ano seguinte, 1864, fizeram-se na estrada nova da Colônia para São Pedro de Alcântara e ao litoral, rumo à Capital, segundo dados que temos: "528 braças e 3 palmos de extensão, com 20 palmos de largura, toda de cava de 8 a 14 palmos, com 3 pontilhões"<sup>(159)</sup>. Ainda, em 1864, fizeram-se consertos nas estradas e caminhos, como cavas, estivas e pontes arruinadas, entre os quais uma para evitar as enchentes do rio Mundéus que inundava parte desse caminho, na extensão de 30 palmos, além de outro caminho, todo novo, na extensão de 54 braças e 6 palmos<sup>(160)</sup>. Cabe, todavia, observar que as medidas acima mencionadas, para a época, representavam muito, uma vez que, na maioria das vezes, o trabalho era feito pelos colonos e tendo como ferramentas principais a enxada, a picareta e a foice.

O ano de 1866 começou com um violento temporal, entre os dias 29 a 31 de janeiro, que causaram muitos estragos nas estradas e caminhos da Colônia. "O maior estrago foi na estrada do morro de quatorze voltas, parte deste morro desmoronou, ficando entulhada a estrada"<sup>(161)</sup>. Na mesma estrada um outro tre

---

(158) Registro de correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Vicente Pires da Mota, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 9 de julho de 1862.

(159) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, o Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.34.

(160) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.35.

(161) Ofício nº 242, de 06 de fevereiro de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda.

cho também reclamava a atenção da Colônia. Desta vez era um pedaço de caminho que ficava além dos moradores do vale do rio Maruhy, entre o último morador, Pedro Waltrick, e o morro denominado das Congonhas, numa extensão de 165 braças mais ou menos<sup>(162)</sup>. Pelas informações que temos as maiores obras do Diretor, Othon Carlos Schlappal, consistiram em melhorar as estradas, pois, em 1866, numa extensão de 9 léguas, seguindo da Colônia em direção à Capital, aquele trecho já tinha melhorado consideravelmente.

Em seu Relatório do ano de 1867, o Presidente da Província reconheceu a necessidade de se abrir na Colônia novos caminhos que fizessem a ligação com mercados mais próximos que o da Capital. Pois, até então, os colonos eram forçados a trazer seus produtos ao mercado da cidade do Desterro, percorrendo distâncias de 7 a 8 léguas de mau caminho, empregando animais que carregavam cinco arrobas. Os fretes do transporte eram, geralmente, de 500 réis por arroba até a Praia Comprida, e dali, em lancha, para a Capital, mais 80 réis, de sorte que o produtor pagava 2\$900 réis de frete pela carga de um animal<sup>(163)</sup>. E, no entender do Presidente a Colônia necessitava de: 1º) Conclusão e aperfeiçoamento do caminho previsto para ligar Tijucas Grande ou Garcia, até o lugar denominado Major; 2º) Abertura da antiga estrada de Lages, desde a Colônia até o encontro com a nova, nas Taquaras; 3º) Melhoramento da estrada entre a Colônia e a cidade de São José, passando por São Pedro de Alcântara.

A partir de 1870 os cofres públicos passam por grandes

(162) Ofício nº 257, datado do Desterro, a 8 de junho de 1866. Idem, Idem.

(163) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1867. p.13 e 14.

dificuldades e se achavam esgotadas as verbas para muitas obras de grande utilidade para a Colônia<sup>(164)</sup>. E, a partir do ano seguinte, 1871, os consertos e obras urgentes eram unicamente determinados pela Presidência da Província, cabendo, apenas, ao Diretor da Colônia comunicar as obras e reparos mais necessários. Ainda mais, toda e qualquer obra, "só seria feita com plano e orçamento"<sup>(165)</sup>, prévio, convidando-se os concorrentes a apresentar propostas fechadas, remetidas à Presidência da Província. Entretanto, muitos consertos deixaram de ser feitos no trecho compreendido entre a Colônia e o Município de São José.

Ao final de 1875, começou a ser estudada uma proposta pelo Agrimensor Frederico Von Schöler, com planta e orçamento de uma estrada a partir da Várzea dos Pinheiros, até a Colônia, evitando o morro das quatorze voltas<sup>(166)</sup>. Os trabalhos dessa obra foram orçadas em 5:820\$000 réis. Em maio do ano seguinte, 1876, foram iniciados aqueles trabalhos, e, em 1877, achava-se pronta uma distância de 4.125 metros. Um dos maiores entraves que muito prejudicou a Colônia Nacional Angelina até a sua emancipação e durante muitos anos depois, até a quarta década do nosso século, foi, sem dúvida, as suas precárias vias de comunicação.

A principal ligação de Angelina com a capital, continuou a mesma, com pequenas alterações, é a que passa pela Vargem dos

---

(164) Registro de correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Ferreira Corrêa, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 30 de maio de 1870.

(165) Registro de correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Joaquim Bandeira de Gouvêa, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 11 de março de 1871.

(166) Correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 15 de novembro de 1875.

Pinheiros, Barro Branco, Santa Filomena, São Pedro de Alcântara, Colônia Santa Tereza, Santa Ana, saindo em São José tocando a BR-101. Somente oito décadas após a sua fundação, quatro no século passado e quatro neste, foi o tempo de espera, para que Angelina tivesse melhores vias de comunicação. Por um feliz acaso foram concretizados os planos do Governo do Estado de construir em Angelina uma usina elétrica sobre o rio Garcia. Como a execução de tal plano implicava em grande movimentação de materiais e homens vindos do litoral, a estrada Angelina-Florianópolis foi preparada para receber o tráfego mais pesado. Porém, a espera foi longa, pois a Usina de Garcia, com 9.600 kws de potência, só foi inaugurada em 1962, um ano após a criação do Município de Angelina<sup>(167)</sup>. Nessa época, o seu desenvolvimento já estava comprometido definitivamente.

#### 2.6.3.2. Angelina - Lages

Ao se localizar a Colônia próxima à antiga estrada de Lages pretendeu fazer-se dela um importante centro de comércio. Em função dessa idéia a estrada que fazia a ligação com Lages, já no início, mereceu um cuidado especial na sua conservação. Também, a abertura de uma estrada que fosse ao lugar denominado "Taquaras", onde a estrada velha de Lages encontra a nova poderia facilitar o Comércio da região<sup>(168)</sup>. Por essa razão, desde o início, o Presidente da Província autorizou o Diretor da Colônia a coordenar aqueles trabalhos que na sua maioria eram feitos pelos colonos residentes próximos ao trecho da dita estrada. Desta forma, os problemas com a estrada velha de La-

(167) SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina - 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.29.

(168) O Mercantil, Jornal da Província de Santa Catharina, Anno II, nº 121, Março de 1862. p.1.

ges são assuntos diários na administração da Colônia Nacional Angelina. Como, por exemplo, foram entregues para o uso dos trabalhadores, mantimentos, que se deterioram. Entretanto, o pagamento oferecido pelo trabalho não interessava aos colonos, visto ser um "jornal" de \$500 réis por dia. E o Encarregado da Direção da Colônia consultou a Presidência da Província propondo um pagamento de 50\$000 réis, mensais, haja vista ser a estrada de grande interesse para a Colônia<sup>(169)</sup>.

Assim, a partir de 8 de fevereiro de 1864, passaram os gastos a ser mensais na abertura da estrada velha para Lages, na importância de 50\$000 réis. Conforme a autorização da Presidência da Província, da mesma data, é concedido um aumento de 100\$000 réis mensais nos gastos de tal obra. Relativamente ao ano de 1864 foi gasta nessa estrada a importância de ..... 331\$250 réis<sup>(170)</sup>. Contudo, neste mesmo ano a estrada velha para Lages achava-se já aberta para o trânsito dos tropeiros que diariamente passavam por esta Colônia, numa extensão de 7.786 braças da sede da Colônia até Taquaras<sup>(171)</sup>, onde a estrada velha encontra a do Cubatão.

Mais tarde, quando assumiu a direção da Colônia o Diretor, Joaquim José de Souza Corcoroca, em seu relatório, no final do ano de 1869, achou a estrada intransitável. Desta vez, novamente, os colonos prestaram seus serviços, mais que antes,

---

(169) Ofício nº 123, de 8 de fevereiro de 1864, do Diretor da Colônia Nacional Angelina, ao 1º Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, o Comendador Francisco José d'Oliveira.

(170) Ofício nº 172, de 05 de janeiro de 1865, do Encarregado da Direção da Colônia Nacional Angelina ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

(171) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.34.

"animados (...), a convite do Diretor gratuitamente, com seis dias de serviço"<sup>(172)</sup>, pagos por cada chefe de família. Mais uma vez fica evidente a preocupação pela conservação dessa estrada pela vantagem e conveniência que traz a prosperidade desta colônia. Assim, com frequência era roçada e consertada essa estrada como única maneira de preservar a colônia dentro da rota comercial. Mas, apesar do esforço, isso não foi possível e o fracasso foi inevitável, abalando o comércio da região.

Todavia, bem sabemos, que a ligação de Angelina com Taquaras, na visão das autoridades governamentais era de maior conveniência, uma vez que os tropeiros ao se dirigirem ao Norte da Província obrigatoriamente passariam pela Colônia, para depois atingir Itajaí ou São José<sup>(173)</sup>. Mas, infelizmente, essa estrada, e com ela, conseqüentemente também a colônia, tiveram o seu futuro ameaçado, quando, a estrada das Caldas da Imperatriz, sobre Santo Amaro a Taquaras, foi aberta a tropas, deixando a variante Angelina - Florianópolis bem menos usada. Esse fato comprometeu definitivamente o futuro da Colônia. Com pequenas modificações a ligação é a mesma que permanece atingindo respectivamente Rio Bonito e Rancho Queimado, encontrando a rodovia Florianópolis - Taquaras - Lages. Portanto, Angelina ficando definitivamente localizada fora da principal rota econômica o seu desenvolvimento não foi aquele que se esperava. Eis, aqui, outra razão para o seu fracasso.

---

(172) Anexo do Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, 1870. p.17.

(173) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Tomé da Silva, 1875. p.104.

### 2.6.3.3. Angelina - Tijucas

Ainda em 1862 o Presidente da Província de Santa Catarina viu a necessidade de abrir um caminho em direção a Tijucas, a fim de facilitar o transporte da produção que era crescente<sup>(174)</sup>. Dois anos depois, conforme dados de 1864, naquele ano conclui-se 2.684 braças e 3 palmos, com 252 braças de caminho de cava, e oito pontilhões. Somando este serviço com o dos anos anteriores chega-se a um total de 8.814 braças e 3 palmos lineares de "Galvão", "Leitão da Cunha", "Chaves" e a comunicação com o Alto Tijucas<sup>(175)</sup>. Esse caminho também era de grande interesse para a colônia, tendo em vista que por ali passaria todo o transporte do gado comercializado com S. Pedro do Sul e a vizinha província do Paraná, além do intercâmbio comercial entre esta e aquela povoação.

Em 1867 conclui-se mais uma grande etapa do caminho que dá acesso aos primeiros moradores do Alto Tijucas Grande, no lugar chamado ribeirão do Major, cujo trabalho foi feito por contrato com José Joaquim Soares de Abreu, numa extensão de 3.382 braças. Mas, o Diretor da Colônia ao receber a obra constatou, após examinar os trabalhos, que a extensão da estrada era somente de 3.202 braças, além disso, os trabalhos não tinham ficado conforme o combinado. Inicialmente, o serviço importava a quantia de 500\$800 réis, porém com os problemas encontrados o Diretor propôs o pagamento de 400\$000 réis<sup>(176)</sup>. Po

---

(174) CABRAL, Osvaldo R. História de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Laudes, 1970. p.237.

(175) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.34.

(176) Ofício nº 22, de 19 de maio de 1867, do Diretor da Colônia Nacional Angelina ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

dia-se percorrer essa distância entre a sede da Colônia e os moradores do Alto Tijucas em seis horas aproximadamente. Mas já se pensava em abrir o caminho mais adiante até atingir o estabelecimento dos Italianos (Nova Itália), para dali encontrar a estrada dos moradores de Tijucas Grande que liga a estrada para o Norte e Sul da Província. Naquele mesmo ano, 1867, o Presidente da Província autorizou a fazer o caminho do Major até os "italianos", cujo traçado seria pela margem direita sem precisar atravessar o rio Tijucas Grande. Esta estrada teria a extensão de aproximadamente 3.500 braças<sup>(177)</sup>.

Entretanto, ao final de 1867 estava terminada a estrada do Alto Tijucas Grande, desde o lugar do "Major" até o estabelecimento dos "Italianos". Na verdade, a estrada aberta desde o ribeirão dos Mundéus, até o estabelecimento dos Italianos, no Alto Tijucas Grande, pelos relatórios da Presidência da Província teve a extensão de 32.504,45 metros<sup>(178)</sup>. Por outro lado, já se pensava em fazer a ligação dessa estrada com a Colônia Príncipe D. Pedro, cujos trabalhos já vinham sendo executados naquela Colônia em direção ao Tijucas Grande. Assim, pois, Angelina ficaria em relação direta com os colonos de Itajaí.

Mas, se por um lado, já havia a ligação com o Alto Tijucas Grande, por outro lado, era necessário conservar essa estrada e ampliar essa comunicação, pois os lotes nessa direção eram férteis e muito procurados<sup>(179)</sup>. Além do mais, em 1868, portanto, um ano após, a picada aberta em direção ao referido

---

(177) Ofício nº 27, de 14 de junho de 1867, Idem, Idem. Confirma também Ofício nº 29 de 15 de julho de 1867, Idem, Idem.

(178) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Alburquerque Lacerda, 1868. p.23.

(179) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu, 1869. p.23.



lugar já se achava completamente inutilizada. Em 1871 concluíram-se 300 braças de caminho pela margem direita do Rio Garcia. Achando-se por concluir o caminho de desvio do morro de Santa Ana, contornando o rio Tijucas até o ribeirão do Major, limite da Colônia<sup>(180)</sup>.

Assim, até a emancipação da Colônia estão sempre presentes os pedidos de conservação e abertura dos caminhos coloniais. São muitos os pedidos por melhores caminhos que dessem saída tanto para Biguaçu quanto para Tijucas, visto que nem todos os colonos podiam procurar o mercado de São José<sup>(181)</sup>. Por sua vez, a Colônia Angelina prolongava-se muito para o Norte e sem uma boa comunicação naquela direção, certamente, teria que retroceder ao Sul, em direção a São José, o que faria a colônia ressentir-se por falta de um mercado mais próximo. Enfim, só bem mais tarde, no nosso século, é que pode ser aberta uma comunicação melhor, descendo o morro do Garcia, atravessando a cidade de Major Gercino até São João Batista, dali em direção à opcional Tijucas (BR-101), ou a Nova Trento e Brusque, atingindo em Gaspar o asfalto da Jorge Lacerda.

#### 2.6.4. Problemas Médico-Sanitários

Durante os primeiros três anos, os habitantes da colônia ficaram em completo abandono. Em junho, de 1864, o Encarregado da Direção da Colônia, pediu a primeira relação de medicamentos, orçada em 14\$000 réis, para administrar aos colonos doentes, o que lhe foi autorizado pelo Presidente da Província de

---

(180) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, 1872. p.38.

(181) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Antônio de Almeida Oliveira, 1880. p.49.

Santa Catarina<sup>(182)</sup>. E, em setembro do mesmo ano, chegaram "três caixas de medicamentos", sendo que o seu transporte teve que ser pago pelo Diretor da Colônia<sup>(183)</sup>.

Em 1865, o Diretor da Colônia faz dois pedidos, para comprar medicamentos, um em fevereiro e outro em setembro, ambos no valor de vinte mil réis, para tratar dos colonos doentes<sup>(184)</sup>. As doenças mais comuns da época eram infecções gástricas, pulmonares, sarampo, bexigas, câmeras de sangue, além de outras de caráter epidêmico<sup>(185)</sup>. No ano seguinte, 1866, as despesas com medicamentos passaram para 33\$250 réis, pois alguns colonos foram atacados por bexigas.

O primeiro médico-sanitário passa a ter maior importância quando, em sua gestão, o Dr. Manoel Antônio Marques de Faria, pressiona o Presidente da Província, para liberar dinheiro para a compra de medicamentos<sup>(186)</sup>. Pois, em vista do estado de pobreza dos colonos, e, por haver um médico na colônia, convinha atender melhor os doentes. A Presidência da Província autorizou a compra de medicamentos; então, o Diretor da Colônia propôs que fosse contratado um farmacêutico para fornecer aos doentes os medicamentos por ele receitados, na sua condição

---

(182) Ofício nº 137, datado, na cidade de Desterro, a 6 de junho de 1864, do Encarregado da Direção da Colônia, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

(183) Ofícios nº 158, de 26 de setembro de 1864, do Encarregado da Direção da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

(184) Ofícios nº 181 de 24 de fevereiro de 1865, do Encarregado da Direção da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

(185) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.12.

(186) Ofício s/nº, de 21 de janeiro de 1869, do Diretor da Colônia, Dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Departamento da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu.

de médico, mediante uma quantia de 30\$000 réis mensais<sup>(187)</sup>. Mas desta vez o farmacêutico não foi contratado.

Enquanto isso a Direção da Colônia tentava solucionar os problemas da forma que melhor convinha. Os colonos, por sua vez, sem assistência médica, sem uma botica para fornecer medicamentos, quando adoeciam, morriam completamente desamparados. Em março de 1875, o Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, solicita do Presidente da Província, para adquirir junto ao Governo Imperial, uma botica completa, para, ao menos, serem os colonos socorridos com alguns medicamentos.

Por Portaria de 26 de maio de 1875 foi o Doutor Martinho Leocádio Cordeiro nomeado médico da Colônia, tendo entrado em exercício em junho do mesmo ano. Entretanto, a sua nomeação e chegada à Colônia significam novos problemas para a administração daquela comunidade carente, porquanto, questões como estas não tinham sido ainda analisadas: 1º) Como fazer chegar até a colônia a botica completa que fora doada pelo Governo Geral? 2º) Onde e como instalar essa botica? 3º) Certamente também seria necessária uma casa para residência do médico e da sua família? Para a época tudo parecia muito difícil<sup>(188)</sup>. Além disso, também, o médico, precisava de cavalgadura, para visitas clínicas aos domicílios dos colonos doentes. Mas os seus pedidos não pararam por aí, pois, o médico, ao que parece, era muito exigente.

O Diretor da Colônia pagou as despesas da condução da bo-

---

(187) Ofício s/nº, de 02 de março de 1869, do Diretor da Colônia, Dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu.

(188) Ofício s/nº, de 26 de junho de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, o Tenente Coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello.

tica da Praia Comprida até a colônia, mandou reparar a casa de residência e entrou com o aluguel do mês de julho, atingindo a importância de 75\$300 réis<sup>(189)</sup>. Aos poucos, todavia, as intrigas entre o Diretor da Colônia e o médico evidenciam-se nas correspondências que o Diretor da Colônia manteve com a Presidência da Província<sup>(190)</sup>. O médico é acusado pelo Diretor da Colônia de cobrar da população, que na sua grande maioria é pobre, de forma abusiva, pelo atendimento aos doentes. Em carta a um cliente o médico explica que a cobrança pecuniária pelos serviços prestados é de sua propriedade, garantida pelo Governo Imperial, do qual ele é funcionário de confiança<sup>(191)</sup>.

A situação agrava-se ainda mais pela falta de um lugar para a botica. Desta forma, vai, pouco a pouco, caindo o nível das discussões, entre o Diretor e o Médico. Até que o Diretor da Colônia reuniu documentação suficiente para incriminar o médico, e, junto à Presidência da Província, entrou com sua representação, eximindo-se de culpa e acusando o médico, Dr. Martim Leocádio Cordeiro<sup>(192)</sup>. O Diretor, em sua defesa, contestou dados do Mapa Estatístico dos enfermos da colônia, apresentado pelo médico à Presidência da Província e defendeu-se das acusações que questionavam a validade da colônia enquanto instrumento político-social e econômico, em documento do seguinte teor:

O estabelecimento, a subsistência e o destino dos colonos se ressentem da inépcia, indiferença, desprezo, inércia e

(189) Ofício s/nº, de 02 de agosto de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, o Tenente Coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello.

(190) Ofício s/nº de 02 de agosto de 1875, Idem, Idem.

(191) Carta de 19 de setembro de 1875, do Médico, Doutor Martim Leocádio Cordeiro, ao Sr. Júlio Probst.

(192) Ofício s/nº, de 12 de outubro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves ao Presidente, Doutor João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

inaptidão dos diretores que tem tido esta colônia, os quais (com vantajosos ordenados, e outros proventos, regalias, e privilégios d'este cargo), dominando-os e humilhando-os com ameaças e pelo terror, sem atender as suas queixas e reclamações só tem visado o interesse pecuniário, a supremacia e a arrogância que lhes proporciona a administração de serviços materiais de estradas, caminhos, picadas e outros fantasiados melhoramentos e o fornecimento de conduções, comestíveis e ferramentais aos recém-chegados, para depois abandoná-los em suas situações, muitas vezes mal escolhidas, o que os obriga a justas reclamações futuras.(193)

O mesmo documento conclui dizendo que se a Colônia, tivesse tido desde o início da sua fundação, em 1860, um merecido diretor, o Governo teria conseguido para o Estado, as vantagens que esperava, "sem ter sido preciso recorrer à importação de colonos europeus, com o fim e intenção de servirem eles de modelo e estímulo aos brasileiros"(194). Pois, o colono nacional, pode, perfeitamente, desempenhar o mesmo papel, desde que auxiliado da mesma forma.

Em 23 de outubro de 1875, às 8 horas da manhã retirou-se da Colônia Nacional Angelina o médico Dr. Martim Leocádio Cordeiro, "sem a menor comunicação a esta Direção"(195). Quando já estava longe, na Várzea Grande distrito da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, o médico enviou ao Diretor material que estava em seu poder, menos a chave da casa em que residia(196).

Para substituir o Dr. Martim Leocádio Cordeiro, exonerado por portaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 21 de outubro de 1875 (dois dias antes de sair da

---

(193) Ofício s/nº, de 22 de outubro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

(194) Ofício. Op.cit.

(195) Ofício s/nº, de 23 de outubro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

(196) Ofício s/nº de 28 de outubro de 1875, Idem, Idem.

Colônia), foi nomeado o Dr. Antônio José Sarmiento e Mello. Contratado, mediante o vencimento anual de 3:600\$000 réis, em data de 5 de janeiro de 1876, aprovada essa contratação por Aviso de 21 de janeiro de 1876, do Governo Imperial<sup>(197)</sup>. Na mesma data, foi, também, contratado o farmacêutico Francisco José Correia Beinhart, para prestar serviços de sua profissão e servir como professor.

O Dr. Antônio José Sarmiento e Mello apresentou-se à Direção da Colônia na manhã do dia 18 de janeiro de 1875, para ali iniciar os seus trabalhos<sup>(198)</sup>. Já, de início, solicitou remédios para a farmácia, tais como: "mostarda em grão, óleo de rícino, mannã, ether sulphirico, senna, pomada, unguento de basilição"<sup>(199)</sup>. Havendo, também, necessidade de uma residência para o médico e instalação para a botica, o Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, mandou fazer uma casa com 7 metros de frente, com 5,28 metros de fundos, coberta de palha, com os cômodos necessários para o médico e a instalação da botica<sup>(200)</sup>.

O médico, por determinação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no cumprimento de seu ofício, por intermédio da Direção da Colônia, remetia aos órgãos superiores o "mapa estatístico patológico das doenças tratadas"<sup>(201)</sup>. De forma insistente, pedia mais e mais medicamentos. Estava muito atento às possibilidades de uma epidemia de varíola, para o que requisitava: "algum fluído vacínico, que deveria vir

---

(197) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 1876. p.92.

(198) Ofício s/nº, de 18 de janeiro, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

(199) Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, Idem, Idem.

(200) Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, Idem, Idem.

(201) Ofício s/nº, de 27 de abril de 1876, Idem, Idem.

em tubos capilares, sendo preciso também, que venham algumas lâminas e tubos vazios" (202).

Eis que surge na Colônia, no ano de 1878, uma epidemia de "câmaras de sangue", para a qual o médico requisita: "polpa de tamarindos", "maná comum", "serpentina de Virgínia", "óleo de rícino purificado", "óleo d'amendoas doces", "Tinctura Thebaica (concentrada)", "Tinctura de catto", "laudano líquido de Sydenham", "Tinctura de camomila", "sementes de marmellos", "marcella Gallega (nova)", "mostarda", "magnésia fluída de Murray's", "assucar refinado de 1ª qualidade (em lata)", e "vinho do porto" (203). Sabe-se que os remédios chegaram à Colônia, porém a epidemia atingiu grandes proporções e grassava ã população. Mas, no início de 1879, a doença que fora trazida do Rio de Janeiro através de um navio e atingindo diversos pontos da Província, já estava sob controle (204).

A 18 de fevereiro de 1879 o médico, Dr. Antônio José Sarmiento e Mello, deixou a Colônia Nacional Angelina, inconformado, por haver o Governo Imperial reduzido a duzentos mil réis a gratificação de trezentos mil réis mensais, que recebia pelos seus serviços (205). A 15 de fevereiro de 1879, o farmacêutico, José Corrêa Reinhardt, também, há havia deixado a Colônia. Sendo que em 24 do mesmo mês foi contratado, Joaquim Caetano da Silva, para exercer, cumulativamente, as funções de

---

(202) Ofício s/nº, de 12 de agosto de 1876, Idem, Idem.

(203) Ofício s/nº de 27 de março de 1878, do Diretor da Colônia, José Cândido Duarte Silva, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.

(204) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Joaquim José da Silva Ramalho, 1878. p.9.

(205) Ofício nº 48, de 18 de fevereiro de 1879, do Diretor da Colônia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.

farmacêutico e professor público<sup>(206)</sup>. E, pelo que sabemos, a Colônia ficou sem médico. Pois as coisas se agravaram e o próprio farmacêutico fazia as visitas médicas aos colonos, o que lhe traz aumento considerável de trabalho, como também aumento de despesas, fato que o levou a pedir equiparação de vencimentos aos demais farmacêuticos das Colônias do Estado<sup>(207)</sup>. Mas o seu pedido foi indeferido.

---

(206) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Antônio D'Almeida Oliveira, 1879. p.25.

(207) Ofício nº 79, de 3 de junho de 1879, do Diretor da Colônia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Antônio de Almeida Oliveira.



### CAPÍTULO III

#### EVOLUÇÃO RELIGIOSA-ADMINISTRATIVA DE ANGELINA 1882-1950

##### 3.1. A Emancipação Política

Antes mesmo da emancipação da Colônia Nacional Angelina, processam-se alguns atos administrativos que merecem destaque pela sua importância. A integração da Colônia, na vida comum da então Província de Santa Catarina, não é um ato isolado, mas é fruto de medidas administrativas tomadas antes, durante e depois da sua emancipação.

Já em 1867, o Diretor da Colônia, Carlos Othon Schlappal, vê a necessidade da criação de uma subdelegacia de polícia<sup>(1)</sup>. E argumenta junto ao Presidente da Província de Santa Catarina que tal ato é importante para a colônia, "visto achar-se esta distante das autoridades policiais para recorrer as mesmas em qualquer ocasião precisa..."<sup>(2)</sup>. Após o assunto ser submetido a estudo foi criada a subdelegacia de polícia e cujo titular

---

(1) Ofício nº 50, de 21 de novembro de 1867, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

(2) Ofício. Op.cit.

nomeado foi o colono Joaquim Francisco Silveira, que, em nada, agradou o Diretor da Colônia<sup>(3)</sup>. Os limites marcados para o distrito da subdelegacia de polícia foram: pelo Este a Colônia confinava com o distrito de São Pedro d'Alcântara extremado com os moradores Pedro Waltrich e Adriano Machado da Luz; pelo Oeste limitava-se com os colonos de Santa Isabel no lugar denominado as Taquaras; pelo sul também confinava a colônia com os colonos de Santa Isabel, e pelo Norte com os moradores do Alto Tijucas Grande, no lugar denominado Major.

No ano de 1874 passou a administração da colônia a ser subordinada ao Governo Imperial. Neste mesmo ano, pelo Decreto nº 5.604, de 25 de abril foi instituído o registro civil na forma de seu artigo 4º incumbia a Direção da Colônia de fazê-lo<sup>(4)</sup>. Mas, a Câmara Municipal de São José, que deveria providenciar os livros próprios para tais registros, não conseguiu fazê-lo em tempo hábil.

Em 1880, o Governo Imperial, diante do razoável desenvolvimento das Colônias e não querendo mais aumentar seus gastos, traça diretrizes, nomeia comissões para fazer levantamento da situação, com a finalidade de em um futuro bem próximo emancipar todas as colônias do Estado. O Presidente da Província de Santa Catarina justifica este ato dizendo que; os centros coloniais, "... construindo já povoações muito regulares, tem se animado e progredido tanto, que o Governo Imperial julgou em sua sabedoria (...) o dever de emancipá-las<sup>(5)</sup>. Desta forma, entregando-as às leis comuns do País, pouparia também

---

(3) Ofício s/nº, de 10 de março de 1871, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.

(4) Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1876, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

(5) CHAVES. Falla, 1881. p.39.

as rendas dos Estados. A sua emancipação é fruto do Decreto nº 8.333, de 03 de dezembro de 1881.

Mais tarde, pelo Decreto nº 40, de 10 de janeiro de 1891, foi criado o Distrito de paz de Angelina, com os mesmos limites do policial<sup>(6)</sup>. Em 6 de junho do mesmo ano o juiz de Paz, Frederico Schustel, pede que lhe sejam fornecidos os livros de que tratou o artigo 4º do Decreto nº 9.886 de 7 de março de 1888, ou que lhe fossem devolvidos os livros entregues pelo Estado, e que por emancipação da Colônia foram recolhidos no arquivo da Thesouraria Geral<sup>(7)</sup>.

O Município de São José, pela sua primitiva extensão, pelos núcleos coloniais que se desenvolveram em sua área, deu origem aos municípios de: Palhoça, em 1894, Angelina, em 1961; e Rancho Queimado, 1962<sup>(8)</sup>. A partir de então, passou a formar-se o município de Angelina, desmembrado de São José, pela Lei nº 781, de 07 de dezembro e instalado dia 30 do mesmo mês do ano de 1961. Assim, pois, um século depois da fundação da Colônia Nacional de Angelina é criado o Município.

### 3.2. História da Paróquia de Angelina

Em 1863, segundo o Presidente da Província Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, "a sede da Colônia contava apenas com

---

(6) BOITEUX, José A. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina. p.18 e 19.

(7) Ofício s/nº de 06 de junho de 1891, do Juiz de Paz ao Palácio do Governo.

(8) O Município de Palhoça foi criado em 24.04.1894, pela Lei nº 184; O Município de Angelina foi criado em 07.12.1961, pela Lei nº 781; e o Município de Rancho Queimado foi criado em 08.11.1962, pela Lei nº 850, confira CABRAL, Osvaldo R. História de Santa Catarina, Editora Laudes, 1970. p. 369, 237, 114 e 119.

duas ruins casas, das quais uma é um barracão coberto de palha, que serve de capella"<sup>(9)</sup>. O barracão coberto de palha, com pequenas reformas, serviu de capela provisória durante os primeiros anos. O atendimento espiritual é dado pelo Vigário de São Pedro de Alcântara, Roberto Bucker.

No ano seguinte, o Diretor da Colônia, Carlos Othon Schlapal, confirma os trabalhos do Vigário de São Pedro de Alcântara e reclama da grande distância entre aquela Freguesia e esta Colônia, sendo o pároco obrigado, nessas ocasiões, a trazer junto consigo todos os paramentos necessários à celebração. Diante desse sacrifício o Diretor da Colônia aconselha que "... seria de interesse para esta Colônia que o dito padre recebesse gratificação pelo seu trabalho, e animado assim, poderia mais vezes visitar esta Colônia..."<sup>(10)</sup>. Ao mesmo tempo, também lembra da necessidade de se comprar paramentos para a capela que até então nada possuía.

Em 04 de maio de 1866, pela lei nº 575, é criado em Angelina o cargo de "Capelão-Cura d'almas", ficando o Vigário de São Pedro de Alcântara encarregado da "meia capelania", a partir de 1º de outubro de 1866, com um vencimento de 25\$000 réis mensais<sup>(11)</sup>. Antes, porém, o cargo que além da assistência espiritual também incluía a instrução primária ao sexo masculino na Colônia, ficou vago por alguns meses. Pela insistência do Diretor da Colônia, e pela gravidade do problema, o Padre Ro-

---

(9) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, 1863. p.28.

(10) "Relatório do estado da Colônia Nacional Angelina em 1864", manuscrito, sem numeração de página.

(11) Coleção das Leis da Província de Santa Catarina, formuladas na sessão do ano de 1866. p.36-37. Confirma também o Registro de Correspondência do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, ao Diretor da Colônia Nacional, em 21 de agosto de 1866.

berto Bucker, da Freguesia de São Pedro de Alcântara, aceitou a "meia capelania", visitando a colônia não mais que duas vezes por mês <sup>(12)</sup>.

As alfaias e paramentos para o culto da capela são mandados vir da Europa por não "haver semelhantes objetos a venda n'esta Província" <sup>(13)</sup>. Em fins de setembro de 1867 os objetos já haviam chegado à Província e são mandados para a "Capela Curato da Colônia Nacional Angelina" <sup>(14)</sup>. Entretanto, o Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em seu Relatório, trata da necessidade "... indispensável de edificar a cappela, pois que, além de ser pouco decente, acha-se em mau estado o barracão em que se celebram presentemente os atos do culto divino" <sup>(15)</sup>. Fazia-se, portanto, necessário que a Assembléia Provincial votasse as verbas para a construção da capela, a fim de que o culto divino fosse celebrado de forma mais decente.

A planta da obra da capela foi orçada em 4:838\$000 réis <sup>(16)</sup>. Em fevereiro de 1868, era remetida a "planta do projeto" para a construção da capela e o seu respectivo orçamento, ao que, o Presidente da Província, aprovou a planta e orçamento, porém, o que é mais importante, faltava a Assembléia Provincial "de-

---

(12) Ofício nº 270, de 12 de agosto de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

(13) Ofício nº 279, de 3 de outubro de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

(14) Registro de Correspondência do Vice-Presidente da Província Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 28 de setembro de 1867.

(15) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1867. p.12.

(16) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1868. p.23.

cretar os necessários fundos" (17). E, enfim, a Assembléia Provincial aprovou a construção da capela pela Lei Provincial nº 605, de 30 de abril de 1868.

A construção da Igreja foi iniciada em julho de 1868. Os relatos que dão conta do início da construção são bastante minuciosos. Foram empregados "cavoqueiros e broqueadores para pedras, e 25 dias de carro para conduzir ao local da obra, os quais (...) conduzirem 500 carradas de pedra aproximadamente (...), assim mandei fazer um carretão para pedras de 125 palmos cúbicos" (18). Todavia, o mesmo relato dá conta do que já foi feito, sendo que os allcerces contam "com oito palmos de fundos, e cinco de largura, perfazendo o total de 9.640 palmos cúbicos..." (19). E acrescenta que as despesas com os trabalhos mencionados montaram na quantia de 278\$600 réis. E, ao final do ano de 1868, o Presidente da Província, confirma a continuação dos trabalhos da capela e dá as medidas da planta: "85 palmos de comprimento com 45 de largura tendo as paredes três palmos de espessura" (20). E, pelo seu balanço, da verba consignada na Lei nº 605 de 30 de abril, orçada em 4:838\$000, já tinham gastos 2:000\$000. Pela sua conclusão achava que os trabalhos deveriam continuar para não se perder os trabalhos á feitos.

Em 1869, ao assumir a Direção da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca, lamenta que a construção da capela acha-se com

(17) Ofício nº 69, de 05 de fevereiro de 1868, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

(18) Ofício s/nº de 1º de outubro de 1868, do Diretor da Colônia ao 1º Vice-Presidente, Dr. Carlos da Cerqueira Pinto.

(19) Ofício. Op.cit.

(20) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu, 1869. p.23.

apenas seis palmos de parede sobre o alicerca<sup>(21)</sup>. Sabe-se, que até o final daquele ano, 1869, a capela achava-se com os mesmos 6 palmos de parede sobre o alicerce, sendo que a obra ficou aquele ano parada por falta de materiais<sup>(22)</sup>. Mas, apesar das dificuldades, José de Souza Corcoroca promete continuar a obra.

Entretanto, o Diretor da Colônia reclama a presença de um sacerdote efetivo, visto que o Vigário da Freguesia de São Pedro de Alcântara visita a Colônia apenas uma vez por mês, demorando-se então 3 a 4 dias, pelo que recebe uma cômputa de 300\$000 réis<sup>(23)</sup>. Assim, a 21 de abril de 1870, o Padre Roberto Bucker pediu exoneração da capelania da Colônia, ao que, o Diretor da Colônia solicitou à Presidência da Província que fosse nomeado outro, "a bem de prestar aqui aos colonos o posto espiritual de que carecem todos os dias"<sup>(24)</sup>.

Em março de 1871 a construção da capela já se achava com 13 palmos de altura de "grossa parede", onde deveriam ser principiadas "10 janelas com 12 palmos de alto e 6 de largo"<sup>(25)</sup>, restando ainda 15 palmos para completar toda a sua altura para receber o madeiramento e a cobertura. A despesa provável, dali em diante, naquela obra, estava orçada na importância de ..... 4:092\$880 réis, sendo que 3:203\$650 réis, foram gastos até

---

(21) Ofício s/nº, de 06 de julho de 1869, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos Augusto Ferraz da Abreu.

(22) Anexo do Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, 1870. p.18 e 19.

(23) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima, 1870. p.18.

(24) Ofício s/nº, de 30 de maio de 1870, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Francisco Ferreira Corrêa.

(25) Ofício s/nº, de 24 de março de 1871, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.

abril de 1871, somente com a administração de Joaquim José de Souza Corcoroca. Sendo que a discriminação das despesas por semestre foi a seguinte: (26)

1869 - junho a setembro	500\$000
- outubro a dezembro	499\$500
1870 - janeiro a março	499\$500
- abril a junho	500\$700
- julho a setembro	499\$950
- outubro a dezembro	500\$000
1871 - janeiro a março	204\$100
Total	<u>3:203\$650</u>

Todavia, enquanto tardava sair a obra da Igreja também eram grandes os clamores dos colonos pela falta de um pároco efetivo residente na Colônia<sup>(27)</sup>. Os casamentos e batizados, bem como os demais socorros espirituais só eram encontrados nas outras freguesias. Desde que o Padre Roberto Bucker fora exonerado, em fins de março de 1870, nenhum outro padre passou pela Colônia. E, para tais fins, a freguesia mais próxima da Colônia tinha uma distância superior a 5 léguas, ligação essa que era feita por péssimos caminhos, na maioria das vezes com São Pedro de Alcântara.

No ano de 1874, coube, ao Engenheiro Carlos Moreira de

(26) Ofício s/nº, de 11 de abril de 1871, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa. Observa-se que ao findar o ano de 1871, a respeito da construção da capela, a situação é praticamente a mesma do mês de março daquele ano, quando lê-se que: "A Capella em construção acha-se com 13 palmos de altura de grossa parede sobre seu alicerce, de cujo respaldo deverão ser principiados 10 janellas com 12 palmos de alto e 6 de largo, restando ainda para o respaldo de sua completa altura a receber seu madeiramento 15 palmos. Seu orçamento monta a quantia de R. 4:092\$880 para sua conclusão". Confira o Relatório da Província de Santa Catarina, o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, 1872. p.4.

(27) Relatório. Op.cit., p.6 e 7.



Abreu, a pedido da Presidência da Província, de fazer um novo orçamento da igreja, que importou em 5:566\$708 réis<sup>(28)</sup>. Mas nos anos que seguem, 1875 e 1876, o Diretor da Colônia volta a pressionar a Presidência da Província, que solicita junto ao Governo Imperial, através do Ministério da Agricultura, a liberação de recursos para aquela obra<sup>(29)</sup>. Por sua vez, no ano de 1877, depois de muita espera, temos um depoimento mais animador, por onde sabe-se que: a obra da Igreja Matriz "está coberta, forrada, assoalhada e rebocadas todas as paredes de fora, trabalhando-se actualmente na sua torre"<sup>(30)</sup>. De fato, a obra segue em ritmo satisfatório.

Portanto, os problemas com a construção da Igreja persistem até o fim da obra. Ora, são problemas com a compra de tijolos "para não parar" a obra da Igreja<sup>(31)</sup>; seguem os problemas com a condução da cal da "ponte do Imaruhy"<sup>(32)</sup>, vem a necessidade "tijolos e ladrilhos"<sup>(33)</sup>, bem como a dificuldade de se encontrar mão-de-obra<sup>(34)</sup>, em função dos baixos salários pagos. Finalmente, em 28 de novembro de 1879, Adalberto Gil Ribas apresenta proposta "para a pintura da Igreja", da Colônia Nacional Angelina<sup>(35)</sup>. Ao emancipar-se a Colônia estava pronta

---

(28) Ofício s/nº, de 25 de setembro de 1874, do Agrimensor Carlos Moreira de Abreu, ao Presidente da Província de Santa Catarina.

(29) Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1876, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

(30) Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, José Bento de Araújo, 1877. p.17.

(31) Ofício nº 35, de 17 de janeiro de 1879, do Diretor da Colônia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.

(32) Ofício nº 37, de 22 de janeiro de 1879, Idem, Idem.

(33) Ofício nº 66, de 23 de abril de 1879, do Diretor da Colônia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Antônio de Almeida Oliveira.

(34) Ofício nº 112, de 30 de agosto de 1872, Idem, Idem.

(35) Ofício s/nº, de 28 de novembro de 1879, Idem, Idem.

a Igreja Matriz.

Como vimos, pois, o fato é que sobre a construção da primeira Igreja de Angelina, que basicamente vai ser sua primeira matriz, vieram cair todas as adversidades típicas de obras oficiais. Orçada pelo próprio Governo em 4:838\$000, veio a custar muito mais, pela falta de material, vindo do litoral, falta de mão-de-obra, contratada em São José e, enfim, a própria burocracia foi dilatando os prazos. Enquanto isso, o cargo de "Capelão-cura d'almas" continuava a ser exercido esporadicamente pelo pároco de São Pedro de Alcântara, a cuja jurisdição paroquial a ex-colônia continuava a pertencer<sup>(36)</sup>. A situação só vai ser alterada em 1891, quando em Teresópolis (Queçaba), se estabeleceram os Padres Franciscanos, que passaram a prestar a assistência religiosa ao povo da capela de São Carlos Barromeu em Angelina.

### 3.2.1. Paróquia da Imaculada Conceição de Angelina

Como vimos, a partir de 1891, com o estabelecimento dos Padres Franciscanos em Teresópolis, a pedido de Dom José de Camargo Barros, Bispo do Paraná e de Santa Catarina, Angelina, a partir de então, pertence eclesiasticamente ao curato de Teresópolis. Durante 30 anos, até a criação da Paróquia em 1921, os Franciscanos de Teresópolis, ou de Santo Amaro da Imperatriz, ou de São José, cuidaram da religião desse povo<sup>(37)</sup>. A

(36) SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina, 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.7.

(37) Em SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.8. Lê-se que: a 8 de janeiro de 1899 Frei Bruchardo Sasse benzeu a Capela. E, a 3 de maio de 1902, o mesmo padre benzeu a nova imagem de São Carlos Barromeu, doada por famílias do lugar e de Florianópolis, entre os quais se encontram os nomes de Carlos Hoepcke e do historiador José Boiteux. Ignoram-se os motivos que levaram a escolha como padroeiro o santo arcebispo de Milão, do século

paróquia de Angelina foi criada a 8 de abril de 1921, desmembrada da Paróquia de Santo Amaro, pelo decreto episcopal promulgado pelo segundo Bispo de Santa Catarina, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, que no mesmo ano (1921), sucedia o primeiro Bispo de Florianópolis, Dom João Becker, nomeado Arcebispo de Porto Alegre<sup>(38)</sup>. Com a criação da paróquia de Angelina os Padres Franciscanos passaram, então, ali a residir. O primeiro vigário de Angelina foi Frei Gervásio Kraemer, empossado solenemente pelo então vigário de São Pedro de Alcântara o cônego Francisco Giesberts, no dia 17 de abril de 1921. O decreto de nomeação estabelece que a nova paróquia seja denominada "da Imaculada Conceição de Angelina", embora o orago da Igreja, agora Matriz, continuasse a ser São Carlos Barromeu, mudando somente com a construção da nova matriz.

A primeira Canônica de Angelina foi uma casa adquirida pelos frades franciscanos e a Mitra, uma casa particular, perto da Igreja. Depois de terem sido apresentadas várias plantas as autoridades eclesiásticas abandonaram, por algum tempo, a idéia de se construir logo a nova casa paroquial<sup>(39)</sup>. Ao ser criada a nova paróquia, possuía esta quatro pequenas comunidades. Desde o primeiro momento da sua existência, a paróquia de Angelina, em momento algum, deixou de ter sacerdotes residentes, que geralmente eram dois, passando para três quando o colégio das Irmãs de Angelina começou a ter capelão residente.

---

XVI. Encontra-se no artigo 3º da Lei Provincial nº 575, de 04 de maio de 1866, que determinava que da capela "o orago será São Carlos Barromeu". E assim ficou durante mais de 80 anos.

(38) Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, 1951. p.29.

(39) Congira, I Livro do Tombo da Paróquia de Angelina, p.23.

Mais tarde, passados 23 anos da criação da Paróquia, os padres franciscanos, a 2 de julho de 1944, benzeram a pedra fundamental da nova matriz. A essa cerimônia compareceram o Arcebispo Dom Joaquim e o Interventor do Estado, Nereu Ramos. Em setembro de 1946 começou a demolição da antiga Igreja, e a 8 de outubro daquele ano foi iniciada a construção da nova Igreja<sup>(40)</sup>. Também, na festa de 8 de dezembro de 1946, a pedido da paróquia de Angelina, o Arcebispo modificou o título da Igreja, que assim como já anteriormente a paróquia, passou a denominar-se de "Nossa Senhora da Imaculada Conceição", continuando São Carlos como segundo padroeiro principal.

A planta da igreja matriz de Angelina foi feita pelo Arquiteto padre Vicente Schmitz, da congregação do Sagrado Coração de Jesus, o qual na época era vigário de Brusque-SC. Quatro anos depois de benta a pedra fundamental, e ano meio depois de colocada a pedra angular (08/12/1946), a igreja foi inaugurada em 23 de maio de 1948, na festa da Santíssima Trindade. O vigário que do princípio ao fim acompanhou a construção foi o Frei João Vianney Erdrich<sup>(41)</sup>.

Em julho de 1949 foi iniciada a construção da nova casa paroquial. Trata-se de uma casa espaçosa, de dois pavimentos, sendo inaugurada, logo depois, a 25 de junho de 1950, ficando também responsável pela construção o Frei João Vianney. De fato, como vimos, a história de Angelina tem a marca do sagrado.

---

(40) Conferir no Arquivo Histórico e Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, um Folheto intitulado: "Paróquia de Angelina". p.1.

(41) SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.20-21. As dimensões do templo são de 40 x 17 metros, possuindo duas naves laterais, separadas da nave principal por 12 colunas de cimento armado. Os 8 vitrais, representando os principais passos da vida de Maria, saíram do ateliê de Porto Alegre, da Firma de Eduardo Peucker, executados pelo artista Martin Obermayer. As duas torres da igreja matriz alcançam 35 metros de altura.

Os jovens de Angelina, até hoje, freqüentam todo esse ambiente religioso<sup>(42)</sup>. Em época mais recente, a paróquia de Angelina, estende-se também sobre o município de Rancho Queimado, compreendendo um território que totaliza 865 km<sup>2</sup>. Essas comunidades são marcadas por um ambiente rural, bastante conservador, onde o catolicismo com suas práticas tradicionais permanece intacto<sup>(43)</sup>.

### 3.2.2. A Gruta

A história da Gruta de Angelina tem origem na fé de frei Zeno Wallbroehl, um profundo devoto de Nossa Senhora de Lourdes. Em 1897 adoeceu gravemente, sendo tratado em Petrópolis, Rio de Janeiro, por três médicos que não lhe deram muitas esperanças de vida. No hospital, ao tomar água de Lourdes, subitamente, sentiu-se aliviado recuperando aos poucos a saúde. Como era devoto de Maria, prometeu, em gratidão, promover a devoção de Nossa Senhora de Lourdes, em Angelina, por onde passou anteriormente quando trabalhou em Santa Catarina. Frei Zeno, naquele mesmo ano de 1897, voltando a Angelina, em companhia de amigos, conheceu melhor o lugar, e escolheu no alto da montanha um paredão de pedra por onde as águas faziam a sua primeira queda, em forma de cascata. Mandou abrir uma pi-

---

(42) O Arcebispo de Florianópolis, Dom Afonso Niehws, em visita pastoral à Paróquia, em 13 de março de 1975. diz: "Importante nesta paróquia, como nas outras do interior, é preparar a juventude para que tenha condições de manter a fé e os bons costumes, quando se mudarem para a cidade. A mudança repentina de ambiente perturba a maioria dos jovens, e os desvia, ao menos temporariamente, dos caminhos da religião". Confirma o Livro do Tombo II. p.60.

(43) A comunidade de Angelina sempre foi atendida espiritualmente pelos padres franciscanos. Por ela passaram diversos padres. A capela da Imaculado Coração de Maria, de Rancho Queimado (hoje Município), sempre pertenceu eclesiasticamente a Paróquia de Angelina. Confirma nos Anexos 7.1 a relação dos Vigários da Paróquia de Angelina, e 7.2, as suas Capelas.

cada até o lugar escolhido. Enquanto isso, também, mandou vir da Europa uma imagem da Santa, igual à de Lourdes na França (44).

A 14 de agosto de 1902, Angelina recebeu a primeira visita pastoral, feita por D. José de Camargo Barros, ocasião em que benzeu a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, destinada à gruta (45). A imagem com 1,95 cm de altura foi doada por frei Zeno Wallbroehl. Como o lugar era de difícil acesso, essa imagem, depois de haver chegado a Angelina, ficou durante cinco anos na própria igreja do lugar. Mas, mesmo assim, após a bênção da imagem, o Bispo Dom José, acompanhado pelos padres presentes e pelo povo, subiu o morro para ver o lugar. Na noite de 15 de agosto de 1902, dia da grande festa, novamente todos subiram solenemente o morro, e, a partir de então, Angelina passou a ser considerada "Santuário de Devoção Mariana" (46).

Apesar do grande fervor religioso daquela comunidade, na época, não se dispunha de recursos financeiros e técnicas suficientes para abrir um caminho ao público que desse acesso àquele despenhadeiro. Era impossível uma subida mais cômoda que não fosse em ziguezague. "Todo o tombador por onde despencam as sucessivas pequenas cascatas era áspero, muito pedregoso, semeado de bambus e cipoais, raízes grossas de grandes árvo-

---

(44) SCHMITT, Elizeário. Nossa Senhora de Angelina - 1902-1977. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1977. p.10.

(45) Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, 1951. p.29.

(46) Sabe-se que a visita de D. José de Camargo Barros, Bispo do Paraná e de Santa Catarina, à ex-Clônia Nacional Angelina, foi de 3 dias completos. Em 15 de agosto de 1902, oficialmente, teve início em Angelina o Santuário Mariano. E, portanto, em 15 de agosto de 1977 festeja-se o seu Jubileu de ouro-e-prata (1902-1977). A mesma imagem vinda da Europa ainda hoje existe na Gruta. Também, sabe-se que durante os cinco anos em que a imagem ficou na igreja o povo ia continuamente ver o lugar da gruta, o que leva alguns a afirmar que já havia uma pequena iimagem no local. Confira Elizeário Schmitt, Op.cit., p.9 e 10.

res, com difícilimo apoio para um trilho viável..."<sup>(47)</sup>. Após muito trabalho, empregando a força de homens e animais, abriu-se um caminho, com alguns bueiros, mantida sempre a esquerda das águas, muitas pessoas trabalharam gratuitamente, sob a direção do Padre Josaphat Immenkoetter e do Padre Frei Burchardo Sasse. Finalmente, estava pronto o caminho das 14 voltas, imitando a ascensão ao Calvário, que recebeu mais tarde as estações da Via-Sacra.

Assim, somente a 15 de agosto de 1907, com a celebração solene da Santa Missa, fez-se a transferência da imagem de Nossa Senhora de Lourdes, para um nicho de pedra, no alto da Gruta<sup>(48)</sup>. Às 13 horas da tarde sai uma procissão com aproximadamente 1.500 pessoas, seguindo o Padre Frei Bruchardo Sasse, Frei Xisto Meiwes e Frei Josaphat Immenkoetter, levando a imagem de Nossa Senhora de Lourdes para a Gruta.

Mais uma vez a comunidade de Angelina, incentivada pelo missionário Frei Bruchardo Sasse, planejou construir a Via-Sacra. Os 14 blocos de gesso, importados de um ateliê da Alemanha, constituindo uma grande obra de arte, chegaram a Angelina em setembro de 1909, porém só começaram a ser colocados em novembro de 1910<sup>(49)</sup>. Apresentam-se em nichos de cimento, so-

(47) Ibid., p.11.

(48) No dia 15 de agosto de 1907, depois de ter estado cinco anos completos na Capela de São Carlos Borromeu, ao lado do Evangelho, fez-se a solene transferência da imagem. Pela manhã rezaram-se missas às 6:30 hs, às 7:30 hs e às 10 horas. A partir deste dia as romarias para a Gruta não cessaram. A primeira romaria que o Santuário Mariano de Angelina recebeu veio de Santo Amaro da Imperatriz. Foi Frei Bruchardo Sasse quem promoveu essa romaria a 5 de outubro de 1907, trazendo de Santo Amaro uma peregrinação de 103 pessoas: 49 homens a pé e 54 a cavalo. Confira Elizeário Schmitt. Op.cit., p.11 e 12.

(49) SCHMITT, Op.cit., p.13, lê-se: "A Via-Sacra da Gruta de Angelina é apreciável obra de arte, em relevo de gesso sem pintura, com perfeição absoluta de talha, saíde de um ateliêi da Alemanha, e vinda a Angelina numa viagem de lances quase épicos. As estações, ao preço de 200\$000 cada uma, fora o frete Alemanha-São Pedro de Alcântara, desta última

bre colunas do mesmo material, coroado cada nicho por um capitel arredondado, com apresentação tosca de lavor e ornamento. O mestre de pedreiro, Defendente Rampinelli, junto com mais alguns homens, foi o responsável pelo serviço de colocação da Via-Sacra. Ele também foi encarregado pela construção da ponte que dá acesso à Gruta, sobre o Rio Mundéus, que leva a subida do caminho da Gruta. A obra apresenta-se com largas defesas laterais, também de cimento, em forma de muro, no alto um arco de ferro batido, fazendo conjunto também com um portão de ferro.

A festa de inauguração da Via-Sacra deu-se no dia 15 de agosto de 1911. Mas, desde o dia 13 já começaram a afluir os romeiros. No dia 14, às 18:00 horas, saiu uma procissão para a Gruta, na qual tomaram parte os padres: Frei Domingos Schmitz, Frei Xisto Meiwes e Augusto Schwierling, Vigário de Teresópolis, acompanhados por mais de duas mil pessoas, rezando e entoando cânticos a Nossa Senhora. No dia 15 foram celebradas três missas na capela. Pela manhã, às 9 horas, organizou-se uma solene procissão em direção à Gruta, sendo no trajeto da mesma bentas as estações, e rezando-se, oficialmente, pela primeira vez, a Via-Sacra<sup>(50)</sup>.

Durante muitos anos todo esse ambiente de piedade se conservou sem grandes alterações. Nos últimos anos, a partir de 1950, com o melhoramento das vias de comunicação, tem aumentado consideravelmente o número de romeiros que chegam ao lugar principalmente de ônibus e de caminhão. Desta forma, criou-se, no decorrer dos anos, toda uma infra-estrutura de construções

---

freguesia, por 27 kms, tiveram de ser transportados pelos colonos de Angelina e vizinhanças. Os 14 blocos tiveram de ser acondicionados em carros de boi, ou trazidos, alguns deles, nas costas dos homens".

(50) Ibid., p.13-14.



para dar atendimento ao público. A massa de féis é mais densa nos dias 11 de fevereiro, 15 de agosto e, principalmente, 8 de dezembro, onde as solenidades coletivas, no alto da gruta, recebem um toque mais festivo<sup>(51)</sup>. Para acompanhar a demanda a Paróquia procurou ampliar suas instalações construindo extensos galpões cobertos, um grande salão paroquial com dois pavimentos, além de outras dependências necessárias à realização das grandes festas religiosas.

---

(51) Em época mais recente, em data não identificada, foi alargada a clareira existente em frente à Gruta, onde se encontra a 14ª estação da Via-Sacra. Pois, nas maiores celebrações religiosas a multidão se comprimia ladeira abaixo, até a 12ª estação, sem condições de participar de qualquer ato público. É bem provável que esta obra tenha acontecido na década de 70, junto com a obra de alargamento do caminho de subida das 14 voltas. Pois, na década de 70, todo caminho foi melhorado, quando o trajeto recebeu calçamento de lajotas em toda a sua largura e extensão. Na mesma época, o Governo do Estado, fez a doação de lanternas elétricas para a iluminação a mercúrio de todo o percurso. Finalmente, em 1975, construiu-se a nova ponte de concreto e pedra sobre o rio dos Mundéus, que dá entrada ao caminho que leva à Gruta. Confira SCHMITT, Op.cit., p.14 e 15.

## CAPÍTULO IV

### ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

O quarto capítulo trata de analisar a estrutura da população de Angelina durante os séculos XIX e XX. Em primeiro lugar, no estudo da "evolução populacional", calculou-se a taxa de crescimento da população de Angelina, a fim de compará-la com o crescimento da população de Santa Catarina e do Brasil. Também, conseguiu-se identificar a origem dos primeiros colonos, a sua nacionalidade e estrutura social. Em segundo lugar, no estudo da "característica demográfica", procurou-se fazer uma análise da população por sexo, idade, estado civil, estrutura familiar e atividade produtiva.

#### 4.1. Evolução Populacional

O crescimento da população de Angelina foi bastante variado. Entre 1861 a 1877 a Colônia recebeu em média 85 colonos novos a cada ano. Esse período corresponde ao grande fluxo migratório de colonos nacionais que a área recebeu, pelo incentivo da política migratória do Governo Imperial. Para esses de

zesseis anos iniciais encontrou-se os dados completos da população, por total e por sexo, nas Falas e Relatórios da presidência da Província de Santa Catarina.

O cálculo de crescimento da população de Angelina foi realizado com base nos dados dos anos de 1877, 1880, 1900, 1920, 1940 e 1950. Para determinar a população anual de Angelina, para os anos que não se dispunha de dados, e o cálculo da taxa de crescimento fez-se uso do "Método da Progressão Geométrica", que permitiu a elaboração da tabela nº 1.

A tabela nº 1 mostra que o crescimento da Colônia Nacional Angelina foi maior no início da colonização, durante as duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, período em que a área recebeu um grande número de colonos açorianos. Depois, o crescimento da população mostrou uma tendência de queda constante até o início desse século, quando voltou a crescer novamente. Entre 1900 e 1920 a população apresentou, realmente, um aumento significativo na taxa de crescimento, para voltar a apresentar uma nova tendência de queda, a qual permaneceu até o fim do período estudado.

A taxa de crescimento da população de Angelina entre 1877 a 1880 foi de 1,3% ao ano; entre 1880 a 1900, foi de 0,6%; entre 1900 e 1920 foi de 5,5%; entre 1920 e 1940 foi de 0,6%; entre 1940 e 1950 foi de 1% ao ano.

O período de 1900 a 1920, onde o crescimento foi de 5,5% ao ano, representa uma exceção, que, provavelmente, pode ser explicada pelo fato de Angelina ter recebido um novo fluxo migratório de elementos de origem germânica, das áreas vizinhas. Mas, passada essa onda migratória, a população voltou a crescer em seu ritmo normal, um pouco abaixo de 1% ao ano.

TABELA Nº 1

População total de Angelina - 1861-1950

ANOS	HOMEM	MULH.	TOTAL	ANOS	HOMEM	MULH.	TOTAL	ANOS	HOMEM	MULH.	TOTAL
1861	<u>65</u>	<u>42</u>	<u>107</u>	1891	863	770	1633	1921	2599	2546	5145
1862	<u>120</u>	<u>88</u>	<u>208</u>	1892	858	775	1642	1922	2715	2561	5276
1863	<u>115</u>	<u>103</u>	<u>218</u>	1893	872	779	1651	1923	2631	2576	5207
1864	<u>176</u>	<u>132</u>	<u>308</u>	1894	877	783	1660	1924	2647	2591	5238
1865	<u>283</u>	<u>223</u>	<u>506</u>	1895	881	788	1669	1925	2663	2606	5269
1866	<u>227</u>	<u>219</u>	<u>496</u>	1896	887	792	1679	1926	2679	2621	5300
1867	<u>433</u>	<u>351</u>	<u>784</u>	1897	892	796	1688	1927	2695	2636	5331
1868	<u>433</u>	<u>351</u>	<u>784</u>	1898	896	801	1697	1928	2711	2651	5362
1869	<u>394</u>	<u>350</u>	<u>744</u>	1899	900	806	1706	1929	2727	2666	5393
1970	<u>517</u>	<u>460</u>	<u>977</u>	1900	<u>919</u>	<u>815</u>	<u>1734</u>	1930	2743	2681	5424
1871	<u>587</u>	<u>513</u>	<u>1100</u>	1901	1006	893	1899	1931	2759	2696	5455
1872	<u>533</u>	<u>471</u>	<u>1004</u>	1902	1093	971	2064	1932	2775	2711	5486
1873	<u>433</u>	<u>392</u>	<u>835</u>	1903	1180	1049	2229	1933	2791	2726	5517
1874	624	531	<u>1155</u>	1904	1267	1127	2394	1934	2807	2741	5548
1875	<u>738</u>	<u>653</u>	<u>1391</u>	1905	1354	1205	2559	1935	2823	2756	5579
1876	<u>795</u>	<u>708</u>	<u>1503</u>	1906	1441	1283	2724	1936	2839	2771	5610
1877	<u>779</u>	<u>696</u>	<u>1475</u>	1907	1528	1361	2889	1937	2855	2786	5641
1878	789	705	1494	1908	1615	1439	3054	1938	2871	2801	5672
1879	799	714	1513	1909	1702	1517	3219	1939	2887	2816	5703
1880	809	723	1532	1910	1789	1595	3384	1940	<u>2851</u>	<u>2851</u>	<u>5702</u>
1881	814	727	1541	1911	1876	1673	3549	1941	2880	2879	5759
1882	819	731	1550	1912	1963	1751	3714	1942	2908	2908	5816
1883	823	736	1559	1913	2050	1829	3879	1943	2937	2936	5873
1884	828	740	1568	1914	2137	1907	4044	1944	2965	2965	5930
1885	833	744	1577	1915	2224	1985	4209	1945	2994	2993	5987
1886	838	749	1587	1916	2311	2063	4374	1946	3022	3022	6044
1887	843	753	1596	1917	2398	2141	4539	1947	3051	3050	6101
1888	848	757	1605	1918	2485	2219	4704	1948	3079	3079	6158
1889	852	762	1614	1919	2575	2297	4868	1949	3108	3107	6215
1900	<u>857</u>	<u>766</u>	<u>1623</u>	1920	<u>2583</u>	<u>2531</u>	<u>5114</u>	1950	<u>3158</u>	<u>3193</u>	<u>6351</u>

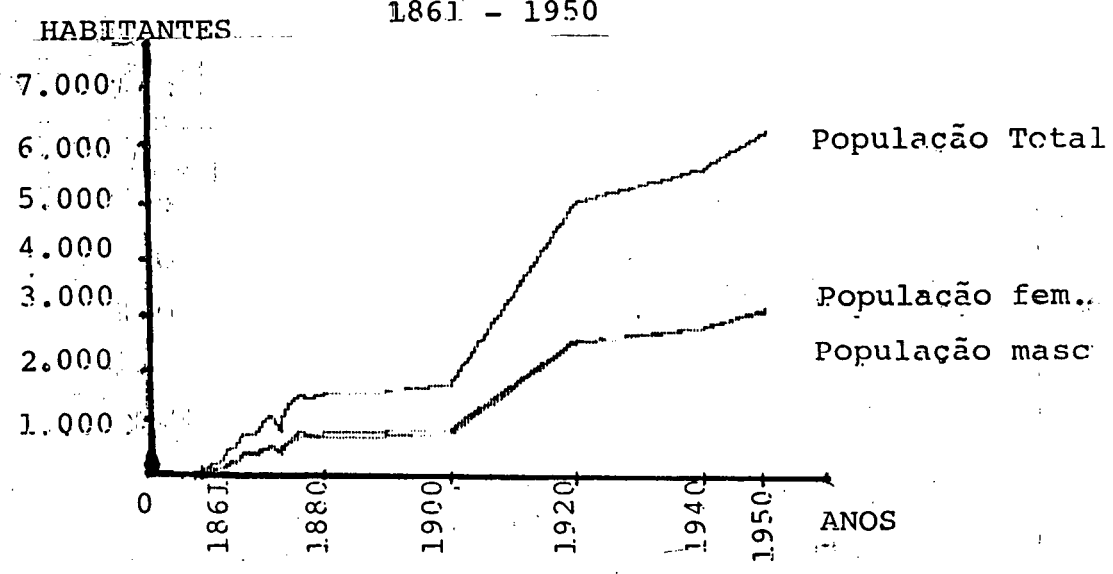
Fonte: Falas e Relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina - 1861-1878.

Recenseamentos Gerais do Brasil de 1872, 1900, 1920, 1940 e 1950.

Dados grifados são retirados das fontes.

### CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE ANGELINA

1861 - 1950



Fonte: Tabela Nº.1

GRÁFICO Nº 1.

A população de Angelina cresceu menos que a média nacional e, também, menos que a média de Santa Catarina. As causas do seu baixo crescimento demográfico são facilmente compreendidas quando comparadas com o crescimento econômico da área, que também foi pequeno. O crescimento populacional ficou condicionado às restrições da sua atividade econômica, incapaz de absorver toda a mão-de-obra que resultou do seu incremento natural, o que, em alguns períodos, levou os colonos a abandonarem a Colônia.

Assim, houve, nos períodos de baixo crescimento demográfico, e também pequeno crescimento econômico, um êxodo para áreas agrícolas de melhor rentabilidade ou para áreas urbanas, onde teve maior absorção de mão-de-obra.

Por outro lado, a taxa de crescimento natural da população de Angelina (que é a diferença entre a natalidade e a mortalidade), sempre foi superior a 2% ao ano. Mas, mesmo assim, devido às constantes saídas de colonos da área, em geral, não houve uma curva de crescimento demográfico ascendente, com exceção das duas primeiras décadas desse século. Obviamente, a reprodução da população foi afetada pelos condicionantes econômicos que não contribuíram para o bem-estar das famílias. Pois, uma população que não dispõe de produtos de alto interesse comercial ou de exportação, onde a produção está centralizada na agricultura de subsistência, vê-se reduzida a uma renda "per capita" mínima.

Portanto, o crescimento demográfico da população de Angelina tem sido meramente vegetativo.

Em Santa Catarina, de acordo com os primeiros censos, até 1940, a população cresceu menos que a média nacional. Mas, após

1940, o crescimento da população catarinense superou a média nacional. A taxa anual de crescimento demográfico entre 1872 e 1890, foi de 0,583%; entre 1890 a 1900, foi de 1,22% ao ano; entre 1900 e 1920, foi 0,6% ao ano; entre 1920 e 1940, foi de 2,05% ao ano; entre 1940 e 1950, foi de 2,92% ao ano; entre 1950 a 1960, foi de 3,03% ao ano.

Ao mesmo tempo, em outras áreas do Estado de Santa Catarina a população cresceu em índices próprios da explosão demográfica. Em Itajaí, entre 1840 e 1866, o coeficiente de crescimento foi de 2,8% ao ano; entre 1866 e 1872 foi de 3,2% ao ano; entre 1872 e 1900 foi 3,8% ao ano; entre 1900 e 1920 foi 3,3% ao ano e entre 1920 e 1940 foi de 3,8% ao ano<sup>(1)</sup>.

A população na cidade do Desterro, no período que vai de 1804 a 1854, cresceu mais que Angelina e menos que Itajaí. Entre 1804 e 1810 a sua taxa de crescimento foi de 1,5% ao ano; entre 1810 e 1831, foi 0,9% ao ano; entre 1831 a 1840, foi 2,2% ao ano e entre 1841 a 1854 foi de 0,6% ao ano<sup>(2)</sup>.

No Paraná, segundo GONÇALVES<sup>(3)</sup>, o crescimento da população pontagrossense, entre 1823 a 1879, apresentou-se conforme a tendência nacional. Constatou-se que o segmento livre teve um crescimento ascensional. Já os escravos apresentaram uma ligeira regressão, pois estes sofreram na segunda metade do século XIX os efeitos das Leis Euzébio de Queiróz e do Ventre Livre.

---

(1) FLORES, Maria Bernadete Ramos. História Demográfica de Itajaí: Uma População em Transição - 1966-1930, Florianópolis: UFSC, 1979. p.60.

(2) NIELSEN, Lawrence James. A Morte na Cidade do Desterro, 1804-1854: Cifras, Causas e Conseqüências: in Revista do IHGSC, 3ª fase (1): 2ª sem. 1979. p.73.

(3) GONÇALVES, Maria Aparecida Cesar. Estudo demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa - 1823-1879. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1979. p.161.

No Brasil, de acordo com os censos demográficos, as taxas anuais de crescimento sempre foram acima de 2% ao ano. No período de 1872 a 1890, a taxa de crescimento foi de 2,01% ao ano; entre 1890 a 1900, foi de 2,42% ao ano; entre 1900 e 1920, foi de 2,18% ao ano; entre 1920 a 1940, foi de 2,05% ao ano; entre 1940 a 1950, foi de 3,38% ao ano; entre 1950 a 1960, foi de 3,00% ao ano; e entre 1960 a 1970, foi de 2,7% ao ano<sup>(4)</sup>.

O Brasil, como também os Estados Unidos, tem como aspecto mais notável o registro de uma elevada taxa de crescimento da população durante mais de um século. De um total de cerca de 3 milhões em 1800, a população brasileira expandiu-se para 10 milhões na época do primeiro censo, em 1872. No século decorrido entre 1872 e 1972 houve um aumento de dez vezes, passando a 100 milhões de habitantes, o que deixa implícita uma taxa média de crescimento anual de 2,5%. Essa taxa só pode ser comparada com o crescimento registrado no mundo no surto populacional posterior à Segunda Guerra Mundial<sup>(5)</sup>.

O crescimento demográfico do Brasil, o mais vertiginoso nos últimos cem anos no mundo, é o resultado da redução da taxa de mortalidade. A taxa de mortalidade brasileira representa, hoje, apenas um terço do que era a um século, situando-se já próxima ao nível dos países desenvolvidos. O Brasil, com uma taxa de crescimento demográfica em torno de 2,5% ao ano, se

---

(4) MERRICK, W. Tomas, GRAHAM, H. Douglas. População e Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar Editores S.A., 1981. p.16.

(5) BELTRÃO, Pedro Calderan. Demografia: Ciência da População Análise e Teoria, Porto Alegre; Ed. Sulina, 1972. p.55. Para o mesmo período dos censos o crescimento migratório do Brasil foi de: 0,38%, 0,60%, 0,22%, 0,18%, 0,04%, 0,00% e 0,00% ao ano. E, o crescimento natural, durante o mesmo período, foi de: 1,63%, 1,82%, 1,86%, 1,87%, 2,34%, 3,00% e 2,70% ao ano. Verifica-se, pois, que o crescimento demográfico do Brasil não é devido ao fluxo migratório, ou a qualquer aumento na fecundidade, mas sim fruto da drástica redução na taxa de natalidade.



mantida, fará dobrar a população na próxima geração.

A média mundial de crescimento demográfico, atualmente, está em torno de 2% ao ano<sup>(6)</sup>. Mas, na maior parte do mundo, verifica-se que há uma tendência de queda no crescimento da população, sendo que já aconteceu o auge da aceleração demográfica, no decênio de 1950-60.

Todavia, apesar de contar-se com poucos estudos de história demográfica, para aquilatar com maior precisão o crescimento e prolificidade dos casais açorianos em terras catarinenses, sabe-se que nestas famílias são encontradas altas taxas de natalidade. Acredita-se que o perigo permanente de perdas familiares, aliado a necessidade de mão-de-obra, e a forte influência da religião e da Igreja Católica nos padrões morais e sociais da comunidade, foram fatores que contribuíram de forma decisiva na sobrevivência e explosão numérica deste grupo humano.

Em Santo Antônio, na segunda metade do século XIX, a taxa de natalidade era de 40,23 nascimentos por mil habitantes<sup>(7)</sup>. Para a população de Angelina, no século XIX, no período que vai de 1860 a 1869, encontrou-se uma taxa de 43,29 nascimentos para cada mil habitantes, com um número elevado de filhos.

O problema da explosão demográfica da área de povoamento açoriano é de tal grandiosidade, que, já em 1833, o Presidente da Província de Santa Catarina chama a atenção para a questão<sup>(8)</sup>. Mas a "solução" só foi encontrada em 1860, quando o

<sup>(6)</sup> BELTRÃO, Op. cit., p.53.

<sup>(7)</sup> BARROS, Edy Alvares Cabral. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio: 1841 a 1910: A sua Transição Demográfica. Florianópolis, 1979. p.115.

<sup>(8)</sup> PIAZZA, Walter F. A Epopéia Açoriana, 1746-1756, Palestra Proferida no II Congresso de Comunidades Açorianas, realizado em Angra do Heroísmo, Açores, in: Edição do Conselho Estadual de Curitiba, Florianópolis, 1987. p.19.

Presidente da Província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, fundou a Colônia Nacional Angelina. O chamado excesso populacional, assim considerado pelos governantes, da área situada entre Laguna e São Francisco seria a base geopolítica de ocupação do sertão catarinense.

O levantamento dos nomes e sobrenomes desta área litorânea mostra a predominância do elemento de origem luso-açoriana. A primeira leva de povoadores da Colônia Nacional Angelina, conforme a análise onomástica, permitiu identificar os ancestrais açorianos, imigrantes, aqui chegados no século XVIII. São comuns os Silva, os Amorim, os Vieira, os Pereira, os Fagundes, os Moura, os Xavier, os Souza, os Garcia, os Oliveira e os Soares; os Ferreira, os Duarte, os Coutinho e os Costa; os Fontes, os Rosa, os Melo e os Dutra; os Cunha, os Cardoso, os Correia e os Aguiar; os Carvalho, os Carreirão, os Silveira, os Gonçalves e os Pires; os Machado, os Mendes, os Gomes e tantos outros<sup>(9)</sup>.

Enfim, cabe dizer que a cultura dessa gente marcou profundamente o Estado de Santa Catarina. E, os resultados do povoamento açoriano, até hoje, permanecem quase inalterados, os traços mais marcantes são de ordem: político-administrativa, cultural, social, religiosa; cuja base dessa sociedade é uma família com características conservadoras e patriarcais, composta por um elevado número de filhos<sup>(10)</sup>.

Ao ser criada a Colônia Nacional Angelina, em 10 de dezembro de 1860, pelo Presidente da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque, visou-se aproveitar o excesso populacional

---

(9) PIAZZA, Op.cit., p.31.

(10) FARIAS, Vilson Francisco de. Evolução Histórica-Demográfica de Enseada de Brito, 1778-1906. Florianópolis: UFSC, 1980. p.12.

luso-brasileiro, sem terra, nas áreas litorâneas de Santa Catarina<sup>(11)</sup>. Desta forma, dava-se um melhor aproveitamento ao braço nacional, cujas dificuldades de subsistência, no litoral catarinense, eram motivo de preocupação das autoridades provinciais, fruto da má distribuição das "sesmarias" aos açorianos e seus descendentes, desde a grande "Epopéia Açoriana" de 1748-1756, onde foram transportados mais de 6.000 açorianos e madeirenses para o litoral sul-brasileiro<sup>(12)</sup>. Em face à crise da lavoura brasileira, carente de mão-de-obra, devido à substituição do trabalho servil pelo assalariado, a política migratória, que até então dava prioridade à migração estrangeira, doravante, procura a solução para a crise na força do trabalho do contingente nacional.

Portanto, as primeiras levas de colonos foram de elementos essencialmente nacionais conforme preconizam as instruções de 10 de dezembro de 1860. Os dados constantes na "Relação dos Habitantes da Colônia Nacional Angelina, no fim do ano de 1864" confirma a naturalidade dos habitantes. Tal análise demonstra, desde logo, que foi uma área de expansão - "frente pioneira" - como pretendeu seu idealizador, para o excedente das áreas de colonização açoriana de Santa Catarina (São José, Camboriú, Ilha de Santa Catarina, Enseada de Brito, Campo de Massiambú) e das áreas de expansão posterior (Santo Amaro do Cubatão), ou, ainda, da área inicial da colonização alemã em Santa Catarina, com mais de 30 anos de fixação (São Pedro de Alcântara), que não ficou alheia à penetração paulatina, do elemento alienígena.

---

(11) PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983. p.354.

(12) PIAZZA, Walter F. A Epopéia Açoriana, 1748-1756. Palestra proferida no II Congresso de Comunidades Açorianas, realizado em Angra do Heroísmo, Açores. In Edição do Conselho Estadual de Cultura, Florianópolis, 1987. p.15.

TABELA Nº 2

## Naturalidade dos primeiros colonos - 1864

NATURALIDADE	NÚMEROS	
	ABSOLUTO	RELATIVO
Brasileiro adotivo	1	0,32
"Distrito da cidade de São José"	116	26,83
São Pedro de Alcântara	72	22,86
Santo Amaro do Cubatão	31	9,84
Colônia Nacional Angelina	23	7,30
"Cambriu" (Camboriú)	13	4,13
Cidade do Desterro	12	3,81
Campo de Massiambú	11	4,49
Ilha de Santa Catarina	8	2,54
N. Sra. da Lapa do Ribeirão	4	1,27
Enseada de "Brites" (Brito)	4	1,27
Laguna	2	0,63
Lages	2	0,63
Rio Grande do Sul	1	0,32
Minas Gerais	1	0,32
Brasileiro Naturalizado		
Prússia	7	2,22
Alemanha	6	1,90
Portugal	1	0,32
<b>TOTAL</b>	<b>315</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório do Diretor da Colônia Nacional Angelina ao  
 Presidente da Província de Santa Catarina - 1864.

A tabela nº 2 mostrou a origem dos primeiros habitantes da Colônia Nacional Angelina de áreas onde predominava o elemento luso-brasileiro, descendente, principalmente, de açorianos, num total de 94,22%. O estrangeiro, representado em 4,44%, tem uma predominância do alemão (Prússia e Alemanha), talvez em consequência das proximidades das colônias alemãs. A presença do elemento estrangeiro, como ver-se-á no estudo da estrutura nacionalidade, começou a ser sentida a partir de 1866 com um percentual de 1,50%. Doravante cresce, paulatinamente, até atingir 5,25% em 1872, decrescente nos anos seguintes, porém, volta a crescer em ritmo acelerado em 1877, com 9,80%, já numa demonstração clara do "fracasso" da colonização nacional.

Assim, quanto à origem dos primeiros colonos, a Colônia teve dois períodos distintos: 1º) No primeiro período que vai de 1860-1865 a Colônia recebeu essencialmente o elemento nacional conforme preconizam as instruções de 10 de dezembro de 1860, como pretendeu o seu idealizador Francisco Carlos de Araújo Brusque; 2º) No segundo período que vai de 1866-1881, o elemento estrangeiro, de origem Germânica, primeiro, da Colônia Santa Isabel e, depois, da Colônia São Pedro de Alcântara, foi penetrando, devido: à proximidade das duas Colônias, às condições topográficas e à falta de comunicação<sup>(13)</sup>. E, finalmente, em agosto de 1873, a Colônia perdeu definitivamente o seu caráter de "nacional", quando foram mandados preparar, à custa do Estado, "prazos para o estabelecimento de colonos europeus"<sup>(14)</sup>.

---

(13) Ofício nº 290, de 7 de dezembro de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda.

(14) Ofício s/n, de 04 de agosto de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Ten. Cel. Luiz Ferreira do Nascimento e Mello (orçamento de despesa anexo).

A origem dos primeiros colonos deve ser analisada dentro do problema geopolítico proposto pelo Governo Imperial. Em primeiro lugar, a fundação da Colônia foi, na realidade, um atendimento à necessidade de novas áreas para o excesso populacional da área luso-brasileira. Num estudo mais profundo ver-se-á que tal problemática, teve início quando da ocupação do litoral catarinense, desde os idos de 1748-1756, pelos açorianos e madeirenses, seus descendentes, atingindo paulatinamente os vales adjacentes, até que em 1860 chegaram às encostas do planalto. Em segundo lugar, o luso-brasileiro parecia ser o elemento ideal para colonizar uma área de floresta tropical, o que demonstra que a política migratória do Governo Imperial, numa atitude discriminatória, protege a colonização estrangeira distribuindo-lhes melhores terras. Pois, como se sabe, as encostas acliveis, desde que despidas da sua cobertura natural, produz intensa erosão, face à tropicalidade, aliado aos altos índices de precipitação, existentes na área da Colônia<sup>(15)</sup>.

Entretanto, sabe-se que das experiências tentadas com nacionais a única que vicejou, na opinião de um de seus visitantes, em 1867, foi a Colônia Nacional Angelina. E, se não obteve maior desenvolvimento, deve-se à situação interna e à falta de estímulo a esse tipo de colonização<sup>(16)</sup>. O objeto de comparação são as colônias "Canaanéia", na Província de São Paulo, que não teve a pujança de Angelina, nem populacional, nem econômica; "Assunguy", na então Província do Paraná, e as demais na então Província de Santa Catarina. E, por fim, não

---

(15) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.239.

(16) Documento do Dr. Ignácio da Cunha Galvão, Relatório sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina: Rio de Janeiro, 1867. p.67.

se pode comparar a colonização nacional na Província de Santa Catarina com a colonização de outras etnias sem considerar o tratamento diferenciado dado à colonização nacional, onde o dinheiro público foi empregado parcimoniosamente, de forma a não favorecer o seu desenvolvimento. Assim, sem boas vias de comunicação, ligando os centros produtores aos consumidores, não houve alento à produtividade e valorização dos produtos agrícolas. Entende-se, portanto, por que a Colônia Nacional Angelina ficou muito aquém daquelas suas contemporâneas formadas com elementos étnicos diferentes.

#### 4.1.1. Estrutura Social

Da análise da tabela nº 3 ressalta o pequeno número de escravos existentes na Colônia Nacional Angelina. Apenas em 1875 e 1876 o percentual de escravos foi superior a 1% sobre o total da população. Isso significa que o colono nacional tinha baixo poder aquisitivo e que, evidentemente, era quase impossível manter um escravo numa estrutura minifundiária voltada à agricultura de subsistência. Por outro lado, esse baixo índice de escravidão reflete a situação do País, que se encaminha para a mão-de-obra assalariada, abrindo as portas para a imigração estrangeira.

De fato, a colonização substituiu, plenamente, na área de Santa Catarina, o braço escravo ligado à agricultura, já porque a escravidão, nessa época, era mais valorizada nas áreas monocultoras do café e do açúcar, sendo que o elemento colonizador ainda não possuía condições econômicas para comprá-lo, aliado ao sistema de pequena propriedade que era, facilmente,

TABELA Nº 3

Estrutura social da população de Angelina, 1861-1877

ANOS	NÚMEROS ABSOLUTOS		NÚMEROS RELATIVOS		TOTAL
	LIVRES	ESCRAVOS	LIVRES	ESCRAVOS	
1861	106	1	99,06	0,94	107
1862	207	1	99,51	0,49	208
1863	218	0	100	0	218
1864	308	0	100	0	308
1865	506	0	100	0	506
1866	494	2	99,59	0,41	496
1867	-	-	-	-	784
1868	-	-	-	-	784
1869	742	2	99,73	0,27	744
1870	971	6	99,38	0,62	977
1871	1093	7	99,36	0,64	1100
1872	998	6	99,40	0,60	1004
1873	830	5	99,40	0,60	835
1874	-	-	-	-	1155
1875	1372	19	98,63	1,37	1391
1876	1486	17	98,86	1,14	1503
1877	1462	13	99,11	0,89	1475

Fonte: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina - 1861-1878.

Ofícios do Chefe de Polícia ao Presidente da Província de Santa Catarina, 1861-1877.

trabalhada pelas famílias de elevado número de membros<sup>(17)</sup>.

Sabe-se, que em Santa Catarina, as concentrações de es-

(17) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional, Florianópolis, 1972. p.246.



cravos foram maiores nas áreas urbanas, da orla atlântica, ligadas às atividades marítimas, ou ainda, nas áreas de pastoreiro. Poucas foram as propriedades agrícolas que possuíram elevado número de escravos.

Após a abolição do tráfico, em 1850, o escravo catarinense vai ser reexportado para as Províncias monocultoras, como São Paulo e Rio da Prata, no Uruguai. A melhora nos preços do café fazia com que a cultura se expandisse. Por outro lado, a grande alta dos preços do algodão provocada pela Guerra de secessão nos EUA dera início a uma grande expansão da cultura da fibra nos estados do Norte, restringindo-se, em consequência, o tráfico de escravos para o Sul<sup>(18)</sup>.

De fato, na Província de Santa Catarina a escravidão negra não atingiu as mesmas proporções das áreas de plantação cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro. Em relação ao total da população de Santa Catarina, no ano de 1872, os escravos representavam 8,9% da população, enquanto os mulatos e caboclos são 15%, os brancos são em torno de 70%<sup>(19)</sup>.

Em síntese, havia um pequeno número de escravos na Colônia, menos de 1% da população total, sendo que a média da Província de Santa Catarina era em torno de 9%. As razões para a redução da mão-de-obra são devido às dificuldades encontradas na sua importação, por problemas de altos preços, pela baixa natalidade registrada entre eles, que não foi suficiente para repor as perdas ocasionadas pela mortalidade. Enfim, a Fundação da Colônia Nacional Angelina, visando à utilização da mão-de-obra do elemento açoriano, entre outros motivos, foi para

---

(18) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1976. p.126.

(19) PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983. p.447.

fazer frente à redução crescente da escravidão negra na época.

#### 4.1.2. Estrutura por Nacionalidade e Religião

TABELA Nº 4

Colônia Nacional de Angelina: Brasileiros e Estrangeiros  
1866-1877

ANO	BRASILEIRO	ESTRANGEIRO	TOTAL	% BRASILEIRO	& ESTRANGEIRO
1866	487	9	496	98,50	1,50
1867	-	-	784	-	-
1868	-	-	784	-	-
1869	711	33	744	95,50	4,50
1870	936	41	977	95,75	4,25
1871	1042	58	1100	94,75	5,25
1872	950	54	1004	94,75	5,25
1873	808	27	835	96,75	3,25
1874	1124	31	1155	97,25	2,75
1875	1282	109	1391	92,20	7,80
1876	1376	127	1503	91,50	8,50
1877	1330	145	1476	90,20	9,80

Fonte: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina, 1866-1877.

O número de estrangeiros cresce, paulatinamente, na Colônia Nacional Angelina. De 1,50% em 1866 até chegar a 5,25% em 1872, decrescendo nos anos de 1873, com 3,25% e 1874, com 2,75%, para tomar novo impulso e alcançar em 1877, 9,80%, o que demonstra que a área estava interessando ao elemento estrangeiro.

Os primeiros colonos estrangeiros, da Colônia Santa Isabel, num grupo de mais de 30 famílias, pedem ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, permissão, para serem estabelecidos na estrada que vai em direção ao Tijucas Grande<sup>(20)</sup>. Em dezembro de 1866, o Presidente da Província de Santa Catarina autorizou ao Diretor da Colônia a aceitar os estrangeiros que para lá se dirigissem, desde que estivessem em dia com a Fazenda Provincial.

Assim, a proximidade entre as colônias, as condições topográficas pouco favoráveis, a falta de comunicação e as terras estéreis são a causa principal da entrada (e saída) de estrangeiros na Colônia.

Também é importante observar que, o que devia ser uma Colônia "nacional", ou seja, fundada e estruturada para receber elementos brasileiros, já em seus primeiros anos de existência, passou a admitir estrangeiros<sup>(21)</sup>. Desta forma, contrariou-se o pensamento do idealizador da Colônia, Francisco Carlos de Araújo Brusque, fato que comprova que os velhos preconceitos, em relação ao luso-brasileiro, não foram totalmente superados. Esse aumento significativo que o estrangeiro demonstra na estrutura populacional da Colônia, alcançando expressivos percentuais, fizeram com que ela perdesse o seu caráter de "nacional" no ano de 1873.

---

(20) Ofício nº 290, de 7 de dezembro de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda.

(21) Contrariando as Instruções de 10 de dezembro de 1860, que em seu Artigo 1º diz que: "A Colônia será composta de famílias nacionais (grifo nosso), que se propõem possuir terras com o fim efetivamente cultivá-las..." passados seis anos para lá se dirigiram colonos estrangeiros da Colônia Santa Isabel e de São Pedro de Alcântara, cada vez em maior número, até que em 1873 a Colônia perdeu o seu caráter "nacional". Confira as Instruções no Anexo 5.

Neste contexto os grupos imigrantes, açorianos e germânicos, traziam consigo uma estrutura religiosa arraigada, cristã, que em determinado momento é reforçada pela ação de missionários, quer católicos quer luteranos. Os sacerdotes católicos representam, de certa forma, o "ultramontanismo" da Igreja Católica, ainda em pleno século XIX, enfrentando a "Reforma" e o "liberalismo", vigentes em seus países de origem. Os luteranos, dissidentes da Igreja Católica e perseguidos em seus países de origem, encontram-se em franca expansão na Colônia Nacional de Angelina.

Em Angelina, com a introdução gradativa do elemento germânico, aos poucos, a cultura original açoriana foi sendo esquecida. Depois do português, o idioma predominante sempre foi o alemão. Até hoje, quase a totalidade da população fala em casa a língua alemã.

Uma outra variável que está relacionada com a nacionalidade dos habitantes da Colônia Nacional Angelina é a religião. Durante os seus primeiros anos todos os habitantes eram católicos, o que equivale a dizer que os nacionais eram católicos. Mas, na medida em que os estrangeiros se fixam na Colônia, quase que na mesma proporção aumenta o número dos não católicos, que na sua maioria eram protestantes.

Em 1872 os não católicos representavam 2,10% da população, dois anos depois, em 1874, já eram 6,24%, no ano seguinte, 1875, 12,08%, e em 1876, 12,91%, caindo para 11,08%, em 1877. Mas, é provável que o número de não católicos deve ter crescido pelo menos até 1920, período no qual Angelina recebeu um grande número de imigrantes de origem germânica (22).

(22) Sabe-se, pelos dados do censo demográfico, que, em 1980, Angelina possuía um total de 6669 habitantes. Desse total 6609 eram brancos, 15

TABELA Nº 5

Colônia Nacional de Angelina: Católicos e Não Católicos  
1872-1878

ANO	CATÓ- LICO	NÃO CA- TÓLICO	POPULAÇÃO	% CATÓLICO	% NÃO CATÓLICO
1872	983	21	1004	97,90	2,10
1873	-	-	835	-	-
1874	1083	72	1155	93,76	6,24
1875	1223	168	1391	87,92	12,08
1876	1309	194	1503	87,09	12,91
1877	1301	174	1475	88,20	11,80

Fonte: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina, 1873-1878.

#### 4.2. Características Demográficas

##### 4.2.1. Estrutura por Sexo

A distribuição por sexo da população de Angelina vai ser analisada no período de 1861 a 1950 e compreende a população livre e escrava; principalmente de 1861 a 1888. A escolha por uma análise englobando os dois segmentos sociais foi feita em razão do reduzido impacto da população escrava no total, como se viu anteriormente.

A tabela nº 6 mostra a distribuição de homens e mulheres pela população total e a razão de masculinidade. Com base na tabela elaborou-se o gráfico nº 2.

---

pardos e 45 pretos. Quanto à religião, 4.770 eram católicos, o que equivale a 71,52%, os protestantes eram 1.866, que corresponde a 27,98% e os outros 0,5% são da Assembléia de Deus, que recentemente se instalou no Município.

TABELA Nº 6

Angelina: População por sexo - 1861-1950

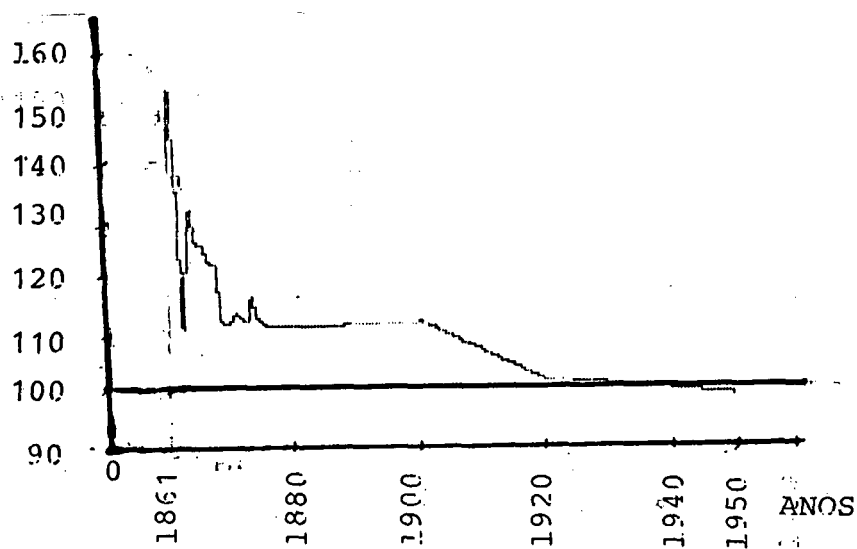
ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	RAZÃO DE MASCULINIDADE	TAXA DE MASCULINIDADE
1861	65	42	107	154,76	60,74
1862	120	88	208	136,36	57,69
1863	115	103	218	111,65	52,75
1864	176	132	308	133,33	57,14
1865	283	223	506	126,90	55,92
1866	277	219	496	126,48	55,84
1867	433	351	784	123,36	55,22
1868	433	351	784	123,36	55,22
1869	394	350	744	112,57	52,95
1870	517	460	977	112,39	52,91
1871	587	513	1100	114,42	53,36
1872	533	471	1004	113,16	53,08
1873	443	392	835	113,01	53,05
1874	624	531	1155	117,51	54,02
1875	738	653	1391	113,01	53,05
1876	795	708	1503	112,12	52,89
1877	779	696	1475	111,92	52,81
1900	919	815	1734	112,76	52,99
1920	2583	2531	5114	102,05	50,50
1940	2851	2851	5702	100,00	50,00
1950	3158	3193	6351	98,90	49,72

Fonte: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina.

- Ofícios do Chefe de Polícia ao Presidente da Província.

- Censos do Brasil, 1872, 1900, 1920, 1940 e 1950.

RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO  
DE ANGELINA - 1861 - 1950



Fonte: Tabela Nº 6

GRÁFICO Nº 2

Para o Brasil, as razões de sexo para o grupo etário de 0 a 4 anos foram respectivamente de 101,9; 102,2; 102,4; para os censos de 1920, 1940 e 1950<sup>(23)</sup>. Esses números nos permitirão traçar um paralelo com a população de Angelina.

Em Angelina há uma predominância da população masculina; apenas no censo do 1950 começa a haver mais mulheres que homens. No decorrer do século XIX, isto é de 1861 a 1877, há uma nítida predominância dos homens. Esta situação decorre que, primeiro os homens ficavam por algum tempo trabalhando na Colônia para depois trazer a sua família. O seu trabalho consistia em construir a sua casa ou fazer a sua primeira derrubada para depois estabelecer-se definitivamente. Portanto, dos colonos que iniciam seus estabelecimentos se diz que "habitam em ranchos provisórios, cuidando de construir suas casas para então conduzir suas famílias"<sup>(24)</sup>. O número de homens casados no início do período sempre foi bem superior ao de mulheres casadas, como exemplo, em 1864, a Colônia tinha 65 homens casados para 44 mulheres.

Maria Luiza Marcílio, em seu estudo sobre a população de São Paulo, observou um fenômeno inverso. Ela percebeu que a razão de masculinidade da população livre em seu estudo foi menor. Tal fato, segundo seu trabalho, deve-se ao espírito empresarial dos paulistas, que desde a época das bandeiras têm se deslocado para outras regiões. E conclui que: "todas estas expedições paulistas, foram exclusivamente obra do elemento masculino da população que au-

---

(23) "Esta medida é, em geral, definida como o número de homens que correspondem a cem mulheres e é obtida dividindo-se o número total de homens pelo de mulheres e multiplicando-se por 100".

SANTOS, Jair L.F. Dinâmica da População, Teoria, Métodos e Técnicas de Análise. São Paulo: T.A. Queiroz Editora, 1983. p.22.

(24) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.31.



sentava-se por longo tempo..."<sup>(25)</sup>. O fenômeno inverso percebe-se em Angelina onde o elemento masculino foi predominante no povoamento e ocupação da antiga Colônia.

O elemento masculino da Capital de São Paulo partiu temporariamente em busca de empresas mais lucrativas. Mas, no ciclo do café, houve uma imigração de homens em direção às novas vilas produtoras de café. Assim, nas zonas pioneiras do café (do Vale do Paraíba), no recenseamento de 1886, encontrou-se uma alta Razão de Masculinidade. Em Guaratinguetá temos a Razão de 146,87, em Pindamonhangaba 144,77, em São José dos Campos, 132,93, em Taubaté 112,58 homens para cada 100 mulheres<sup>(26)</sup>.

Em Ubatuba, no segmento livre da população, nas décadas de 1798, 1808, 1818, 1828, a média da razão da masculinidade (incluindo os segmentos branco, preto e mulato), foi de 95,66, 77,66, 80,00, 99,00 homens para cada 100 mulheres<sup>(27)</sup>. Isso significa que a proporção de homens esteve sempre abaixo do número de mulheres.

A população de Ponta Grossa, no Paraná, no primeiro quartel do século XIX, apresentou um maior número de mulheres. Mas, por outro lado, na segunda metade do século, a presença masculina foi mais significativa<sup>(28)</sup>. Assim, na primeira fase teria havido a emigração do elemento masculino que por motivos econômicos foi para outras regiões; e, no segundo período, houve

---

(25) MARCÍLIO, Maria Luiza. A População de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1973. p.110.

(26) MARCÍLIO, Op.cit., p.111.

(27) MARCÍLIO, Maria Luiza. Caçara: Terra e População: Estudo de Demografia histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Editora Paulinas, 1986. p.145.

(28) GONÇALVES, Op.cit., p.73.

a fixação de novos contingentes masculinos que foram atraídos de volta para a área.

Em Enseada de Brito, no período entre 1868 a 1907, a evolução por sexo mostrou-se caracterizada por um maior número de nascimentos do sexo masculino, na proporção de 105 homens para cada 100 mulheres. Entre 1868 a 1877 registrou-se a razão de 90, entre 1878 a 1887, 106, entre 1888 a 1892, 116, entre 1898 a 1907, 107 homens para cada 100 mulheres<sup>(29)</sup>. Essa pequena vantagem do sexo masculino pode ser considerada normal, sabendo-se, que em média, há entre 5 a 6% de nascimentos a mais a favor dos homens.

Em Angelina, se em 1900, 1920, ainda há uma predominância de homens, nota-se uma tendência declinante, atingindo um equilíbrio em 1940 e predomínio das mulheres em 1950 e que se acentuou nas décadas seguintes. É que a partir desse século começou a haver uma emigração da população de Angelina, principalmente do elemento masculino, para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. Este êxodo é o resultado de uma agricultura de subsistência que apresentou pouco desenvolvimento. O tradicionalismo nos métodos de produção e de transformação dos produtos primários pouco ou em quase nada se alteraram durante todo o período estudado.

De um modo geral, a tabela nº 7 confirmou a elevada Razão Masculinidade da população da Colônia Nacional Angelina, no ano de 1864. O número de homens foi superior ao número de mulheres, com exceção das faixas etárias de 0-4, 25-29, 30-34 e 55-59 anos.

---

(29) FARIAS, Wilson Francisco de. Evolução Histórica-Demográfica de Enseada de Brito, 1778-1906. Florianópolis: UFSC, 1980. p.183.

TABELA Nº 7

Angelina: Razão de Masculinidade por Idade - 1864.

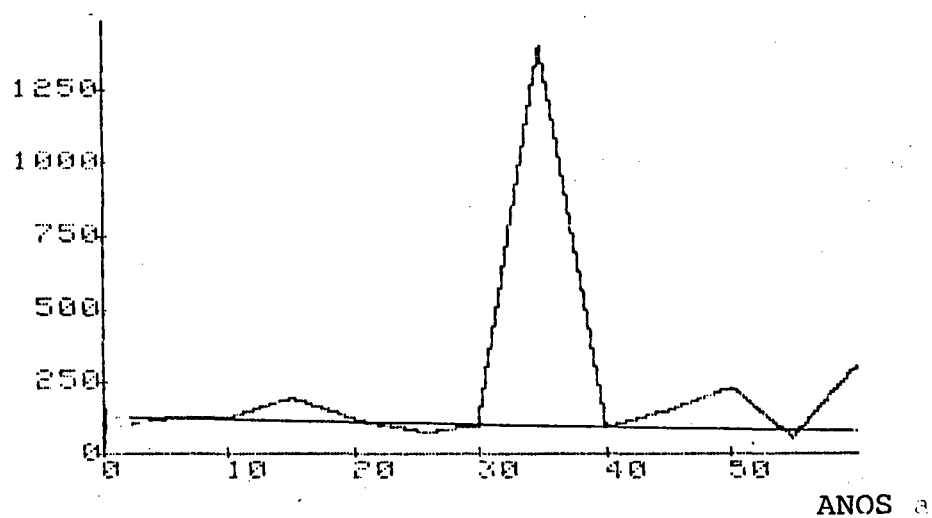
ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	RAZÃO MASCULINA	TAXA MASCULINA
0-4	21	25	46	84,00	45,65
5-9	25	20	45	125,00	55,55
10-14	24	19	43	126,31	55,81
15-19	21	11	32	190,90	65,62
20-24	19	16	35	118,75	54,28
25-29	13	18	31	72,22	41,93
30-34	13	14	27	92,85	48,14
35-39	14	01	15	1400,00	92,33
40-44	06	06	12	100,00	50,00
45-49	09	06	15	150,00	60,00
50-54	09	04	13	225,00	69,23
55-59	01	02	03	50,00	33,33
60-64	03	01	04	300,00	75,00

Fonte: Relatório do Diretor da Colônia Nacional Angelina ao Presidente da Província de Santa Catarina - 1864.

A faixa etária de 0-4 anos, que apresentou uma proporção de 84 homens para 100 mulheres, demonstrou que a mortalidade infantil masculina era bem elevada, nos primeiros anos de vida, considerando que em média nascem mais homens que mulheres. Certamente, essa mortalidade foi ocasionada pelas péssimas condições sanitárias de seus habitantes que, vivendo em situação de extrema pobreza, não dispunham de assistência médica adequada.

Mas, nas faixas etárias compreendidas entre 5 a 24 anos há uma predominância do sexo masculino. É provável que a vanta-

RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO DA  
COLÔNIA NACIONAL ANGELINA - 1864



Fonte: Tabela Nº 7

GRÁFICO Nº, 3

gem masculina nessas faixas etárias tenha sido em função da imigração maior do homem, que se dirigia à Colônia em busca de trabalho. Como, também, é provável, que nas faixas etárias entre 25 a 29 e 30 e 34 as mulheres predominam na Colônia em função de casamentos realizados com homens do lugar. Na faixa etária entre 35 a 39 anos onde o elemento masculino novamente é maioria, explica-se pela grande quantidade de mulheres que morriam em função do parto.

#### 4.2.2. Estrutura Etária

TABELA Nº 8

Estrutura da População da Colônia Nacional Angelina, por Idade e Sexo - 1864.

FAIXAS ETÁRIAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	
00-04	21	6,75	25	8,03	46
05-09	25	8,03	20	6,43	45
10-14	24	7,71	19	6,10	43
15-19	21	6,75	11	3,53	32
20-24	19	6,10	16	5,14	35
25-29	13	4,18	18	5,78	21
30-34	13	4,18	14	4,50	27
35-39	14	4,50	01	0,32	15
40-44	06	1,92	06	1,92	12
45-49	09	2,89	06	1,92	15
50-54	09	2,89	04	1,28	13
55-59	01	0,32	02	0,64	03
60-64	03	0,96	01	0,32	04
TOTAL	178		133		311

Fonte: Relatório do Diretor da Colônia Nacional Angelina ao Presidente da Província de Santa Catarina - 1864.

Sabe-se que a composição etária de uma população é consequência de outros fatores, tais como: natalidade, mortalidade, migração, nupcialidade, fertilidade e força de trabalho.

Deve-se considerar, também, que são gerados mais homens do que mulheres, numa proporção em torno de 5%. No decorrer da vida, os homens morrem mais cedo do que as mulheres. Com isso, em condições normais, a tendência é de haver um equilíbrio entre os sexos na idade adulta e, nas idades mais avançadas, um excesso da população feminina, uma vez que estas são mais longevas.

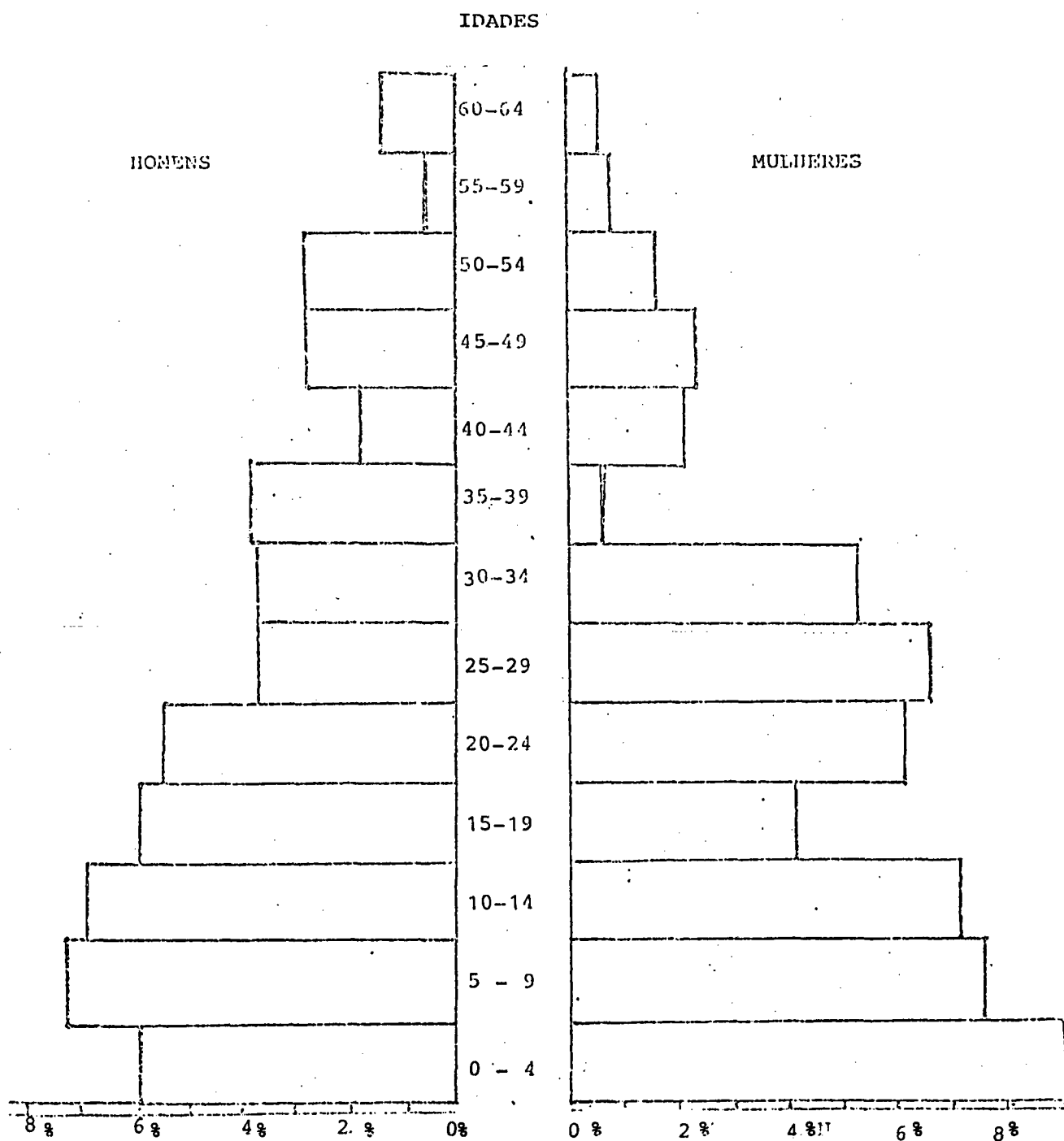
os países desenvolvidos, onde, em geral, há baixa mortalidade e natalidade, a pirâmide populacional tem como característica o estreitamento da base e o alargamento da zona média e superior. Assim, pela forma da pirâmide de idade pode-se ter uma idéia da tendência demográfica de uma população, a qual está diretamente relacionada com os coeficientes de natalidade e mortalidade.

Em países subdesenvolvidos, com número de nascimento progressivos, a base da pirâmide será mais larga que a sua zona central e superior. Altos coeficientes de mortalidade no passado estreitam a zona média e superior da pirâmide, em relação à base. Portanto, numa população com altos coeficientes de natalidade e mortalidade, relativamente poucas pessoas alcançam a idade de 65 anos, ao contrário das populações onde estes coeficientes são baixos.

Analisando a pirâmide etária da população de Angelina, em 1864, verifica-se que a sua base larga é o resultado de uma alta natalidade e o seu progressivo estreitamento nas primeiras idades é o reflexo da alta mortalidade infantil e geral. Este

GRÁFICO Nº 4

PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA COLÔNIA  
NACIONAL ANGEJINA - 1864.



Fonte: Tabela nº 8

tipo de pirâmide indica que grande parte da população é constituída de pessoas jovens, o que possibilita compreender a necessária existência de famílias numerosas e uma alta taxa de fertilidade. Vê-se, conseqüentemente, que grande parte da população morre em idade precoce, afetando o crescimento populacional.

Há uma diferença acentuada entre a população masculina e feminina na primeira faixa etária (de 0-4 anos). No lado masculino o primeiro patamar é menor que as faixas etárias seguintes; sendo que tal fato não ocorre no lado feminino. A mortalidade masculina está concentrada na primeira faixa etária, enquanto que a mortalidade feminina vai decrescendo, progressivamente, pelos patamares seguintes, o que demonstra que nos primeiros anos da colonização o sexo masculino apresentou uma mortalidade maior. Nas faixas etárias de 5-9 e 10-14 anos, onde a proporção entre os sexos foi maior do lado masculino, os valores correspondem aos nascidos fora da área da Colônia Nacional Angelina.

Depois, nas faixas etárias entre 25-29 e 30-34 anos, as mulheres voltam a predominar. No degrau seguinte, 35-39 anos, a entrada que há no lado das mulheres, provavelmente ocorreu em função das mortes provocadas pelo parto.

Também, como não existiam muitas pessoas idosas na Colônia, pode-se supor que quase não havia uma entrada de pessoas com mais de 50 anos, uma vez que o próprio governo não estimulava o estabelecimento dessas pessoas pelo ônus que representavam aos cofres provinciais. Pois, sabe-se pelas próprias instruções que, as famílias admitidas deveriam ser: "labonosas", dispostas a "possuir terras com o fim de effectivamente cultivar-as". Assim sendo, as mulheres com mais de 40 anos e



os homens com mais de 50 anos foram encontrados em menos número.

Constatou-se, também, que entre os primeiros moradores da Colônia Nacional Angelina, não há faixa etária acima de 64 anos, sendo poucas as pessoas que alcançaram os 60 anos de idade. A falta de pessoas com mais de 60 anos deriva, também, do fato de que estas não estariam propensas a sair de suas áreas de moradia e depois não constituíam "excesso populacional", mas sim seus filhos e netos. Por outro lado, certamente, a expectativa de vida não era muito alta, uma vez que eram poucas as pessoas que chegavam a uma idade mais avançada. Pois, sabe-se, que uma população com altos coeficientes de natalidade e mortalidade relativamente são poucas as pessoas com maior longevidade.

A distribuição da população pelos três grupos etários (jovens, adultos e velhos) permite uma análise em conjunto da pirâmide etária. Para fixar ordens de grandeza, pode-se observar que, nas atuais populações, a proporção dos habitantes jovens varia entre 20 a 50%, a população adulta entre 35 e 50%, e a população velha entre 15 e 2%<sup>(30)</sup>.

Na Colônia Nacional Angelina, em 1864, para um total de 100 pessoas contava-se com:

- 53,37% entre 0-19 anos de idade,
- 45,33% entre 20-60 anos de idade,
- 1,28% acima de 60 anos de idade.

Conforme a classificação de Sundbarg, a população de Angelina, em 1864, caracteriza-se, pela distribuição percentual

(30) BELTRÃO, Pedro Calderan. Demografia: Ciência da População: Análise e Teoria. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1972. p.83.

dos grupos etários, como sendo do tipo Progressiva<sup>(31)</sup>. Pois, em Angelina encontrou-se 43,08% da população no grupo etário compreendido entre 0-15 anos; 50,48% no grupo etário de 15-50 anos e com mais de 50 anos 6,43% da população.

Portanto, da análise da pirâmide etária da população da Colônia Angelina, no ano de 1864, compreendendo os três grupos, conclui-se que: era grande o número de jovens; os adultos tinham uma importância relativa; os velhos eram minoria.

Calculou-se também a razão de dependência da população de Angelina no ano de 1864<sup>(32)</sup>. Chegou-se a uma Razão de Dependência de 43,08% da população. O que significa um grande prejuízo para a força de trabalho e, conseqüentemente, para a capacidade de produção do grupo familiar. A população potencialmente ativa carrega o peso dessa dependência e como conseqüência temos: a) exploração do trabalho do menor de 15 anos; b) dificuldade de permanência do menor na escola; c) agravamento dos problemas nas áreas sociais e de saúde; d) menor capacitação para o trabalho.

Analisando-se a variável idade, através da tabela nº 9, constata-se, mais uma vez, que estamos diante de uma população jovem. O fenômeno da população jovem é uma característica das populações "tradicionais", antes de começar sua transição de-

---

(31) "A população progressiva é aquela onde há altos coeficientes de natalidade e de mortalidade infantil, aliados a graves problemas sócio-econômicos (atualmente, países subdesenvolvidos da África e da América do Sul). A população estacionária apresenta um baixo coeficiente de natalidade decrescente (atualmente Japão). A população regressiva é aquela na qual os coeficientes de mortalidade infantil e de natalidade há muito tempo são muitos baixos (atualmente, França, Suécia, Dinamarca)" confira LAURENTI, Ruy. Estatística da Saúde. São Paulo: EPU, 1985. p.18.

(32) "A Razão de Dependência é representada pela relação entre a soma do número de habitantes com menos de 15 anos e o número de pessoas com 65 anos ou mais, e o total de habitantes entre os 15 e 64 anos". LAURENTI, Op.cit., p.19.

mográfica, como também dos países em via de desenvolvimento. De acordo com os métodos elaborados por HENRY, pode-se deduzir que essa população jovem comporta necessariamente uma forte natalidade e, também, uma alta fecundidade<sup>(33)</sup>.

TABELA Nº 9

Estrutura por idade (em porcentagem) da população de Angelina - 1863-1920

ANO	+ 14 anos	%	- 14 anos	%	TOTAL
1863	122	55,96	96	44,04	218
1864	133	43,18	175	56,82	308
1865	-	-	-	-	506
1866	224	45,16	272	54,84	496
1867	290	37,94	311	62,06	784
1868	-	-	-	-	784
1869	428	57,52	316	42,48	744
1870	555	56,80	422	43,20	977
1871	631	57,36	469	42,64	1100
1872	534	53,18	470	46,82	1004
1873	449	53,77	386	46,23	835
1874	608	52,64	547	47,36	1155
1875	693	49,82	698	50,18	1391
1876	995	66,20	508	33,30	1503
1920	2574	50,33	2540	49,67	5114

Fonte: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina, 1863-1878. Censos de 1872, 1920.

(33) HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. p.26 e 27.

Mas, por outro lado, essa divisão da população em dois grandes grupos (+ 14 anos e - 14 anos) permite analisar a força de trabalho ativa da população. Assim, é considerado "população em idade produtiva", ou potencialmente ativa, aquela superior a 14 anos de idade<sup>(34)</sup>.

Entretanto, sabe-se que no meio rural os filhos ajudam aos pais nos trabalhos domésticos e da lavoura já bem antes dos 14 anos de idade. No Brasil, como acontece nos países menos desenvolvidos, dá-se a entrada prematura dos jovens na força de trabalho e a saída tardia dos mais velhos, que, em geral, ocorre devido à mortalidade.

WHIPPLE, apresenta uma classificação, na qual a população é considerada normal, quando 50% dos seus habitantes estão entre 15 e 50 anos; são acessivas, quando nessa faixa etária há mais de 50% da população, e recessiva, quando há menos de 50%<sup>(35)</sup>.

Na Colônia Nacional Angelina, pela tabela nº 9, verifica-se que a razão de dependência, em média, sempre esteve acima dos 40%. Segundo a classificação de Sundbarg, a população de Angelina caracteriza-se como sendo do tipo Progressiva; e segundo Whipple, seria normal. Desta forma, a população de Angelina apresentou uma elevada razão de dependência, o que reflete desvantagem econômica, uma vez que se supõe que os menores de 15 anos e as pessoas mais idosas contribuem muito pouco para o processo econômico.

---

(34) "Ao se aceitar a idéia de que os indivíduos entre os 15 e 64 anos são os mais aptos a participar da força de trabalho, pode-se então considerá-los como população potencialmente ativa. Os indivíduos com menos de 15 anos e os de 65 anos, ou mais, são considerados dependentes".  
LAURENTI, Op.cit., p.18.

(35) Ibid., p.18.

4.2.3. Estrutura por Estado Civil

TABELA Nº 10

Estrutura por estado civil (em percentagem) da população  
de Angelina, 1863-1877

ANO	SOLTEIRO		CASADO		VIÚVO		TOTAL
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	
1863	144	66,05	71	32,56	3	1,37	218
1864	194	62,98	109	35,38	5	1,62	308
1865	-	-	-	-	-	-	506
1866	311	62,70	179	36,08	6	1,20	496
1867	501	63,90	274	34,94	9	1,14	784
1868	501	63,90	274	34,94	9	1,13	784
1869	450	60,48	282	37,90	12	1,61	744
1870	570	58,34	394	40,32	13	1,33	977
1871	616	55,09	486	43,37	16	1,43	1100
1872	672	66,93	316	31,47	16	1,59	1004
1873	574	68,74	246	29,46	15	1,79	835
1874	764	66,14	368	31,86	23	1,99	1155
1875	938	67,43	428	30,76	25	1,79	1391
1876	1023	68,06	456	30,33	24	1,59	1503
1877	1021	69,21	430	29,15	24	1,62	1475

Fonte: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina, 1864-1878.

A estrutura por Estado Civil da população de Angelina permite indicar o número total dos casados, solteiros e viúvos, mas sem a distinção de sexo e idade<sup>(36)</sup>. Pelos totais percebe-se

(36) As razões de não se poder fazer uma análise do estado civil da população de Angelina, por sexo e idade, decorrem do fato de que a documentação compulsada não contém esses dados de forma quantificada.

que a população escrava foi computada junto com a população li  
vre.

Sabe-se que a distribuição de uma população por estado civil, depende de uma variedade de fatores nos quais as variáveis idade e sexo têm influência marcada. Ou seja, esta repartição depende da idade mínima no momento do casamento, das diferenças de casamentos, da proporção dos casados em segundas ou mais núpcias, da viuvez, da mortalidade e migrações, além de eventos extraordinários, como as epidemias, por exemplo<sup>(37)</sup>. Desta forma, a tabela apresentada não permite uma análise tão ampla.

Os solteiros sempre foram maioria na Colônia Nacional Angelina. Os números apresentam uma pequena queda entre os solteiros, exatamente, nos anos em que a Colônia, por problemas internos, como troca do Diretor, recebia menos colonos. A propósito, observa-se uma diminuição no percentual de solteiros entre os anos de 1869 a 1871. Por sua vez, o número de casados, em contrapartida, aumentava. Enquanto que o percentual de viúvos sempre se manteve estável um pouco acima de 1% da população.

A população tal como se apresenta, segundo o seu estado civil, é típica de uma comunidade extremamente jovem. Walter Piazza, em seu estudo, também confirma a preponderância das famílias jovens que iniciam a colonização, "especialmente jovens que se preparam, fazendo a sua primeira lavoura, adquirindo seu lote, para depois casas"<sup>(38)</sup>.

---

(37) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Editora Pioneira, p.122 e 123.

(38) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.215.

Portanto, conclui-se que, entre os primeiros habitantes da Colônia Nacional Angelina, sobretudo nos seus primeiros anos, a grande maioria dos casais eram jovens, que se instalaram na Colônia, para ali iniciar a sua vida familiar. Cita-se, como exemplo, o ano de 1864, onde sobre um total de 315 pessoas, 18 eram jovens que adquiriram o seu lote para depois casar e 27 famílias eram jovens recém-casados<sup>(39)</sup>.

#### 4.2.4. A Constituição da Família na Colônia Nacional Angelina 1861-1864

O estudo da estrutura da família, até hoje, apesar das tentativas realizadas por alguns pesquisadores, ainda não possui um quadro teórico e metodológico único e definido. A abordagem do tema é ampla, interdisciplinar, e compreende uma diversidade de aspectos, sendo que o tipo de união, também, varia de acordo com a época e a sociedade. Adotou-se aqui, como "modelo", o estudo realizado por SAMARA<sup>(40)</sup> na população da Cidade de São Paulo, no qual ela define seis tipos básicos de domicílios.

Todavia, cabe observar que, a Colônia Nacional Angelina possui algumas características próprias. É formada, inicialmente, por colonos nacionais, com famílias jovens e estruturas mais simples, ligadas à agricultura de subsistência, o que diminui o número de filhos ilegítimos e expostos.

Além disso, as Instruções baixas em 10 de dezembro de 1860, regulando a instalação e a administração da Colônia, de-

(39) Confira lista nominativa dos habitantes da Colônia Nacional Angelina referente ao ano de 1864.

(40) SAMARA, Eni de Mesquita. A Família Brasileira. Brasil: História Econômica e História Demográfica. São Paulo: IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas), 1986. p.189-203.

terminavam o "tipo ideal de família" pretendida pela administração da Província de Santa Catarina. Em seu Artigo 29 as Instruções determinam que a Colônia devia ser ocupada por famílias nacionais, "casadas, ou viúvas com filhos, laboriosas, e de boa conduta civil e moral..."<sup>(41)</sup>. Assim, com base nessas

## QUADRO 2

## Estrutura das famílias e domicílios: categorias e classes

CATEGORIAS	CLASSES
1) Singulares	1) indivíduo só.
2) Desconexas	2a) indivíduo com escravos, agregados e outros ou composições várias com esses elementos.
	2b) casal (idem).
	2c) fogos com chefe definido, mas ausente (idem).
3) Nucleares	3a) casal.
	3b) casal com filhos e netos ou composições várias com esses elementos.
	3b) indivíduo (idem).
4) Extensas	4) idem 3a, 3b e 3c, mais parentes.
5) Aumentadas	5a) indivíduo (com filhos, netos ou parentes) mais agregados, escravos e outros, ou composições várias com esses elementos, desde que incluíssem parte das primeiras categorias e uma ou mais das últimas.
	5b) casal (idem).
6) Fraternos	6a) domicílios sem chefe com vários elementos, parentes ou não.
	6b) idem, mais escravos e agregados, ou qual quer uma dessas categorias.

Fonte: SAMARA, Eni de Mesquita. A Família Brasileira. Brasil: Histórica Econômica e História Demográfica, p.191.

(41) Confira as Instruções, Artigo 29 (no Anexo 5).



Instruções, cabia ao Diretor da Colônia fazer a seleção das pessoas que pretendessem se instalar na área.

Com base numa lista nominativa realizada pelo primeiro Diretor da Colônia, Carlos Othon Schlappal, entre 1861 a 1864, chegou-se a um total de 72 fogos, os quais foram estudados a partir dos chefes de domicílios<sup>(42)</sup>. A estrutura organizacional dos domicílios, que posteriormente serão analisados, está evidenciada na tabela abaixo.

TABELA Nº 11

Estrutura das famílias e domicílios na Colônia Nacional  
Angelina - 1861-1864.

ANOS	1861		1862		1863		1864	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1. Singulares	-	-	1	1,38	1	1,38	16	22,22
2. Desconexos	3	4,16	-	-	-	-	2	2,77
3. Nucleares	16	22,22	6	8,33	8	11,11	12	16,66
4. Extensos	2	2,77	-	-	-	-	2	2,77
5. Aumentados	-	-	3	4,16	-	-	-	-
6. Fraternos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>29,15</b>	<b>10</b>	<b>13,87</b>	<b>9</b>	<b>12,49</b>	<b>32</b>	<b>44,42</b>

Fonte: Lista nominativa dos habitantes da Colônia, contida no Relatório do Diretor, Carlos Othon Schlappal, enviada ao Presidente da Província de Santa Catarina - 1864. (43)

(42) Os chefes de domicílios aqui considerados são os que encabeçam cada um dos fogos da lista nominativa. Eles podem ser o casal, um homem ou uma mulher, viúvo ou viúva, ou ainda um solteiro, vivendo só ou acompanhado. Como, também, pode compreender os netos, ascendentes, parentes colaterais, domésticos e hóspedes, escravos e agregados, vivendo sob o mesmo teto que o chefe.

(43) Cabe observar que conforme o documento usado os números diferem como é o caso do ano de 1864. Segundo o Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, a Colônia apresentava-se com 308 habitantes. Enquanto que pela lista nominativa chegamos

Os domicílios singulares, com um total de 25%, apresentaram um percentual elevado que, provavelmente, não corresponde à realidade familiar do colono açoriano. Pois, sabe-se que que primeiro os homens passavam por algum tempo na Colônia, sozinhos, construindo a sua casa e fazendo as suas roças, para depois trazer a família e se estabelecer de forma definitiva. Somente no ano de 1864 havia 15 famílias em princípio de seus estabelecimento, as quais foram computadas como singulares, que contribuíram com mais de 20% dessa cifra. Portanto, adicionando-se essas famílias (que provavelmente seriam nucleares e não singulares), chega-se, apenas, a um total de 4,16% de domicílios singulares.

Assim, os indivíduos "sós", sem dúvida, eram uma minoria. Os solteiros nessa situação, geralmente, estavam na Colônia se preparando para o casamento; os viúvos, na sua maioria, não pretendiam mais casar, e por fim, os casados eram separados da família, porque tiveram seus casamentos desfeitos. Desta forma, todos levavam uma vida celibatária.

Os domicílios desconexos, que perfazem 6,94% do total, mostraram também moradores solitários, sem parentes, descendentes, ascendentes ou colaterais sob o mesmo teto. Por vezes, esses domicílios incorporavam agregados e escravos, já que não havia uma relação direta de parentesco entre o núcleo central e os demais componentes. Também, incluiu-se na categoria os

---

a um total de 315 habitantes. O mesmo Relatório do Presidente da Província aponta que a Colônia tinha 71 fogões, com 176 homens e 132 mulheres, sendo 110 homens solteiros e 84 mulheres; casados 65 homens e 44 mulheres; viúvos 1 homem 4 mulheres. Os solteiros são: 42 homens maiores de 14 anos e 25 mulheres também maiores de 14 anos; sendo que os menores de 14 são 68 homens e 59 mulheres; nasceram durante o ano 13, entraram para a Colônia 81 e saíram 1 e faleceram 3 crianças todas antes de completar meio ano de vida. Neste mesmo ano a Colônia contava com 72 lotes distribuídos já definitivo e 22 em princípio. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, 1865. p.31.

casais na mesma situação, com o fim de excluir desta classificação os chefes de domicílio com filhos, netos e parentes, aparecendo apenas elementos ligados ao proprietário ou sua esposa. Somando-se essa categoria aos chamdos "singulares" representaram juntos um pouco mais de 11%.

As famílias nucleares, num total de 58,33% da população, incluíam o parentesco descendente em linha materna ou paterna. As famílias nucleares podem ter o seu percentual aumentado, considerando que no ano de 1864, em torno de 20% dos domicílios que foram computados como singulares (compreendendo os colonos no início de seu estabelecimento), também seriam nucleares.

As famílias nucleares apresentavam composições variadas, consistindo, entre outras, apenas do casal, ou então do casal com filhos solteiros. Os viúvos com filhos solteiros, e os celibatários, foram incluídos em domicílios desse tipo, que eram uma minoria na Colônia Nacional Angelina. Entre 1861 a 1864, apenas, 4,16% dos domicílios foram encabeçados por pessoas viúvas, o que corresponde a uma população de 1,26% de viúvos.

Portanto, entre 1861 a 1864, eram mais comuns as famílias com estruturas mais simples (nucleares e desconexas), com poucos membros integrantes. Os casais em situação irregular e os solteiros com filhos não foram incluídos nessa categoria, já que o casamento legalizado era uma imposição prevista nas "Instruções", sem a qual o colono não era aceito. Desta forma, as famílias nacionais, baseadas na estrutura patriarcal açoriana, foram induzidas a optar por uniões legítimas. Assim, com casamentos na sua maioria legalizados, diminui o concubinato e as uniões ocasionais, não dando espaço aos filhos ilegítimos

e aos pais solteiros<sup>(44)</sup>. A propósito, encontrou-se um pequeno percentual de filhos ilegítimos, apenas 1,63% sobre o total. Tal situação comprova que as normas morais relativas ao casamento e organização da família eram levadas muito a sério entre os colonos nacionais de Angelina.

As famílias extensas, num total de apenas 5,55%, tinham construções semelhantes às nucleares, porém, apresentavam uma estrutura doméstica diversificada, mais complexa, por incluir membros subsidiários. Essas famílias, representando um desdobramento da unidade conjugal, compostas por casais com filhos casados e netos, foram incorporadas a essa ordenação, em função dos critérios seletivos adotados e por serem pouco representativas no cômputo geral dos fogos. Nessa categoria, foram considerados apenas os parentes colaterais e ascendentes como extensão do núcleo central. Foi pequeno o número de parentes residentes nos fogos; excluídos os escravos e agregados, podiam fazer parte do domicílio extenso, parentes casados, com suas próprias famílias, também denominado grupo familiar múltiplo.

Os domicílios aumentados, num total de 4,16%, incluíam escravos e agregados ou outros elementos não ligados por parentesco ao proprietário ou a sua mulher. Esses domicílios diferem dos desconexos por incorporarem, além de parentes, indivíduos completamente fora dessa relação. Os domicílios aumenta-

---

(44) Observou-se apenas um caso de homem separado da família, que conseguiu se instalar como colono "nacional", contrariando, assim, as Instruções. É o caso do senhor Manoel José Ferreira, de 52 anos de idade, natural de São José, que por exceção não conhecida, tomou posse efetiva do lote nº 7 da linha Norte e fileira Este, em 13 de abril de 1862. Sobre sua conduta o Diretor da Colônia observou que: "era colono regular". E acrescenta: "vive separado da sua família, que se acha em São José, contra as Instruções desta Colônia". Confira: Relação dos habitantes da Colônia, enviada pelo Diretor ao Presidente da Província de Santa Catarina, 1865.

dos caracterizaram-se por uma feição mais complexa em relação ao núcleo central, aparecendo, em geral, o casal com filhos, genros, noras e netos, além de parentes ascendentes ou colaterais, escravos e agregados.

O padrão típico de "família brasileira"<sup>(45)</sup>, com vários integrantes e relações complexas entre seus membros, não chegou a representar 10% dos fogos analisados (somadas aqui as famílias extensas e aumentadas). Alguns autores mais recentemente têm demonstrado, em especial no Sul do País, que a família brasileira apresenta estruturas mais simplificadas, com menor número de integrantes e, conseqüentemente, relações menos complexas. O colono nacional, ligado à pequena propriedade, com lotes em torno de 62.500 braças quadradas, não podia ter uma família tão grande quanto as verificadas em áreas de grande latifúndio, como é o caso do Nordeste brasileiro.

Por fim, restam ainda os domicílios fraternos, assim chamados por não apresentarem um núcleo central bem definido, que seriam os agrupamentos de indivíduos ligados ou não por parentesco, e que podiam ter escravos ou agregados, formando núcleos esporádicos e de composição mal definida. Na Colônia Nacional Angelina, por ser exigida uma família bem constituída, de preferência nuclear, não se encontrou nenhum domicílio composto por fraternos.

SAMARA, em seu estudo sobre a população de São Paulo, no ano de 1836, constatou que a estrutura das famílias apresentou-se de forma variada. Para um total de 1.516 domicílios de-

---

(45) O tipo ideal de família brasileira descrita por Gilberto Freire, como sinônimo de "patriarcal" ou "extensa", característica das áreas de lavoura canavieira do Nordeste, não serve para caracterizar a família brasileira de um modo geral, esquecendo as variações que ocorrem na sua estrutura em função do tempo, espaço, e diferentes grupos sociais. FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977, v.2. In: SAMARA, Op.cit., p.190.

terminou que 10,6% eram formados por famílias singulares, 27,7% de desconexos, 34,5% de nucleares, 1,2% extensos, 25,2% de grupos aumentados e 0,8% de domicílios fraternos<sup>(46)</sup>.

Assim, também, na Colônia Nacional Angelina, com exceção dos grupos fraternos, havia uma grande variedade na composição dos núcleos domésticos. As famílias nacionais, reconstituídas a partir de cada fogo, apresentaram desde a estrutura mais simples até a mais complexa, com um predomínio visível das famílias nucleares. A análise demonstrou que, sem dúvida, o colono nacional buscou diferentes formas de organização familiar, ditadas pelas condições sócio-econômicas, pelos preceitos religiosos e, sobretudo, pelas normas que regiam a instalação da Colônia.

As normas que regiam a instalação da Colônia estavam previstas nas "Instruções" e cabia ao Diretor do estabelecimento fazer cumprir a lei. Entre outras atribuições o Diretor devia dar parte às autoridades policiais dos fatos criminosos ocorridos no distrito da Colônia, fornecendo todos os esclarecimentos e informações possíveis. Mas, naqueles primeiros anos, era quase comum para alguns colonos viver fora da lei, sabendo que a Colônia era um bom esconderijo, por ficar longe das autoridades policiais. Assim, muitos colonos sob a alegação de terem sido admitidos como "nacionais" procuravam se eximir do serviço da guarda nacional. O fato foi tão notável a ponto do Governo Provincial recomendar que a dispensa para tais casos somente fosse fornecida para os colonos que, de fato, tivessem comprado lotes de terra na forma das Instruções. Ao mesmo tempo, determina que devem ser incluídos no alistamento os "nacionais", residentes na Colônia, salvo se tiver alguma isenção

---

(46) Ibid., p.193.

prevista em lei <sup>(47)</sup>.

Desta forma, o Diretor do estabelecimento foi autorizado a lançar fora da Colônia aqueles homens identificados como "fora da lei", "viciosos", "desordeiros" e de "mau procedimento" <sup>(48)</sup>. Sabe-se, pois, que alguns colonos foram reconhecidos como devedores com a justiça, pronunciados nos Artigos 128 e 207 do Código Criminal <sup>(49)</sup>. Por isso, o próprio Diretor, com frequência, denunciava os colonos estabelecidos de forma irregular às autoridades policiais mais próximas, como, também, comunicava ao Presidente da Província a relação dos nomes das pessoas condenadas pelo Código Criminal do Império Brasileiro.

A partir do estado civil dos chefes de domicílio foi possível analisar outras variáveis relacionadas à organização familiar, especialmente aquelas que dizem respeito à legitimidade ou não das uniões. Do total de 72 domicílios computados

---

(47) Registro de correspondência do Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 20 de outubro de 1865. Confirma também correspondência do Presidente da Província ao Diretor da Colônia, em 30 de julho de 1877.

(48) Registro de Correspondência do Presidente da Província Vicente Pires da Motta, ao Diretor da Colônia Nacional Angelina, em 5 de maio de 1862.

(49) Este é o caso dos colonos Quintino José da Rosa de 32 anos, Laurindo José Ferreira de 28 anos, de José Bernardo Machado de 49 anos e de Procino Rosa da Silva de 47 anos, todos natural de São José. A respeito deles o Diretor da Colônia observa: "Acham-se ocultos nessa Colônia, como réo pronunciado nos art. 128 e 207 do Código Criminal". O Código Criminal do Império Brasileiro estabelece: Art. 128 - Desobedecer ao empregado público em acto de exercício de suas funções ou não cumprir as suas ordens legais. Penas: da fêrisão por seis dias a dous meses; isto é, seis dias no grão mínimo; trinta e tres dias no médio e dous meses no máximo. Art. 207 - Prometer ou protestar fazer mal a alguem por meio de ameaças, ou seja de palavra ou por escrito, ou por qualquer outro modo. Penas: de prisão por um a seis mezes; isto é, por um mez no grão mínimo, por tres e meio no médio e por seis no máximo; e de multa correspondente a duas terças partes do tempo em cada um dos grãos. Quando este crime for cometido contra corporações, as penas serão dobradas; que vêm a ser: prisão por dous mezes no grão mínimo, por sete no médio e por 12 no máximo; e a multa correspondente a duas terças partes do tempo em cada um dos grãos.

61,11% eram de casados, apenas 1,38% de solteiros, 4,16% de viúvos, 1,38% de divorciados e 31,94% não foram declarados, os quais, provavelmente, na sua maioria seriam de casados.

Os casados, que eram maioria, geralmente viviam em famílias do tipo nuclear (homem, mulher, filhos e demais dependentes), ligados por parentesco ascendente e colateral. Os solteiros eram uma minoria, aqui foram separados dos indivíduos "sós", que foram computados com estado civil não declarado, com preendoendo aqueles colonos no início de seu estabelecimento. Os viúvos, por sua vez, viviam com os filhos, casados ou solteiros, netos e parentes, também com outros elementos fora dessa relação. Os divorciados, que também viviam "sós" (dos quais encontrou-se apenas um caso), eram separados da família original, numa tentativa de estabelecer um novo domicílio.

SAMARA, na população de São Paulo, no ano de 1836, em seu estudo do estado civil dos chefes de domicílio, para um total de 1.516 fogos computados, verificou que: 503 (33,2%) eram de indivíduos solteiros; e 663 (43,7%) eram casados, 282 (18,6%) de viúvos; enquanto que os divorciados representavam menos de 1% (50).

Em Angelina, também, é elevado o número de homens como cabeça do domicílio; para um total de 72 domicílios, 69 (95,83%) tinham os homens à sua frente, enquanto que as mulheres aparecem como chefe apenas em 3 domicílios, que corresponde a 4,17% do total. Ao contrário, em São Paulo, é elevada a percentagem de mulheres como cabeça de domicílio, sendo que os autores apontam para tal fato "a instabilidade da população masculina, que se deslocava, com freqüência, para outras regiões, por mo-

(50) SAMARA, Op.cit., p.197.



tivos econômicos" (51).

Por fim, ainda, resta analisar a variável idade do chefe de domicílio, que é um outro dado importante dentro do estudo da família. No total da população predominavam os chefes de domicílio com menos de 41 anos de idade (57,7%). Os elementos mais jovens, com menos de 21 anos de idade não foram encontrados entre os homens casados, mas somente entre as mulheres. Assim, ao que parece, as primeiras núpcias não se realizavam tão cedo, ao menos entre os homens. De fato, as mulheres casavam um pouco mais cedo que os homens, pois 63,82% das mulheres casadas tinham menos de 41 anos de idade.

Classificando os domicílios a partir das faixas etárias, para o sexo masculino, obteve-se sobre o total 20,83% dos homens entre 21-30 anos; 38,88% entre 31-40 anos; 20,83% entre 41-50 anos; 13,88% entre 51-60 anos, e com mais de 60 anos apenas 1,38% dos domicílios. Para as faixas etárias do sexo feminino obteve-se: 4,25% das mulheres com menos de 21 anos; 36,17% entre 21-30 anos; 23,40% entre 31-40 anos; 23,40% entre 41-50 anos; 12,76% entre 51-60 anos, e com mais de 60 anos não se encontrou ninguém do lado feminino.

Comparando as faixas etárias entre os dois sexos percebe-se que, do lado masculino, a faixa etária com maior número de indivíduos situou-se entre 31 e 40 anos, com um índice de 38,88%. Do lado feminino, comprovando que as mulheres casavam mais cedo, a faixa etária com maior número de casos situou-se entre 21 e 30 anos, com um índice de 36,17% de mulheres casadas.

---

(51) SAMARA, Op.cit., p.197.

SAMARA, para a população de São Paulo, no ano de 1836, constatou que predominavam os chefes de domicílios com mais de 41 anos de idade, com um índice de 72,9%. Os elementos mais jovens, com menos de 21 anos, apareceram em 48 casos, o que dá um índice baixo, 3,2%. E na faixa etária entre 21 e 30 anos encontrou-se 315 domicílios, o que corresponde a uma cifra de 20,77%<sup>(52)</sup>.

O número de pessoas por domicílio, entre 1861 a 1864, foi em média de 4,37%. Mas, provavelmente, essa média é maior em função de se ter encontrado um pequeno número de habitantes por domicílio no ano de 1864, entre as famílias que ainda estavam iniciando o seu estabelecimento. Isso pode ser comprovado quando se estabelece o número médio de habitantes para cada ano desse período. Assim, tem-se em 1861 uma média de 6,90 habitantes por domicílio; em 1862 uma média de 5,3 habitantes; em 1863 uma média de 4,0 habitantes; e em 1864 uma média de 2,53 habitantes, ano que puxou a média para baixo.

Por outro lado, através de documentos oficiais, comprovou-se, também, que no grupo doméstico da comunidade de Angelina, na segunda metade do século XIX, o número médio de pessoas por casa e por fogo foi elevado. Esses mesmos dados, naturalmente, também revelam uma elevada fecundidade entre as famílias de Angelina.

Pela tabela nº 12 verificou-se que o número médio de habitantes, entre 1861-1873, por fogo, oscilou entre 3 e 6, o que dá uma média de 5,23 habitantes para o período. Ao mesmo tempo, o número médio de habitantes por casa oscilou entre 3 e 8, o que dá uma média de 5,35 habitantes para o mesmo período. Por-

<sup>(52)</sup> SAMARA, Op.cit., p.200.

tanto, os dados indicam que entre os primeiros moradores da Colônia Nacional Angelina, o número médio de pessoas por casa e por fogo foi bastante elevado, sempre superior a 5 habitantes.

TABELA Nº 12  
Número médio de habitantes de Angelina por fogo e por casa - 1861-1873

ANO	POPUL. TOTAL	Nº DE FOGOS	Nº DE CASAS	NÚMERO MÉDIO DE HABITANTES FOGO	CASA
1861	107	29	13	3,68	8,23
1862	208	40	39	5,20	5,33
1863	218	39	-	5,58	-
1864	308	71	88	4,33	3,50
1865	506	86	105	5,88	4,81
1866	496	99	105	5,01	4,72
1867	784	152	142	5,15	5,52
1872	1004	166	-	6,04	-
1873	835	134	-	6,23	-

Fonte: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina, 1861-1874.

A média de habitantes por fogo e por casa só não foi mais elevada porque, há de se considerar que, essa alta fecundidade também vinha acompanhada por uma alta taxa de mortalidade geral e infantil, o que diminui rapidamente o número de membros das famílias. Além do mais, sobretudo nos primeiros anos, a grande maioria dos casais eram jovens, que se instalaram na Colônia para ali começar a sua vida familiar.

Por outro lado, as famílias mais idosas tinham muitos filhos, como exemplo, temos o caso do Senhor Antônio Souza Fagundes, de 44 anos, casado com Maria Luiza de Souza, de 40 anos, que tinham em 1864, 12 filhos. Outro exemplo é José Inácio de Souza, com apenas 32 anos, casado com Laurinda Rosa de Jesus; de 41 anos, que em 1864 possuíam 9 filhos.

Na Enseada de Brito, entre 1778 e 1906, o número médio de filhos por família manteve-se em torno de 4, sendo que a família ideal (com 6 pessoas), foi meta a ser mantida no casamento, ao longo do período. Na mesma Freguesia, constatou-se, também, que o casamento ocorria para as mulheres em torno de 22 anos e para os homens aos 24, sendo que 40% da população tinha menos de 18 anos<sup>(53)</sup>. O autor atribui ter contribuído para essa constante familiar a elevada frequência da mortalidade, que constantemente eliminava parte da população, reduzindo a possibilidade de ocorrer uma explosão demográfica.

Em Itajaí, entre 1876 a 1930, o número médio de filhos oscilou em torno de 5,52 e 3,75 por família. Ao mesmo tempo, a idade média do casamento feminino altera-se de 19,5 anos, em 1876, para 22,2 anos, em 1930. O mesmo estudo constatou que, os homens sempre se casaram mais tarde que as mulheres, em média 5 anos, e não houve grande alteração nas idades no casamento. A idade modal para o casamento masculino oscilou entre 24 e 26 anos<sup>(54)</sup>.

Maria Luiza Marcílio, em seu estudo sobre a população de Ubatuba, que trata dos Caiçaras — agricultores e pescadores — do litoral brasileiro, encontrou um número médio de pessoas por

---

(53) FARIAS, Op.cit., p.95 e 202.

(54) FLORES, Op.cit., p.60.

fogo, para a primeira metade do século XIX, que oscilava entre 5 a 8 habitantes<sup>(55)</sup>. Segundo o seu estudo esse número pode ser considerado elevado, o que demonstra, ao mesmo tempo, uma elevada fecundidade.

#### 4.2.5. Estrutura por Atividade Produtiva

Para classificar a população ativa de Angelina segundo a sua atividade produtiva reuniram-se os dados encontrados nas Falas e Relatórios da Presidência da Província, bem como dados extraídos de algumas correspondências dos Diretores da Colônia ao Presidente da Província. Os dados encontrados são referentes ao século passado que vão de 1863, com exceção de alguns anos, até 1877.

Na classificação dos resultados adotamos o critério seguido por Maria Luiza Marcílio, em seu estudo sobre a população da cidade de São Paulo, que, por sua vez, adota os critérios de Colin Clark, que distingue três categorias de atividades produtivas: primárias, secundárias e terciárias<sup>(56)</sup>. Entende-se por atividade primária aquela que depende da utilização direta dos recursos naturais. A atividade secundária é aquela que não usa diretamente os recursos naturais e produz, as manufaturas, em grande escala e de modo contínuo, bens trans

---

(55) MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas: CEDHAL, 1986. p.139. Também, em Ubatuba a idade média ao casar era de 21,6 anos para os rapazes e de 20,8 para as moças, o que demonstra uma idade relativamente baixa para o casamento. Ao contrário, nos séculos XVI a XVIII a idade modal das mulheres no casamento se situa, em muitos lugares, na França, na Inglaterra, nos Países Baixos, na Itália do Norte e na Alemanha, entre 25 e 28 anos.

(56) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Editora Pioneira, 1873. p.129-132.

portáveis. O setor terciário, ou de atividades de serviço, constitui a construção, os transportes e as comunicações; o comércio e as finanças; os serviços profissionais, em geral (57).

A finalidade da Colônia não era somente tirar a população excedente do litoral catarinense, mas não existiam terras favoráveis para o trabalho de muitas famílias, sendo que na visão do Governo Provincial fariam render economicamente áreas despovoadas. Assim sendo, o incentivo era para a agricultura, porém as dificuldades de sobrevivência fizeram surgir uma duplicação de atividade. As famílias que possuíam engenhos também eram agricultoras.

Definidos os critérios de trabalho apresenta-se a estrutura por atividade produtiva da população de Angelina, na segunda metade do século XIX.

Apesar das grandes lacunas deixadas pela falta de dados, pois os documentos nem sempre trazem as informações de forma quantificada, inicialmente, na Colônia Nacional Angelina, verificou-se a predominância do setor primário. A grande maioria dos seus habitantes, conforme comprovou a documentação compulsada, dedicou-se à agricultura, ou seja, eram pequenos lavradores e criadores de animais domésticos. O trabalho do pequeno agricultor era voltado a satisfazer as suas necessidades imediatas arrancando da terra ou da natureza o sustento para a sua sobrevivência. Era uma agricultura de subsistência. O

---

(57) MARCÍLIO, Op.cit., 1873. p.134.

cultivo da terra consistia na derrubada e queimada da Mata Atlântica, através de instrumentos como o machado e a foice. A velha enxada ajudava a manter a terra limpa. O terreno assim preparado, nas encostas acliveis, devido à grande erosão do solo, após as primeiras colheitas tornava-se improdutivo.

TABELA Nº 13

Repartição da população de Angelina por atividade produtiva - 1863-1877

	1863	1864	1866	1867	1869	1871	1875	1876	1877
<b>I - ATIVIDADES PRIMÁRIAS</b>									
Lavradores	-	-	97	-	-	-	-	-	-
<b>II - ATIVIDADES SECUNDÁRIAS</b>									
Alambique	-	-	-	-	-	03	-	02	-
Alfaiate	-	-	-	-	-	-	-	01	01
Carpinteiros	02	04	04	-	-	-	-	-	-
Construtores de Eng.	-	02	-	04	-	-	-	-	-
Engenho de Açúcar	-	-	-	01	03	09	-	24	25
Eng. Far. Fubá	-	-	-	-	-	01	-	-	-
Eng. Far. Mandioca	-	-	04	09	20	26	-	24	25
Ferreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Marceneiros	01	01	-	-	-	-	-	-	-
Monjolo	-	-	-	01	-	-	-	-	-
Oleiros	01	01	01	01	-	-	-	01	-
Sapateiros	-	-	-	-	-	-	-	01	01
Tafonas	-	-	-	-	-	-	-	03	-
Teares	-	-	09	09	07	-	07	-	-
<b>III - ATIVIDADES TERCIÁRIAS</b>									
Carro de boi	-	-	-	01	-	-	-	-	-
Empregado Público	-	-	01	-	-	-	-	-	-

Fonte: Falas e Relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina, 1876-1878. Correspondências dos Diretores da Colônia aos Presidentes da Província de Santa Catarina.

Nos primeiros anos da criação da Colônia o pequeno agricultor, desprovido de recursos, procurou sobreviver a qualquer custo. Alguns dedicavam-se, além da roça, à extração da erva-

mate, que era abundante na região<sup>(58)</sup>; outros procuravam criar algum gado<sup>(59)</sup>. E os que já tinham melhores condições possuíam engenhos de farinha de mandioca, engenhos de açúcar, teares ca<sub>seiros</sub>, ou alambiques de cachaça, que, na classificação acima, entraram como pertencentes às atividades secundárias. Por sua vez, a atividade terciária é inexpressiva, o que expressa o tradicionalismo nos métodos de produção e de transformação dos produtos primários, que não possibilitou comportar um maior número de funcionários liberais, religiosos, civis, ou ligados ao comércio, ao transporte e serviços em geral.

Também, desde o início, se experimentou várias espécies de cultivo tais como: o algodão<sup>(60)</sup>, o tabaco<sup>(61)</sup>, o trigo, o café, o linho, a cevada, a aveia e mais tarde até a vinha. Mas, na maioria das vezes, os colonos obtiveram pouco sucesso. Por isso, tiveram que apegar-se às culturas mais conhecidas para sobreviver: "Os colonos d'esta colônia presentemente procuram entregarem-se na cultura dos gêneros de primeira necessidade, como feijão, milho, mandioca, batatas, com que procurão remediar a sua pobreza..."<sup>(62)</sup>. Assim, somente com o tempo, já numa posição mais estável, poderiam voltar-se ao cultivo de outros produtos, sem precisar pôr em risco a sua própria sobrevivência.

A predominância da atividade primária na Colônia e o esforço empreendido pela direção junto aos colonos para elevar o

---

(58) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, 1863. p.28.

(59) Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, 1864. p.22.

(60) Ofício nº 162, de 20 de outubro de 1864, do Encarregado da Direção da Colônia ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

(61) Ofício nº 163, de 20 de outubro de 1864, Idem, Idem.

(62) Ofício, Op.cit.



seu nível de vida são testemunhados através dos documentos:

Os processos empregados na cultura são os usados de tempos imemoráveis pelos nossos antepassados, sem que haja a mais pequena alteração no espírito da rotina, que ainda muito se acha arraigado em todos os lavradores que no amanhã dos terrenos quer no preparo dos productos, embora da parte da Direção da Colônia haja o desejo de promover entre lavradores o conhecimento dos últimos melhoramentos de cultura e dos meios mechanicos que a sciencia atualmente concorre (...) sendo, porém tudo isso improfícuo e sem resultado de qualquer espécie... (63)

A tabela nº 14 resume as informações contidas na tabela anterior, a qual serviu-se do ano de 1866, para ilustrar a contribuição em percentagem de cada setor de produção, o que está visualizado no gráfico nº 5.

TABELA Nº 14  
Repartição da população ativa por setor de produção  
1866

SETOR DE PRODUÇÃO	VALORES	
	ABSOLUTO	RELATIVO
Primário	97	87,00
Secundário	14	12,50
Terciário	01	0,50

Fonte Original: Falas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina, 1867-1878.  
Correspondências dos Diretores da Colônia aos Presidentes da Província de Santa Catarina, 1863, 1877.

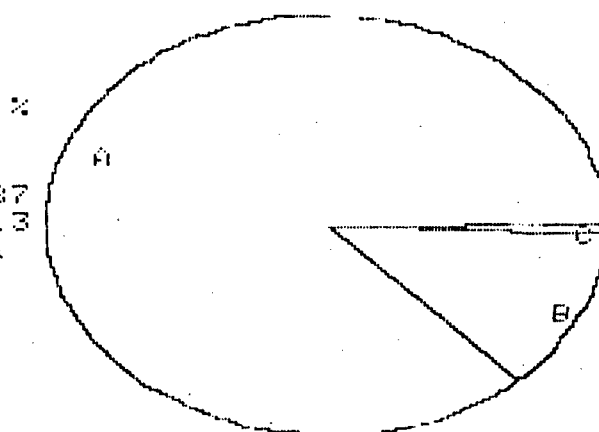
Observa-se, pela tabela acima, que 87% da população ativa de Angelina, no ano de 1866, trabalhava nas atividades Primárias, 12,5% nas atividades secundárias e apenas 0,50% nas atividades terciárias. Esses dados comprovam, o que a documenta-

(63) Ofício s/nº, de 05 de setembro de 1872, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Junior.

PRODUÇÃO DA COLÔNIA NACIONAL  
ANGELINA = 1866

LEGENDA

A-PRIMARIO	87
B-SECUNDARIO	13
C-TERCIARIO	1



SETOR DE PRODUÇÃO

Fonte: Tabela nº 14

GRÁFICO Nº 5

ção também assinalou, que a grande maioria da população trabalhava na agricultura. Nas atividades secundárias, destaca-se o grande número de engenhos, onde o máximo da técnica empregada era a "força animal" e a "queda d'água"<sup>(64)</sup>. Enquanto que o setor terciário, de fato, é inexpressivo.

Em todas as sociedades agrícolas do passado verifica-se que, principalmente devido à limitação das fontes de energia, a grande massa populacional está impossibilitada de satisfazer mais do que as necessidades elementares tais como: comida, vestuário, alimentação e mesmo estas em níveis insatisfatórios. Além do mais, a maior parte dos recursos disponíveis são aplicados na agricultura. Assim, é a agricultura que absorve a maior percentagem de capital e trabalho disponíveis.

Apesar das tentativas de "modernização", onde chegou a haver a transformação dos produtos agrícolas como o milho e a mandioca, através do emprego da "roda d'água" ao lado do "motor animal", contudo, a Colônia serviu apenas de laboratório onde se faziam novas experiências. Os Presidentes da Província de Santa Catarina, durante a segunda metade do século passado, não encontraram nenhuma resistência local para levar às colônias as suas idéias "modernizadoras". Pelo contrário, conseguiram transformar a Administração em meio eficaz para tentar

---

(64) "Na Colônia em fins de 1867, existiam: 1 engenho de farinha de mandioca pertencente a Província "motor animal", e particulares: 1 engenho de farinha de mandioca, movido por água como também destinado para moer fubá, 7 engenhos de farinha de mandioca, "motor animais", 4 ditos em construção, 1 dito para açúcar, 3 monjolos para socar milho e arroz, 1 carro com juntas de bois, teares para tecer pano de algodão e linho 9, olaria 1, construtores de engenhos e carpinteiros 4. Além destas profissões há muitos colonos que se empregam a fazer gamelas, peneiras, cordas, balaios, chapéus, para consumo e exportação da colônia e alguns colonos fazem pão de milho, roscas e doces para venderem ao público". Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1868. Anexo D.

introduzir novas técnicas de plantio e produção<sup>(65)</sup>. Mas, essas experiências não perduraram como deviam e, por isso, a Colônia Nacional Angelina não evoluiu muito além das sociedades agrícolas do passado.

---

(65) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis, 1973. p.253 e 256.

## CAPÍTULO V

### DINÂMICA POPULACIONAL

#### 5.1. As Grandes Linhas de Tendências

A partir dos registros paroquiais agregados pode-se analisar o comportamento da dinâmica populacional no que se refere aos batismos e nascimentos, casamentos e óbitos. Estuda-se o movimento anual e decenal da natalidade, dos batismos, casamentos e óbitos, bem como as taxas de natalidade, nupcialidade e mortalidade, para os séculos XIX e XX (com exceção para os anos que não se dispõe de dados). Para tal estudo, os dados levantados foram ordenados cronologicamente, mês a mês, em cada ano civil, que possibilitaram estabelecer tabelas e gráficos mostrando as flutuações do movimento populacional (anexo 8).

As curvas que representam as séries cronológicas de batizados, casamentos e óbitos, com seus pontos altos e baixos, evidenciam uma evolução a longo termo chamada tendência, que pode ser melhor demonstrada substituindo-se as séries anuais por

séries de médias decenais<sup>(1)</sup>. Desta forma, adotou-se o método do corte de cada ordem de eventos por períodos de 10 anos civis. Os resultados obtidos, para as três séries de eventos, são apresentados na tabela nº 15 e ilustrados no Gráfico nº 6.

TABELA Nº 15

Média anual de batismos, casamentos e óbitos por período de 10 anos

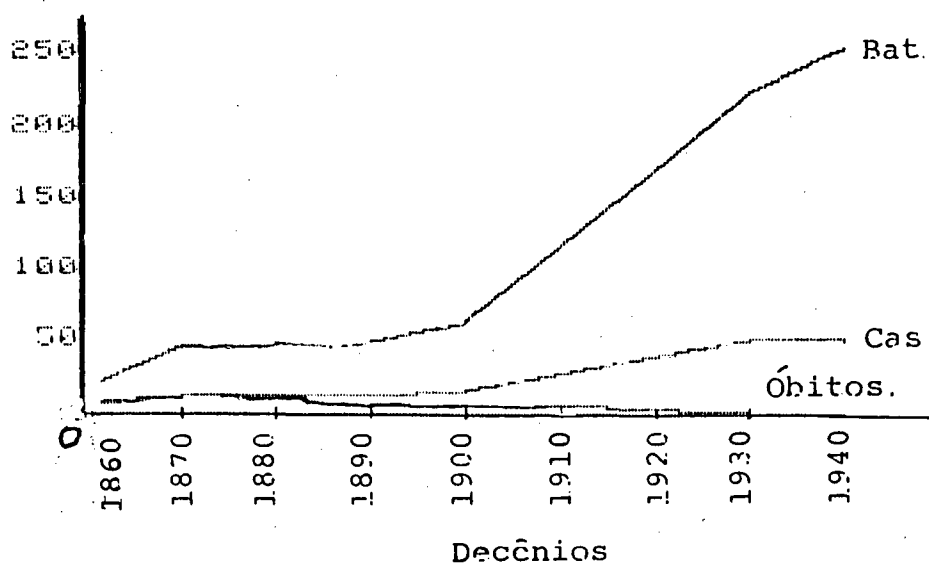
DECÊNIOS	BATISMOS	CASAMENTOS	ÓBITOS
1860-1869	20,11	7,66	7,11
1865-1874	27,50	12,20	9,90
1870-1879	44,70	12,60	11,90
1890-1899	49,80	12,70	6,00
1895-1904	62,60	12,80	6,40
1900-1909		15,70	
1905-1914		14,00	
1925-1934	225,80		
1930-1939	224,90		
1935-1944	232,30	50,30	
1940-1949	255,40	49,30	

Fonte Original: Livros de registros dos batizados, casamentos e óbitos do arquivo histórico-eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis.

Com base na tabela e no gráfico passaremos à análise dos eventos.

(1) HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. p.52. Obtém-se as médias decenais através da divisão do total dos dados de uma década por dez.

MOVIMENTO DECENAL DOS EVENTOS VITAIS  
SÉCULO XIX E XX:



Fonte: Tabela nº 15

GRÁFICO Nº 6

5.1.1. Batismos: Nos anos compreendidos entre 1860 a 1879, portanto, nos dois primeiros decênios do século passado, o número de batismos cresceu bastante passando de 20,11 para 44,70, chegando a duplicar a média da primeira década para a segunda. Esse período corresponde aos primeiros anos de progresso da Colônia, onde o Governo Imperial incentivou o estabelecimento dos colonos nacionais e europeus no interior da Província de Santa Catarina. Porém, com a emancipação da Colônia Nacional Angelina, em 1881, o crescimento populacional passa a ser menor. Chegando no fim do século passado com uma média de 49,80 batizados por ano.

Quanto à evolução dos batizados no século XX, a tendência de desaceleração se mantém até o final do período, o que mostra que também houve uma desaceleração no crescimento da população. Para a década de 1930 a 1939 a média de batizados por ano foi de 224,90, e para a década de 1940 a 1949 a média foi de 255,40, o que significa um aumento muito pequeno. Essa ligeira tendência de baixa no número de batizados é provável que seja o resultado da emigração da população de Angelina para outras áreas em busca de melhores condições de vida.

5.1.2. Casamentos: Durante as duas primeiras décadas, nos anos compreendidos entre 1960 a 1879, a Colônia Nacional Angelina mostrou um crescimento significativo na média anual de casamentos, passando de 7,66 para 12,60 casamentos por ano. Esses dados, a exemplo dos batizados, representa o período de início da colonização, onde muitos jovens se estabeleciam na colônia, para depois casar. Entretanto, a partir do fim da segunda década os casamentos mostram uma tendência de estabilização, chegando, assim, no início desse século, com uma peque-



na tendência de queda. Essa mesma tendência de estabilização se mantém durante alguns anos desse século. Depois, deve ter havido um pequeno crescimento na média de casamentos (que corresponde aos anos que não se dispõe de dados), voltando a apresentar uma nova tendência de queda na última década, onde a média era de 49,30 casamentos por ano.

5.1.3. Óbitos: Os registros de óbitos cobrem apenas o século passado, no período que vai de 1860 a 1899. Já para esse século dispõe-se de dados completos, apenas, para os primeiros quatro anos, o que significa que são insuficientes para mostrar a tendência geral de todo o período.

Os óbitos também mostraram um crescimento maior durante os dois primeiros decênios do século passado. Porém, o crescimento da média anual de óbitos, durante o século passado, sempre foi menor que a média de crescimento verificada nos batizados e casamentos. Após os dois primeiros decênios os óbitos mostram uma tendência de queda que se mantém até o final do século passado.

Em suma, a tendência geral dos batizados, casamentos e óbitos é a de um crescimento maior nos primeiros decênios do século passado, exatamente nos anos que correspondem ao início da colonização. Desta forma, a partir de 1880, a média anual dos três eventos cresce em ritmo menor, sendo que em algumas décadas há até uma queda na curva de crescimento. Enfim, as três variáveis (batizados, casamentos e óbitos) mostraram haver uma certa correlação entre as três séries de eventos vitais. Durante todo o período estudado não se tem notícias, através da documentação compulsada, de grandes epidemias ou crise de subsistência. Assim, as flutuações que existem estão di-

retamente relacionadas com o crescimento, ou queda, na taxa de crescimento da população, fruto da entrada e saída de colonos da área.

## 5.2. Os Movimentos Sazonais de Batismos, Casamentos e Óbitos

### a) Nascimentos (baptismos)

A Colônia Nacional Angelina, constituía uma comunidade marcadamente católica. Sabe-se que em uma sociedade tradicional os preceitos religiosos exercem orientação segura e definida sobre a finalidade do casamento e, também, sobre a decisão do casal em assuntos que dizem respeito à época apropriada para o casamento, ao número ideal de filhos e aos métodos anticoncepcionais. Com o advento da Industrialização, na medida em que as sociedades tradicionais evoluem, a influência religiosa passa a ser menor, ou pelo menos prevalece a decisão pessoal. Alguns desses aspectos externos desta influência religiosa podem ser avaliadas com o estudo do movimento sazonal tais como: a prática de não casar e não conceber filhos nos períodos penitenciais do Advento e da Quaresma.

As leis da natureza, as quais regem as estações do ano, parecem ter uma influência sobre a multiplicação da espécie humana. Maria L. Marcílio, lembra que, para os países da zona temperada, os da Europa em geral, durante a primavera, "um grande renovar manifesta-se também entre os homens"<sup>(2)</sup>. Estudos têm mostrado que no Antigo Regime Europeu há uma tendência de aumento das concepções durante os meses de maio e junho

---

(2) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População. 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1973. p.147 e 148.

(primavera) e uma diminuição em setembro e outubro (outono). Mas a mesma autora alerta que no Brasil nem sempre acontece o mesmo, principalmente, nas regiões onde o clima não define bem as estações.

Mas a sazonalidade não é estudada somente em função da influência da Igreja e do clima, mas também em função de outros fatores, tais como atividades econômicas (colheitas, época da farinhada, plantio). Enfim, cada comunidade sofre as influências de acordo com a colonização, com a religiosidade popular, com os mitos e credences, bem como aqueles oriundo do próprio calendário agrícola e litúrgico<sup>(3)</sup>.

A partir destas premissas passa-se a analisar os instrumentos dos eventos vitais de batismos, casamentos e óbitos da população de Angelina. Dividiu-se o período em duas partes, século XIX e XX, com a finalidade de verificar se houve alguma mudança no comportamento da população do primeiro para o segundo período para o segundo período. No estudo do movimento sazonal dos batizados já se estabeleceu a correlação com o mês de concepção, o que permitiu obter no mesmo quadro, também, o movimento sazonal das concepções. O estudo dos registros de batizados da comunidade de Angelina está condensada nas tabelas nºs 16 e 17, o que permitiu o estabelecimento dos gráficos 7 e 8.

---

(3) Também, cabe observar que nos países latinos, em algumas comunidades, o condicionamento às crenças supersticiosas desempenha um papel de fundamental importância no movimento sazonal da população. Cita-se, como exemplo, o mês de agosto que é considerado de desgraças, infelicidade e mau agouro para o casamento, mudanças de residência, ou qualquer outro empreendimento de vulto. FLORES, Maria Bernadete Ramos. História Demográfica de Itajaí: Uma População em Transição - 1866-1930. Florianópolis: UFSC, 1979. p.141.

5.2.1. Movimentos Sazonais de Batismo

TABELA Nº 16

Movimento sazonal de batismo de Angelina, século XIX  
(1863 - 1899)

Mês de concepção	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	TOTAL
Mês de batismo	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Números absolutos	55	16	29	56	42	29	54	78	83	54	42	53	591
Divisor	31	28,25	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Números diários	1,77	0,56	0,93	1,86	1,35	0,96	1,74	2,51	2,76	1,74	1,4	1,70	19,28
Números proporcionais	110	35	58	116	84	60	108	156	172	108	87	106	1.200

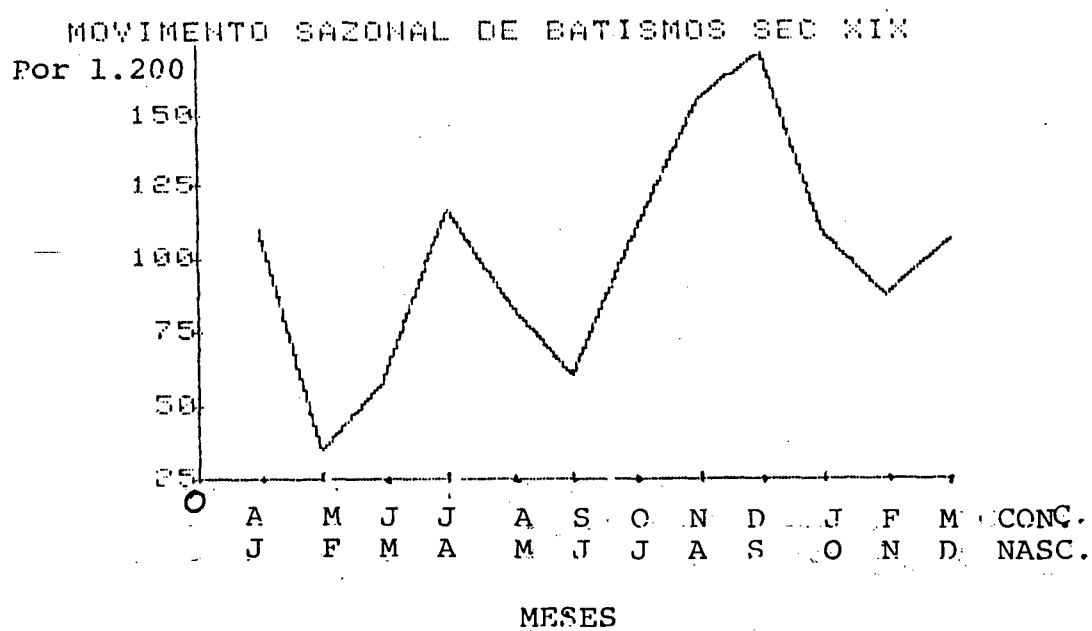
Fonte: Livros de registros de batizados do arquivo histórico-eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis, 1863-1899.

TABELA Nº 17

Movimento sazonal de batismo de Angelina século XX  
(1900 - 1950)

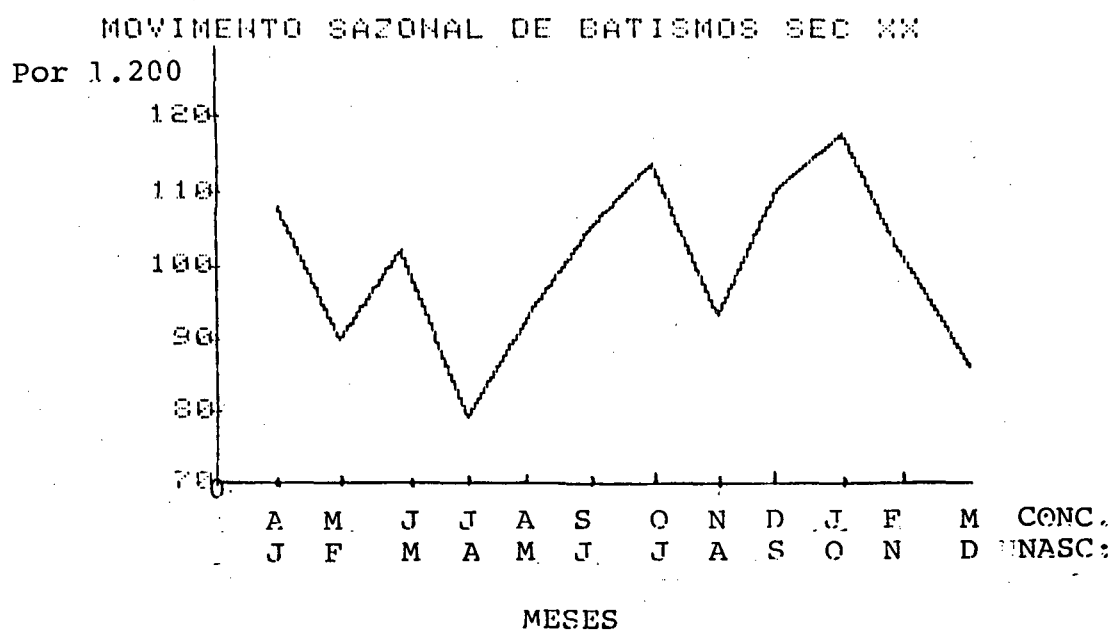
Mês de concepção	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	TOTAL
Mês de batismo	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Números absolutos	591	447	559	420	509	558	626	509	587	645	538	475	6.465
Divisor	31	28,25	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Números diários	19,06	15,82	18,03	14,00	16,41	18,6	20,19	16,41	19,56	20,83	17,93	15,32	212,16
Números proporcionais	108	90	102	79	93	105	114	93	111	118	101	86	1.200

Fonte: Livros de registros de batizado, do arquivo histórico-eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis, 1900-1950.



Fonte: Tabela nº.16

GRÁFICO Nº.7



Fonte: Tabela nº.17

GRÁFICO Nº.8

No curso do século XIX, no período que vai de 1860 a 1899, observam-se algumas flutuações bem pronunciadas, o que determina que houve sazonalidade. Os meses de maior ocorrência de batizados foram os de agosto e setembro, que correspondem aos meses de concepção de novembro e dezembro. Os meses de menor ocorrência de batizados foram os de fevereiro e março, que correspondem aos meses de concepção de maio e junho.

Os dados indicam que no século XIX a influência da Igreja no que diz respeito às concepções e batizados não é marcante. As influências econômicas e climáticas são mais expressivas. Os meses de maio e junho, em que as concepções são menores, correspondem ao inverno e, pelo que se sabe, as estações do ano em Angelina são bem acentuadas. Por outro lado, os meses de novembro e dezembro correspondem à primavera, onde o desejo natural de aumentar a prole manifesta-se entre os homens<sup>(4)</sup>. Ao lado da influência climática existe a necessidade econômica, onde a sobrevivência de muitas famílias dependia do plantio e da colheita da mandioca. Nos meses de maio e junho, que são de baixa concepção, muitas famílias passavam a noite trabalhando nos engenhos de farinha de mandioca que, particularmente, em Angelina eram numerosos no século passado. Desta forma, as concepções no século passado apresentam sazonalidade mais em função de fatores climáticos e econômicos do que em decorrência da Quaresma, e do Advento, tidos como períodos penitenciais pela Igreja.

Para o século XX já há algumas alterações em alguns meses quanto ao movimento sazonal. A curva máxima de batizados situa-se entre os meses de julho a outubro, o que corresponde

---

(4) MARCÍLIO. Op.cit., p.148.

aos meses de concepção de outubro a janeiro. As mínimas encontram-se em abril e dezembro, que correspondem às concepções em julho e março.

Neste século, se há influência da Igreja, ela se manifesta em março, quando as concepções foram menores, e levemente, talvez, em novembro. Mas a grande tendência climática e econômica verificada no século passado ela persiste no século atual. Há um aumento significativo nas concepções durante o período da primavera e se estende até o verão, em dezembro e janeiro. Por outro lado, nos meses de inverno, de julho a agosto, época também da "farinhada", as concepções são bem menores.

Traçando um paralelo com o estudo de Edy Barros sobre "A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio", no que diz respeito às concepções, os resultados quase que coincidem. A autora constatou que, no conjunto, março, não se apresenta abaixo da maioria dos outros meses, o que revela que a influência da Igreja não se faz sentir nesse indicador. E conclui afirmando que: "as concepções mostram que sobre elas nunca se verificou a influência da Igreja no grande período estudado"<sup>(5)</sup>. No entanto, não se pode generalizar atribuindo o resultado como válido para a população de Santa Catarina, é preciso esperar por outras pesquisas e outros levantamentos. De qualquer forma, chega-se a uma primeira constatação, a saber, que os movimentos sazonais de nascimentos ou de concepções, verificados em países europeus, são diversos daqueles que se podem encontrar no Brasil<sup>(6)</sup>.

---

(5) BARROS, Edy Álvares Cabral. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio: 1841 a 1910: A Sua Transição Demográfica. Florianópolis, 1979. p.107.

(6) Confira MARCÍLIO. Op.cit., p.154.



No Paraná, na Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa, no período entre 1823 a 1879, os estudos demonstraram que os meses de janeiro, fevereiro e dezembro apresentaram os maiores índices de batizados. Estes começaram a declinar em abril alcançando os pontos mínimos em junho e outubro. Para GONÇALVES<sup>(7)</sup> o clima interferiu sobre a população dos Campos Gerais de Curitiba e Ponta Grossa, promovendo durante o verão maior número de batizados em consequência do aumento de nascimentos.

Em Ubatuba, os meses de menor frequência de batizados de livres, entre 1786-1830, eram junho, março e dezembro, os dois últimos coincidindo com o tempo proibido, ou de penitência<sup>(8)</sup>. Ao longo dos demais meses do ano os batizados estavam quase sempre bem distribuídos.

Todavia, cabe ressaltar que se a influência da Igreja, em Angelina, ainda é perceptível, até a primeira metade desse século, é porque a comunidade ficou isolada, alheia ao progresso verificado em outras Colônias do Estado, já bem mais urbanizadas. Entretanto, Angelina, como sede de um grande Santuário, a fé religiosa é posta acima das decisões familiares, no que diz respeito às concepções e nupcialidades. Porém, esperava-se uma influência maior da Igreja Católica sobre as concepções. Mas, como se verificou, a sazonalidade é mais em função de fatores climáticos e econômicos.

---

(7) GONÇALVES, Maria Aparecida Cesar. Estudo Demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa - 1823-1879. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1979. p.95.

(8) MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edições Paulinas, 1986. p.206.

5.2.2. Movimentos Sazonais de Casamentosb) Casamentos

Cabe ressaltar que os dados de que se dispõe para o século XIX que serviram de base para o estudo dos movimentos sazonais dos casamentos representam apenas a década de 1890 a 1899. Isso significa que qualquer que seja o resultado do estudo jamais poderá representar todo o século passado. Enquanto que os dados para o século XX já são bem mais completos e abrangem todo o período. Os dados que são analisados encontram-se nas tabelas nºs 18 e 19, que deram origem aos gráficos 9 e 10.

TABELA Nº 18

Movimento sazonal de casamentos de Angelina século XIX  
(1890 - 1899)

Mês do casamento	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Números absolutos	13	5	1	2	2	3	1	5	30	5	2	4	73
Divisor	31	28,25	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Números diários	0,41	0,17	0,03	0,06	0,06	0,1	0,03	0,16	1	0,16	0,06	0,12	2,36
Números proporcionais	208	86	15	31	31	51	15	15	509	81	31	61	1.200

Fonte: Livros de registros de casamentos do arquivo histórico eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis, 1890-1899.

TABELA Nº 19

Movimento sazonal de casamentos de Angelina século XX  
(1900 - 1950).

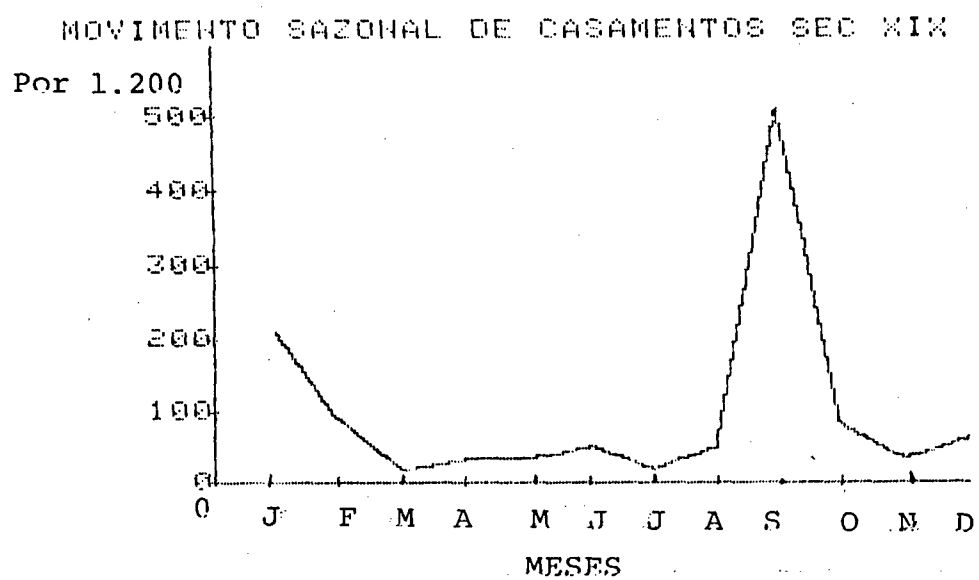
Mês do casamento	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Números absolutos	71	60	41	106	124	134	124	57	117	78	66	34	1.012
Divisor	31	28,25	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Números diários	2,29	2,12	1,32	3,53	4,0	4,46	4,0	1,83	3,90	2,51	2,20	1,09	33,25
Números proporcionais	83	77	48	127	144	161	144	66	141	91	79	39	1.200

Fonte: Livros de registros de casamentos dos arquivos histórico eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis, 1900-1950.

Para o século XIX, apesar dos poucos dados analisados, constata-se que as curvas são bem acentuadas, o que significa que houve sazonalidade. Os meses com flutuações mais pronunciadas são os de setembro e janeiro. Já os meses com curvas mais baixas que indicam as mínimas são março e julho.

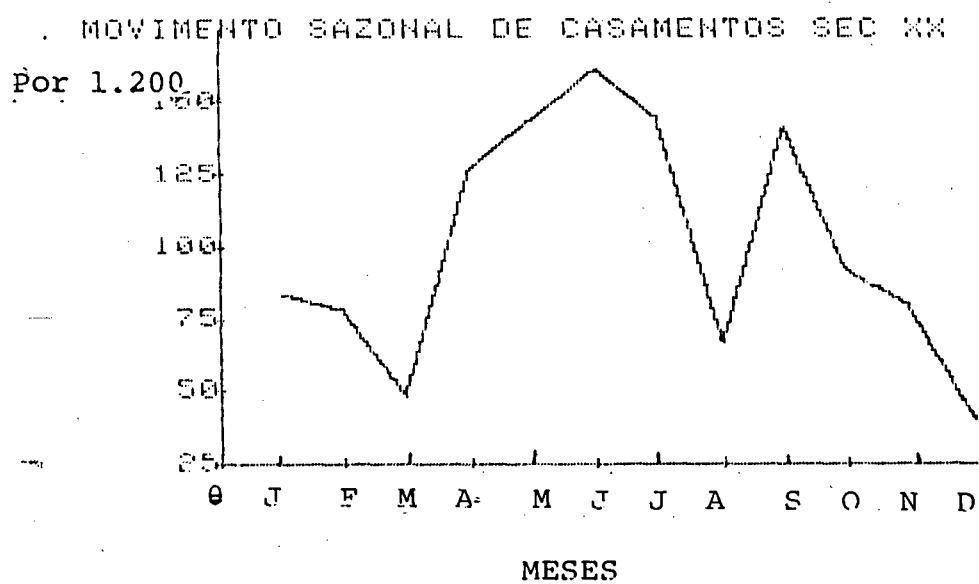
Isso significa que a população de Angelina seguia os preceitos religiosos da Igreja Católica que desaconselha o casamento durante os tempos "penitenciais", sobretudo da Quaresma. Por isso, casavam-se menos nos meses de março e abril e no mês de novembro. A maioria dos casamentos efetuava-se no decorrer dos meses sem objeção canônica.

Os meses de grande incidência de casamentos situam-se em setembro (mês da primavera) e janeiro (no verão). Além dos fatores de ordem climática essa escolha para a época do casamento, certamente, também é consequência de fatores de ordem econômica que merecem um estudo mais profundo. Sabe-se que em julho quando o número de casamentos é pequeno é devido aos tra-



Fonte: Tabela Nº 18

GRÁFICO Nº 9



Fonte: Tabela Nº.19

GRÁFICO Nº.10

balhos nos Engenhos de Farinha. Quais seriam os outros fatores de ordem econômica? Edy A.C. Barros, em seu estudo demográfico sobre "A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio", também constata a presença de fatores econômicos influenciando na sazonalidade dos casamentos, mas não consegue identificá-los<sup>(8)</sup>.

Em Itajaí, os fatores culturais, possivelmente, tenham sido mais fortes que os econômicos, na direção das variações periódicas de casamentos. FLORES, ao estudar a sazonalidade dos casamentos da população de Itajaí, traça um paralelo com a comunidade de Abranches, no Paraná, e a população de Crulai, na França:

Até o mês de junho, a curva Itajaiense aproxima-se bastante de Crulai. Aumenta em fevereiro (Abranches sofre uma leve depressão), cai em março, cresce gradativamente em abril, maio e junho, atingindo em Itajaí o segundo ponto máximo. Em julho, o número de casamentos em Itajaí cai levemente, enquanto que, em Crulai, continua subindo. Neste ponto, Itajaí assemelha-se a Abranches. Junho e julho constituem meses de alta nupcialidade nas três comunidades. Em agosto, as três curvas apresentam um enorme vazio. A partir daí, há divergências entre as curvas. O ponto máximo de crescimento, em Itajaí, é atingido em setembro; em Crulai, em novembro e em Abranches, em maio. E, enquanto em Itajaí, dezembro corresponde ao terceiro ponto máximo de casamento, Crulai apresenta o menor índice e Abranches, o segundo menor mês de casamentos.<sup>(9)</sup>

Em Ubatuba, setembro era o mês de preferência para celebrar núpcias entre os caiçaras. Para os escravos, porém, o mês de maior preferência era maio, seguido de junho e depois novembro, que reflete a influência do calendário agrícola local. Os caiçaras também tinham seus dias da semana preferidos para celebrar a festa de suas núpcias; como ainda acreditavam nos

(8) BARROS, Edy Álvares Cabral. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio: 1841 a 1910: A Sua Transição Demográfica. Florianópolis, 1979. p.93.

(9) FLORES. Op.cit., p.143.

dias de mau agouro (sexta-feira), cuja origem remonta à cristandade dos tempos medievais<sup>(10)</sup>.

No Paraná, a concentração maior dos casamentos ocorria nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro e a redução mais sensível ocorria em março. O comportamento em questão relaciona-se com as restrições religiosas, que ficou mais evidente na Quaresma e menos no Advento<sup>(11)</sup>.

Para a primeira metade do século XX, no que diz respeito à influência da Igreja Católica, que desaconselha os casamentos na Quaresma e no Advento, na comunidade de Angelina, certamente, observava-se esse preceito. Os períodos de poucos casamentos situavam-se exatamente nos meses de março e novembro e agosto. Já os meses com grande quantidade de casamentos eram maio, junho e julho.

Mas como explicar esses dados? O baixo número de casamentos em março e novembro certamente é em função da influência da Igreja Católica. Em agosto, ocorre em Angelina uma grande festa religiosa, que aliada a fatores de ordem econômica, certamente contribui para uma menor incidência de casamentos nesse mês. Os preparativos para a grande festa de 15 de agosto são precedidos por novenas, via-sacras o que, provavelmente, dificulta a realização do casamento nesse período. Os meses de maio, junho e julho onde os casamentos eram em maior número coincidem com um período de pouco trabalho na lavoura. Em suma, pode-se dizer que há sazonalidade para os casamentos, neste século, verificada principalmente em função de fatores religiosos e econômicos.

---

(10) MARCÍLIO. Op.cit., p.191.

(11) GONÇALVES. Op.cit., p.95 e 96.

Outros estudos de demografia histórica, como os de Maria Luiza Marcílio e Edy Álvares Cabral Barros, chegaram às mesmas conclusões. Marcílio, em seu estudo sobre São Paulo e Mogi das Cruzes constatou uma certa similitude entre os movimentos sazonais dessas comunidades com os países da Europa Católica<sup>(12)</sup>. Edy Barros, em seu estudo sobre: "A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio", constatou, também, um menor número de casamentos em março e agosto. Isso significa que a Quaresma não apresentava muitos casamentos, refletindo uma influência marcante da Igreja. Já o fenômeno verificado em agosto, segundo a sua pesquisa, "talvez possa ser explicado por um fator de origem econômica que ainda não se definiu"<sup>(13)</sup>.

### 5.2.3. Movimentos Sazonais de Óbitos

#### c) Óbitos

Apesar de não se dispor de um número muito grande de registros de óbitos, os dados encontrados cobrem grande parte do período estudado do século XIX e XX. Os resultados do estudo estão condensados nas tabelas nºs 20 e 21 e ilustrados pelos gráficos 11 e 12.

---

(12) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1973. p.54.

(13) BARROS. Op.cit., p.93.



TABELA Nº 20

Movimento sazonal de óbitos de Angelina do século XIX  
(1863 - 1899)

Mês do óbito	J	F	M	A	M	J	A	A	S	O	N	D	TOTAL
Números absolutos	16	8	13	13	2	7	6	7	6	2	4	4	88
Divisor	31	28,25	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Números diários	0,51	0,28	0,41	0,43	0,06	0,23	0,19	0,23	0,2	0,06	0,13	0,12	2,84
Números proporcionais	216	118	173	182	25	97	80	93	85	25	55	51	1.200

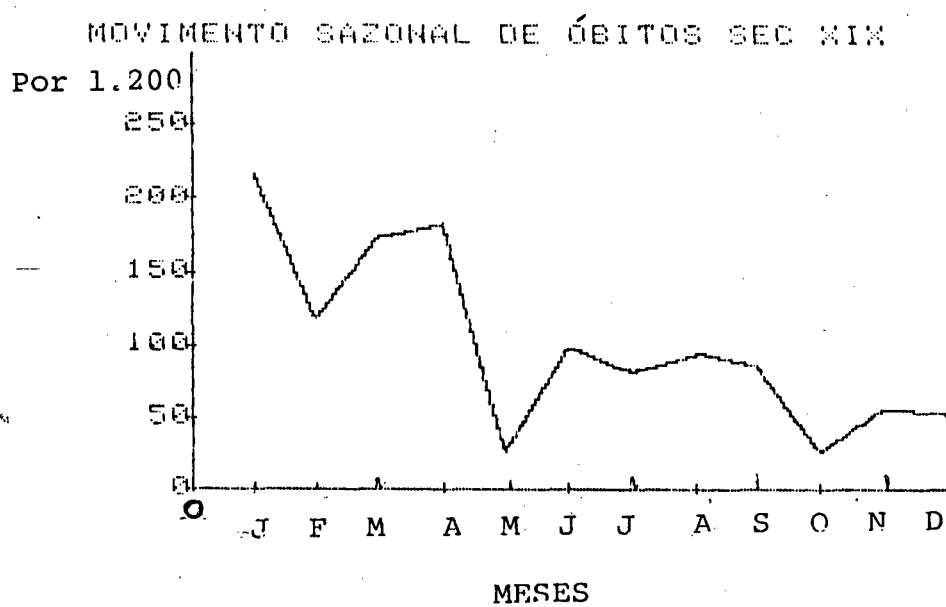
Fonte: Livros de registros de óbito do arquivo histórico eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis, 1863-1899.

TABELA Nº 21

Movimento sazonal de óbitos de Angelina do século XX  
(1900 - 1944)

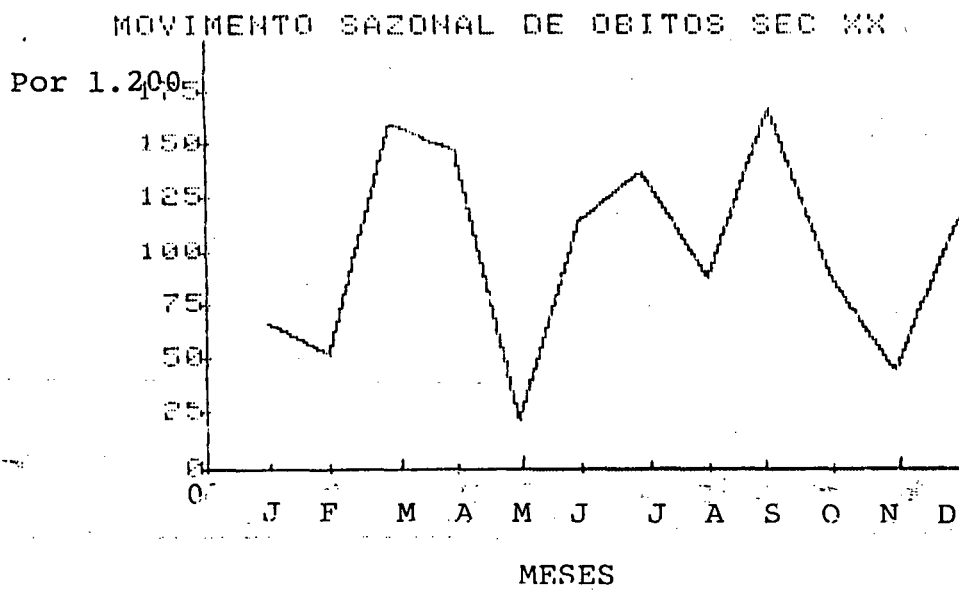
Números absolutos	3	2	7	6	1	5	6	4	7	4	2	5	52
Média diária	0,09	0,07	0,22	0,2	0,03	0,16	0,19	0,12	0,23	0,12	0,06	0,16	1,62
Números proporcionais	66	51	160	146	22	116	138	87	167	87	44	116	1.200

Fonte: Livro de registro de óbitos do arquivo histórico eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis, 1900-1944.



Fonte: Tabela Nº 20

GRÁFICO Nº 11



Fonte: Tabela Nº 21

GRÁFICO Nº 12

Poder-se-ia pensar que na população de Angelina, os meses que mais se morria seriam os meses frios do inverno. Entretanto, tanto no século passado como no atual, a grande mortalidade situa-se no verão e início do outono.

Para o século XIX a grande mortalidade vai do mês de janeiro a abril, sendo que a mínima, situa-se entre outubro e dezembro. Já nesse século a máxima encontra-se nos meses de março e abril; portanto, fim do verão e início do outono; e a mínima situa-se em novembro, fim da primavera. Desta forma, a maior mortalidade está muito associada a fatores climáticos.

Em Itajaí, as crianças morriam com maior intensidade no verão. A população do grupo entre 16 e 30 anos mostra uma certa resistência no inverno, porque, provavelmente, está menos sujeita às epidemias e acidentes de trabalho. A faixa entre 31 e 50 anos de idade morria em qualquer estação do ano; e os velhos perecem no inverno<sup>(14)</sup>.

No Paraná o maior número de falecimentos da população livre infantil ocorre de dezembro a maio e as incidências menores verificam-se em junho e novembro<sup>(15)</sup>. Assim, nos meses de verão, quando a temperatura alcança as médias máximas, as crianças mais sensíveis ao calor morrem em maior número. O mesmo comportamento verifica-se nos meses de outono, quando nas suas zonas mais frias, como é o caso dos Campos Gerais, a temperatura começa a declinar em fevereiro, sendo que as geadas já são frequentes em abril e maio. Portanto, a interferência climática é evidente.

Sabe-se que os problemas médico-sanitários da população

---

(14) FLORES. Op.cit., p.161.

(15) GONÇALVES. Op.cit., p.96.

de Angelina sempre foram graves, principalmente, no século passado, no início da colonização. As doenças mais comuns, segundo os documentos da época, eram infecções gástricas, pulmonares, sarampo, bexigas, câmaras de sangue, além de outras de caráter epidêmico<sup>(16)</sup>. As doenças de caráter epidêmico, a que os documentos se referem, geralmente eram a varíola e as epidemias de câmaras de sangue, como a que surgiu em 1878, que rapidamente se alastrou pela Colônia<sup>(17)</sup>. Mas, de um modo geral, não se encontram informações sobre elevado número de mortes provocadas por doenças, ou pela fome. Certamente, o maior número de mortes tem ocorrido mesmo em consequência dos graves problemas médico-sanitários.

### 5.3. Taxas Brutas de Natalidade - Nupcialidade e Mortalidade

Conhecendo a evolução da população livre de Angelina e os valores anuais dos eventos vitais (batizados, casamentos e óbitos) estabeleceu-se as taxas brutas de natalidade<sup>(18)</sup>, nupcialidade<sup>(19)</sup> e mortalidade<sup>(20)</sup>, para os séculos XIX e XX, nos anos em que os dados obtidos eram completos. As taxas foram

(16) Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva, Chaves, 1865. p.12.

(17) Ofício s/nº de 27 de março de 1878, do Diretor da Colônia, José Cândido Duarte Silva, ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Joaquim da Silva Ramalho. Confira o número 2.6.4 deste estudo, que trata sobre os "Problemas médico-sanitários", da população de Angelina no século passado.

(18) "A taxa bruta de natalidade é igual à relação entre o número de nascimentos de um ano e a população média desse ano". HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. p.145.

(19) "A taxa bruta de nupcialidade é igual à relação entre o número de casamentos de um ano e a população média desse ano". HENRY. Op.cit., p.146.

(20) "A taxa bruta de mortalidade é igual à relação entre o número de óbitos de um ano e a população média desse ano". Ibidem, p.146.

calculadas abrangendo períodos de 10 anos, o que possibilita verificar as mudanças de uma década para outra, bem como as variações dentro do período estudado. A taxa de natalidade foi calculada com base nos registros de batismos paroquiais. Ainda foram considerados todos os nascimentos, ou seja, filhos legítimos, naturais ou expostos. Para a efetuação dos cálculos obteve-se os valores médios dos eventos vitais e da população para cada década. Para denominador, quando não se dispunha de dados, foi tomada a estimativa da população para o ano mediano considerado. O resultado assim obtido multiplicou-se por 1.000 para que se tivesse as taxas para cada 1.000 habitantes.

Após os cálculos assim determinados fez-se uso de comparações com outros estudos já realizados em Santa Catarina, no Brasil, na América e na Europa, a fim de poder estabelecer relações mais amplas. Por fim, a natalidade, conjuntamente com a mortalidade, permitiu determinar o crescimento vegetativo da população de Angelina<sup>(21)</sup>. A tabela nº 22 apresenta as taxas brutas de natalidade, nupcialidade e mortalidade, que será analisada posteriormente.

### 5.3.1. A Natalidade

De um modo geral a Taxa de Natalidade da população de Angelina apresenta-se elevada com algumas variações de uma década para a outra. A taxa mais elevada foi de 43,29 nascimentos por cada mil habitantes, encontrada no século passado, no período que vai de 1860 a 1869. Depois, a taxa bruta de natalidade de apresentou uma tendência de queda constante, onde atingiu

---

(21) O crescimento de uma população é definido como a diferença entre as taxas brutas de natalidade e de mortalidade num período fixo. Confira SANTOS, Jair L. Ferreira. *Dinâmica da População: Teoria, Métodos e Técnicas de Análise*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1980. p.72.

TABELA Nº 22

Taxas brutas de natalidade, nupcialidade e mortalidade  
por período de 10 anos

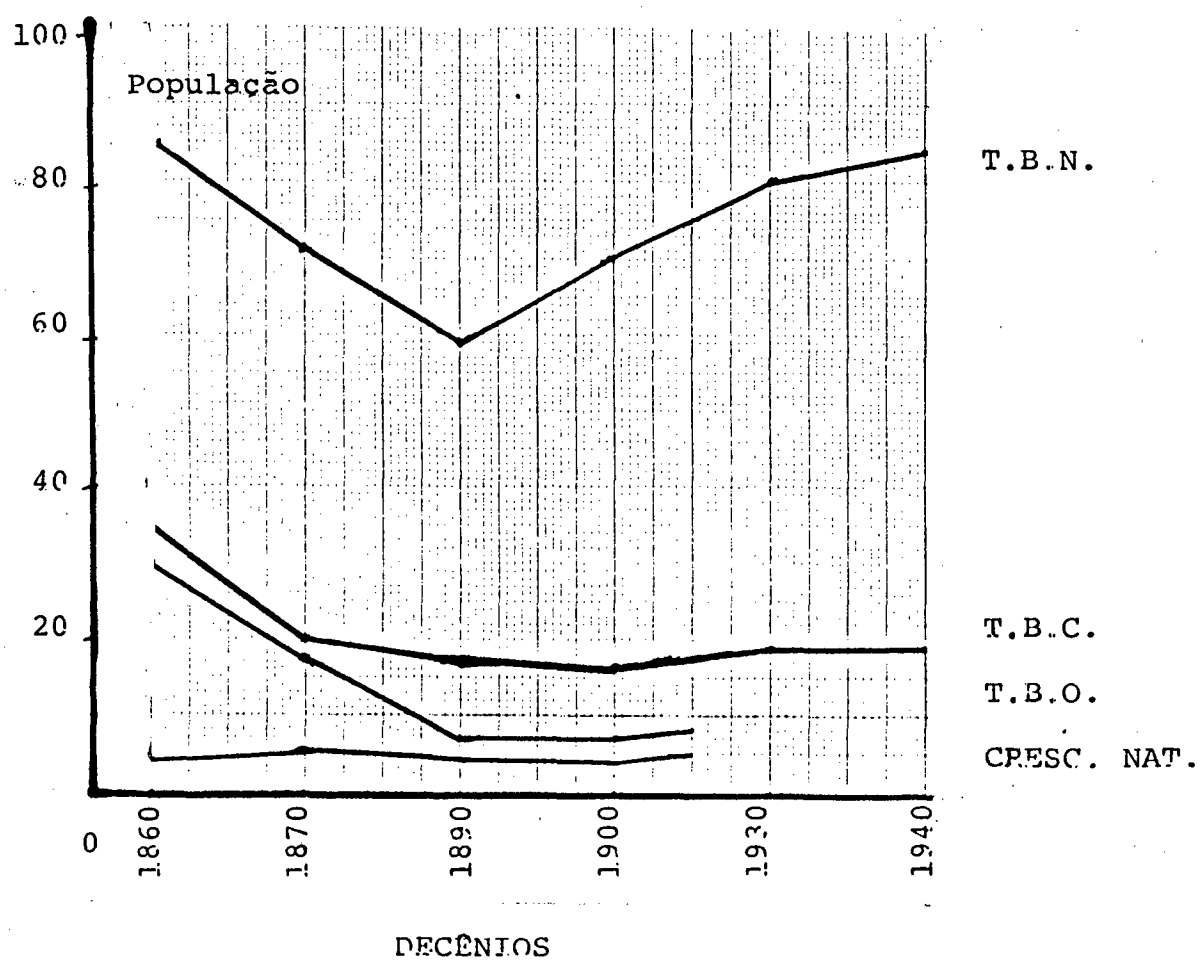
DECÊNIO	NASCI- MENTOS	T.B.N.	CASA- MENTOS	T.B.C.	ÓBITOS	T.B.O.	POP. MÉDIA
1860-1869	20	43,29	8	17,31	7	15,15	426
1865-1874	27	32,21	12	14,31	10	11,93	838
1870-1879	45	36,23	13	10,46	12	9,66	1242
1890-1899	50	29,90	13	7,77	6	3,58	1672
1895-1904	63	30,83	13	6,36	6	2,93	2043
1900-1909	-	-	16	6,41	-	-	2494
1925-1943	226	41,90	-	-	-	-	5393
1930-1939	225	40,61	-	-	-	-	5540
1935-1944	232	40,29	50	8,68	-	-	5758
1940-1949	255	42,54	49	8,17	-	-	5994

Fonte: Livros dos registros de batizados, casamentos e óbitos do arquivo histórico-eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis.

o seu índice mais baixo que foi de 29,90 nascimentos para cada mil habitantes, na década de 1890 a 1899. Esse índice talvez esteja subestimado pela falta de dados dos registros paroquiais. Mas, para o século XX, no período que vai de 1925 a 1950, onde os registros paroquiais são bem completos, a taxa bruta de natalidade média sempre esteve acima de 40 nascimentos por mil habitantes.

Em síntese, pode-se ressaltar que nas quatro últimas décadas do século XIX, a natalidade apresentou uma tendência decrescente, voltando a crescer novamente no século XX. Assim, delineia-se uma curva com estabilidade inicial, seguida de decréscimo e estabilidade em nível mais baixo, porém, voltando a crescer atingindo quase o nível do patamar inicial no final do período estudado.

TAXAS BRUTAS DOS EVENTOS VITAIS E CRESCIMENTO  
NATURAL. — SÈC. XIX E XX



Fonte: Tabela Nº 22 e 23

GRÁFICO Nº.13



Em Santa Catarina, a taxa de natalidade tem sido bastante alta, apesar da taxa de mortalidade situar-se abaixo da média nacional. A taxa média de natalidade, para cada mil habitantes, entre 1872 a 1890 foi de 46,5; entre 1890 e 1900, 46,0; entre 1900 e 1920, 45,0; entre 1920 e 1940, 44,0; entre 1940 e 1950, 43,5; entre 1950 e 1960, 41,5 nascimentos para cada mil habitantes<sup>(22)</sup>.

No Brasil, a avaliação da natalidade é feita a partir do recenseamento de 1872, e as taxas são, freqüentemente, estáveis e elevadas. Entre 1872 a 1890, as taxas anuais por mil habitantes estavam por volta de 46,50; entre 1890 e 1900, 46,00; entre 1900 e 1920, 45,00; entre 1920 e 1940, 44,00; entre 1940 e 1950, 43,50; entre 1950 e 1960, 41,50; entre 1960 e 1970, 37,70 nascimentos para cada mil habitantes<sup>(23)</sup>. Estas taxas são elevadíssimas se comparadas com as da Europa, que varia entre 14-25% e as da América do Norte, 23,70% para cada mil habitantes, pelos dados de 1960. Equipara-se às da América Latina, em média 40%, e as da África e da Ásia, 40 e 45 nascimentos para cada mil habitantes.

Em Itajaí, a taxa de natalidade entre 1866 a 1870 foi de 52,8; entre 1871 a 1875, 47,2; entre 1876 a 1880, 46,1; entre 1881 a 1885, 40,6; entre 1886 a 1890, 37,1; entre 1891 a 1895, 39,3; entre 1896 a 1900, 43,0; entre 1901 a 1905, 35,6; entre 1906 a 1910, 32,7; entre 1911 a 1915, 33,0; entre 1916 a 1920, 28,6; entre 1926 a 1930, 30,2 nascimentos para cada mil habi-

---

(22) FLORES. Op.cit., p.104.

(23) No Brasil, a taxa de natalidade varia de um Estado para outro. As mais altas são da ordem de 44 a 48 por mil, encontradas nos estados do Ceará, 48%, Piauí, 48%, Rio Grande do Norte, 47%, Paraíba, 47%, Amazonas, 47%, Sergipe, 47%, Bahia, 47%, Pernambuco e Mato Grosso, 43%. As mais baixas são da ordem de 25 a 38 por mil: Guanabara, 25%, São Paulo e Rio Grande do Sul, 38%. Confira FLORES. Op. cit., p.104.

tantes<sup>(24)</sup>. Em Itajaí, conforme se verificou, a natalidade sofreu uma queda de 52,8, em 1866, para 30,2, nascimentos por mil habitantes, em 1930.

Edy A.C. Barros, em seu estudo sobre "A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio", para o século XIX, nos períodos de 1841-45, 1854-68, 1874-78, 1884-88, encontrou as seguintes taxas de natalidade: 43,55, 41,85, 40,23, 39,84 e 30,32 nascimentos para cada mil habitantes. Já para o século XX, no período que vai de 1907 a 1911, encontrou a taxa de 29,18 nascimentos para cada mil habitantes<sup>(25)</sup>. Todavia, cabe dizer que essas taxas estão muito próximas daquelas encontradas na população de Angelina, mostrando a mesma linha de tendência decrescente durante o século passado.

Maria Luiza Marcílio, em seu estudo sobre "A Cidade de São Paulo", para a primeira metade do século XIX, registrou uma taxa bruta média de Natalidade de 47,8 nascimentos para cada mil habitantes<sup>(26)</sup>. A mesma autora, em outro estudo, sobre a população de Ubatuba, no século XIX, diz que: "a natalidade geral de todos os habitantes da vila era bem elevada". E mais adiante acrescenta que: "os índices eram sempre superiores a 40 nascimentos para cada mil habitantes"<sup>(27)</sup>. Também, no mesmo estudo verificou que a população escrava tinha uma taxa de natalidade bem mais baixa que a população livre.

---

(24) Ibid., p.109.

(25) BARROS, Edy Álvares Cabral. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio: 1841 a 1910: A Sua Transição Demográfica. Florianópolis, 1979. p.115 e 116.

(26) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1973. p.161.

(27) MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: Terra e População: estudo da demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas: CEDHAL, 1986. p.156 e 157.

Portanto, diante dos índices apresentados, de um modo geral, a população de Angelina como das outras localidades citadas apresentam uma elevada taxa de natalidade. Sabe-se que na ausência de limitações de nascimentos, a taxa de natalidade, a nível de América Latina, está dentro dos índices esperados. Nos países do Terceiro-Mundo, onde o casamento é geral e precoce, a taxa de natalidade situa-se entre 45 a 55 nascimentos para cada mil habitantes.

Para a Europa Ocidental nos séculos XVII e XVIII, segundo Henry, a taxa de natalidade é mais baixa, situa-se entre 35 a 40 nascimentos para cada mil habitantes; sendo que ali o casamento não é tão geral e ocorre mais tarde<sup>(28)</sup>. Nos dias atuais, as taxas de natalidade da maior parte dos países da Europa Ocidental situam-se entre 15 a 20 nascimentos para cada mil habitantes.

### 5.3.2. Nupcialidade

No seu sentido mais amplo, o estudo sobre a nupcialidade abrange a análise de todos os fenômenos que intervêm na formação e dissolução das uniões entre os casais<sup>(29)</sup>. No presente estudo a variável a ser utilizada é a taxa bruta de nupcialidade, que será relacionada com a natalidade e mortalidade, possibilitando verificar as variações nas intensidades de casamentos, durante o período estudado. A grande vantagem dessas

---

(28) HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. p.146 e 147.

(29) As variáveis mais importantes que interferem na nupcialidade, de um geral, são: 1) a intensidade da formação das uniões; 2) a época de seu início, a duração das mesmas ou a sua ruptura por viuvez, divórcio ou simples separação; 3) a realização de novas uniões por parte das pessoas que sofrem uma ruptura de união; 4) por fim, o tipo de vínculo que une o casal.  
Confira SANTOS, Jair L.F. Dinâmica da População. Teoria, Métodos e Técnicas de Análise. São Paulo: T.A. Queiróz, 1980. p.159.

taxas é que a simplicidade do seu cálculo torna possível a construção de séries longas, que facilmente determinam a influência de fatores sócio-econômicos e culturais sobre a formação das uniões entre os casais.

Para a população da Colônia Nacional Angelina, na segunda metade do século XIX, no período que vai de 1860 a 1869, encontrou-se uma taxa de 17,31 casamentos para cada mil habitantes. De fato, esta é uma taxa de nupcialidade bastante elevada mas que vem comprovar o que foi dito, que: muitos jovens se dirigiam à Colônia, adquiriam o seu lote para depois casar. A taxa de nupcialidade, durante o século passado, apresentou uma queda constante chegando no final com um índice de 7,77 casamentos para cada mil habitantes, na década de 1890-1899. Para o início desse século não se dispõe de dados, mas, provavelmente, a taxa de nupcialidade deve ter voltado a subir. Pois, para a década de 1940 a 1949 a taxa média bruta de nupcialidade foi de 8,17 casamentos para cada mil habitantes.

Assim sendo, a tendência da linha da taxa de nupcialidade, foi idêntica à da taxa de natalidade. Ou seja, apresentou uma queda constante durante o século XIX, voltando a crescer nesse século. Porém, se estabilizou novamente no fim do período estudado, quando apresentou uma nova tendência de queda.

Comparando com outros estudos chega-se à conclusão que a taxa de nupcialidade da população de Angelina, principalmente no século passado, era bastante elevada. Maria Luiza Marcílio, em seu estudo sobre a população da "Cidade de São Paulo", para a primeira metade do século XIX, encontrou uma taxa de 7,5 casamentos para cada mil habitantes<sup>(30)</sup>. Em seu estudo sobre a

---

(30) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1973. p.162.

população de Ubatuba, a mesma autora, encontrou uma taxa que varia entre 7 a 9 casamentos para cada mil habitantes, durante o mesmo período<sup>(31)</sup>.

Em Itajaí, as taxas médias de nupcialidade por mil habitantes, entre 1866 a 1930, foram relativamente baixas. Entre 1866 a 1870, 10,2; entre 1871 a 1875, 8,9; entre 1876 a 1880, 6,9; entre 1881 a 1885, 7,5; entre 1886 a 1890, 7,7; entre 1891 a 1895, 8,4; entre 1896 a 1900, 7,5; entre 1901 a 1905, 5,7; entre 1906 a 1910, 4,8; entre 1911 a 1915, 4,7; entre 1916 a 1920, 4,6; entre 1921 a 1925, 5,7; entre 1926 a 1930, 5,6 casamentos para cada mil habitantes<sup>(32)</sup>.

As taxas brutas de nupcialidade para os países do terceiro mundo não são bem conhecidas. Na Europa Ocidental ela é mais fraca que na Europa Oriental; os valores extremos são em torno de 5 na Irlanda, da ordem de 11 na URSS, por mil habitantes. As taxas de nupcialidade mais comuns situam-se entre 7 a 8 casamentos para cada 1.000 habitantes. Para a França, antes da Revolução, entre o período de 1740-1789, se pode citar uma taxa de nupcialidade de 8,5 por cada mil habitantes. O que significa que era mais alta do que a taxa encontrada hoje em virtude da incidência maior de recasamentos<sup>(33)</sup>.

Por fim, pode-se dizer que a celebração do casamento tem seus ritmos, calendários, movimentos que se inserem na religiosidade, tradição, costumes, sistemas de civilização, sempre impregnados de uma simbologia própria. Além do que, seu volume, intensidade, motivações não são iguais entre as categorias

---

(31) MARCÍLIO, Maria Luiza. Caçara: Terra e População: estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986. p.188.

(32) FLORES. Op.cit., p.87.

(33) HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. p.147.

sociais da coletividade<sup>(34)</sup>. O ser humano não se aproxima apenas através de imperativos biológicos, ele está inserido num conjunto civilizatório, num contexto social e cultural do qual sofre influências, pressões, limitações e estímulos diversos. O casamento, antes de ser um fato biológico, é um fenômeno sócio-econômico-cultural, que está em constante mutação.

### 5.3.3. Mortalidade

No presente estudo sobre a mortalidade partiu-se do pressuposto de que a mortalidade, na população de Angelina, em termos gerais, era muito alta durante o período estudado. Essa mortalidade seria o fator que impedia o crescimento da população. E, como última hipótese, a taxa de mortalidade estava caindo como em outras partes do mundo, mas essa queda verificada não foi suficiente para melhorar a situação demográfica da população. Sabe-se que desde remota antiguidade a morte e suas causas têm preocupado a humanidade. Por outro lado, com a evolução das ciências sociais, desdobrou-se que a mortalidade de uma população e suas causas servem como bons índices para indicar o bem-estar de uma sociedade e a sua capacidade de crescer economicamente, culturalmente e politicamente<sup>(35)</sup>.

Infelizmente, por falta de dados mais completos nos registros paroquiais, calculou-se a taxa bruta de mortalidade da população de Angelina apenas para a segunda metade do século XIX. Ainda, assim, a taxa encontrada para a última do período é possível que esteja subestimada. Para o século passado, no

---

(34) MARCÍLIO. Op.cit., p.185.

(35) NIELSEN, Lawrence James. A Morte na Cidade do Desterro, 1804-1854: Cifras, Causas e Conseqüências, in Revista do IHGSC, 3ª fase, (1):29 sem. 1979. p.72.

período que vai de 1860 a 1869, encontrou-se uma taxa bruta média de 15,15 mortes para cada mil habitantes. Doravante, a mortalidade apresentou uma tendência de queda constante até o final do século, sendo que na última década (1890-1899), a taxa era de 3,58 mortes para cada mil habitantes.

Desta forma, pelo que os números apresentaram pode-se considerar que a mortalidade em Angelina só foi elevada durante a primeira década do período estudado. As demais taxas encontradas ficaram abaixo da expectativa. Se não são possíveis maiores conclusões, mas ficou claro que durante a segunda metade do século XIX, houve uma tendência de queda na mortalidade do início ao fim do período estudado, que correspondia tendência geral já observada em outros estudos, no mesmo período.

Comparando a mortalidade da população de Angelina com as taxas encontradas em outras populações verifica-se que, de fato, a taxa bruta média lá encontrada foi baixa. Maria Luiza Marcílio, para a população de São Paulo, na primeira metade do século XIX encontrou uma taxa bruta média de mortalidade de 46,0 mortos para cada mil habitantes<sup>(36)</sup>. Em seu outro estudo sobre a população de Ubatuba, durante o mesmo período, a taxa média de mortalidade ficou em torno de 30 mortes por 1.000 habitantes<sup>(37)</sup>. De um modo geral, é preciso distinguir a mortalidade comum das grandes mortalidades devido às epidemias graves e grandes fomes. Em Angelina, particularmente, não se tem notícias de grandes mortalidades durante todo o período estudado.

---

(36) MARCÍLIO, Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1973. p.162.

(37) MARCÍLIO, Maria Luiza. Caçara: Terra e População: Estudo da Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas: CEDHAL, 1986. p.175.

No Brasil, a taxa de mortalidade entre 1891-1900 foi de 27,8%; entre 1901-1920, 26,4%; entre 1921-1940, 24,8%; entre 1941-1950, 16,6%; entre 1951-1960, 11,5%; entre 1961-1970, 9,43% (38). Nota-se, pois, uma tendência constante de queda na mortalidade brasileira, que cai de 27,8% em 1891 para 9,43% em 1970, porém com um ritmo mais acelerado a partir de 1940.

A taxa média de mortalidade varia muito de um lugar para outro. Classifica-se na categoria de país de fraca mortalidade aquele que apresenta uma taxa inferior a 11%, na de média, com taxa entre 11 a 14%. Assim, o Brasil, com uma taxa inferior a 9% coloca-se, atualmente, no grupo de países de mortalidade fraca.

As taxas de mortalidade no mundo contemporâneo estão em torno de 9 a 15 óbitos por mil habitantes na maioria dos países dos grandes continentes, com exceção dos países africanos, onde as taxas atingem até 30 óbitos por mil habitantes. Entretanto, constata-se uma acentuada queda na mortalidade, principalmente, durante os últimos decênios, sendo que até os primórdios do século passado as taxas estavam acima de 40 mortos para cada mil habitantes. Os fatores determinantes dessa queda, especialmente nos países ocidentais, segundo a maioria dos autores, são usualmente agrupados em quatro categorias: os fatores sócio-econômicos, os fatores sanitários, os fatores políticos e os progressos técnicos da medicina (39).

(38) Sabe-se que, no Brasil, a taxa média de mortalidade varia muito de uma região para outra, como também muda a cada censo. Cita-se como exemplo o censo de 1960, nos diversos municípios das capitais dos Estados, onde obteve-se a mortalidade mais alta em Maceió e Natal, com as taxas de 19,2% e 18,9%; e a mortalidade mais baixa em São Paulo e Guanabara com 8,3% e 11,3%. Confira HUGON, Paul. Demografia brasileira. São Paulo: Atlas, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p.127.

(39) SANTOS, Jair L.F. Dinâmica da População. Teoria, Métodos e Técnicas de Análise. São Paulo: T.A. Queiróz, 1980. p.209.



No período pré-industrial, as altas taxas de mortalidade eram sujeitas as grandes e freqüentes flutuações advindas de catástrofes como guerras, epidemias, fomes e escassez de alimentos. Mas com os avanços da medicina e da técnica, sobretudo a partir de meados do século XIX, fizeram com que a mortalidade fosse caindo gradativamente. Atualmente, segundo alguns estudiosos, os níveis de mortalidade geral dos países desenvolvidos giram em torno de 7 a 9 óbitos por mil habitantes e a mortalidade infantil gira em torno de 20 por mil, e a esperança de vida ao nascer atinge, em média 70 anos<sup>(40)</sup>. Assim, o desenvolvimento das técnicas de saneamento e de prevenção de doenças infecciosas foi o fator determinante da grande queda no nível da mortalidade.

Conhecendo-se a taxa bruta média de natalidade e mortalidade, da população de Angelina, durante a segunda metade do século XIX, foi possível determinar a taxa de crescimento natural. A grande diferença entre a natalidade e mortalidade foi responsável por uma elevadíssima taxa de crescimento da população durante o século passado. Observe essa diferença na tabela a seguir, cujos números serviram de base para o cálculo do crescimento natural da população, em períodos decenais.

#### 5.4. Taxa de Crescimento Natural

As taxas de crescimento natural da população de Angelina durante o século passado sempre foram bem altas. A balança entre os dois fenômenos vitais é sempre positiva e superior a 2%. Essa taxa elevada com pequenas variações durante o período

---

(40) SANTOS. Op.cit., p.212.

TABELA Nº 23

Taxa de crescimento natural da população de Angelina.

DECÊNIOS	NASCIMENTOS	MORTES	CRESCIMENTO NATURAL
1860-1869	43,29	15,15	2,8
1865-1874	32,21	11,93	2,0
1870-1879	36,23	9,66	2,6
1890-1895	29,9	3,58	2,6
1895-1904	30,83	2,93	2,7

Fonte Original: Livros de registros dos batizados e óbitos, de Angelina, do arquivo histórico-eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis.

foi possível devido a dois fatores: em primeiro lugar, entre 1860 a 1880, o forte crescimento da população de Angelina está ligado, quase que exclusivamente, à grande imigração de colonos, primeiro os nacionais, depois, os estrangeiros, que se fixaram na área da antiga Colônia. Em segundo lugar, principalmente entre o período de 1881 a 1899, o crescimento natural da população de Angelina permaneceu elevado devido a uma redução constante na taxa de mortalidade.

Mas o que mais chama a atenção é o elevado crescimento da população, sempre superior a 2%, talvez, sem precedentes em estudos de demografia histórica no Brasil. O crescimento natural da população da Paróquia da Sé, durante a primeira metade do século XIX foi de 0,18%<sup>(41)</sup>. Maria Luiza Marcílio, durante o mesmo período, para a população de Ubatuba chegou a uma taxa de crescimento superior a 1%, para a população livre<sup>(42)</sup>.

(41) MARCÍLIO. Op.cit., p.162.

(42) MARCÍLIO. Op.cit., p.199.

Em Enseada de Brito, no período que vai de 1860 a 1899, taxa bruta média de crescimento da população foi de 1,66% ao ano. Para os primeiros anos desse século, entre 1900 a 1907, a taxa bruta média de crescimento foi de 0,60% ao ano<sup>(43)</sup>. Essa população cresceu devido ao seu próprio potencial demográfico, pois o crescimento vegetativo apresentado, correspondeu, em linhas gerais, ao crescimento da população no período. Assim, constatou-se que a população cresceu regularmente nos primeiros anos, passando posteriormente, a apresentar ritmo bastante lento de crescimento resultante da grande mortalidade ocorrida paralelamente.

A explosão demográfica atingiu o seu apogeu nos anos sessenta. Desde então, as taxas de natalidade começaram a diminuir em grande parte dos países subdesenvolvidos e, em consequência, o crescimento da população mundial está em fase de desaceleração, ou seja, com seus índices sendo reduzidos. Atualmente, ele é de 1,7% ao ano, já que a taxa de natalidade média é de 28% e a de mortalidade situa-se ao redor de 11%<sup>(44)</sup>.

De fato, enquanto os países desenvolvidos mantêm taxas de crescimento natural muito baixas, em geral inferiores a 1,5% ao ano, os países subdesenvolvidos enfrentam altos índices de incremento vegetativo, geralmente superiores a 2% ao ano e, em alguns casos, maiores que 3%.

No Brasil, foi na década de 1950 que o país atingiu o apogeu do seu ritmo de incremento populacional. Isso se deve ao fato de que, em virtude da popularização da Medicina, da Hi-

---

(43) FARIAS, Vilson Francisco de. *Evolução Histórico-Demográfica de Enseada de Brito, 1778-1907*. Florianópolis: UFSC, 1980. p.114.

(44) MOREIRA, Agor A.G. *O Espaço Geográfico*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990. p.131.

giene Social e das campanhas médico sanitárias, a mortalidade caiu bruscamente, enquanto a natalidade continuou nos mesmos níveis anteriores. Com isso, as últimas décadas indicam uma desaceleração demográfica. A taxa de crescimento natural da população do Brasil de 1872 a 1890 foi 1,6%; entre 1891 a 1900, 1,9%; entre 1901 a 1920, 1,9%; entre 1921 a 1940, 1,9%; entre 1941 a 1950, 2,4%; entre 1951 a 1960, 3,0%, entre 1961 a 1970, 2,9%; entre 1971 a 1980, 2,5%; entre 1981 a 1990, 2,3% ao ano (45).

Sabe-se que todas as populações camponesas estudadas nas regiões da Europa do Antigo Regime, tinham um crescimento bem mais lento, inferior a 1%. As nossas populações do setor agrícola tradicional, ligadas à agricultura de subsistência, apresentam um padrão bem distinto do regime demográfico europeu. Dentro de seu modo de produção, com grupos domésticos vivendo do cultivo da terra, protegidos pelo clima favorável e pela abundância da caça, pesca e frutos silvestres, estavam essas populações defendidas contra as epidemias e a fome (46). Assim, sem mortalidades de crise, apesar de forte, a mortalidade em tempos normais mantinha-se constantemente em níveis próximos, sem flutuações temporárias, resultando, na duração de um período mais longo, num crescimento natural elevado para a época.

---

(45) MOREIRA. Op.cit., p.137.

(46) MARCÍLIO. Op.cit., p.199.

## CONCLUSÕES

As razões da criação da Colônia Nacional Angelina devem ser analisadas dentro do contexto histórico-social da época, com suas implicações no passado e no futuro da então Província de Santa Catarina. Entre os anos de 1747 e 1756, para atender a problemática social, ... conjuntural e econômica do arquipélago dos Açores e das Ilhas da Madeira, foi organizado o transporte de mais de 6.000 açorianos e pouco mais de meia centena de madeirenses, a fim de serem localizados nas proximidades do litoral catarinense. A partir de então, teve início um grande desenvolvimento demográfico da população luso-brasileira nas proximidades do litoral catarinense, cujas dificuldades de subsistência foram se agravando, fruto da má distribuição das sesmarias, em cujos lotes de terra praticava-se uma agricultura de subsistência. As terras que aqui receberam eram desfavoráveis e diferentes daquelas de onde provinham os lotes eram pequenos, de terra pouco fértil, que após a divisão da herança muitas famílias ficaram com menos 20 braças de terra, o que, naturalmente, levava os seus habitantes à pobreza.

Dessa forma, conclui-se que há duas razões principais que levaram o Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, a criar a Colônia Nacional Angelina: 1) o problema social do luso-brasileiro que habitava o litoral catarinense: onde vivia uma multidão de indivíduos, desde o município de Laguna até o de São Francisco, onerados de famílias e privados de todas as comodidades, que, geopoliticamente, seriam muito mais úteis para o Governo Provincial, habitando o interior do sertão catarinense; 2) o problema da grave crise de mão-de-obra na lavoura provocada pela substituição do trabalho servil pelo assalariado: a solução para o problema, portanto, foi o uso da colonização nacional. Pois, sabe-se que a política migratória do Governo Imperial numa atitude discriminatória, até então, sempre deu prioridade à migração estrangeira. Mas, diante da grave crise da lavoura brasileira, agravada pelas constantes queixas dos imigrantes alemães das fazendas de café de São Paulo (que deram origem ao Rescrito Von der Heydt de 03 de novembro de 1959, proibindo a imigração para o Brasil), a saída encontrada, então, foi a colonização com elementos nacionais (luso-brasileiros).

A Colônia Nacional Angelina, apesar dos esforços do seu idealizador, Francisco Carlos de Araújo Brusque e dos diretores que estiveram a sua frente, onde merece destaque o primeiro Diretor Carlos Othon Schlappal, não se desenvolveu pelos seguintes motivos:

a) Situação geográfica desfavorável, aliada ao desconhecimento das condições climáticas, sendo que a primeira luta do homem foi contra os solos inférteis e a tropicalidade do ambiente. Sabendo-se da sua situação topográfica difícil, situada em

vale encaixado, sujeito ao desgaste das suas terras, não se to mou nenhuma medida a nível de administração política, nem a nível prático, no sentido de usar técnicas conservacionistas e culturas que favorecessem a proteção do ambiente.

b) A sua localização próxima à "antiga estrada de Lages", que serviu a necessidade da economia regional, ligando o litoral e o planalto; mas, passado algum tempo, percebeu-se que a instalação da Colônia foi fora do eixo comercial, uma vez que se vai usar mais a "estrada nova" de Lages. Desta forma, a Colônia serviu, somente, para ocupar de forma estratégica e definitiva o lugar, de acordo com os interesses geopolíticos, das autoridades migratórias, que pretendiam atrair o excesso populacional das áreas litorâneas para o interior da Província de Santa Catarina.

c) A desigualdade no tratamento econômico dado à Colonização "nacional", em benefício da Colonização estrangeira, por parte da ação político-administrativa, da então Província, que preferiu a colonização estrangeira à nacional. Assim, os problemas financeiros são uma constante na vida da Colônia, fruto da parcimoniosa distribuição de recursos no período compreendi do entre a sua fundação e emancipação. Essa política financeira discriminatória trouxe graves conseqüências internas para o seu desenvolvimento social e econômico. Portanto, o seu pequeno desenvolvimento é antes fruto da iniciativa individual e da capacidade de seus administradores, do que o resultado de uma política governamental bem sucedida.

d) O isolamento da área e a falta de boas vias de comunicação para ligar os centros produtores aos consumidores, o que não permitiu o desenvolvimento de uma "economia de mercado", face

ao pequeno capital e tecnologia empregados no desenvolvimento econômico, social e industrial da Colônia. Desta forma, o seu desenvolvimento ficou restrito a uma produção de subsistência, visando a implantação de um esquema de sobrevivência, baseado em gêneros alimentícios, sem poder alcançar a exportação, ou uma economia de mercado propriamente dita.

e) Os graves problemas médico-sanitários enfrentados pela população, fruto do seu baixo nível social e econômico, que elevou a taxa de mortalidade da Colônia, principalmente, durante as primeiras décadas e, também, fez com que muitos colonos procurassem outras áreas com um nível de vida melhor.

Portanto, concordamos com a afirmação do PIAZZA quando diz que:

Esta foi, pois, uma grande oportunidade que se perdeu, no Brasil, para demonstrar, cabalmente, o valor do luso-brasileiro, na tarefa não só de povoar, mas, especialmente, de criar as condições de desenvolvimento econômico-social, através da rentabilidade da pequena propriedade agrícola (1).

A análise do comportamento demográfico comprovou que, de fato, tratava-se de uma população "tradicional", dita "agrária", com uma estrutura familiar de numerosos filhos, com casamentos em idades precoces, com altas taxas de mortalidade infantil e geral, vivendo da atividade primária, mas que com a moderna divisão de trabalho e a nova estruturação da sociedade, principalmente, no fim da primeira metade desse século, foi, gradativamente, mudando a sua maneira de viver. O estudo, também, confirmou que o desenvolvimento econômico-social da área teve influência direta sobre o comportamento demográfico

---

(1) PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis: UFSC, 1977. p.261.



da população. Pois, o seu desenvolvimento econômico foi pequeno, devido a sua localização geográfica — área de relevo acidentado, solo pouco fértil, isolamento da região — aliado à política governamental de pouco apoio, que causou o abandono da população, em consequência das dificuldades de comunicação e transporte para os produtos agrícolas.

Nos anos iniciais da instalação da Colônia, as primeiras levadas de colonos foram de elementos essencialmente nacionais, conforme preconizaram as instruções de 10 de dezembro de 1860. Os dados constantes na "Relação dos Habitantes da Colônia Nacional Angelina, no fim de 1864", confirmam que a naturalidade e a origem dos primeiros habitantes são de elementos luso-brasileiro, oriundos, na sua maior parte, do litoral da então Província de Santa Catarina. Os números apontaram que 94,22% da população total da Colônia, é de área luso-brasileira, enquanto que o restante da população; 0,64% é de outras províncias e 4,4% de outros países. Tal análise demonstra, sobretudo, que foi uma área de expansão, "frente pioneira", como pretendeu o seu idealizador, para o excedente das áreas de colonização açoriana de Santa Catarina (São José, Camboriú, Ilha de Santa Catarina, Enseada de Brito, Campo de Massiambu) e das áreas de expansão posterior (Santo Amaro do Cubatão).

Ao lado do colono nacional, em um segundo momento, o estudo indicou o crescimento, paulatino, do número de estrangeiros que se fixam na área da Colônia. Os números apontam que, no ano de 1866, os estrangeiros são 1,50% da população total, aumentando para 5,25% em 1872, decrescendo nos anos de 1873 para 3,25% e 1874, 2,75%, tomando um novo impulso em 1877, com 9,80%, portanto, numa demonstração clara que a área estava in-

teressando ao elemento alienígena e seus descendentes. Assim, quanto à origem e à nacionalidade dos primeiros habitantes identificou-se duas etapas principais, na ocupação da Colônia: 1) o primeiro período vai de 1860 a 1865, onde a Colônia recebeu essencialmente, o elemento nacional, de origem açoriana, proveniente do litoral catarinense. 2) No segundo período, que vai de 1866 a 1881, sentiu-se cada vez mais, a presença do elemento estrangeiro, de origem germânica; primeiro, da Colônia Santa Isabel e, depois, da Colônia São Pedro de Alcântara, que foi ocupando gradativamente a área. Os motivos da presença do estrangeiro na Colônia explicam-se devido: à proximidade entre as Colônias, às difíceis condições topográficas, ao isolamento, e à falta de comunicação da região.

Entretanto, o "fracasso" total da colonização nacional deu-se, finalmente, em agosto de 1873, quando, a nível político, é tomada uma nova diretriz com relação à Colônia Nacional Angelina, contrariando, definitivamente, as Instruções iniciais. Essa nova orientação mandou preparar, à custa do Estado, numa atitude discriminatória, conforme comprovou a documentação compulsada, "prazos para o estabelecimento de colonos Europeus". Assim, oficialmente, retirou-se da Colônia a sua condição de "nacional", pois, como vimos, de fato, isso já vinha acontecendo há muito tempo. Todavia, enquanto isso, os colonos continuavam a solicitar ao Diretor da Colônia para serem admitidos como colonos nacionais, porém, ao que parece, as preferências tanto do Diretor da Colônia quanto do Presidente da Província, já estavam totalmente voltadas à colonização estrangeira.

A evolução populacional da área foi maior nas duas primeiras décadas da colonização. Esse período coincide com o mo-

mento da política migratória do Governo Imperial, onde se incentivou o estabelecimento de colonos nacionais e estrangeiros no interior da Província de Santa Catarina, mediante a promessa de auxílio no seu assentamento. De fato, essa ajuda do Governo Imperial, no caso específico da Colônia Nacional Angelina, não foi além de pequenas quantias dispensadas para a compra de "ferramentas arratórias", auxílio na "construção da casa" e ajuda na "primeira derrubada". Pois, sabe-se através de uma análise comparativa, que houve por parte da ação político-administrativa desigualdade no tratamento econômico dado à colonização nacional, em benefício da colonização estrangeira. Desta forma, conforme comprova a documentação compulsada, os primeiros moradores da Colônia Nacional Angelina foram privadas de satisfazer as suas principais necessidades.

Mas, apesar da pobreza e dos graves problemas médico-sanitários, a população de Angelina, principalmente durante a segunda metade do século XIX, apresentou um elevado índice de crescimento natural. A diferença entre a natalidade e a mortalidade sempre foi positiva, superior a 2%, o que demonstra, inicialmente, o elevado índice de fecundidade e o grande número de colonos nacionais e estrangeiros que se estabeleciam na área da antiga Colônia. Contudo, passado o grande fluxo migratório para a área, a partir de 1872, o seu crescimento populacional foi menor. Disso, conclui-se, que o crescimento populacional ficou condicionado às restrições de sua atividade econômica, incapaz de absorver a mão-de-obra que resultou do incremento natural. Assim, houve, conseqüentemente, um êxodo para áreas agrícolas de melhor rentabilidade ou para áreas urbanas, onde houve absorção de maiores contingentes de mão-de-obra. Nesse caso, com relação à antiga Colônia Nacional Angelina, situa-se

a cidade de Florianópolis, como área catalizadora.

O estudo comparativo entre os sexos demonstrou um desequilíbrio constante a favor do sexo masculino durante a maior parte do período estudado. Ou seja, foi alta a razão de masculinidade da população de Angelina, principalmente no início da colonização. Essa grande diferença entre os sexos, que alcançou uma razão de masculinidade de até 154,76% no início do período e uma queda freqüente até o final do período, quando atingiu a razão de 98,90%, em 1950, explica-se, pelo fato, de que inicialmente os homens ficavam por algum tempo trabalhando na Colônia para depois trazer as suas famílias. Durante esse tempo construíam as suas casas, faziam suas primeiras derrubadas, para depois se estabelecerem definitivamente. Por isso, durante muito tempo, o número de homens casados foi superior ao número de mulheres. Porém, o fenômeno se inverte por volta de 1950, quando, então, começou a haver uma emigração da população masculina de Angelina, para às áreas urbanas, em busca de melhores condições de vida.

No estudo da estrutura etária da população de Angelina, em 1864, a análise demonstrou haver, então, uma alta natalidade seguida de uma alta mortalidade infantil e geral. Os dados confirmam que grande parte da população era formada por pessoas jovens, o que possibilita compreender a necessária existência de famílias numerosas, fruto, também, de uma alta taxa de fertilidade. Mas, porém, grande parte da população morria em idades precoces, sendo que poucos eram os que alcançavam os 65 anos de idade. O fenômeno da população jovem é uma característica das populações do tipo em desenvolvimento, antes de começar sua transição demográfica, como também dos países em via de desenvolvimento.

A análise da estrutura domiciliar demonstrou que as normas morais relativas ao casamento e organização familiar eram levadas muito a sério entre os colonos nacionais de Angelina. No ano de 1864 encontrou-se um pequeno percentual de filhos ilegítimos, ou seja, apenas 1,63% sobre o total da população. O padrão típico de "família brasileira", com vários integrantes, não chegou a representar 10% das famílias analisadas (somados aqui as famílias extensas e aumentadas). Portanto, a estrutura familiar do colono açoriano era relativamente simples, com relações sociais pouco complexas, uma vez que as famílias nucleares eram mais de 58,33% da população.

Do estudo da população de Angelina por atividade produtiva verifica-se que, a maior parte dos seus habitantes dedicou-se à agricultura, ou seja, eram pequenos lavradores e criadores de animais domésticos. Através de uma agricultura de subsistência, usando instrumentos como a enxada, o machado e a foice, o pequeno agricultor, para satisfazer as suas necessidades imediatas, arrancava da terra ou da natureza, o sustento para a sua sobrevivência. Entretanto, o terreno assim cultivado, na sua maior parte em encostas acliveis, desde que despido de sua cobertura florística natural, produz intensa erosão; face à tropicalidade, aliado aos altos índices de precipitação existentes na área da Colonia, o que, após algum tempo, torna a terra improdutiva.

Mas, apesar das dificuldades da economia local, houve diversas tentativas de inovação, seja pelo aprimoramento das técnicas, ou pelo uso de novas culturas. Assim, no processo de transformação dos produtos agrícolas, como a mandioca e o milho, sente-se que houve uma "modernização" com o emprego da "roda d'água" ao lado de "motor animal", na industrialização de

produtos agrícolas. Além da agricultura, grande parte dos colonos dedicava-se à extração da erva-mate e à criação de gado. Contudo, junto à atividade primária, alguns colonos trabalhavam a atividade secundária, que era representada por aqueles com melhores condições de vida: os que possuíam engenhos de farinha de mandioca, engenhos de açúcar, teares caseiros, ou alambiques de cachaça. Por outro lado, a atividade terciária revelou-se inexpressiva, o que demonstra o tradicionalismo nos métodos de produção e de transformação dos produtos, que não permitiu comportar um maior número de funcionários liberais, religiosos, civis ou ligados ao comércio, ao transporte e serviços em geral.

Entretanto, apesar da predominância do setor primário na atividade produtiva da colônia, fez-se um enorme esforço por parte dos seus dirigentes e dos colonos no sentido de melhorar a sua produção. Foram experimentados diversos tipos de cultivo, sendo que na maioria das vezes obteve pouco sucesso, tais como: algodão, trigo, linho, alho, cebola, fumo, café, cevada, aveia e até o vinho. Por isso, para sobreviver, apegaram-se às culturas mais conhecidas, como os gêneros de primeira necessidade: feijão, milho, mandioca, batatas, além da criação de animais domésticos. Assim, pois, a Colônia serviu como laboratório onde se fizeram experiências com diversos tipos de cultivo.

Enfim, conclui-se, apesar das diversas tentativas realizadas a agricultura não se desenvolveu: 1) Por ser uma produção de subsistência, que visou à implantação de um esquema de sobrevivência básica, restrito a uma produção de gêneros alimentícios, o que levou ao retardamento ou à falta de desenvolvimento econômico, sem tentar alcançar a exportação, através

de uma produção em maior escala; 2) Pela falta, basicamente, de uma economia de mercado, para fortalecer as bases econômicas, criando o necessário capital, aliado a uma tecnologia agrícola ou industrial, capaz de se desenvolver e criar condições para o incremento social e econômico da área.

Ainda cabe observar que a mão-de-obra utilizada, na sua grande maioria, era de elementos livres. Pois, era pequeno o número de escravos existentes na Colônia Nacional Angelina, qua se sempre inferior a 1%. Esse baixo índice de escravidão reflete a situação do País, que se encaminha para a mão-de-obra assalariada, dando prioridade à colonização estrangeira, aliado ao baixo poder aquisitivo do colono nacional, que não tinha condições de manter um escravo numa estrutura minifundiária voltada à agricultura de subsistência. Também, a partir de 1850, o braço escravo é mais valorizado nas áreas monoculturas do café e do açúcar, e, particularmente, em Santa Catarina, a concentração de escravos foi maior nas áreas urbanas, da orla atlântica, e nas regiões de pastoreio.

O estudo da "Dinâmica Populacional", nas suas grandes linhas e tendências, realizado através dos eventos vitais - batizados, casamentos e óbitos - comprovou o que os documentos já tinham assinalado que: houve um crescimento maior da população nas duas primeiras décadas do início da colonização. É o período que vai de 1860 a 1880 que corresponde, exatamente, com a política do Governo Imperial, que procurou incentivar tanto a colonização nacional quanto a estrangeira, facilitando a fixação do colono no interior da Província de Santa Catarina. A partir de 1881, com a emancipação da Colônia Nacional Angelina, e a sua integração no contexto político-administratiu

vo da então Província, a média anual dos eventos vitais cresce em ritmo menor. Assim, as flutuações que existem na queda e aumento dos eventos vitais são causadas pela entrada e saída de colonos na área, que, por sua vez, influenciam diretamente o crescimento da população.

De um modo geral, os movimentos sazonais de batizados, casamentos e óbitos da população de Angelina, no século XIX e XX, ocorreu mais em função de fatores climáticos e econômicos do que em função da influência da Igreja Católica. Contudo, a influência da Igreja Católica sobre as concepções e casamentos permanecem até o final da primeira metade desse século. Esse fato, talvez, se explica por Angelina ser sede de um grande santuário, onde a grande maioria da população é católica, sendo que a fé religiosa é posta acima das decisões familiares, no que diz respeito às concepções e nupcialidades, nos períodos considerados penitenciais - Quaresma e Advento. No todo, a influência da Igreja Católica é maior sobre os casamentos do que sobre as concepções, porém os fatores climáticos e econômicos são mais marcantes. Com relação à mortalidade, durante o período estudado, não se encontraram informações sobre o elevado número de óbitos provocados por doenças, ou pela fome. A maioria das mortes tem ocorrido, sobretudo, mais em função dos graves problemas médico-sanitários enfrentados pela população.

Portanto, de um modo geral, conclui-se que as taxas brutas médias de natalidade, nupcialidade e mortalidade, na população de Angelina, principalmente durante a segunda metade do século XIX, foram bastante elevadas. Entretanto, mostraram uma tendência de queda durante todo o período estudado. A taxa bruta média de natalidade encontrada, que em grande parte do período situou-se acima de 40 nascimentos para cada mil habitan-



tes, ficou dentro dos índices esperados. Pois, sabe-se que na ausência de limitação de nascimentos, a taxa de natalidade, a nível de América Latina, onde o casamento é geral e precoce, os índices encontrados, geralmente, situam-se entre 45 e 55 nascimentos para cada mil habitantes. Por sua vez, a alta taxa de nupcialidade encontrada, sobretudo, no período que corresponde ao início da colonização de Angelina, vem comprovar uma vez mais, que a população que para lá se dirigia era bastante jovem. A mortalidade com uma taxa bruta média de 15,15 mortes para cada mil habitantes, na primeira década do período, também, pode ser considerada elevada. Mas, a partir de então, apresentou uma queda constante até o final do século XIX, sendo que ficou abaixo da expectativa.

O estudo demográfico de Angelina mostra que, apesar das tentativas de inovar quanto ao processo de colonização, a população mostra um comportamento tradicional, no que se refere ao casamento e à natalidade. Reflete, assim, uma característica específica de uma comunidade fechada, alheia ao desenvolvimento do restante do território catarinense e nacional.

## FONTES

### 1. Fontes Manuscritas

- a) Registros paroquiais da Paróquia de São Pedro d'Alcântara - Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, 1854-1946.
- b) Registros paroquiais da Paróquia de Anglina. A.H.E.A.F., 1926-1950.
- c) Livros do Tombo I e II da Paróquia de Angelina, 1921 a 1950

- . Avisos do Ministério do império para Presidente da Província. 1825/35-1840/46-48/52-54/63-66/86=34vs.
- . Avisos do Ministério do Império e Ministério Interior para Presidente da Província. 1888/89=1v.
- . Correspondências Presidente da Província para Inspeção Especial de Terras e Colonização. 1887/89=6vs.
- . Correspondências do Palácio do Governo para Inspeção Especial de Terras e Colonização. 1890/1 v. Jan/Jun.
- . Correspondências do Palácio do Governo para Inspeção Especial de Terras e Colonização e Delegacia de Terras e Colonização. 1890=1v Jul/dez.
- . Correspondências do Palácio do Governo para Delegacia de Terras e Colonização. 1890/91=1v.
- . Correspondências do Palácio do Governo para Terras e Colonização e Obras Públicas. 1894/98=4vs.
- . Correspondência Palácio do Governo para Obras Públicas. 1900/901=2vs.

- . Correspondência do Presidente da Província para Engenheiros. 1875/85 = 87/89=11vs.
- . Correspondência do Presidente da Província para Engenheiros e Terras e Colonização. 1886=2vs.
- . Correspondência Palácio do Governo para Engenheiros. 1890/98=5vs.
- . Correspondência do Presidente da Província para Colônias. 1875/81=12vs.
- . Correspondências do Presidente da Província para Diretoria de Instrução Pública. 1875/1889=12vs.
- . Correspondências Arciprestes e Vigários para Presidente da Província. 1831/1890=24vs.
- . Correspondência do Presidente da Província para Arciprestes e Vigários. 1875/88=2vs.
- . Correspondência do Presidente da Província para Guarda Nacional. 1875/86=1v.
- . Correspondências do Ministério da Agricultura para Presidente da Província. 1861/89=21vs.
- . Correspondência do Ministério da Agricultura para Palácio do Governo. 1890/92-1909/15=5vs.
- . Correspondências do Presidente da Província para Ministério da Agricultura. 1875/89=28vs.
- . Correspondências do Palácio do Governo para Ministério da Agricultura. 1890/91-1909/15=3vs.
- . Correspondências do Presidente da Província para Ministério do Império. 1875/89=12vs.

- . Correspondências do Presidente da Província para Chefe de Polícia. 1875/89=19vs.
- . Correspondências do Palácio do Governo para Chefe de Polícia. 1890/93=5vs.
- . Correspondências da Secretaria Geral dos Negócios do Estado para Chefe de Polícia. 1894/1917=13vs.
- . Correspondências do Presidente da Província para Autoridades Policiais. 1875/86=4vs.
- . Minutas da Secretaria Geral dos Negócios do Estado e Secretaria do Interior e Justiça para Chefatura de Polícia. 1918/19=1v.
- . Ofícios Terras e Colonização para Presidente da Província. 1856/70=7vs. - APE, Florianópolis.
- . Ofícios do, Inspetor Especial das Terras e Colonização para Presidente da Província. 1885/89=9vs.
- . Ofícios da Inspetoria Especial das Terras e Colonização para o Palácio do Governo. 1890=1v. Jan/maio.
- . Ofícios da Inspetoria Especial das Terras e Colonização e Delegacia de Terras e Colonização para Palácio do Governo. 1890=1v. Jan/dez.
- . Ofícios Delegacia de Terras e Colonização para Palácio do Governo. 1891/95=2vs.
- . Ofícios Obras Públicas para Presidente da Província. 1888/92=5vs.
- . Ofícios Diretoria Terras e Colonização e Obras Públicas para Palácio do Governo. 1893/98=7vs.
- . Ofícios Diretoria de Obras Públicas para Secretaria dos Negócios do Interior. 1893/901=2vs.

- . Ofícios dos Engenheiros para Presidente da Província. 1830/89=34vs.
- . Ofícios dos Engenheiros para Palácio do Governo. 1890/98=4vs.
- . Ofícios da Diretoria da Instrução Pública ao Presidente da Província. 1855/74=14vs.
- . Ofícios da Diretoria Instrução Pública para Presidente da Província. 1875/89=15vs.
- . Ofícios da Diretoria Instrução Pública para Palácio do Governo. 1890/99=16vs.
- . Ofícios Ministério da Agricultura para Palácio do Governo. 1930/52=5vs.
- . Ofícios diversos ao Presidente da Província. 1748-1804-1831/1889=46vs.
- . Ofícios Chefe de Polícia para Presidente Província. 1885/80=59vs.
- . Ofícios Chefe de Polícia para Presidente Província. 1870/89=60vs.
- . Ofícios Chefe de Polícia para Palácio do Governo. 1890/98=17vs.
- . Ofícios Chefe de Polícia para Interior e Justiça e Diversos. 1899/901-1918/33=41vs.
- . Ofícios Chefe de Polícia para Secretaria Geral dos Negócios do Estado. 1902/1918=29vs.
- . Ofícios Delegado de Polícia para Presidente da Província. 1842/1889=17vs.
- . Ofícios Delegado de Polícia para Palácio do Governo. 1890/92=2vs.

- . Ofícios Subdelegados de Polícia para Presidente da Província. 1842/1889=18vs.
- . Ofícios Subdelegado de Polícia para Palácio do Governo. 1890/91=4vs.
- . Ofícios do Comissário e subcomissário de Polícia para Palácio do Governo. 1892/1907=lv.
- . Registro do Presidente da Província para Terras e Colonização. 1856/70=3vs.
- . Registro do Presidente da Província para Engenheiros. 1859/75=3vs.
- . Registro Presidente da Província para Colônias. 1863/75=4vs.
- . Registro das Leis das Terras do Presidente da Província para Diversos. 1854/70=lv.
- . Registro do Presidente da Província para Diretoria de Instrução Pública. 1854/75=3vs.
- . Registro Presidente Província para Arciprestes e Vigários. 1860/75=lv.
- . Registro dos Despachos do Bispo. 1840/75=lv.
- . Registro Presidente Província para Guarda Nacional. 1835/75=8vs.
- . Registro do Presidente da Província para Ministerio da Agricultura. 1861/75=8vs.
- . Registro do Presidente da Província para Ministerio do Império. 1832/75=12vs.
- . Registro do Presidente da Província para Chefe de Polícia. 1859/75=4vs.

- . Registro do Presidente da Província para Autoridades Policiais. 1843/75=5vs.
- . Requerimentos de Terras e Colonização para Presidente da Província. 1886/88=lp.
- . Requerimentos dos Engenheiros e Obras Públicas para Presidente da Província. 1887/8-1915=lp.

### 3. Fontes Impressas

#### a) Falas e Relatórios

- ABREU, Carlos Augusto Ferraz de. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Presidente no acto da abertura da sessão em 2 de abril de 1869. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1877.
- ARAÚJO, José Bento de. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. abriu a sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 6 de março de 1877. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1877.
- ARAÚJO, José Bento de. Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1º Vice-Presidente passou a administração da Província de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... em 14 de fevereiro de 1878. Desterro, Tip. Regeneração, 1878.
- BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina... apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro, Tip. de Correio Mercantil, 1860.
- BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina... apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro, Tip. de Pinheiro & Comp., 1861.
- BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. Relatório apresentado ao Exmo. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Doutor João José de Andrade Pinto pelo Presidente Doutor ...por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 17 de abril de 1861. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1861.

- CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina o Doutor... apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª Legislatura em 1º de março de 1865. Santa Catarina, Tip. Catariense, 1865.
- CHAVES, João Rodrigues. Falla com que o Exmo. Snr. Doutor ... abriu a segunda sessão da vigéssima segunda legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catarina em 2 de fevereiro de 1881. Desterro, Tip. e Lit. de Alex. Margarida, 1881.
- CINTRA JÚNIOR, Delfino Pinheiro de Ulhos. Relatório com que o Exmo. Sr. Doutor ... passou a administração da Província de Santa Catarina ao Exmo. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, 2º Vice-Presidente da mesma em 23 de novembro de 1872. Desterro, Tip., de J.J. Lopes, 1872.
- CINTRA, Guilherme Cordeiro Coelho. Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina Dr. ... apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 25 de março de 1872. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1872.
- CORREA, Francisco Ferreira. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... ao 1º Vice-Presidente o Exmo. Sr. Dr. Manoel Vieira Tosta e este ao Presidente o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa no acto de passar-lhe a administração da mesma em 16 de janeiro de 1871. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1871.
- COUTINHO, João Francisco de Souza. Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da Província de Santa Catarina o Capitão Tenente Pedro Leitão da Cunha pelo Vice-Presidente o Comendador ... por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de dezembro de 1862. Desterro, Tip. Commercial, 1863.
- COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... dirigido à Assembléia Legislativa da mesma Província, por ocasião da abertura da sua sessão Ordinária em 1º de março de 1853. Desterro, Tip. do Conservador, 1853.
- COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província, por ocasião da abertura da



- sua sessão ordinária em 19 de abril de 1854. Desterro, Tip. do Correio Catarinense, 1854.
- COUTINHO, João José. Fala que o Exmo. Sr. ... Presidente da Província de Santa Catarina dirigido à Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária em 19 de março de 1855. Desterro, Tip. do Correio Catarinense, 1855.
- COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. ... dirigido à Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária em 19 de março de 1856. Rio de Janeiro, Tip. Universal, 1856.
- COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. ... dirigido à Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura da sua sessão ordinária em 19 de março de 1857. Rio de Janeiro, Tip. de J. Villeneuve & Cia. 1857.
- COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. ... dirigido à Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura da sua sessão ordinária em 19 de março de 1858. Santa Catarina, Tip. Catarinense, 1858.
- COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. .... dirigido à Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura da sua sessão ordinária em 19 de março de 1859. Santa Catarina, Tip. Catarinense, 1859.
- COUTINHO, João José. Relatorio apresentado ao Exmo. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Speridão Eley de Barros Pimentel pelo Presidente o Dr. por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 23 de setembro de 1859. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1859.
- CUNHA, Pedro Leitão da. Relatório apresentado ao Exmo. 19 Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Comendador Francisco José D'Oliveira pelo Exmo. Presidente... por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 19 de dezembro de 1863. Desterro, Tip. Comercial, 1863.
- FERREIRA, Pedro Affonso. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. ... passou a administração da Província de Santa Catarina ao 49 Vice-Presidente Exmo. Sr. Tenente Coronel Luiz Ferreira do

Nascimento e Mello no dia 8 de outubro de 1873. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1874.

GALVÃO, Ignacio da Cunha. Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da Província de Santa Catarina o Conselheiro Vicente Pires da Motta por seu antecessor o Doutor. ... por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 17 de novembro de 1861. Desterro, Tip. Desterrense, 1861.

GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca. Relatório apresentado pelo 2º Vice-Presidente de Santa Catarina o Exmo. Sr. Doutor. ... ao Presidente o Exmo. Sr. Doutor André Cordeiro de Araújo Lima por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 3 de janeiro de 1870. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1870. 20p. (anexo 2 p. com "Informações sobre a Colônia Nacional Angelina", assinada por Joaquim José de Souza Corcoroca).

GOUVÊA, Joaquim Bandeira de. Relatório que o Exmo. Sr. Presidente da Província de Santa Catarina Dr. ... dirigido à Assembléia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em 26 de março de 1871. Desterro, Tip. de Jornal "Província", 1871.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária pelo Presidente ... no ano de 1867. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1867.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária e ao 1º Vice-Presidente Comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o Presidente ... no ano de 1868. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1868.

LIMA, André Cordeiro de Araújo. Relatório que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. ... dirigido à Assembléia Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária em 25 de março de 1870. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1870.

MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. ... abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina em 1º de

março de 1876. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1876.

MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay passou a administração da Província de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... em 7 de julho de 1876. Rio de Janeiro, Tip. Cinco de março, 1876.

MELLO, Luiz Ferreira do Nascimento. Ofício com que ao Exmo. Sr. Tenente-Coronel Luiz Ferreira do Nascimento Mello passou a administração da Província de Santa Catarina o Doutor João Thome da Silva em 23 de abril de 1875 e Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. José Capistrano Bandeira de Mello Filho passou a administração o Exmo. Sr. Tenente-Coronel ... em 7 de agosto de 1875. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1875.

MOTA, Vicente Pires da. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina o Conselheiro ... apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 11ª Legislatura. Desterro, Tip. Desterrense, 1862.

NEVES, Joaquim Xavier. Relatório apresentado pelo 3º Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Exmo. Sr. Coronel ... ao 2º Vice-Presidente o Exmo. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 22 de novembro de 1869. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1870.

OLIVEIRA, Francisco José d'. Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Comendador ... apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 12ª Legislatura. Santa Catarina.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. Fala com que o Exmo. Sr. Doutor ... abriu a sessão extraordinária da Assembléia Provincial de Santa Catarina em 2 de janeiro de 1880. Desterro, Tip. e Litogr. de Alex. Margarida, 1880.

OLIVEIRA, Francisco José de. Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da Província de Santa Catarina Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda pelo Vice-Presidente o Tenente Coronel ... no acto de passar-lhe a administração da mesma província em 16 de agosto de 1865. Santa Catarina, Tip. Catharinense, 1865.

OLIVEIRA, Francisco José de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina Comendador João Francisco de Souza Coutinho pelo Vice-Presidente o Comendador ... no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 04 de agosto de 1868. Desterro, Tip. de J. J. Lopes, 1869.

PINTO, Carlos de Cerqueira. Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu Presidente da Província de Santa Catarina pelo 1º Vice-Presidente Dr. ... no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 11 de janeiro de 1869. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1869.

PINTO, João José de Andrade. Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Ignacio da Cunha Galvão pelo Vice-Presidente o Doutor ... por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de abril de 1861. Desterro, Tip. Catarinense, 1861.

RAMALHO, Joaquim da Silva. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque passou a administração da Província de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... 1º Vice-Presidente em 7 de maio de 1878. Desterro, Tip. Regeneração, 1878.

ROCHA, Francisco José da. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina na 1ª sessão de sua 26ª Legislatura pelo Presidente Dr. ... em 21 de julho de 1866. Desterro, Tip. 1 do Conservador, 1886.

ROZA, Francisco Luiz da Gama. Falla com que o Exmo. Sr. Dr. ... abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 5 de fevereiro de 1884. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1884.

SILVA, João Thomé da. Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1874 pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. ... Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1874.

SILVA, João Thomé da. Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 21 de março de 1875, pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. ... Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1875.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. Hermínio Francisco do Espirito Santo, 1º Vice-Presidente passou a administração da Província de Santa Catarina o Dr. ... em 2 de janeiro de 1877. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1877.

TOSTA, Manoel Vieira. Relatório apresentado pelo 1º Vice-Presidente de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... ao Presidente o Exmo. Sr. Dr. Francisco Ferreira Corrêa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 18 de maio de 1870. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1870.

#### b) Legislação Ordenada

Coleção das leis da Província de Santa Catarina formuladas na sessão do ano de 1866. Desterro, Tip. de Joaquim Augusto do Livramento, 1866.

Código Criminal do Império do Brasil. 2.ed. (ed. dirigida por Araújo Figueiras Júnior). Rio de Janeiro, s/ed., 1876.

Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Nacional (vários volumes).

#### c) Recenseamentos

Recenseamento Geral do Brasil; realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1929.

Recenseamento Geral de 1940; Censo Demográfico do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940.

VI Recenseamento do Brasil; Censo Demográfico (1º de julho de 1950). Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

Censo Demográfico de 1960; Santa Catarina. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1968.

Sinopse estatística de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971.

#### d) Jornais

1. O Cruzeiro (Jornal político literário e noticioso). Ano I, nº 3, Desterro, 08 de maio de 1860.

2. O Cruzeiro (Jornal político, literário e noticioso), Ano I, nº 14, Desterro, 19 de abril de 1860.
3. Jornal "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº 847, edição de 28 de abril de 1861.
4. Jornal "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº 677, edição de 23 de março de 1861.
5. O Mercantil, Jornal da Província de Santa Catharina, Ano II, nº 121, março de 1862.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBONOS-SANCHES, Nicolas. Estudio sobre la Demografia Histórica del Valle de Santa Maria. Universidade de Santa Fé, 1964.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio. Um Aspecto da Economia de Santa Catarina, a Indústria Ervateira, o caso da Companhia Industrial. Florianópolis: UFSC, 1979.
- Anuário Eclesiástico da Arquidiocese e de Florianópolis, 1951.
- BARROS, Edy Álvares Cabral. A Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio: 1841-1910: A sua Transição Demográfica. Florianópolis: UFSC, 1979.
- BARRETO, Maria Teresinha S. Os Poloneses do Alto Vale do Rio Tijucas. Florianópolis: UFSC, 1979.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. Demografia: Ciência da População Análise e Teoria. Porto Alegre: Editora Sulina, 1972.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catarinense. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Azevedo Irmãos, 1915.
- CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Laudes, 1970.

- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Nector Perez. Os Métodos da História. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- CASTRO, Claudio de Moura. Estrutura de Apresentação de Publicações Científicas. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- COELHO, Manoel J. d'Almeida. Memória Histórica da Província de Santa Catarina. Desterro: Tip. da Regeneração, 1873.
- CASTRO, Bernardo José de. Relatório sobre as Colônias da Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Tip. Perseverança, 1876.
- CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Tratado de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964.
- DEMORO, Luiz. Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960.
- FOUQUET, Karl. Der Von der Heudt'che Erlass Vom Jahere 1859. Stadenjahreuch. São Paulo, 1966. (Tradução do alemão da professora Regina M. Erdmann).
- FREITAS, Lincoln de. Noções de Bioestatística. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda., 1971.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- GALVÃO, Inácio da Cunha. Relatório sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro: Tip. J.J.da Silva, 1867.
- GEORGE, Pierre. População e Povoamento. São Paulo: DIFEL, 1975.
- GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. Estudo Demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1979.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. História Demográfica de Itajaí: Uma População em Transição - 1866-1930. Florianópolis: UFSC, 1979.
- FARIAS, Vilson Francisco de. Evolução Histórica Demográfica de Enseada de Brito, 1778-1907. Florianópolis: UESC, 1980.
- HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.



- HÜBNER, Laura Machado. O Movimento Comercial do Porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX. Florianópolis: UFSC, 1979.
- HUGON, Paul. Demografia brasileira: ensaio de demalconomia brasileira. São Paulo: Atlas Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- LAURENTI, Ruy. Estatísticas de Saúde. São Paulo: EPU, 1985.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Demografia Histórica. São Paulo: Pioneira, 1977.
- \_\_\_\_\_. População e Sociedade: Evolução das Sociedades Pré-Industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. Caçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- \_\_\_\_\_. A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARROU, Henri-Irene. Sobre o Conhecimento Histórico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MATTOS, Jacinto A. de. Colonização do Estado de Santa Catarina, dados Históricos e Estatísticos, 1640-1916. Florianópolis: Tip. de "O Dia", 1917.
- MARTINS, Valmir. A Contribuição do Imigrante para o Desenvolvimento das relações capitalistas de produção no Sul do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1979.
- MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina, 1889-1900. Florianópolis: UFSC, 1979.
- MERRIC, W. Thomas e GRAHAM, H. Douglas. População e Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A. 1981.
- MOREIRA, Agor A.G. O Espaço Geográfico. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- NIELSEN, Lawrence James. Uma Metodologia de Pesquisa para a História Demográfica. Trabalho apresentado no IX Simpósio da ANPUH. Florianópolis, 1977. (Mimeografado)
- \_\_\_\_\_. A Morte na Cidade do Desterro, 1804-1854: Cifras, Causas e Conseqüências. In Revista do IHGSG, 3ª fase (1): 2ª sem 1979.

- PAIVA, Joaquim Gomes d'Oliveira. Notícia Geral da Província de Santa Catarina. Desterro: Tip. da Regeneração, 1873
- PEREIRA, Wladimir. Demografia do Subdesenvolvimento. São Paulo: Edição Saraiva, 1979.
- PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional. Florianópolis: UFSC, 1973.
- \_\_\_\_\_. Formação Étnico Sacrológica do Catarinense. Florianópolis, 1988. (Mimeografado)
- \_\_\_\_\_. A Vitória da Cultura Popular Açoriana em Santa Catarina. Angra do Heroísmo (Açores): Tip. Andrade, 1960.
- \_\_\_\_\_. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.
- \_\_\_\_\_. A Colonização de Santa Catarina. Porto Alegre: Editora Palloti, BRDE, 1982.
- \_\_\_\_\_. A Igreja em Santa Catarina: Notas para a Sua História. Florianópolis: IOESC, Imprensa Oficial do Estado, 1977.
- \_\_\_\_\_ e HÜBNER, Laura Machado. Santa Catarina: História da Gente. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.
- \_\_\_\_\_. O Escravo num Economia Minifundiária. Florianópolis: UDESC, São Paulo, 1975.
- SCHMITT, Elzeário. Nossa Senhora de Angelina, 1902-1977. Curitiba: Impessor Paranaense, 1977.
- \_\_\_\_\_. A Casa dos Jasmins: Crônica de uma Família Catarinense. Brusque: Editora Mendes Ltda., 1975.
- SMITH, T. Lynn. Brasil, Povo e Instituição. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967.
- SOUNIS, Emílio Leão de Mattos. Bioestatística: Princípios Fundamentais: metodologia Estatística aplicada às ciências biológicas. Curitiba: Imprensa Universitária, 1971.
- SANTOS, Jair L.F., LEVI, Mar a S.F. e SZMRECSANYI, Tomaz. Dinâmica da População: Teoria, Métodos e Técnicas de Análise. São Paulo: Queiroz Editor Ltda., 1980.
- VITERBO, F. Joaquim de Santa Rosa. Elucidário das Palavras, Termos e frases que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente se ignoram. Lisboa, 1865.

VIANA, Hélio. História do Brasil. São Paulo: Melhoramento, 1970.

WACHAWICZ, Ruy C. Abranches: Um Estudo de História Demográfica de Curitiba. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1979.

A N E X O S

## ANEXOS

## ANEXO 1

1. Instrumento da Pesquisa .....	239
1.1. Ficha de Batismo .....	239
1.2. Ficha de Casamento .....	239
1.3. Ficha de Óbito .....	239

## ANEXO 2

2.1. Exemplo de Registro de Batismo .....	240
2.2. Exemplo de Registro de Casamento .....	240
2.3. Exemplo de Registro de Óbito .....	240

## ANEXO 3

FICHA PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO SAZONAL .....	241
--	-----

## ANEXO 4

BIOGRAFIAS .....	242
4.1. Francisco Carlos de Araújo Brusque .....	242
4.2. Carlos Othon Schlappal .....	243

## ANEXO 5

AS INSTRUÇÕES .....	245
---------------------	-----

## ANEXO 6

MAPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AS COLÔNIAS .....	249
---	-----

## ANEXO 7

7.1. Vigários de Paróquia de Angelina .....	250
7.2. Capelas .....	250

## ANEXO 8

Tabela I - Movimento Anual de Batismos, Casamentos e Óbitos da População de Angelina .....	251
--	-----

## ANEXO 9

FÓRMULAS DOS CÁLCULOS ESTATÍSTICOS .....	252
--	-----

## ANEXO 10

MAPA DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - Importação e Exportação - 1862-1866 .....	254
--	-----

## ANEXO 11

TABELA GERAL DE DADOS .....	255
-----------------------------	-----

## ANEXO 12

LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ANGELINA .....	256
--	-----

## ANEXO 13

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	257
--	-----

## ANEXO 1

1. Instrumentos da Pesquisa1.1. Ficha de Batismo

Lugar \_\_\_\_\_  
 Data \_\_\_\_\_  
 Data Nas \_\_\_\_\_  
 Nome \_\_\_\_\_  
 Leg \_\_\_\_\_ Nat \_\_\_\_\_ Exp \_\_\_\_\_  
 Pai \_\_\_\_\_  
 Origem \_\_\_\_\_  
 Mãe \_\_\_\_\_  
 A.P. \_\_\_\_\_  
 A.M. \_\_\_\_\_  
 Vigário \_\_\_\_\_

1.2. Ficha de Casamento

Lugar \_\_\_\_\_  
 Data \_\_\_\_\_  
 Nome Noivo \_\_\_\_\_  
 Origem \_\_\_\_\_  
 Pai \_\_\_\_\_  
 Mãe \_\_\_\_\_  
 Vo \_\_\_\_\_  
 Nome Noiva \_\_\_\_\_  
 Origem \_\_\_\_\_  
 Pai \_\_\_\_\_  
 Mãe \_\_\_\_\_  
 Va \_\_\_\_\_

## TESTEMUNHAS

1 \_\_\_\_\_  
 2 \_\_\_\_\_

1.3. Ficha de Óbito

Lugar \_\_\_\_\_  
 Data \_\_\_\_\_  
 Nome \_\_\_\_\_  
 Idade \_\_\_\_\_  
 Pai \_\_\_\_\_  
 Mãe \_\_\_\_\_  
 Cemitério \_\_\_\_\_  
 Vigário \_\_\_\_\_

## ANEXO 2

2.1. Exemplo de Registro de Batismo

"Aos 21 de novembro de mil novecentos e trinta, no Rancho de Tâboas, o Rev. Frei Germano José Ficher O.F.M. batizou solenemente a Francisco, nascido a 12 de outubro de mil novecentos e trinta, filho legítimo de Domingos Perard e de Rosalina Bach, foram padrinhos Wendelino Bach e Regina Perard"<sup>1</sup>.

2.2. Exemplo de Registro de Casamento

"Aos 28 de julho de mil novecentos e trinta e oito, na Matriz em presença do Rev. Frei Fabiano Wahing O.F.M. e das testemunhas Leopoldo Koerich e José Lino Kretzer, depois de competente encaminhadas e três vezes proclamados receberam-se em matrimônio Pedro Nicolau Kretzer e Irma Rosa Lehnkuhl, elle filho legítimo de Nicolau Kretzer e de Maria Bunn, nascido em Angeli-  
na com 25 annos de idade; ella filha legítima de Augusto Antô-  
nio Lehnkuhl e de Matilde Clausen, nascida em Santo Amaro, com 24 annos de idade, ambos fregueses desta Parochia.

E para constar, lavrei em duplicado o presente, que assigno"<sup>2</sup>.

O Vigário: Frei Taciano Stenzel O.F.M.

2.3. Exemplo de Registro de Óbito

"Em os doze de janeiro de mil oitocentos e sessenta e dois falleceo o inocente menino de Anacleto Francisco da Rosa e de Augusta Firmina de Souza, nomeado: Joaquina, em idade de três dias. O corpo foi sepultado no semitério da Igreja Matriz; de que se constar fiz este termo"<sup>3</sup>.

Freguesia de São Pedro de Alcântara

Pe. Roberto Bucher

---

<sup>1</sup> Registro de Batismo. Livro 1927-1930, nº 177.

<sup>2</sup> Registro de Casamento. Livro 1936-1955, nº 46.

<sup>3</sup> Registro de Óbito. Livro 1850-1888, nº 1.





## ANEXO 4

## BIOGRAFIAS

4.1. Francisco Carlos de Araujo Brusque: Nasceu em Porto Alegre, a 24 de maio de 1822, filho do Coronel de Milícias, Francisco Vicente Brusque e de D. Delfina Carlota de Araujo Ribeiro. Seus antepassados eram os Brucchi, de Florença, de origem nobre e se estabeleceram em Portugal no século XVIII. Seu pai, Francisco Vicente Bruschi, veio para o Brasil, em 1808, com a Família Real (onde passou a ser conhecido como Brusque).

Bacharelou-se, pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1845. Formado, regressou a sua Província, onde ingressou na vida política. Pelo Rio Grande do Sul foi deputado provincial nos anos de 1848, 1854 e 1856. Também exerceu mandatos de deputado à Assembléia Geral, como representante de sua Província natal e do Amazonas, em sucessivos mandatos até 1875.

Foi nomeado, pelo Imperador Pedro II, para governar a Província de Santa Catarina, em lugar do Dr. João José Coutinho, onde assumiu o cargo no dia 21 de outubro de 1859, no qual permaneceu até 17 de abril de 1861. Cabe, entretanto, ressaltar que apesar de ter criado a Colônia Nacional Angelina, os 18 meses da sua administração, em Santa Catarina, ficaram assinalados pela ação em favor da colonização com imigrantes europeus. E, a sua saída deve-se ao fato de que, em abril de 1860, o Governo Imperial toma a iniciativa de exonerar todos os Presidentes de Província que fossem deputados e senadores. Como, nessa época, Francisco Carlos Araujo Brusque, ocupava uma cadeira no Parlamento começou a sofrer pressões. Mas, apesar do ato Imperial, o Presidente não transmitiu o cargo ao Vice-presidente, conforme deveria. Somente em abril de 1861, quando o Imperador Pedro II ofereceu-lhe a presidência da Província do Pará, é que decidiu deixar Santa Catarina.

Desta forma, no dia 17 de abril passou o Governo ao Vice-presidente João José de Andrade Pinto. Aos 22 dias do mesmo mês, acompanhado da família, embarcou para Porto Alegre. No entanto, apesar das implicações e de curto espaço de tempo que esteve à frente da Província, Araujo Brusque, foi respeitado pelas correntes políticas da época. Teve como colaborador o irmão José de Araujo Brusque, que foi chefe de Polícia. Em 1860, coube a

ele instalar, junto com a Colônia Nacional de Angelina, mais dois núcleos de colonização: Teresópolis e Itajaí, e, depois, Brusque.

Na Presidência da Província do Pará permaneceu até o ano de 1864. Neste mesmo ano passou a fazer parte do Gabinete de Zacarias de Góes, como Ministro da Marinha, em substituição a João Pedro Dias Vieira. Acumulou esta pasta com o Ministério da Guerra, cujo titular José Mariano de Matos adoeceu. Sua participação na vida política do Império, foi até o ano de 1875, quando retirou-se do Parlamento, para dedicar-se à advocacia. Veio a falecer, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no dia 23 de setembro de 1886. Foi casado com D. Cecília Amália de Azevedo Brusque, com o qual teve 7 filhos. Confira PIAZZA, Walter F. Angelina: Um Caso de Colonização Nacional, Florianópolis, 1973, p.34-36.

4.2. Carlos Othon Schlappal: É búlgaro de nascimento, educou-se em Viena (Áustria), passou pela Alemanha de onde veio para o Brasil, junto com alguns sábios belgas com o objetivo de, aqui, realizar expedições científicas. Em 1850 exerceu o magistério no Desterro, onde casou-se a 08/06/1854. Como Professor de primeiras letras foi a Joinville, com um vencimento de 400\$000 réis, por ano, que mais tarde passou a ser de 600\$000 réis, por exprimir-se em duas línguas. Ficou como professor de primeiras letras, em Joinville, até 1856.

Primeiramente, foi encarregado da escolha do local a ser fundada a Colônia, depois demarcou os lotes, em seguida, "Encarregado da Direção", e, por fim, Diretor efetivo, a partir de 11 de janeiro de 1865, com um vencimento anual de 1:200\$000 réis. Permaneceu à frente da direção até 3 de novembro de 1868.

Mais tarde, junto com Antônio Florêncio do Lago levantou, em 1873, um mapa topográfico da cidade do Desterro. Por ato de 515 1877 foi encarregado, pela Presidência da Província de Santa Catarina, junto com o engenheiro Carlos Moreira de Abreu, de fazer os estudos de uma estrada de rodagem entre São José e Lages. Ainda, por portaria de 13/08/1877, foi nomeado para verificar a medição dos lotes existentes no vale do Braço do Norte e Capivari. Por fim, por ato de 05/07/1879, foi autorizado pela Presidência da Província a fazer a reabertura da estrada

que segue para os Campos de Lages pela serra do Maruhy. Veio a falecer a 22 de setembro de 1883. Confira: PIAZZA, Walter F. Op. cit., p.56-57.

## ANEXO 5

## AS INSTRUÇÕES

"O Presidente da Província de conformidade com o Aviso do Ministério do Império de 30 de Novembro de 1859, tendo resolvido mandar criar nas terras devolutas situadas nas margens do ribeirão dos Mundeos, e próximos à antiga estrada de Lages, uma colonia composta de famílias nacionaes, que se denominará Angelina, encarrega o agrimensor Otto Schlappal da medição, demarcação e distribuição dos prazos coloniaes sobre as seguintes instruções:

## Art. 1º

A colonia será composta de famílias nacionaes, que se propozerem a possuir terras com o fim de effectivamente cultivar-as, e n'ellas residirem com morada habitual.

## Art. 2º

Serão admitidos como colonos, os nacionaes que forem casados, ou viuvos com filhos, laboriosos, e de boa conducta civil e moral, que não possuirem terras de cultura, nem os meios de adquiril-as a dinheiro de contado.

## Art. 3º

A colônia deverá abranger uma área de nove milhões de braças quadradas, medidas em terras devolutas, de ambas as margens do ribeirão dos Mundeos e de um e outro lado da antiga estrada de Lages.

## Art. 4º

Os prazos coloniaes serão de 62,500 braças quadradas e demarcadas pela maneira seguinte:

1º - A linha de frente será traçada paralelamente ao rio deixando-se de permeio o espaço sufficiente para abertura de uma estrada de 10 braças de largura e com o resguardo sufficiente contra as inundações do rio.

2º - Serão abertas as linhas laterais n'uma extensão somente de 20 braças, indicando-se, porém, na planta, qual a sua direção e extensão total que devem ter, até encontrar a linha dos fundos, que será também indicada, ficando reservada a demarcação completa destas linhas para quando se tiver concluido os trabalhos mais urgentes, que são prescriptos e assim resolver o presidente da provincia.

3º - Os prazos coloniaes terão cem braças de frente e os fundos correspondentes.

Art. 5º

Em lugar proprio e com as condições necessárias de aguadas, madeiras, e terreno suficiente, e o mais próximo que for possível à estrada geral, se reservará o espaço suficiente para uma povoação, cujos terrenos serão distribuidos por aforamento de conformidade com o artigo 77 do regulamento de 3 de junho de 1855.

Art. 6º

Sobre estas bases se prosseguirá na demarcação do terreno destinado à colonia, que se poderá estender até a margem direita do rio Garcia, designando-se desde logo numericamente os prazos coloniaes que forem traçados em cada linha.

Art. 7º

No terreno escolhido para sede da colonia se fará construir desde já um barracão de 7p palmos de comprimento sobre 24 de largura, o qual será destinado para pouso dos colonos à sua primeira chegada, e para depósito das bagagens enquanto não aprontarem os seus alojamentos na respectiva colonia.

Art. 8º

Em cada uma das margens do ribeirão dos Mundeos, e seguindo as linhas de demarcação das frentes dos prazos coloniaes, se abrirá uma cada larga com trilho de 30 palmos, que servirá de comunicação com a sede da colonia.

Art. 9º

Os colonos serão empossados dos lotes de terras em vista de um título provisório, que será passado pela delegacia de terras em virtude de despacho ou ordem do presidente da provincia. N'este título se especificarão as condições seguintes:

§ 1º - A venda das terras a preço de 1/2 real à braça quadrada, e o prazo de quatro anos.

§ 2º - Pagamento em prestações iguaes, a contar do fim do segundo ano de estabelecimento do colono.

§ 3º - Hipoteca das terras e benfeitorias que n'ellas forem construidas, até colectivo embolso da Fazenda Nacional.

Art. 10

Os pagamentos vencidos serão feitos na Thesouraria Geral, à vista de uma guia passada pela delegacia das terras, na qual se fará menção do nome do colono, numero do prazo, e importân-

cia do pagamento a fazer.

Realizada a entrada da importância relativa ao pagamento vencido, se dará ao colono um conhecimento em forma, o qual será presente ao delegado das terras, para n'ella a nota - "Visto", e fazer-se os assentamentos necessários, de modo que com facilidade se conhecer quanto tem pago, e quando resta pagar cada colono.

Art. 11

Se findo os primeiros seis mezes, contados da data da entrega das terras, não tiver o colono dado principio à cultura, e levantado sua casa, ainda que provisoria, julgar-se-ha ter abandonado o seu prazo colonial, e poderá ser entregue a outro que o requerer.

Assim também se antes de realizar o pagamento integral do lote de terras, o abandonar completamente, perderá o colono todo o direito às terras e às benfeitorias que existirem, restituindo-se-lhes somente a parte do preço que tiver pago effectivamente.

Exceptuão-se os casos de molestia e de força maior; tanto nesta hypothese como na do parágrafo anterior.

Art. 12

Logo que o colono tiver realizado integralmente o pagamento do prazo colonial, se lhe passará o título definitivo de propriedade, e ficará levantada a hipoteca que se reserva à Fazenda Pública, para segurança de seu embolso, sobre o referido prazo e benfeitorias n'elle construidas.

Art. 13

Os colonos são obrigados a conservar as estradas e caminhos nas testadas de suas terras, em estado de darem franco e seguro transito.

Quando esses serviços forem gravosos a um só, serão feitos em comum pelos moradores mais visinhos que residirem dentro de 1/4 de legoa, a contar do logar do serviço. Os que se recusarem a este trabalho sem motivo justificado, ficão sujeitos às penas do crime de desobediência.

A direção e administração da colonia, enquanto não for de outro modo determinado, será exercida pelo agrimensor de conformidade com as instruções, e ordens que receber do presidente da província.

Incumbe à Direção:

1º - Receber os imigrantes, e dar-lhes agasalho no barracão para esse fim detinado.

2º - Fazer a entrega dos lotes de terras, em vista dos títulos provisórios, que apresentarem os colonos, devendo lavrar em livro próprio, um termo que comprove esse acto, e fazer a competente nota no referido título.

3º - Organizar a estatística da Colonia, quer em relação ao movimento da população, quer a respeito da cultura, sua produção, indústria e artes.

4º - Velar na conservação dos caminhos, e estradas da colonia, e dirigir os trabalhos que devem fazer os colonos, nas testadas de suas terras, em conformidade do artigo 13.

5º - Aconselhar os colonos em seus trabalhos, a introdução de melhoramentos na cultura que praticarem, ensinando-lhes a maneira de obter o maior proveito possível de suas terras.

6º - Dar parte à autoridade policial que estiver mais próxima dos factos criminosos, que ocorrerem no distrito da Colonia, fornecendo-lhes todos os esclarecimentos e informações que se possa conseguir.

7º - Visitar os estabelecimentos coloniais amiudadas vezes, procurando informar-se do estado do colono, seus serviços de lavoura, e dificuldades que tenham encontrado, afim de dar conta de tudo ao presidente da província.

8º - Enviar no princípio de cada mez um relatório sucinto, descrevendo o estado dos diversos serviços em andamento na colonia, a despesa com ella feita por conta dos cofres públicos, e o mais que fôr necessário para conhecer-se o progresso que tiverão e os embaraços que convenha remover-se a bem dos interesses coloniaes.

Art. 15

As despesas com a fundação desta colonia, demarcação de prazos, abertura de caminhos e estabelecimentos de colonos, corresão de conta do cofre provincial, e serão pagos na Directoria Geral da Fazenda segundo as ordens que lhe forem expedidas.

(ass.) Francisco Carlos de Araujo Brusque



## MAPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AS COLÔNIAS

VERBAS	CANANÉA 1863/1866	ASSUNGUY 1859/1866	D. FRANCISCA 1851/1866	BLUMENAU 1860/1866	ITAJAHI 1860/1866	TERESOPOLIS 1860/1866	SANTA ISABEL 1860/1866	ANGELINA 1860/1866
Despesas com a introdução dos colonos no Brasil	?	?	127:000\$000	?	?	?	?	?
Condução dos colonos e suas bagagens, medicamentos e agasalhos deles	240\$000	10:000\$000*	30:232\$192	29:203\$000	1:760\$000	12:378\$000	21:160\$000	949\$000
Diárias e outros auxílios	7066\$920	14:000\$000*	63:700\$000*	14:200\$000*	33:637\$910	59:650\$800	36:511\$900	1:994\$460
Medição de prazos	700\$000*	5:130\$000*	35:089\$185	28:132\$000*	17:065\$868	8:482\$000	6:141\$580	2:031\$000*
Construção de edifícios públicos, barreiras, etc.	4900\$000*	10:000\$000*	71:901\$186	12:000\$000*	(aluguéis) 3:844\$000	22:558\$000	14:069\$870	1:666\$000*
Vias de comunicação	11500\$000*	54:269\$490	381:000\$000*	153:350\$000*	69:088\$000	83:772\$000	83:554\$660	9:945\$000
Expediente e eventures	2:700\$000*	6:000\$000*	18:622\$073	4:914\$470	6:828\$621	1:935\$000	1:736\$930	138\$500
Vencimentos dos empregados	10:800\$000	55:000\$000*	127:702\$736	48:412\$990	6:556\$666	18:610\$000	14:049\$960	7:450\$000
Despesa Total.	37:906\$920*	154:399\$490	855:399\$490*	290:212\$461	201:781\$065	207:403\$800	177:225\$380	24:173\$960

## ANEXO 7

7.1. Vigários da Paróquia de Angelina

1º - 1921 - 1929	Frei Gervásio Kraemer	OFM
2º - 1929 - 1938	Frei Lucas Welling	OFM
3º - 1938 - 1941	Frei Taciano Stenzel	OFM
4º - 1941 - 1942	Frei Corbiniano Koesler	OFM
5º - 1942 - 1945	Frei Adriano Koener	OFM
6º - 1945 - 1951	Frei João Vianney Erdrich	OFM
7º - 1951 - 1952	Frei Roberto Elbert	OFM
8º - 1952 - 1959	Frei Flaviano Normann	OFM
9º - 1959 - 1962	Frei Edmundo Piechoczek	OFM
10º - 1962	Frei Canísio Eberhardt	OFM
11º - 1962	Frei Luciano Wagner	OFM
12º - 1962 - 1967	Frei Columbano Gilberto	OFM
13º - 1968 -	Frei Honorato Bruegmann	OFM

7.2. Capelas

- 1 - Senhor Bom Jesus - Morro Mineiro
- 2 - N. S. das Dores - Garcia
- 3 - São Sebastião - Betânia
- 4 - Santo Antônio - Rio Engano
- 5 - Santa Ana - Rio Fortuna
- 6 - São José - Barra Clara
- 7 - Santa Cruz - Rio São João
- 8 - São Francisco de Assis - Rio Novo
- 9 - São João Batista - III Linha
- 10 - Sagrado Coração de Jesus - Fartura
- 11 - São Pedro - Rancho de Tábuas
- 12 - Imaculado Coração de Maria - Rancho Queimado
- 13 - N. S. Aparecida - Rio Bonito
- 14 - S. Bonifácio - Taquaras
- 15 - N. S. Fátima - Invernadinha
- 16 - N. S. dos Anjos - Mato Francês

N.B. Abrange os territórios do Município de Angelina e Rancho Queimado.

## ANEXO 8

TABELA I - Movimento anual de batismos, casamentos e óbitos da população de Angelina

ANOS	BAT.	CAS.	ÓBIT.	ANOS	BAT.	CAS.	ÓBIT.	ANOS	BAT.	CAS.
1860	-	-	-	1900	67	18	4	1930	206	
1861	10	2*	2*	1901	79	16	1	1931	237	
1862	9	4*	2	1902	69	10	1	1932	249	
1863	9	6*	3	1903	83	16	5	1933	216	
1864	13	8*	3	1904	35	22	14	1934	195	
1865	18	10*	8	1905		18	3	1935	245	50
1866	19	11	9	1906		14	2	1936	215	59
1867	42	8	12	1907		24	1	1937	228	53
1868	30*	10*	12*	1908		9	2	1938	215	61
1869	31	10	13	1909		10		1939	243	45
1870	33	14	6	1910		21		1940	222	38
1871	21	14	7	1911	14	15*		1941	244	47
1872	26	5	6	1912	14	13*		1942	230	62
1873	27*	13*	11*	1913	17	3		1943	231	44
1874	28	27	15	1914	20	13		1944	250	44
1875	74	15	24	1915	11	6		1945	250	46
1876	53	6	15	1916		5		1946	279	56
1877	63	3	10	1917		5		1947	264	56
1878	61*	14*	12*	1918		18		1948	306	58
1879	61*	15*	13*	1919		4		1949	278	48
				1920		1		1950	312	47
1890	9	1	8	1921		5				
1891	31	6	1	1922		11				
1892	56	8	2*	1923		3				
1893	53	5	4*	1924		1				
1894	56	7	6*	1925	225*					
1895	68	4	4	1926	230					
1896	52	2	5	1927	212					
1897	70	4	7	1928	251					
1898	51	6	11	1929	237					
1899	52	30	12							

\*Valor encontrado por uma estimativa através de cálculo.

FONTE: Livros de registro dos batizados, casamentos e óbitos que se encontram no Arquivo Histórico-Eclesiástico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis.

## ANEXO 9

FÓRMULAS DOS CÁLCULOS ESTATÍSTICOS

1. Fórmula do cálculo da taxa de crescimento:

$$r = \frac{P_1}{P_0} - 1 \text{ ou } \log. (1+r) = \frac{\log. P_1 - \log P_0}{(T_1 - T_x)}$$

- onde:  $P_x$  = população no ano  $1x$   
 $P_0$  = população no ano  $T_0$   
 $(1+r)$  = razão anual de crescimento  
 $r$  = taxa anual de crescimento geométrico

2. Fórmula da Razão de Masculinidade: divide-se o número de homens pelo de mulheres e multiplica-se por 100.

$$R = \frac{H}{M} \times 100$$

Taxa de masculinidade: divide-se o número de homens pelo total de homens e mulheres e multiplica-se por 100:  $TM = \frac{H}{T} \times 100$ .

3. Fórmula da Razão de Dependência: soma-se o número de pessoas com idade inferior a 15 anos com o número de pessoas com 65 ou mais anos; divide-se pelo total de pessoas de 15 a 64 anos de idade, multiplicando-se o resultado por 100.

$$\text{Razão de Dependência} = \frac{\text{nº pessoa} + 15 \text{ anos} + \text{nº pessoas 65 anos ou mais anos}}{\text{Total de pessoas de 15 a 64 anos de idade}} \times 100$$

4. Fórmula dos cálculos de Porcentagem: constituem-se numa regra de três simples.

$$x = \frac{X \times 100}{\text{Total}}$$

5. Fórmula para o cálculo de movimento sazonal: Constitui-se de três operações básicas que determinam os: números absolutos, diários e proporcionais:

- a) Números absolutos: é a somatória mês a mês e por ano dos valores obtidos;  
 b) Números diários: Consiste em dividir os números absolutos pelo divisor correspondente aos dias de cada mês;

c) Números proporcionais: multiplica-se os números diários por 1.200 e divide-se pelo total dos números diários:

$$\text{Ex.: } \frac{\text{nº diários} \times 1.200}{\text{Total dos nº diários}}$$

6. Fórmulas para os cálculos das Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade: Têm-se que obter os valores médios dos eventos vitais e da população, aos quais se aplicam as fórmulas.

$$\text{a) TBN} = \frac{\text{nº de nascimento no período}}{\text{população total para o meio do período}} \times 1.000$$

$$\text{b) Nup.} = \frac{\text{Número de casamentos}}{\text{população total para o meio do período}} \times 1.000$$

$$\text{c) TBM} = \frac{\text{Número de óbitos}}{\text{população total para o meio do período}} \times 1.000$$

ANEXO 10

MAPA DE MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

1862 - 1866

	1862	1863	1864	1865	1866	OBS
População, no princípio do ano	107	186	218	308	506	No princípio de 1867,
Colonos que entraram	95	76	81	195	186	a população era de
Ditos que saíram	19	50	1	7	66	635 almas
Nascimentos	5	9	13	18	18	
Óbitos	2	3	3	8	9	
Importação em Rs	5:020\$620	5:247:600	6:908\$000	6:908\$000	6:934\$400	
Exportação em Rs	396\$000	856\$000	1:133\$000	2:133\$800	3:889\$740	
	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66	
Despesas do ano financeiro	3:998\$360	3:598\$830	3:801\$685	3:900\$120	3:279\$360	

Fonte: Galvão. Relatório sobre as colônias.

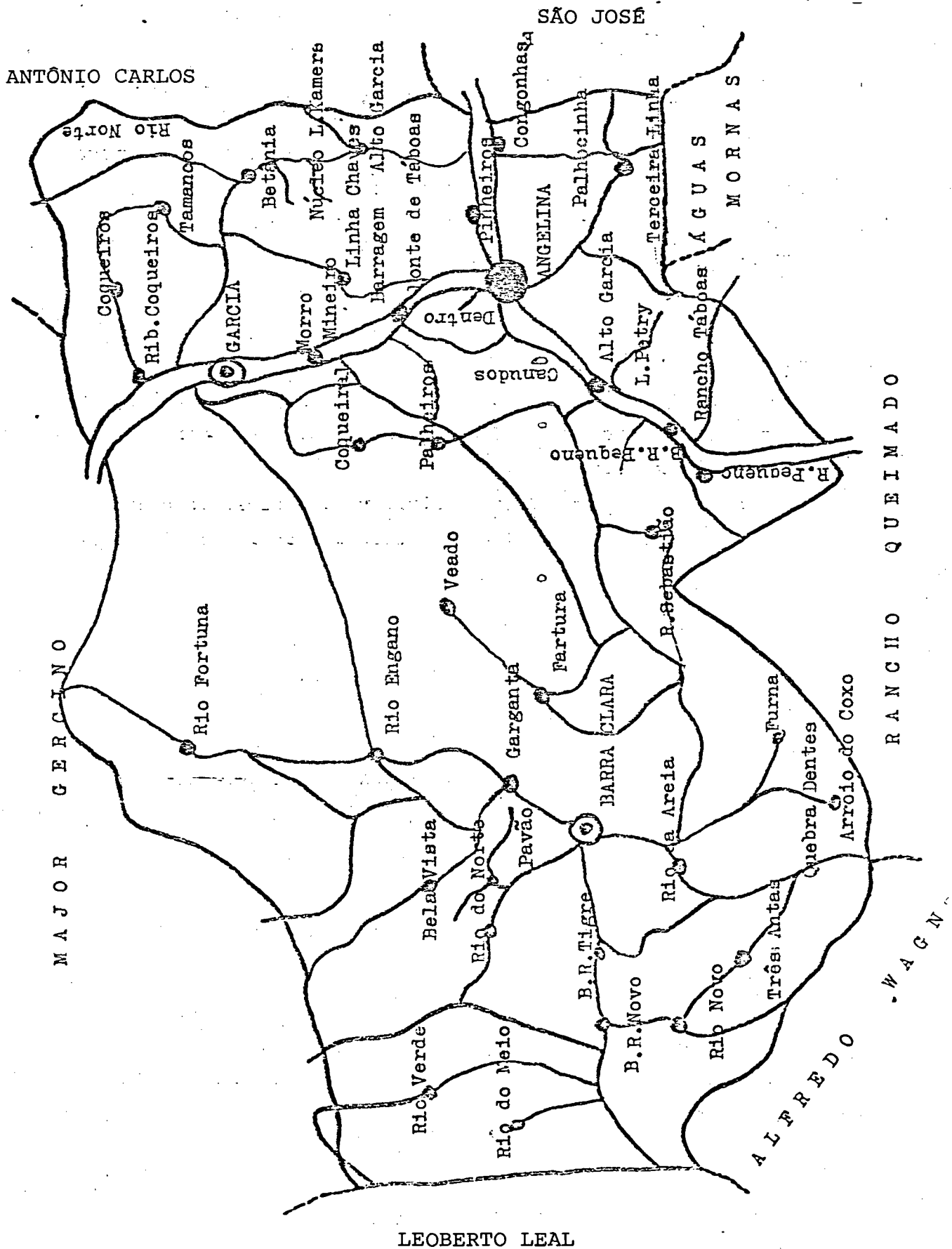
Tabela VII.

## ANEXO 11

## TABELA GERAL DE DADOS

ANO	POPULAÇÃO	JOGOS	SEXO		NACIONALIDADE		RELIGIÃO		ESTRUTURA SOCIAL			
			MASC.	FEM.	BRAS.	EST.	CATÓL.	N CATÓL.	LIVRES	ESCRAVOS		
1861	107	13 casas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1862	108	29 jogos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1863	218	39 casas	115	103	-	-	-	-	-	-	-	-
1864	308		176	132	-	-	-	-	-	-	-	-
1865	506		-	-	-	-	506	-	-	-	-	-
1866	635		277	219	487	9	496	-	494	-	2	-
1867	784		-	-	-	-	784	-	-	-	-	-
1868	784		433	351	-	-	-	-	-	-	-	-
1869	744		394	350	711	33	744	-	742	-	2	-
1870	877		517	460	936	41	977	-	971	-	6	-
1871	1.100		587	513	1.042	58	1.100	-	1.093	-	7	-
1872	1.004		533	471	950	54	983	21	998	-	6	-
1873	835		443	392	808	27	-	-	830	-	5	-
1874	1.155		624	531	1.124	31	1.083	72	-	-	-	-
1875	1.391		738	653	1.282	109	1.223	168	1.372	-	19	-
1876	1.503		795	708	1.376	127	1.309	194	1.486	-	17	-
1877	1.475		779	696	1.330	145	1.301	174	1.462	-	13	-

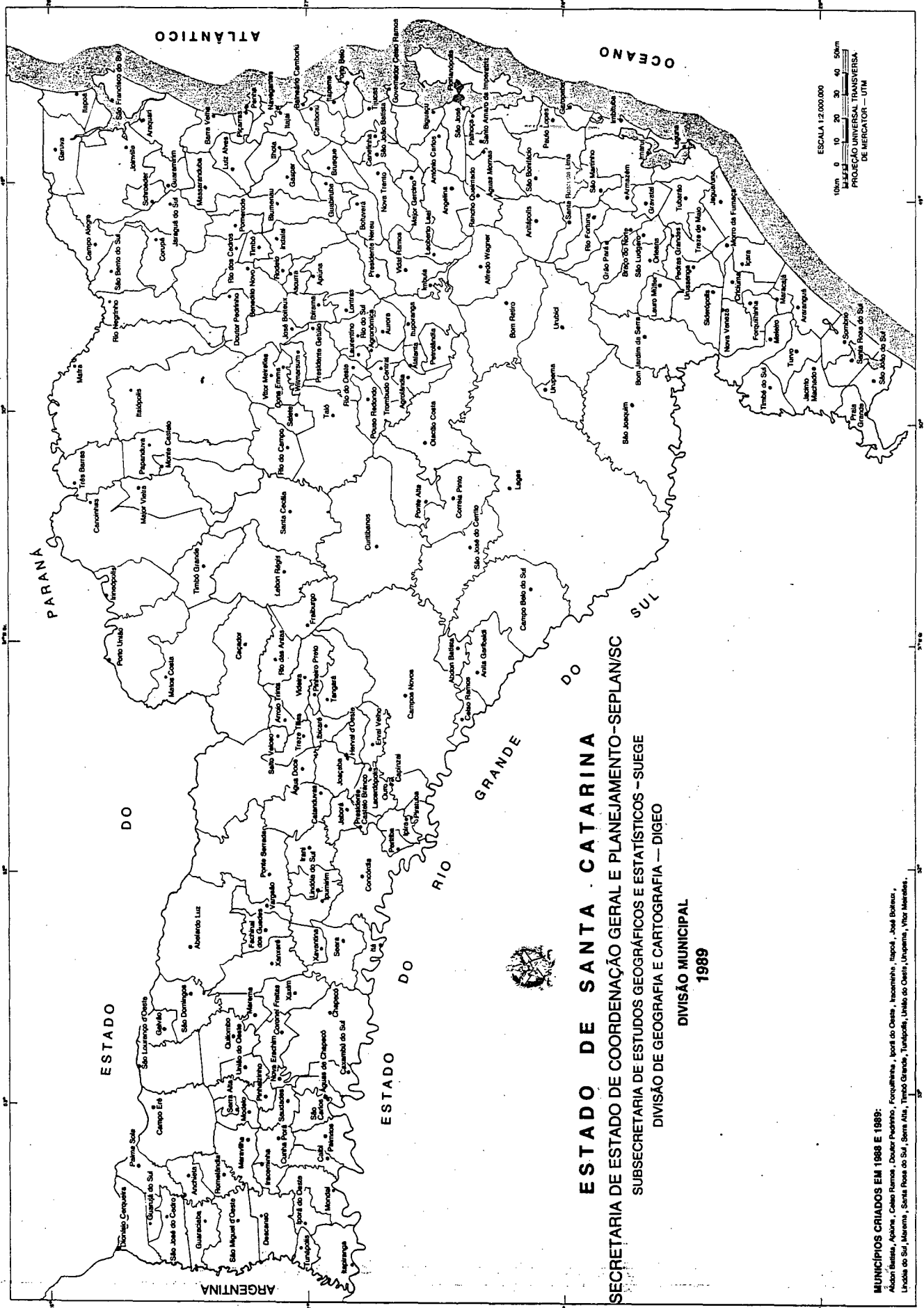
3. LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ANGELINA



Fonte: Documento da Prefeitura Municipal de Angelina.



4. MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
 SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO-SEPLAN/SC  
 SUBSECRETARIA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS E ESTATÍSTICOS -SUEGE  
 DIVISÃO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — DIGEO  
 DIVISÃO MUNICIPAL  
 1989

MUNICÍPIOS CRIADOS EM 1988 E 1989:  
 Assunção Basílio, Apineia, Caxias do Sul, Doutor Pedrinho, Forquilha, Itapuaçu, Ituporã, José Bonifácio,  
 União do Sul, Marombá, Santa Rosa do Sul, Serra Alta, Timbó Grande, Turupiaçu, União do Oeste, Unipama, Vitor Meireles.